

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RODRIGO DIAS**

**IMPrensa REVOLUCIONÁRIA DOS ANOS OITENTA: OS INTELLECTUAIS  
E SUAS FORMULAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA**

**Porto Alegre**

**2011**

**RODRIGO DIAS**

**IMPrensa REVOLUCIONÁRIA DOS ANOS OITENTA: OS INTELLECTUAIS  
E SUAS FORMULAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Wasserman

Linha de Pesquisa: Relações de poder político-institucionais

**Porto Alegre**

**2011**

**RODRIGO DIAS**

**IMPrensa REVOLUCIONÁRIA DOS ANOS OITENTA: OS INTELLECTUAIS  
E SUAS FORMULAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 19 dez. 2011.

---

Profa. Dra. Claudia Wasserman – Orientadora

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli – UFRGS

---

Profa. Dra. Claudia Mauch – UFRGS

---

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho – USP

---

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUCRS

*Dedico*

*Aos meus filhos e à minha esposa,  
que suportaram bravamente esta empreitada.*

*Aos meus pais,  
que sempre estiveram presentes em minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

Durante este período de estudo, pesquisa e escrita, muitas pessoas e instituições contribuíram diretamente. A todas elas agradeço profundamente.

Agradeço aos militantes do PSOL, Roberto Robaina, Israel Dutra e Etevaldo Souza Teixeira, por terem aberto as portas e arquivos do partido, assim como pelos esclarecimentos e apontamentos que fizeram sobre a Convergência Socialista.

Agradeço aos dirigentes da sede estadual e municipal do PC do B de Porto Alegre, e especialmente à Elis Regina, que abriu e reorganizou o arquivo do partido para que eu pudesse acessá-lo.

Agradeço ao ativista da Democracia Socialista, Inácio Fritzen, por ter fornecido inúmeros documentos internos da organização.

Agradeço ainda aos dirigentes do PSTU de Porto Alegre, que forneceram exemplares da revista Correio Internacional que esclareceram vários pontos sobre a Convergência Socialista.

Agradeço a todos os funcionários do Museu José Hipólito da Costa, que com profissionalismo possibilitaram que eu tivesse acesso a um grande número de jornais.

Agradeço aos professores de toda a minha vida, especialmente àqueles que de algum modo me estimularam para que eu chegasse aqui.

Agradeço especialmente à minha orientadora, professora Claudia Wasserman, que revisou cuidadosamente o texto e me apontou caminhos e ideias.

Agradeço ao professor Temístocles César, que ainda em Pelotas, na UFPEL, me deu inspiração para a vida acadêmica.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, pelas contribuições que fizeram em meu trabalho nas disciplinas, seminários, bancas e debates.

Agradeço à Janaina Kremer da Motta, minha esposa, que colaborou com questões cruciais para este trabalho.

Agradeço aos meus filhos, pais, irmãos, cunhados e cunhadas, sogra e sogro, que me ajudaram de inúmeras formas.

## RESUMO

“Imprensa revolucionária dos anos oitenta: os intelectuais e suas formulações sobre a revolução brasileira” analisa as transformações ocorridas nas elaborações dos intelectuais revolucionários acerca da revolução brasileira nos anos oitenta a partir da pesquisa sobre os periódicos: jornal da Convergência Socialista (da organização homônima), Em Tempo (da organização Democracia Socialista) e a Tribuna da Luta Operária e o Classe Operária (do PC do B). Esta tese percorre os principais debates sobre a revolução brasileira; a passagem da imprensa alternativa dos anos setenta para a imprensa revolucionária dos anos oitenta; e, os objetivos dos intelectuais redatores dos periódicos analisados. Entretanto, prioritariamente, procura entender as transformações ocorridas nas formulações desses intelectuais sobre revolução brasileira a partir do contexto histórico dos anos oitenta, principalmente com os processos políticos da redemocratização, da consolidação do poder burguês, e da crise internacional do socialismo.

Palavras-chave: Imprensa revolucionária. Intelectuais revolucionários. Revolução brasileira. Crise internacional do socialismo.

## ABSTRACT

"Revolutionary press from the eighties: the intellectuals and their formulations on the Brazilian revolution " analyzes the transformations occurred in the elaborations of revolutionary intellectuals on the Brazilian revolution in the eighties. From the research on the journals : Jornal da Convergência Socialista - Journal of Socialist Convergence (namesake of the organization), Em tempo-da organização Democracia Socialista - In Time (Socialist Democracy organization's), Tribuna da Luta Operária - Workers Struggle Tribune - and Classe Operária - Working Class - of PC do B (Communist Party of Brazil). This thesis covers the main issues on the Brazilian revolution; the passage of the alternative press of the seventies to the eighties revolutionary press; and the editors intellectual goals of the analyzed journals. However, primarily seeks to understand the changes occurring in the formulations of these intellectuals about Brazilian revolution from the historical context of the eighties, mainly with the political processes of redemocratization, consolidation of bourgeois power and the international crisis of socialism.

Keywords: Revolutionary media. Revolutionary intellectuals. Brazilian revolution. The international crisis of socialism.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1. INTELLECTUAIS DE ESQUERDA E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA</b> .....	<b>43</b>
1.1 A TRAJETÓRIA DE UM DEBATE: A REVOLUÇÃO BRASILEIRA.....	43
1.1.1 Nelson W. Sodré .....	47
1.1.2 Caio Prado Junior .....	50
1.1.3 Os intelectuais da luta armada .....	54
1.1.4 Florestan Fernandes.....	63
<b>2 DA IMPRENSA ALTERNATIVA DOS ANOS SETENTA À IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA DOS ANOS OITENTA</b> .....	<b>66</b>
2.1 JORNAL MOVIMENTO.....	71
2.2 EM TEMPO DOS ANOS SETENTA.....	75
2.3 VERSUS .....	77
2.4 DA LUTA PELA DEMOCRACIA À LUTA PELA REVOLUÇÃO.....	78
<b>3 OS INTELLECTUAIS DE ESQUERDA E A IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA DOS ANOS OITENTA</b> .....	<b>80</b>
3.1 O JORNAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA: A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA E OS INTELLECTUAIS INVISÍVEIS.....	87
3.2 O JORNAL EM TEMPO DOS ANOS OITENTA: A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E OS INTELLECTUAIS DE ESQUERDA COMO COADJUVANTES .....	108
<b>4 OS INTELLECTUAIS REVOLUCIONÁRIOS E A CRISE DO SOCIALISMO INTERNACIONAL</b> .....	<b>160</b>
4.1 A CRISE DO SOCIALISMO NAS PÁGINAS DO EM TEMPO .....	168
4.2 A CRISE DO SOCIALISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL A CLASSE OPERÁRIA .....	197
4.3 A CRISE DO SOCIALISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL CONVERGÊNCIA SOCIALISTA.....	217
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>232</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>252</b>
<b>ANEXO A – Correntes de Esquerda no Brasil</b> .....	<b>267</b>
<b>ANEXO B – Versus</b> .....	<b>268</b>

<b>ANEXO C – Em Tempo.....</b>	<b>269</b>
<b>ANEXO D – Movimento .....</b>	<b>270</b>
<b>ANEXO E – A Classe Operária .....</b>	<b>271</b>
<b>ANEXO F – A Classe Operária II.....</b>	<b>272</b>
<b>ANEXO G – Tribuna da Luta Operária .....</b>	<b>273</b>
<b>ANEXO H – Convergência Socialista.....</b>	<b>274</b>
<b>ANEXO I – Em Tempo - Edição Especial .....</b>	<b>275</b>

## INTRODUÇÃO

Politicamente, os anos oitenta foram marcados pelo processo de redemocratização na América Latina, e a maioria dos países da região substituiu seus presidentes militares por civis. Entre 1979 e 1990, fizeram essa transição: Equador (1979); Peru (1980); Honduras e Bolívia (1982); Argentina (1983); El Salvador (1984); Uruguai e Brasil (1985); Guatemala (1986); Panamá (1989); e Chile (1990)<sup>1</sup>.

Os problemas econômicos e políticos dos anos oitenta na América Latina e no Brasil remetem à crise do petróleo iniciada em 1973, que gerou inflação e agravou a situação da dívida externa. Do mesmo modo que as relações de disputa entre as classes sociais aprofundaram o desgaste dos regimes militares, os setores da oposição democrática proporcionaram, nos anos oitenta, os momentos de maior mobilização popular dos últimos 30 anos.

O processo de reabertura política na América Latina também tem relação direta com a mudança de rumos da política externa dos Estados Unidos. A presidência do democrata Jimmy Carter (1977-1981) diluiu o interesse estadunidense por regimes militares na América Latina. Seu sucessor, Ronald Wilson Reagan (1981-1989), mesmo sendo mais conservador, manteve essa mesma estratégia. No entanto, resumiu sua política anticomunista combatendo os movimentos revolucionários socialistas da América Central: Nicarágua e El Salvador. Tendo em vista que a política externa dos Estados Unidos foi favorável aos golpes militares na América Latina, naquele momento, o discurso pela democracia voltava a fazer parte da diplomacia de Washington, e os regimes militares de seus vizinhos satélites passavam a ser considerados inconvenientes<sup>2</sup>.

Segundo afirma o historiador Eric Hobsbawm em seu livro **Era dos Extremos** (1995), do ponto de vista econômico, apesar de toda a crise que se atribui a esse período, essa foi também uma década de expansão industrial

---

<sup>1</sup> ROUQUIÉ, Alain. Os Militares na América Latina Após 1930. In. BETHELL, Leslie. **História da América Latina** (vol. 7). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 245.

<sup>2</sup> Ibidem. p. 246.

para muitos países:

O surgimento de novos países industriais é impressionante. Em meados da década de 1980, sete desses países no Terceiro Mundo (China, Coréia do Sul, Índia, México, Venezuela, Brasil e Argentina) já consumiam 24% do aço do mundo e produziam 15% dele (HOBSBAWM, 1995, p. 403)<sup>3</sup>.

Entretanto, como será visto, esse processo de industrialização dependeu da expansão de capitais provenientes dos países desenvolvidos.

Apesar desse tipo de industrialização dependente do capital estrangeiro<sup>4</sup>, o processo garantiu a formação de uma classe trabalhadora<sup>5</sup> bastante combativa, que lutou tanto pela democratização quanto por melhorias salariais<sup>6</sup>. Da mesma maneira, ao aliar-se com setores mais intelectualizados e organizações marxistas, proporcionou a gestão de inúmeros projetos socialistas.

Dessa forma, a expansão e a consolidação do capital monopolista, acompanhadas pela crise econômica, associadas ainda ao processo de reabertura política de uma classe trabalhadora organizada (sindicatos, greves,

---

<sup>3</sup> HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>4</sup> “A mais notável dessas indústrias novas era o complexo metalúrgico, que estava centralizado na indústria automobilística, mas estendia-se muito além desse setor. Com a expansão do automóvel, vieram a construção de rodovias e o transporte por caminhões em competição com o transporte ferroviário e marítimo e uma miríade de indústrias auxiliares [...]. Onde a mineração e os têxteis tinham sido, em outros tempos, os principais criadores das cidades de uma única indústria, na década de 70 era mais provável que esse papel fosse assumido pelas siderúrgicas, pelas refinarias petroquímicas e pela perfuração de petróleo. A expansão da atividade pública também havia causado um grande aumento do número de empregados não-manuais. [...] foi o trabalho na fábrica em algum momento a forma mais comum de emprego da classe trabalhadora na América Latina [...]”. ROXBOROUGH, Ian. *A Classe Trabalhadora Urbana e o Movimento Trabalhista na América Latina Após 1930*. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina** (volume 7). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 350-351.

<sup>5</sup> “Com o avanço da industrialização, pode ser que o uso do conceito de classe operária, classe obrera, tenha se tornado mais corrente nos meados do século. Esses termos carregavam a conotação de trabalho braçal, em contraste com o empregado (empregado). Em 1980, a expressão ‘classe trabalhadora’ (classe trabajadora) era usada amplamente e indicava uma pertença mais ampla do que a conotada por trabalho manual no cenário da fábrica”. ROXBOROUGH, Ian. *A Classe Trabalhadora Urbana e o Movimento Trabalhista na América Latina Após 1930*. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina** (volume 7). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 352-353.

<sup>6</sup> “No final dos anos 60, [...] Alguns estudiosos afirmaram que as mudanças econômicas introduzidas pelo menos nos maiores países da América Latina produziram um ‘novo sindicalismo’ que se caracterizava por maior militância trabalhista [...]”. ROXBOROUGH, Ian. *A Classe Trabalhadora Urbana e o Movimento Trabalhista na América Latina Após 1930*. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina** (volume 7). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 330-331.

paradas) e, é claro, da sombra sempre presente dos tanques do exército<sup>7</sup>, tornaram esses anos de fundamental importância para a compreensão da história recente do Brasil.

Outro elemento importante foram as políticas da União Soviética, a maior parte introduzida pelo então presidente Mikhail Gorbachev (1985-1991). Resultavam de uma grave crise econômica e política no bloco socialista, contestado por diversos países da região. A política implementada por Gorbachev era no sentido de flexibilizar o controle soviético sobre essa região, e acabaria por enfraquecer o próprio socialismo.

A retirada das tropas soviéticas da Alemanha Oriental possibilitou a mobilização popular e a derrubada do Muro de Berlim (1989), com a reunificação da Alemanha. Mais tarde, essa política de desmilitarização das áreas socialistas, assim como da *perestroika* e da *glasnost*, geraram as seguintes consequências: a dissolução da União Soviética (1991); a restauração da Rússia e a formação de vários outros Estados independentes; o restabelecimento do capitalismo em praticamente toda a área de influência soviética, da Polônia à Albânia, pondo fim a todos os regimes socialistas na Europa. Assim, o temor ao comunismo, característico do período da guerra fria, saiu da cena política internacional, e o “capitalismo venceu”<sup>8</sup>.

Talvez seja digno de nota, ainda, o fato de que se 1990 foi o ano que deu fim ao último regime militar na América Latina, o de Pinochet, as políticas que esse ditador desenvolveu no Chile – privatizações, juros altos e abertura sem salvaguardas de mercados – nos anos noventa dominaram as políticas dos governos democráticos na região. A diminuição da participação do Estado

---

<sup>7</sup> Segundo Rouquié, as forças armadas na América Latina, após a redemocratização, não se resignaram a um papel secundário: “No Brasil, as forças armadas continuaram a exercer grande influência durante o governo Sarney (1985-1990). O gabinete do novo presidente incluía seis oficiais generais da ativa. [...]”. E mais: “A nova Constituição brasileira de 1988 atribui às forças armadas um papel político mais restrito do que as cartas anteriores, mas seus redatores rejeitaram as propostas de limitar as atividades das forças armadas à defesa externa. Incluíram entre os deveres dos militares ‘a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Artigo 142 da Constituição brasileira de 1988)”. ROUQUIÉ, Alain. Os Militares na Política Latino-Americana Após 1930. In. BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina** (vol. 7). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 260-261.

<sup>8</sup> Segundo uma ilustração do livro de Hobsbawm, “A Era dos Extremos” (1995), a Coca-Cola teria produzido uma propaganda com “pretensões de conquista mundial” com a imagem de Hitler, Lênin, Júlio César, Napoleão, Hirohito e a Coca-Cola; afirmava que essa última teria promovido: “A única campanha que realmente conquistou o mundo” (tradução nossa). Essa propaganda, portanto, é a expressão e o símbolo da vitória do capitalismo dentro daquele contexto histórico.

na economia e na promoção do bem-estar social predominou na América Latina, e provavelmente foi um dos maiores efeitos do colapso do socialismo. Assim, o capitalismo não sofria mais a concorrência dos projetos de igualdade social propugnados pelo socialismo, e os parâmetros da exploração capitalista foram elevados ao máximo.

Nos anos noventa, a classe trabalhadora e, com ela, as organizações revolucionárias brasileiras, foram praticamente anuladas por conta do desemprego promovido pela abertura de mercados e pela estagnação da economia. Sem greves e sem maiores mobilizações, os movimentos passaram a refletir a crise internacional do socialismo.

O controle da inflação contribuiu também para a diminuição das lutas por reposição salarial, e o movimento da classe trabalhadora nos anos noventa pode ser considerado como amorfo. Tais fatos ocorreram de forma contrária aos anos oitenta, com sua grande capacidade de mobilização. Essa capacidade propiciou, inclusive, formulações que colocavam a classe trabalhadora no centro da disputa pelo poder, ideia que ganhou força e proporcionou o fortalecimento de inúmeras organizações revolucionárias no Brasil. Talvez o resultado mais significativo desse processo tenha sido a construção do nome de Luís Inácio Lula da Silva e, conseqüentemente, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nesse sentido, nos anos noventa, a esquerda brasileira, de modo geral, jogou todas as suas forças nas disputas eleitorais. Os debates sobre a *revolução brasileira* perderam força nesses anos, principalmente para aqueles que anteriormente, entre os anos 1960 e 1980, projetavam uma ruptura revolucionária através da violência armada.

Desse modo, grande parte da esquerda brasileira passou a priorizar a defesa da democracia e a atuação em suas instituições como um caminho viável para a transformação social, o que também pode ser considerado como possibilidade para o debate sobre a *revolução brasileira*, mesmo que ele não tenha ocorrido na mesma intensidade que nas décadas anteriores. Como será visto posteriormente, no decorrer da crise internacional do socialismo, a esquerda brasileira formulou concepções de revolução que passavam pelos caminhos institucionais da democracia brasileira.

É curioso, portanto, que se apontem os anos oitenta como o momento que essas discussões arrefeceram. Segundo Marcos Del Roio, ocorreu um abandono dos debates sobre a *revolução brasileira* nos anos oitenta:

[...] os marxistas, ou continuaram apegados dogmaticamente às antigas concepções do processo revolucionário, ou renunciaram ao tema da revolução (e ao próprio marxismo, portanto), atendo-se à expectativa de construção de uma democracia que não infrinja a ordem liberal-burguesa e que faça uso dela (DEL ROIO, 2000, p. 117)<sup>9</sup>.

Desta forma, procuro compreender e analisar a continuidade desses debates nos periódicos da esquerda revolucionária brasileira nos anos oitenta. Proponho, sobretudo, uma interpretação desses debates sobre a *revolução brasileira* como produção intelectual, ou seja, procurando identificar o lugar que esses intelectuais revolucionários passaram a ocupar na sociedade brasileira durante esses anos, assim como procuro a originalidade de seus métodos e objetivos no novo cenário brasileiro.

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações ocorridas nas concepções de revolução dos intelectuais de esquerda durante os anos oitenta no Brasil, a partir da análise de periódicos publicados pelas organizações trotskistas do Partido dos Trabalhadores: *Convergência Socialista* (jornal **Convergência Socialista**) e *Democracia Socialista* (jornal **Em Tempo**) e, ainda, pelos jornais do PC do B (**Tribuna da Luta Operária** e **A Classe Operária**).

Esta análise se dá a partir de uma dupla perspectiva. Propõe uma interpretação dos debates promovidos pelos intelectuais de esquerda acerca da chamada *revolução brasileira* até a década de oitenta para, posteriormente, analisar os processos de transformação ocorridos nessas perspectivas com a crise do socialismo internacional, iniciada em 1989.

Entendo imprensa revolucionária como sendo um tipo de imprensa mantida por uma organização revolucionária e editada por intelectuais de esquerda para o operariado, com o objetivo assumido de organizar o processo revolucionário e socialista no Brasil.

---

<sup>9</sup> DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. **História do Marxismo no Brasil**: visões do Brasil, volume IV. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2000.

A partir da análise desses periódicos dos anos oitenta, nota-se que o crescimento do movimento da classe trabalhadora, das greves, dos sindicatos e da própria organização do Partido dos Trabalhadores (PT) como um partido de massas, acaba apontando para a retomada de uma visão clássica marxista de centralidade da classe trabalhadora como força revolucionária. Isso não significa, porém, que com esse caminho, essas organizações revolucionárias não tenham apresentado flexibilizações em suas teorias revolucionárias.

As organizações trotskistas tiveram uma importância significativa e provavelmente cumpriram, nessa época, o papel mais importante da história do trotskismo no Brasil<sup>10</sup>. Nota-se que o crescimento do trotskismo está relacionado também ao desgaste da URSS, sentido já no início da década de oitenta. Por exemplo: o sindicato Solidariedade na Polônia, que dava sinais irrefutáveis do aprofundamento das críticas às posições stalinistas correntes nas décadas anteriores. Portanto, mesmo sendo depositários de uma tradição marxista e defenderem o uso da violência revolucionária, existiu, sim, por parte desses trotskistas, uma riqueza de interpretações acerca da realidade brasileira, e formulações originais a partir dela.

Ao mesmo tempo, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que mantinha laços e identidade com o governo de Josef Stalin (1925-1953), via indícios fortes de que o Leste europeu não estava apenas se democratizando, mas sim, se direcionando ao capitalismo. Essa interpretação era muito anterior às reformas de Gorbachev, e estavam presentes em seus discursos desde o rompimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1962. Assim, apesar de o PC do B ter mantido muitos elementos analíticos do antigo PCB, como as concepções das duas etapas da revolução<sup>11</sup>, rompia com a perspectiva de um caminho pacífico e cerrava fileiras no uso do princípio da

---

<sup>10</sup> Segundo Karepovs e Leal, com a vitória de Tancredo Neves em 1985 no colégio eleitoral, associada às frustrações com o não estabelecimento de uma Assembleia Constituinte e a derrota das eleições diretas: “Os trotskistas tiveram um papel destacado nesse processo, maior, talvez, do que em qualquer momento anterior da história política brasileira – talvez porque estivessem em melhores condições de participar do novo ascenso operário e popular da forma como este se dava. Por outro lado, estavam desligados da tradição stalinista, que se havia desgastado tremendamente com a derrota em 1964 [...]”. KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**, vol. 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 156.

<sup>11</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 39.



violência revolucionária<sup>12</sup>.

Todavia, nos anos oitenta, o referido partido (PC do B) teve de realizar um grande esforço teórico para compreender a nova dimensão das estruturas sociais e econômicas que se consolidavam no país. Tal esforço os obrigou a buscarem caminhos diferentes daqueles que tradicionalmente os comunistas defendiam nas décadas anteriores.

Nesse sentido, torna-se importante uma retomada dos debates que antecederam esse processo. Buscar os antecedentes diretos das interpretações acerca das ideias de revolução dos anos sessenta e setenta pode ser de extrema importância para a compreensão das elaborações dos intelectuais que objetivo analisar. Portanto, é necessário ir à busca da continuidade e da evolução tanto do intelectual de esquerda na sociedade, quanto das mudanças ocorridas nas análises da realidade brasileira e na consequente interpretação da *revolução brasileira* por esses pensadores. Além disso, é possível encontrar traços de continuidade desses pensadores nas ideias revolucionárias que circularam nos anos oitenta.

Assim, por mais imperfeita que tenha sido a democracia entre os anos 1946-1964, por mais que a cultura tenha sido guiada pela política, o intelectual de esquerda estava lá produzindo, debatendo, militando, divulgando ideias, propondo e abrindo caminhos. Com o golpe de 1964 sobre o presidente João Goulart, o intelectual de esquerda tornou-se clandestino, suas ideias e seu corpo tornaram-se alvo do regime. Sua função mudaria, porque ele não só se preocupava em produzir e divulgar ideias, mas também passava a lutar para a garantia da livre expressão e o fim das restrições políticas à sociedade e ao seu ofício. Apesar disso, as organizações clandestinas não deixaram de ter uma significativa produção intelectual durante o regime militar. A própria guerra de guerrilha, pode-se dizer, foi fruto dessa produção intelectual.

A *esquerda* brasileira, que desde as primeiras formulações do PCB passou um bom tempo buscando em outras revoluções socialistas elementos que pudessem ser aplicados ao contexto brasileiro, de forma que seus programas fossem organizados a partir da observação de algumas

---

<sup>12</sup> Estudo Crítico Acerca do Princípio da Violência Revolucionária (1983). In: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. Documentos do PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000. p. 311.

regularidades históricas, parece ter subestimado a capacidade da *direita* em fazer o mesmo, é claro, com objetivos opostos.

Se realmente a guerra de guerrilha trouxe uma possibilidade de os *mais fracos* vencerem os *mais fortes*, para os *mais fortes* só restava, então, impedir que determinadas condições se estabelecessem. O que significa que antes de a *direita* lutar contra os fatos consumados, preferiu lutar contra as ideias geradoras desses fatos.

No início dos anos sessenta no Brasil, as ideias socialistas eram mais fortes do que as ações revolucionárias. O intelectual de esquerda produzia com vigor uma teoria para a *revolução brasileira* que tinha, de forma geral, uma base anti-imperialista e buscava no “povo brasileiro” a força revolucionária. Após o golpe de 1964, as formulações dos intelectuais de esquerda se afunilaram, mantendo o tom anti-imperialista e muitos defendendo a luta armada.

Assim, os intelectuais de esquerda organizaram inúmeras frentes de vanguarda que buscavam na guerrilha urbana reunir recursos para uma guerrilha rural, porque viam no trabalhador rural a potência revolucionária. Esse último ponto, inclusive, parece ser um dos principais objetivos dos intelectuais de esquerda: encontrar a classe capaz de desencadear a revolução.

Nesse sentido, a Revolução Cubana trouxe para os intelectuais de esquerda, de forma muito viva, a possibilidade de uma revolução anti-imperialista liderada por uma pequena vanguarda armada e com grande apoio popular. Portanto, a propaganda anti-imperialista parecia ser, tanto para a esquerda quanto para a direita, o primeiro passo para o socialismo. Se há uma mudança significativa na luta de classes entre o período anterior à Revolução Cubana e posterior a ela, é que depois dela os intelectuais de esquerda passaram a acreditar que a revolução na América Latina era possível, e que a bandeira do nacionalismo e anti-imperialismo redundariam no socialismo. Talvez seja por isso que o regime militar não tenha feito concessões a nenhum tipo de esquerda<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Desta forma, o regime militar não via apenas a esquerda declaradamente revolucionária como perigosa (Ação Popular, PC do B, setores do PCB e trotskistas), mas também a esquerda nacionalista, ligada a João Goulart e a Brizola, assim como o próprio PCB, mesmo dentro da perspectiva da coexistência pacífica.

Ao que tudo indica, parte da esquerda dos anos setenta incorporou uma diversidade de discursos provenientes dos movimentos ocorridos no final dos anos sessenta na França e nos Estados Unidos. Provavelmente por isso, o intelectual de esquerda passou a se preocupar mais efetivamente com as alteridades, com as minorias, formulando projetos mais plurais e democráticos. Assim, a chamada “imprensa alternativa” nos anos setenta foi um bom exemplo desse tipo de ativismo, já que expressava não apenas a convivência democrática entre várias correntes da esquerda brasileira, mas também a diversidade de discursos e de visões de mundo em periódicos como o **Versus**, o **Movimento** e o **Em Tempo**, que foram instrumentos valiosos na luta pela redemocratização do país.

Portanto, por mais que se fale na crise do socialismo nos anos oitenta, antes disso, os intelectuais de esquerda tinham agregado em suas produções elementos muito diversos – tolerância, respeito às diferenças e à individualidade –, não perdendo nunca o horizonte de transformação social. O que se pode observar, muito preliminarmente, é que a função e o objetivo do intelectual de esquerda dos anos oitenta foi manter um diálogo direto com as massas, que cresciam e se tornavam uma força política sem precedentes na história do Brasil.

É por isso que a prática da produção de periódicos continuava viva na esquerda revolucionária dos anos oitenta e, apesar de ter um caráter bastante distinto dos jornais alternativos (dos anos setenta), esses periódicos foram o instrumento que os intelectuais revolucionários usaram para se aproximarem das massas, que estiveram tão distantes e tão descoladas dos movimentos de esquerda.

Esse processo de reencontro dos intelectuais revolucionários com as massas nos anos oitenta ocorreu, em grande parte, devido ao forte desenvolvimento da indústria automobilística no ABC paulista, o que gerou o crescimento da classe trabalhadora. Associado a isso, o processo de luta pela redemocratização do país garantiu a possibilidade de uma militância relativamente aberta, a qual propiciou que os intelectuais revolucionários pudessem se organizar e se enraizar no meio daquela classe.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os periódicos de esquerda pesquisados colocavam a classe trabalhadora como o dínamo da

transformação social, o que significa dizer que toda a interpretação feita sobre a *revolução brasileira* dos anos oitenta passa, necessariamente, por ela.

Um dos principais objetivos daqueles intelectuais redatores da imprensa revolucionária parece ser a busca por uma espécie de força propulsora da Revolução. Essa busca quase que obsessiva tem sido, desde a época de Marx, o esforço primordial dos articuladores do pensamento revolucionário. Muitas vezes, na falta dessa força, o intelectual acaba tentando forjá-la ou, ainda, apontar os caminhos para que essa força se estabeleça e possa agir de forma revolucionária.

Löwy, em seu livro **A teoria da revolução no jovem Marx** (2002), refere que foi ainda na *Gazeta renana*, da qual Marx era editor, que este se desiluiu com a burguesia liberal, na qual se encontravam os próprios acionistas do jornal e os deputados (que não tomavam uma posição favorável à liberdade de imprensa frente ao governo prussiano). Essa desilusão, somada ao seu afastamento do jornal, sua ida para a França em 1844 e seu contato com os movimentos do proletariado francês, foi o que forneceu a Marx as bases para a sua teoria revolucionária<sup>14</sup>. E é isso que se torna o grande diferencial da teoria marxista, ou seja, quando Marx percebeu a potência revolucionária do proletariado, encontrou o caminho do materialismo histórico.

Aqui no Brasil, esse processo se dá com toda a produção teórica dos intelectuais de esquerda desde os anos vinte até os anos oitenta. Encontrar a classe revolucionária ou apontar as condições para o seu desenvolvimento foi tarefa de Sodré, Caio Prado e Florestan Fernandes. Além deles, todas as organizações e partidos socialistas fizeram muitos esforços nesse sentido. Parece que, para o intelectual de esquerda, encontrar a classe revolucionária, ou potencialmente revolucionária, significava encontrar a chave da História.

Por esse motivo, para o estudo das transformações ocorridas nas concepções de revolução dos intelectuais de esquerda, é que foi escolhida a pesquisa sobre os periódicos da imprensa revolucionária, uma vez que tais periódicos se constituíram na síntese de um esforço para fazer circular ideias e debates num meio mais diversificado e não especializado. Dessa forma, esses intelectuais dirigiam-se ao público e procuraram disseminar ideias

---

<sup>14</sup> LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

anticapitalistas, ao mesmo tempo em que buscavam interpretações da realidade brasileira que se diferenciavam em muito daquelas da “grande imprensa”. Abre-se, assim, um leque de visões de mundo paralelas, como leituras menos comprometidas com a lógica do mercado, dos anunciantes, das empresas, governos etc. A escolha desses periódicos possibilita observar ainda, de edição em edição, a evolução do pensamento da esquerda revolucionária no Brasil.

É certo que um reduzido público consumidor de ideias no Brasil limitava bastante os debates e as discussões em geral, mas como demonstra Jacoby (1999)<sup>15</sup>, o intelectual que produz para o público é bem diferente do intelectual que produz para um círculo restrito de especialistas. Então, qual a função e os objetivos desses intelectuais e dos jornais nos quais escreviam na década de 80? E como essa função e esses objetivos se alteram, na medida em que as visões de revolução são, também, alteradas?

Trabalho com a hipótese de que, em decorrência da expansão e da consolidação do capital monopolista ocorridas nos anos setenta e oitenta, que ao mesmo tempo foram acompanhadas por uma profunda crise internacional, criou-se um quadro de forte descontentamento em relação à inflação, à dívida externa e ao regime militar. Esse quadro, por sua vez, foi potencializado pelo progressivo crescimento da classe trabalhadora brasileira, que acabou assumindo uma importância sem precedentes na história do Brasil, tornando-se o horizonte dos intelectuais de esquerda na constituição de suas perspectivas de transformação social. Dessa maneira, ocorreram mudanças nas concepções de revolução e na própria posição dos intelectuais dentro desses contextos. Ou seja, a ideia de revolução se transformou a partir das especificidades do nível de desenvolvimento capitalista brasileiro, como também pela relação dos intelectuais de esquerda com as novas ideias circulantes surgidas com a crise internacional do socialismo.

Segundo Norberto Bobbio (1997), “a tarefa do intelectual é a de agitar ideias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais; a tarefa do político é a de tomar decisões” (p. 82)<sup>16</sup>. Ao contrário dessa premissa, os intelectuais de esquerda estudados nesta pesquisa parecem ficar a meio

---

<sup>15</sup> JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais**. São Paulo: Edusp, 1999. p.18-19.

<sup>16</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

caminho entre as ideias e as decisões. Eles não só propõem e dão sugestões, mas também militam e tentam transformar a sociedade, assumindo um papel que não é apenas daquele intelectual “pensante” de Bobbio, mas também de um ativista político.

Para Michael Löwy (1979), os intelectuais revolucionários formam uma *categoria social* que geralmente provém da pequena burguesia. Entretanto, parece que não é exatamente a posição de classe que faz com que um intelectual se torne de esquerda, mas sim, uma postura ético-moral frente à sociedade capitalista<sup>17</sup>.

Lukács, em **Velha e Nova Cultura** (1978), demonstra bem esse processo. Para esse intelectual de esquerda, “A libertação do capitalismo significa a libertação do domínio da economia” (p. 3)<sup>18</sup>. Isso significa que toda produção cultural na sociedade capitalista acaba sendo determinada pela lógica do mercado. Significa também que todo produtor intelectual fica à mercê de uma determinação econômica que coloca a sua produção como mercadoria, tendo esse produtor de se adaptar às regras da concorrência e do lucro. Ou seja, sua produção na “velha cultura” do capitalismo não tem como fim os aspectos qualitativos, mas quantitativos.

A característica principal da organização social capitalista deveria ser buscada então no fato de que a vida econômica deixou de ser um instrumento para a função vital da sociedade e se colocou no centro: se converteu em fim em si mesmo, o objetivo de toda a atividade social. A primeira consequência, e a mais importante, é a transformação da vida social em uma grande relação de troca; a sociedade em seu conjunto tomou a forma de mercado. Nas distintas funções da vida, tal situação se expressa no fato de que cada produto da época capitalista, como também todas as energias dos produtores e dos criadores, reveste a forma de mercadoria. Cada coisa deixou de valer em virtude de seu valor intrínseco (por exemplo, valor ético, valor artístico): tem valor unicamente como coisa vendável ou adquirível no mercado. Tudo o que este realizou destrutivamente sobre toda a cultura – expressando-se esta seja em atos, em criações de obras de arte, ou em instituições – é algo que não exige análises ulteriores. Da mesma maneira que a independência dos homens das preocupações de sustento e a livre utilização de suas próprias forças como fim

---

<sup>17</sup> LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo: Lech Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.

<sup>18</sup> LUKÁCS, György. **Velha e nova cultura. Revolución y Antiparlamentarismo**. México: Ediciones Pasado y Presente, 1978. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

em si são a condição humana e social preliminar da cultura, assim tudo o que a cultura produz pode ter valor cultural autêntico só quando tem valor para si. No momento em que assume o caráter de mercadoria e entra no sistema de relações que o transforma em mercadoria, cessa ainda sua autonomia, a possibilidade da cultura (LUKÁCS, 1978, p. 4) <sup>19</sup>.

Nesse sentido, ao contrário da classe trabalhadora, que poderia aderir ao socialismo a partir de sua experiência de exploração socioeconômica, o intelectual, como categoria social, passa para uma posição socialista a partir do rompimento com valores éticos e culturais.

Assim, presume-se que o intelectual de esquerda e redator de periódicos revolucionários dos anos oitenta tenha passado, em algum momento, por um processo de adesão ao marxismo que o fez romper com as possibilidades de “sucesso” propiciadas por uma educação diferenciada da maioria da população (que provavelmente garantiria a ele uma posição privilegiada dentro da ordem capitalista) para buscar, através da disseminação de suas ideias, a construção de uma “nova cultura”.

Tal fato acima presumido significa que muitos desses intelectuais não estavam exatamente insatisfeitos com a sua posição econômica, mas com a marginalidade de sua produção intelectual. Como será visto posteriormente, essa marginalização dos intelectuais marxistas se deu inicialmente por conta do regime militar, que restringia a circulação de suas ideias, e depois, devido à impossibilidade de divulgarem suas ideias pela grande imprensa ou pelo meio de comunicação dominante – a televisão.

No contexto brasileiro, entretanto, parece que esse rompimento com a ética capitalista ocorre nos intelectuais de esquerda através da ruptura com o tipo de cultura produzida no capitalismo, e faz com que esses intelectuais não meçam esforços para criar os caminhos para a classe trabalhadora (ou outras forças) fazer o mesmo, através da ruptura com o modo de produção capitalista. No entanto, o que interessa realmente aqui é que os caminhos para se chegar a essa ruptura são diferentes para intelectuais e classe trabalhadora. Talvez esteja aí a dificuldade de diálogo entre um e outro. De qualquer forma, é importante ressaltar que uma das tentativas de diálogo certamente ocorreu

---

<sup>19</sup> Ibidem.

com o *matraquear das máquinas de escrever*<sup>20</sup> e a vontade de mudar o mundo, através das linhas dos periódicos da imprensa revolucionária nos anos oitenta.

Isso abre um campo de interpretação que parte do fato de que as ideias que acabavam predominando na sociedade eram justamente as ideias burguesas e capitalistas, e tudo o que se encontrava fora disso se tornava marginalizado. Sendo assim, para que as ideias de um intelectual revolucionário pudessem circular na sociedade, era necessária uma disputa pelo poder e, conseqüentemente, uma transformação social profunda. Os intelectuais acabavam encontrando essa transformação nas bases do marxismo e, portanto, no ativismo político. Assim, os intelectuais que estudo, produtores dos jornais revolucionários, são

[...] personagens culturais – criadores ou mediadores, ou ainda divulgadores, pouco importa – mas sempre situados como *peçoas políticas*. O que importa é, sobretudo, a função que eles desempenham na sociedade – neste sentido os intelectuais são sempre *men of ideas* (REIS FILHO, 2000, p. 12)<sup>21</sup>.

Nessa caracterização, incluiria ainda que o intelectual revolucionário é também um produtor de ideias guiado por convicções anticapitalistas, com uma ética baseada em valores qualitativos.

É por isso que para a análise dos intelectuais revolucionários – e que tinham fundado ou que estiveram dispostos a colaborar em jornais, como os selecionados para esta pesquisa – é importante se ir muito além dos aspectos econômicos. É necessário trabalhar com a categoria de *totalidade*<sup>22</sup>, o que implica em alguns cuidados:

1. As visões de mundo expressas nesses periódicos somente podem ser vistas a partir da compreensão de que foram produzidos por um

<sup>20</sup> Luiza Villaméa, em seu texto “Revolução Tecnológica e Reviravolta Política” (2008), constrói muito bem o cenário das redações dos jornais na transição do “adeus às pretinhas” e a introdução do computador, na passagem dos anos oitenta para os noventa: “O barulho marcou as redações brasileiras durante décadas. No fechamento de cada edição, o matraquear das máquinas de escrever misturava-se às discussões acaloradas, ao som estridente de campainhas e à gritaria geral” (p. 249). In: LUCA, Tânia Regina de & MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

<sup>21</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 6-7.



conjunto de intelectuais ligados a uma ideologia comum, com propósitos e interesses semelhantes. Nesse sentido, a origem dos intelectuais, o lugar que ocupam na sociedade, a classe da qual são provenientes, o seu círculo de relações e suas influências teóricas são a base para uma leitura global de suas ideias;

2. As visões de mundo desses intelectuais devem ser vistas dentro de um contexto da totalidade histórica, ou seja, levando em conta as questões referentes à luta de classes, às relações de produção e aos conflitos políticos de um determinado processo;
3. O rompimento de uma visão economicista da história, buscando o todo social e colocando os fatos isolados dentro do contexto histórico;
4. A análise da totalidade implica também no rompimento com a compartimentalização do conhecimento, ampliando uma leitura em direção à sociologia, à política e à economia, mesmo sendo esse trabalho eminentemente histórico.

Os anos oitenta ainda são uma lacuna em nossa historiografia. O reduzido número de trabalhos e pesquisas desse período provavelmente remete aos problemas e especificidades da própria *história do tempo presente*, como se os anos oitenta ainda não tivessem virado história. A *história do tempo presente* tem apresentado inúmeras especificidades metodológicas e epistemológicas. Aparece como estudo de um tempo inacabado e tensionado por inúmeras subjetividades. Um tipo de história que não oferece a possibilidade de retrovisão<sup>23</sup>, ou seja, de avaliação a partir das consequências de um determinado acontecimento. Entretanto, Hobsbawm (1998) afirma que pouca gente negaria o fato de que o fim do socialismo soviético teria encerrado uma época na história da humanidade<sup>24</sup>.

O historiador do *tempo presente* tem a necessidade de controlar as subjetividades, como se essa temporalidade trouxesse em si um campo maior de subjetividades na relação com a *história do passado*. No entanto, de acordo com Dosse (2003), na *história do tempo presente* o historiador vive sob um

---

<sup>23</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 249.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 250.

permanente controle<sup>25</sup> de atores e espectadores que, ao contrário do que parece, dão legitimidade ao trabalho do historiador, limitando as subjetividades nessa temporalidade. Conforme Sirinelli (apud CHAUVEAU & TÉTARD, 1999), “assumir a subjetividade é meio caminho andado para controlá-la” (p. 29)<sup>26</sup>.

Segundo François Dosse, em **A História**,

[...] Heródoto substitui o trabalho de investigação (históriê) desenvolvido por um personagem até então desconhecido, o histor, que tem por tarefa retardar o desaparecimento dos traços da atividade dos homens. Nos dois casos, trata-se de aprisionar a morte, socializando-a [...] (DOSSE, 2003, p. 13)<sup>27</sup>.

Essa perspectiva da socialização do ausente coloca o estudo do passado “ainda vivo” dos homens em suspensão. *A história do tempo presente* aparece com uma epistemologia e uma metodologia própria que entra numa área de conflito com a imagem da *história como aprisionamento da morte*. Nesse sentido, encontrei três elementos que explicitam essa especificidade nesse estudo e que, ao mesmo tempo, servem como elementos problematizadores dessa investigação:

1. *A presença das testemunhas*: a maioria dos atores e espectadores dos acontecimentos ocorridos nos anos oitenta ainda está viva;
2. *A presença do historiador*: durante o final dos anos oitenta, presenciei de forma consciente e “madura” os acontecimentos estudados<sup>28</sup>;
3. *A presença dos pares*: os historiadores que irão legitimar este estudo (a instituição da história) também fizeram parte dos acontecimentos como testemunhas.

Essas três *presenças* tornam a zona do consenso histórico na *história do tempo presente* diferente da *história do passado*? O estudo da *história do*

<sup>25</sup> DOSSE, François. **A História**. Bauru-SP: EDUSC, 2003. p. 175.

<sup>26</sup> CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU; TÉTARD (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

<sup>27</sup> DOSSE, François. **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

<sup>28</sup> O autor, nesse momento, trabalhou numa pequena fábrica de beneficiamento de artigos para calçado. Iniciou seus primeiros contatos com o sindicato dos sapateiros de Novo Hamburgo, filiando-se ao Partido dos Trabalhadores em 1988 e, posteriormente, militando no movimento estudantil secundarista e universitário.

*tempo presente* entra em conflito com a imagem de Dosse, na medida em que o passado ainda é vivo e, portanto, não pode estar completamente acabado para ser aprisionado? A *história do tempo presente* é mais tensionada pelo fato de que as *presenças* acentuam as subjetividades?

Apesar das especificidades epistemológicas e metodológicas próprias, “[...] a história do presente é antes de tudo história [...]: importa considerar que por seus objetivos, seus métodos, suas fontes, a *história do presente* não difere em nada da história do século XIX” (BERNSTEIN, 1999, p. 27)<sup>29</sup>.

Quando se pensa a história dos anos oitenta, os atores, os espectadores, enfim, a maioria das testemunhas está viva e lúcida. No entanto, a *presença das testemunhas* parece implicar em mais vantagens do que em desvantagens: primeiro, porque possibilita a ampliação das fontes, na medida em que os atores podem apontar a localização de documentos. Muitas vezes, abrir uma gaveta num porão significa abrir um arquivo. Segundo, a *presença das testemunhas* pode esclarecer dúvidas, explicitar elementos não-textuais, como as relações de poder entre os redatores de um determinado periódico<sup>30</sup>. Assim, isso também significa que o historiador

[...] tem chance de poder trabalhar sob controle de testemunhos do acontecimento que analisa. Esta interatividade entre o historiador confrontado com sua pesquisa de campo, à maneira do sociólogo, coloca este último em boa posição “para fazer uma história objetiva da subjetividade” (DOSSE, 2003, p. 175)<sup>31</sup>.

Os efeitos desse controle podem garantir que mesmo os discursos derrotados permaneçam vivos, sem os filtros das posições dominantes e vencedoras, podendo-se confrontar a maioria dos discursos existentes sem o perigo da limitação de “fontes oficiais”. Uma espécie de controle dos vivos sobre a memória.

Mas cabe ainda um cuidado. Esta pesquisa se confronta com a defesa de programas partidários, de projetos políticos e de interesses pessoais.

<sup>29</sup> BERNSTEIN, Serge. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

<sup>30</sup> Apesar de esse trabalho não lidar com a metodologia de fontes orais, na maioria das vezes que procurei um periódico, encontrei-o nas sedes de partidos de esquerda, e sempre tive a oportunidade de dialogar diretamente com testemunhas da época.

<sup>31</sup> DOSSE, François. **A História**. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

Portanto, as escolhas feitas no passado comprometem diretamente determinadas posturas adotadas hoje. Nesse sentido, a fonte oral não será usada aqui. Isso significa dizer que, sem desmerecer essa metodologia, o testemunho como fonte oral não será usado como evidência, mas sim, como contribuição para a busca dos indícios<sup>32</sup>: servirá apenas para apontar caminhos, indicar uma pista, um vestígio a ser seguido. Portanto, as fontes pesquisadas aqui são eminentemente escritas. Dessa forma, a *presença das testemunhas* pode contribuir duplamente com esta pesquisa, com a qualidade e apontamento das fontes e, ao mesmo tempo, como uma espécie de apoio crítico permanente.

A principal questão da *presença do historiador* remete à presença física e consciente do historiador nos acontecimentos estudados, configurando como principal problema o fato de que essa presença pode comprometer a objetividade da narrativa histórica.

Antes disso, entretanto, o interesse por objetos de pesquisa da *história do tempo presente* necessita de um interesse também por parte das instituições históricas, como linha de pesquisa, como será visto.

Essa mediação entre o interesse de um pesquisador e o interesse das instituições da história, parte, muitas vezes, de questões postas pelo próprio presente, como foi o caso de René Remond e sua pesquisa sobre *as direitas*, que teve relação direta com determinantes conjunturais e preocupações oriundas das tensões políticas do presente. “No meio dos anos 50, o trabalho do historiador René Remond sobre as direitas, por mais isolada que fosse, recebia uma acolhida favorável e emblemática” (FRANK, 1999, p. 13)<sup>33</sup>.

Assim, as linhas de pesquisa dos historiadores e de suas respectivas instituições podem ter motivações postas por necessidades do presente. A conjuntura nacional recente, por exemplo, com um operário oriundo das lutas dos anos oitenta ocupando a presidência da República; a ascensão de governos latino-americanos que retomam discussões como a questão da revolução; os movimentos guerrilheiros, como as FARC, instigam pesquisas que busquem as linhas de continuidade e as rupturas entre essa conjuntura e o

---

<sup>32</sup> FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru-SP: EDUSC, 1999. p. 106.

<sup>33</sup> Ibidem.

passado recente.

Entretanto, parece que o principal problema não é a escolha do objeto de pesquisa do historiador, mas o fato de que a presença do historiador nos acontecimentos pode interferir nos resultados da pesquisa histórica. Segundo Löwy (1987), a forma de olhar do historiador para um determinado objeto

[...] é condicionado não somente por sua posição de classe, mas também por outras determinações, por outras pertinências sociais não-classistas relativamente autônomas com relação às classes sociais: nacionalidade, geração, religião, cultura, sexo. Sua visão é desviada também por sua vinculação a certas categorias sociais (burocracia, estudantes, intelectuais etc.) ou a certas organizações (partidos, seitas, igrejas, círculos, confrarias) (LÖWY, 1987, p. 204)<sup>34</sup>.

A compreensão de que a subjetividade sempre está presente e de que a forma de olhar do historiador é única, e muitas vezes dependente dela, deve ser levada em conta. Porém, segundo Löwy (1987), a objetividade não pode depender da visão social de mundo do historiador, mas de determinados procedimentos comuns a todos os cientistas<sup>35</sup>. Portanto, não é a presença do historiador como espectador ou ator que torna a *história do tempo presente* menos objetiva que a *história do passado*, não sendo esse um bom ponto de partida para uma epistemologia da *história do tempo presente*.

Como foi referido logo acima, a escolha da temporalidade – no caso, a *história do tempo presente* – necessita de referendo institucional, ou seja, um interesse dos outros historiadores nessa temporalidade. Parece que o interesse por uma determinada cronologia depende do interesse das escolas da história, como demonstram Agnès Chauveau e Philippe Tétard (1999). Na medida em que a *história do tempo presente* era marginalizada, esse debate era apenas marcado pela ausência. Em determinadas escolas, por exemplo, o interesse era outro:

<sup>34</sup> LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

<sup>35</sup> Segundo Löwy: “Outros princípios são próprios de cada ciência; eles estabelecem, com relação a um objeto determinado, os procedimentos que permitem a reunião, o controle, a análise e a interpretação dos dados empíricos. Estes princípios são objetivos e devem ser respeitados por todos os cientistas, qualquer que seja sua visão social de mundo. Independentemente de seu ponto de vista de classe, o historiador sabe que ele deve poder provar suas afirmações por um certo número de documentos, que um testemunho isolado é insuficiente e deve ser confrontado com outros, que deve respeitar a cronologia no estudo da causalidade etc.” (LÖWY, 1987, p. 206).

Considerando as estruturas duráveis como mais reais e mais determinantes que os acidentes de conjuntura, os fenômenos de longa duração como mais decisivos do que os movimentos de curto alcance, erodindo a cadeia factual com o propósito de substituí-la pelo sentido econômico e social do tempo, essa “escola” histórica ignorou frequentemente o contemporâneo, a *fortiori* o presente e imediato (CHAUVEAU & TÉTARD, 1999, p. 10)<sup>36</sup>.

Apesar do alargamento do interesse sobre a *história do tempo presente*, parece que ela ainda carece de legitimidade, sendo sempre posta em xeque. Como no filme de Bergman, **O sétimo selo** (1956), quando a morte aparece para um cavaleiro medieval e este a desafia para uma partida de xadrez no intuito de prolongar a própria vida. É como se perguntássemos para uma determinada conjuntura se ela está madura o suficiente para morrer ou para virar história. É claro que não perguntamos para a conjuntura especificamente, mas para os outros historiadores, para os nossos pares, ou melhor, para o que Certeau (1982) chama de instituição histórica<sup>37</sup>. No caso específico desta pesquisa, os atores dessa instituição histórica estiveram presentes nos acontecimentos estudados; é o que chamo de a *presença dos pares*.

A primeira impressão é a de que os vivos resistem muito para aceitar que um determinado acontecimento, ocorrido ao longo de suas próprias vidas, seja dado como acabado. Ou que, no plano de suas próprias existências, em um dado momento seja possível colocar um ponto final. A *história do tempo presente* aparece, então, quase como uma antecipação da própria morte. É claro que antes, essas imagens remetem a planos ideológicos, de poder e de verdade, e estão permeadas por discursos que vencem e que são derrotados. Essa questão, por sua vez, remete à possibilidade de disputa de uma determinada posição no conjunto das pesquisas em história.

Löwy (1987) afirma:

<sup>36</sup> CHAUVEAU, Agnes & TÉTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

<sup>37</sup> Segundo Michel de Certeau em **A Escrita da História**: “Entre muitos outros, estes traços remetem o ‘estatuto de uma ciência’ a uma situação social que é o seu *não-dito*. É, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se origina silenciosamente [...]. Por exemplo, o *nós* do autor remete a uma convenção [...]. No texto ele é a encenação de um contrato social ‘entre nós’. É um sujeito plural que ‘sustenta’ o discurso” (CERTEAU, 1982, p. 71).

No seio de uma única e mesma ciência humana, encontram-se também níveis bastante diversos de tensão ideológica: é muito fácil conceber uma história (relativamente) “neutra” das guerras do Peloponeso do que da Revolução Francesa (ou Russa) (LÖWY, 1987, p. 192)<sup>38</sup>.

Assim, poder-se-ia concluir que o grau de tensão ideológica cresce em direção à *história do tempo presente*? Ao pesquisar acontecimentos testemunhados pelos pares, acabar-se-ia colocando o objeto num campo pantanoso capaz de pôr em risco a legitimidade da pesquisa? Ou esse campo pantanoso está inscrito apenas em uma disputa pela verdade ou pela vitória de um determinado discurso e seria traduzido, em última instância, por lutas ideológicas?

Ao contrário de Löwy, acredito que as tensões ideológicas existam tanto na *história do tempo presente* quanto na *história do passado*, e que esses níveis de tensão ideológica não variam tanto assim. A grande dificuldade, portanto, não está nas pressões das lutas ideológica dentro da temporalidade, mas fora dela. É na legitimação da própria temporalidade como história, de algo que ainda está vivo e que reluta em se tornar definitivo, mas que também reluta em pensar a escritura da história como algo que nunca é definitivo. Ao mesmo tempo, compreendo que esta dificuldade é posta por uma ideia quase que fatalista da história, como define Dosse (2003):

A escritura historiadora desempenha o papel de rito de enterro. Instrumento de exorcismo da morte, ela o introduz no centro de seu discurso e permite, simbolicamente, que uma sociedade se situe, equipando-se de uma linguagem sobre o passado. O discurso histórico nos fala do passado para enterrá-lo. Ele tem, segundo Michel de Certeau, a função de túmulo, no duplo sentido de honrar os mortos e participar de sua eliminação da cena dos vivos (DOSSE, 2003, p. 86)<sup>39</sup>.

Apesar de Dosse construir uma imagem reveladora da história, acaba problematizando a *história do tempo presente*. A presença física dos pares nos acontecimentos como espectadores não coloca de forma alguma a legitimidade da pesquisa em xeque. Existem procedimentos institucionais que não permitem isso. No máximo, existe uma disputa no campo das interpretações, nas lutas

<sup>38</sup> LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

<sup>39</sup> DOSSE, François. **A História**. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

para impor a vitória de determinados regimes de verdade. Regimes de verdade que, assim como a *história do tempo presente*, estão inacabados.

O mais importante é que a legitimidade dos resultados da *história do tempo presente* deva ser construída pelo historiador na medida em que ele procure romper com o senso comum, mas também que busque uma zona de consenso mínimo de cientificidade entre seus pares.

A história não pode ser vista nunca como algo acabado, mas como construção permanente do passado, e aí, de qualquer passado. A história tende, desde Heródoto, a buscar uma *morte gloriosa*, e a história já cumpriu este papel: “[...] é mais vantajoso para o homem morrer do que viver” (SOLON apud HERÓDOTO, 1950, p. 18)<sup>40</sup>, teria dito Sólon, segundo relato de Heródoto.

Teria sido esse o objetivo de Heródoto ao escrever a sua **História**? Glorificar os feitos dos homens mortos? Segundo ele, Sólon dizia que a felicidade estava diretamente relacionada ao julgamento depois da morte, afirmando que para ser considerado um homem feliz, era necessário que o mesmo estivesse morto<sup>41</sup>. Entretanto, não se pode perder de vista o fato de que a própria **História** de Heródoto foi uma *história do tempo presente*.

Para os acontecimentos nos quais se trabalha com a *história do tempo presente*, falta realmente uma morte gloriosa. Todavia, se a *história do tempo presente* não pode dar aos seus pares um parecer derradeiro, ela pode ser considerada, pelo menos, como uma espécie de *extrema-unção*.

O historiador de todos os tempos continua sendo influenciado pelas questões do presente, imerso em sua classe, em seu país e em suas ideologias. A produção historiográfica continua partindo da perspectiva do triplo presente de Santo Agostinho, citado por Dosse: “Para Santo Agostinho, portanto, só há futuro e passado por meio do presente” (DOSSE, 2003, p. 152)<sup>42</sup>.

Espero que minhas convicções não atrapalhem o desenvolvimento desta pesquisa, e que ao fim, possa concordar com Hobsbawm na introdução de sua

<sup>40</sup> HERÓDOTO. **História**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson inc., 1950.

<sup>41</sup> O homem feliz é aquele que: “esteja no uso de todos os seus membros, goze de boa saúde, não sofra nenhum desgosto e seja feliz com seus filhos; se a todas essas vantagens acrescentardes a de uma morte gloriosa, aí tereis o homem que procuras. Mas, antes da morte, evitai julgá-lo; não lhe deis esse nome”. HERÓDOTO. **História**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson inc., 1950. p. 19.

<sup>42</sup> DOSSE, François. **A História**. Bauru-SP: EDUSC, 2003.



obra **Nações e Nacionalismo** (1990): “Felizmente, ao começar a escrever este livro, não precisei deixar minhas convicções não históricas de lado” (p. 22)<sup>43</sup>.

As fontes desta pesquisa são basicamente os periódicos da esquerda revolucionária dos anos oitenta, os já citados jornais: **Em Tempo**; **Convergência Socialista**; **Tribuna da Luta Operária**; e **A Classe Operária**. Além desses periódicos, procuro a complementação documental em resoluções de congressos e conferências, como é o caso dos documentos do PC do B reunidos em um livro intitulado **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro** (2000), que reúne documentos partidários de 1960 a 2000. Faço uso, ainda, do livro publicado pelo Partido dos Trabalhadores, **Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-1998** (1998), além da revista **Teoria e Debate** – que foi a base documental de minha dissertação de mestrado: **A esquerda brasileira no contexto do fim da guerra fria** (2002) – e outras revistas e jornais publicados pelos intelectuais estudados. Encontrei também, no Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS, alguns exemplares dos jornais que precederam os periódicos ora estudados, como o **Versus**, o **Movimento**, entre outros. Utilizo ainda a reunião de documentos sobre a esquerda latino-americana organizados por Michael Löwy, **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais** (1999).

Existe também o uso de fontes primárias nas análises acerca da *revolução brasileira*, como aquelas reunidas por Daniel Reis Filho em **Imagens da Revolução** (2006), assim como os **Escritos de Marighella** (1979) e a obra de Nelson W. Sodré, **Formação Histórica do Brasil** (1982). Há ainda, de Caio P. Júnior, **A revolução brasileira** (2004) e os textos de Florestan Fernandes, **Revolução Burguesa no Brasil** (2006) e **O que é revolução** (1981).

Em termos de minha documentação específica, encontrei toda a coleção do jornal **Em Tempo** no Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, e grande parte da coleção do jornal da **Convergência Socialista** na sede do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em Porto Alegre. Os jornais **Tribuna da Luta Operária** e **A Classe Operária** são encontrados no comitê estadual e municipal do PC do B, também em Porto Alegre. A sistematização das fontes consiste em sua digitalização, a partir da fotografia.

---

<sup>43</sup> HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo**: desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

As minhas fontes são certamente os principais jornais que substituíram a imprensa alternativa dos anos setenta e que continuaram cumprindo um papel de contraponto à “grande imprensa”. Como será visto, são alguns dos principais meios de resistência ao capitalismo, à ordem estabelecida e às ideologias dominantes. São também os meios que deram voz aos intelectuais proscritos, aos operários, aos sem-terra, enfim, aos excluídos. São jornais que se dirigem a um público relativamente amplo, mas todos são produzidos por intelectuais revolucionários.

Os cuidados necessários para a análise desse tipo de fonte residem, principalmente, na observação atenta de uma espécie de maximização das ações da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, da crise do capitalismo. Outro aspecto que deve ser levado em conta, no que diz respeito aos jornais mencionados, seria uma recorrente tendência a expandirem – ou trasladarem automaticamente – a análise daquilo que muitas vezes é próprio das especificidades do ABC paulista para o resto do país. Portanto, cabe aqui um cuidado interpretativo, ao mesmo tempo em que se cria a necessidade de cruzamentos com outras fontes.

Busco, nesses jornais, os seguintes elementos para a análise:

1. Os debates sobre a própria posição do intelectual na redação dos periódicos, seus objetivos e sua função;
2. As visões de mundo relacionadas às leituras da realidade brasileira e à evolução dos debates sobre a *revolução brasileira*;
3. As principais temáticas e como são feitas as abordagens dessas temáticas, além de procurar a relação entre o jornal e o seu público alvo;
4. O perfil dos jornais de acordo com seus redatores e editores;
5. O jornal como forma de resistência anticapitalista, sua distribuição, número de assinantes, público leitor, formato do jornal, diagramação etc.;
6. O impacto da crise do socialismo internacional a partir de 1989 e suas consequências.

A bibliografia sobre esses periódicos ainda é insuficiente, como também é insuficiente a pesquisa sobre os anos oitenta no Brasil. Todavia, encontramos

em **História do Marxismo no Brasil, vol. 6: partidos e movimentos após os anos 1960** (2007), organizado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis, dois textos bastante significativos: **Os trotskismos no Brasil: 1966-2000**, de Dainis Karepovs e Murilo Leal, com muitos indicativos sobre a imprensa trotskista dos anos oitenta; e **Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política**, de Jean Rodrigues Sales, que não trata diretamente a imprensa como fonte, mas além de abordar a história do PC do B nos anos oitenta, faz algumas referências sobre o jornal **A Classe Operária**.

Nessa mesma linha, o livro organizado por Leslie Bethel, **História da América Latina, vol. 7 – A América Latina após 1930: Estado e Política** (2009), contribui com muitos textos; entre eles: **Os Militares na Política Latino-Americana Após 1930**, de Alain Rouquié, que possibilita um panorama geral da interferência militar na América Latina e que debate também o processo de redemocratização nos anos oitenta; **A Classe Trabalhadora Urbana e o Movimento Trabalhista na América Latina após 1930**, de Ian Roxborough, que discute e situa o conceito de “classe trabalhadora”, utilizado aqui para os anos oitenta, no contexto de industrialização nesse período; e por último, **A Esquerda na América Latina Após 1920**, de Alan Angell, que traça a trajetória das principais tradições da esquerda latino-americana e brasileira, como a história dos PCs e dos trotskistas.

Existem estudos bastante importantes sobre a imprensa alternativa dos anos setenta que contribuem muito, não só com a metodologia das abordagens que pretendo realizar, como também com a compreensão da evolução da imprensa revolucionária no Brasil. Provavelmente, o livro de Nelson Werneck Sodré, **História da imprensa no Brasil**<sup>44</sup>, seja o mais completo sobre o tema. A obra esteve longe das livrarias por 15 anos e ganhou uma quarta edição em 1999, lançada poucos meses antes da morte do autor. Essa nova edição traz um novo capítulo sobre a imprensa atual (década de noventa) e, segundo Sodré, o livro é fruto de 30 anos de pesquisa.

De acordo com o autor acima mencionado, a imprensa brasileira sofreu grandes alterações nos últimos anos, alterações estas que acompanham as transformações do próprio sistema capitalista. Para entender essas mudanças,

---

<sup>44</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.

no entanto, seria necessário distinguir a imprensa dos meios de comunicação de massa. A primeira, jornais e revistas, habitualmente consumidos por uma pequena parcela da população, ao contrário do segundo, televisão e rádio, ainda que a imprensa e os meios de comunicação de massa tenham, na maioria das vezes, se fundido e se tornado uma mesma empresa, um oligopólio da informação.

Ao mesmo tempo, os pequenos jornais perderam espaço ou foram absorvidos pelos maiores. Segundo a análise de Sodré, essas grandes empresas de comunicação substituíram o uso da força/violência, que era habitualmente usada pelos militares no Brasil em momentos de “crise” para “restaurar a ordem”, pelo convencimento da informação. Outra característica da grande imprensa seria a uniformidade de opiniões entre os grandes jornais, que não estariam mais preocupados em produzir informação a partir dos interesses do público leitor, mas sim, dos anunciantes. Sodré define os meios de comunicação atuais no Brasil:

A informação instantânea, fornecida pelos meios de massa, deve ser completada pela informação calcada na análise, mais lenta, mas presumivelmente mais profunda (da grande imprensa). De qualquer maneira, todos esses meios, na sociedade capitalista, comercializam essa mercadoria especial que é a informação. São meios que vendem informação: quem controla a informação, controla o poder (SODRÉ, 1999, p. XV)<sup>45</sup>.

Essa análise gera interesse em minha pesquisa, porque no momento em que trato da imprensa alternativa ou da imprensa revolucionária, torna-se inevitável discutir o seu papel frente ao que se chama de “grande imprensa”. Nesse sentido, a imprensa revolucionária dos anos oitenta objetivava disputar, com essas grandes empresas de comunicação, a informação. A existência desses jornais, no entanto, nunca chegou a ameaçar a “grande imprensa”, já definitivamente amarrada à televisão que, nos anos oitenta, já ocupava um lugar privilegiado de controle e disseminação da informação.

O mais recente livro sobre o tema é homônimo ao de Sodré, **História da Imprensa no Brasil**<sup>46</sup>, de 2008, organizado pelas professoras Ana Luiza

---

<sup>45</sup> Ibidem, p. XV.

<sup>46</sup> MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

Martins e Tânia Regina de Luca, do qual faço uso, principalmente, do texto **Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo**, de Flavio Aguiar. Todavia, dou créditos a toda a metodologia proposta por elas, que serviu como base para esta pesquisa.

Na obra citada, as autoras/organizadoras buscam o preenchimento de uma lacuna formada pelas raras abordagens sistemáticas do “processo midiático” no Brasil. São abordagens que objetivam um olhar de dentro das redações dos periódicos: a divisão do trabalho, as relações de poder entre os editores e os redatores, entre o mercado, os recursos e a política. Tratam ainda dos aspectos visuais da diagramação; as formas de impressão, o maquinário e a distribuição. Além de também complementarem esse estudo com outras fontes para a reconstituição da história da imprensa no Brasil tornando, assim, o próprio periódico, fonte e objeto.

No texto de Flavio Aguiar, pode-se observar a reconstituição do fio que ligava os jornais **Opinião, Movimento e Em Tempo**, e de como se metamorfosearam, desviando-se de seus projetos iniciais de “frentes jornalísticas”, nas quais havia uma certa autonomia de seus redatores, para tornarem-se jornais de uma única posição política. Flávio Aguiar participou ativamente da “imprensa alternativa” dos anos setenta. Segundo ele, por mais que os espaços vividos dentro das redações dos jornais alternativos tenham sido os únicos possíveis para muitos jornalistas em função da censura e da repressão, não quer dizer que as ideias podiam circular livremente a partir desses jornais, pois estes eram mutilados pela censura prévia de acordo com interesses conservadores<sup>47</sup>.

Outro debate que pode ser levantado a partir desse autor é justamente o caráter alternativo de tais jornais. São alternativos porque eram a única opção para os jornalistas, intelectuais e ativistas políticos se expressarem? Ou são alternativos porque apresentavam uma visão de mundo diferente da “grande imprensa” e do governo? É provável que a resposta seja sim para as duas perguntas, mas do meu ponto de vista, o que fazia a especificidade desses

---

<sup>47</sup> AGUIAR, Flavio. *Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 236-237.

jornais consistia no fato de que todos os seus redatores lutavam por uma única causa comum – a democracia.

Nesse sentido, a redemocratização dos anos oitenta se configurou na *Waterloo* dos alternativos, mas o processo de redemocratização não resultou na imediata e correlata abertura de espaços para a liberdade de expressão na “grande imprensa”. Então, a imprensa de esquerda dos anos oitenta continuava a cumprir esse papel alternativo, porém com outros objetivos, afastando muitos jornalistas e intelectuais que se diziam independentes das forças políticas que dominaram os jornais de esquerda no final da década de setenta.

Entretanto, a “grande imprensa”, que tinha apoiado em massa o regime militar, continuava funcionando a partir da lógica dominante na década de oitenta. Apesar de possibilitar espaços, colunas, artigos para articulistas mais à esquerda, no contexto geral das publicações desse tipo de imprensa, ele permanecia – apesar de ovacionar o processo de redemocratização – sobretudo, conservador. Assim, os espaços continuavam fechados para muitos intelectuais nos anos oitenta, principalmente para aqueles que se colocavam como anticapitalistas. Portanto, se há uma diferença substancial entre a imprensa dos anos setenta e oitenta, é que o mote principal da primeira era a democracia, e o da segunda, o anticapitalismo.

As publicações de jornais alternativos praticamente desapareceram nos anos oitenta. Afinal, muitos jornalistas voltaram aos grandes jornais e a luta pela democracia ganhava novos contornos. No entanto, nos anos oitenta continuavam existindo proscritos, a quem a grande imprensa nunca deu espaço. Os jornais aqui estudados deram voz não apenas aos intelectuais anticapitalistas e revolucionários, mas também aos operários, aos sem-terra e todos aqueles que ficavam à margem da “imparcialidade democrática” dominante.

Outro livro significativo sobre a imprensa alternativa no Brasil é **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo de 1970** (2000), de Maria Paula Nascimento Araujo. Partindo de pesquisa sobre os jornais alternativos dos anos setenta, a autora, além de verificar as influências da esquerda internacional no Brasil, demonstra o aparecimento de movimentos que tratam de questões mais específicas, como feminismo, homossexualismo e movimento negro. Aponta, também, para mudanças significativas nos

entendimentos de transformação social, sinalizando o surgimento de uma esquerda alternativa crítica às determinações da URSS e, ao mesmo tempo, às posições do PCB.

Araujo aborda, também, como os movimentos sociais e políticos de 1968 no mundo acabaram influenciando essa nova esquerda no Brasil, transformando-a em uma esquerda preocupada com a individualidade, a singularidade e a subjetividade, constituindo um discurso baseado na cidadania, tolerância e respeito às diferenças.

A autora afirma que a esquerda dos anos setenta rompe com a tradição marxista, principalmente no que tange às preocupações de caráter universal, indicando uma fragmentação da ação política. Segundo a pesquisadora, a esquerda dos anos setenta rejeita o uso da violência e da luta armada, e passa a valorizar a diferença:

A utopia dos anos 1960-1970 incorporava ao projeto de transformação da sociedade a ideia de mudar as formas do cotidiano: modificar as relações afetivas e sexuais entre homens e mulheres, as relações familiares entre pais e filhos, criar novas relações do homem com a natureza, libertar o desejo, explorar as possibilidades do inconsciente. Este sentido animou, durante os anos 1960 e boa parte da década de 70, os movimentos específicos e de minorias políticas que se somavam, assim, a grupos e organizações de esquerda dissidentes (ARAUJO, 2000, p. 109)<sup>48</sup>.

Nessa perspectiva, observa-se uma grande quantidade de periódicos que refletiram a reorganização da esquerda a partir de uma abertura gradual da vida política brasileira. Os intelectuais de esquerda, entre a legalidade e a ilegalidade, buscaram nesses jornais alternativos um caminho para a circulação de suas ideias. À medida que o processo democrático ia se consolidando, essa imprensa alternativa também ia assumindo um caráter mais orgânico, mais definido em suas linhas políticas.

Para a autora, em termos de revolução, vê-se a passagem de um discurso universal para um discurso preocupado com os comportamentos individuais, buscando não apenas uma transformação da vida pública, mas também da vida privada. Tudo parece indicar, portanto, que a revolução

---

<sup>48</sup>ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

adquire uma peculiaridade nos anos setenta: o ativista político (e quiçá o intelectual de esquerda) deve revolucionar-se antes para, depois, revolucionar o mundo.

Nesse sentido, a contribuição da autora para a minha pesquisa é principalmente a de tentar perceber até que ponto as marcas dessa oxigenação pela qual passou a esquerda durante os anos setenta permaneceram depois que as organizações revolucionárias, como a **Democracia Socialista**, a **Convergência Socialista** e o **PC do B** se restabeleceram como organizações de esquerda não clandestinas no Brasil.

A única ressalva a ser feita é que justamente as organizações que serão estudadas aqui não abandonaram o marxismo. Ao contrário, foram árduas defensoras dele. Acredito, porém, que mesmo assim, foram em termos de periódicos os poucos depositários da contracultura nos anos oitenta. O próprio jornal **Convergência Socialista** apresenta em sua capa uma mão esquerda negra fechada no canto direito superior, símbolo dos “Black Panthers” norte-americanos dos anos sessenta, o que, provavelmente, tenha sido uma das heranças do jornal **Versus** (como veremos, o antecessor do **Jornal da Convergência**), que trazia um encarte produzido pelo grupo afro-americano<sup>49</sup>. Vale lembrar também que nos anos oitenta, o **Em Tempo** trazia em suas páginas debates acerca da sexualidade, do feminismo, do homossexualismo, da ecologia e comportamento.

A obra de Bernardo Kucinski<sup>50</sup> publicada em 1991 traz um título muito apropriado ao que o autor se propõe: **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. Em suas linhas, trata basicamente da dialética (no sentido genérico) entre jornalistas e revolucionários dentro das redações da imprensa alternativa dos anos setenta, sendo um conjunto de relatos minuciosos baseados nos periódicos e em 60 entrevistas com protagonistas, como ele próprio o foi, da imprensa alternativa. Trata-se fundamentalmente de um trabalho que pensa o ofício do jornalista, procurando dar-lhe uma certa autonomia e, sobretudo, diferenciando o fazer jornalístico do ativismo político por si só. Entretanto, na medida em que não há uma devida

---

<sup>49</sup> Inclusive, segundo Kucinski (1991), esse grupo esteve presente no lançamento do movimento Convergência Socialista em janeiro de 1978. p.199.

<sup>50</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1991.



reflexão acerca das fontes, principalmente sobre as entrevistas, o autor acaba dando importância demasiada a posições individuais de determinados atores.

Outro elemento que chama a atenção é o tom excessivamente antidogmático e crítico em relação às práticas da esquerda, o que pode ser explicado pelo momento histórico em que a obra estava sendo escrita – o fim da URSS e a crise internacional do socialismo. Todavia, creio que nada disso diminui o fato de ser essa certamente uma obra referência para qualquer estudo sobre a imprensa alternativa dos anos setenta.

Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa, divido a análise em quatro capítulos com objetivos específicos.

O primeiro capítulo trata de uma retomada dos debates dos anos sessenta e setenta acerca da questão da *revolução brasileira*, objetivando encontrar a evolução dessa perspectiva a partir do que Michael Löwy, na introdução de **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais** (2000), chama de “natureza da revolução”<sup>51</sup>, procurando nos contextos específicos da realidade brasileira, delineada nas formulações dos principais intelectuais de esquerda em suas principais obras sobre o tema, a compreensão do caráter da revolução.

No segundo capítulo, proponho um debate sobre as origens de minhas fontes, ou seja, a passagem dos jornais alternativos dos anos setenta para os jornais revolucionários dos anos oitenta. O objetivo específico do estudo dessa transição é demonstrar as mudanças de objetivos e métodos que a imprensa alternativa dos anos setenta sofreu com o processo de redemocratização e as transformações do capitalismo brasileiro na passagem dos anos setenta para os anos oitenta.

O terceiro capítulo procura estabelecer uma relação entre o processo capitalista em curso nos anos oitenta e as novas interpretações dos intelectuais

---

<sup>51</sup> Segundo Michael Löwy (2000), “Um dos principais problemas que o marxismo latino-americano teve de confrontar foi precisamente a definição do caráter da revolução no continente – definição que era ao mesmo tempo resultado de certa análise das formações sociais latino-americanas e o ponto de partida para a formulação de estratégias e táticas políticas. Em outras palavras, é um dos momentos-chave da reflexão científica e uma mediação decisiva entre a teoria e a prática. Toda uma série de questões políticas fundamentais – as alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução – está intimamente ligada a essa problemática central: a natureza da revolução” (LÖWY, Michael. **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 9).

de esquerda acerca da *revolução brasileira* nos periódicos da imprensa revolucionária nesta década, através da análise dos jornais **Convergência Socialista**, **Em Tempo** e **Tribuna da Luta Operária**.

O quarto capítulo investiga a relação entre a conjuntura de crise internacional do socialismo, no final dos anos oitenta, e a imprensa revolucionária e os intelectuais de esquerda. Ao mesmo tempo, objetiva demonstrar as transformações decorrentes dessa crise nas interpretações sobre a *revolução brasileira*.

## 1. INTELECTUAIS DE ESQUERDA E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Este capítulo trata da trajetória dos debates sobre a *revolução brasileira* dos anos sessenta e setenta e tem como objetivo encontrar a evolução das perspectivas nessa questão a partir da busca do que Löwy (1999) entende como a “natureza da revolução”. Ou seja, procurando nos autores suas compreensões dos contextos específicos das realidades sociais e suas subsequentes compreensões sobre o caráter da revolução.

Isso significa demonstrar e analisar as estratégias políticas a partir dos métodos de luta, das alianças de classe e as classes potencialmente revolucionárias no Brasil. Para tanto, serão analisadas basicamente cinco obras/fontes de formulação teórica acerca do tema: **Formação histórica do Brasil** (1982), de Nelson W. Sodré; a **Revolução Brasileira** (2004), de Caio Prado; os **Escritos** (1979) de Marighella e a reunião de textos organizados por Daniel Reis Filho, **Imagens da Revolução** (2006); e finalmente, de Florestan Fernandes, **A revolução burguesa no Brasil** (2006). Para dar suporte aos debates, procurei utilizar uma bibliografia bastante recente que formula questões e análises sobre as obras/fontes com as quais trabalho. Desta forma, os volumes de **História do marxismo no Brasil: visões do Brasil, volume IV** (2000); **História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60, volume V** (2002); e **História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960, volume VI** (2007), são de cabal importância para a elaboração deste texto, assim como o livro de Maria Paula Nascimento, **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970** (2000).

### 1.1 A TRAJETÓRIA DE UM DEBATE: A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Quando se busca os debates sobre a *revolução brasileira*, deve-se levar em conta que muitos intelectuais de esquerda que trataram do tema são intelectuais que buscaram um público amplo, por meio da realização de

debates e seminários, da publicação de artigos ou como editores ou colaboradores de periódicos e, também, da escritura de livros. Dessa forma, esses intelectuais adquiriam uma notoriedade que ultrapassava em muito os limites dos partidos ou das organizações de esquerda, como é o caso de Nelson W. Sodré, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Assim, o pensamento de muitos desses intelectuais acabava penetrando em organiza es ou partidos nos quais eles próprios não se inseriam cumprindo, assim, um papel importante na trajetória do debate acerca da *revolu o brasileira*.

Como intelectuais, não analisaram apenas o presente no qual estavam inseridos, mas foram buscar no processo histórico brasileiro as raízes dos principais problemas nacionais e, a partir daí, propuseram um conjunto de práticas que visavam, em última instância, ao socialismo. Todavia, no debate que travaram, divergiram profundamente sobre a ideia de revolu o, mas mantiveram algo em comum – viam na *revolu o brasileira* a soluço  tica para a sufocante sociedade capitalista que se instaurava no Brasil.

Nesse sentido, desdobra-se aqui, seguindo uma cronologia, as várias interpreta es de intelectuais brasileiros acerca da *revolu o brasileira*, com o intuito de percorrer os principais debates sobre o tema desde os anos sessenta até os setenta. A partir do cotejo dessas visões de revolu o – percebendo as mudanças e as continuidades tanto das ideias quanto do processo histórico –, pretende-se construir caracteriza es específicas relativas às ideias da *revolu o brasileira*.

Para entender as visões do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os desdobramentos ocorridos nas percep es da *revolu o brasileira* com o regime militar, analiso as obras de Nelson W. Sodré e Caio Prado Jr. Para isso, faço a op o por **Forma o histórica do Brasil**, de Sodré, publicado pela primeira vez em 1962, principalmente pelo momento da publica o, que antecede o golpe de 1964. Nessa obra, Sodré analisa documentos que vão até 1961, abarcando toda a história do Brasil, da coloniza o   República, tratando especificamente, no último capítulo, da questão da revolu o.

Com **A Revolu o Brasileira**, de Caio Prado Jr., tem-se um contraponto com as perspectivas de revolu o que predominavam no interior do PCB e com as posi es do próprio Sodré. Publicado em 1966, portanto “dentro” do Regime

Militar, a obra parece ter servido como mais um subsídio para a crítica das posições do PCB, mesmo não tendo proposto a luta armada e mesmo sendo Caio Prado do PCB. A obra de Caio Prado Jr. teve boa circulação entre os intelectuais de esquerda, inclusive da esquerda armada<sup>52</sup>. O livro basicamente desmonta a ideia do feudalismo no Brasil, que era a base da interpretação para a revolução do PCB e, por isso, propõe um outro caminho para a *revolução brasileira*.

Para a produção dos intelectuais da esquerda armada e de suas novas interpretações sobre a revolução, parto dos **Escritos de Carlos Marighella** e dos documentos das organizações clandestinas entre 1961 e 1971, publicados por Daniel Reis Filho em **Imagens da Revolução**. Os **Escritos** são uma reunião de textos que compreendem o período de 1965 até 1968 e apresentam o desenvolvimento das ideias de Carlos Marighella, seu distanciamento do PCB até a defesa da luta armada no Brasil. Os textos reunidos são: **Porque resisti à prisão** (1965); **Crise brasileira** (1966); **Carta à executiva** (1966); **Crítica às teses do comitê central** (1967); **Ecletismo e marxismo** (1967); **Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil** (1968); **Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo** (1968); e **Chamamento ao povo brasileiro** (1968).

Nesses textos reunidos, pode-se observar a grande influência da Revolução Cubana no pensamento de Marighella e, também, suas divergências com as posições do PCB, rompendo com a via pacífica para a revolução e adotando a violência como método. O embrião dessa posição já pode ser notado no documento de 1965 quando, ao analisar o Golpe de 1964, Marighella afirmava que “violência gera violência, e estamos diante dela” (MARIGHELLA, 1979, p. 38)<sup>53</sup>.

Nos documentos reunidos por Daniel Reis Filho em **Imagens da Revolução**, encontra-se uma grande quantidade de textos de organizações e partidos que apresentam dois pontos em comum: a violência como método revolucionário e a importância da luta revolucionária no campo. Dentre essas

---

<sup>52</sup> Em “O que é isso, companheiro?” Fernando Gabeira relata que Dominginho, um jovem militante da esquerda armada, carregava em sua sacola plástica os livros de Debray e de Caio Prado Júnior. p. 77.

<sup>53</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editora Livramento, 1979.

organizações e partidos estão: Organização Marxista Revolucionária-Política Operária (OMR-POLOP); Partido Comunista do Brasil (PC do B); Ação Popular (AP); Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML); Ala Vermelha (PC do B-AV); Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB); Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8); Partido Comunista Revolucionário (PCR); Movimento Estudantil 1º de maio e Organização 1º de maio; Comando de Libertação Nacional (Colina); Ação Libertadora Nacional (ALN); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Partido Operário Comunista (POC); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares); e Organização de Combate- Marxista-Leninista Política Operária (OCML-PO).

Convém ressaltar que neste trabalho, por uma questão operacional, irei analisar apenas as organizações clandestinas que entendi como sendo as mais representativas da violência armada no Brasil: a ALN, a VPR, o Colina e a VAR-Palmares.

Busquei em Florestan Fernandes a continuidade dos debates acerca da Revolução nos anos setenta, utilizando para isso a obra **A revolução burguesa no Brasil**<sup>54</sup>. Publicada em 1975, apesar de ter sido escrita em momentos diferentes (as primeiras partes em 1966 e os últimos capítulos na década de setenta), essa obra busca uma interpretação do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil que se implantou naquelas décadas. O que contribui principalmente para este trabalho são seus apontamentos sobre os processos de transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, ocorridos basicamente no governo de Juscelino Kubitschek e no regime militar, a partir de 1964 e 1968.

Ao mesmo tempo, nessa obra Florestan situa a burguesia como classe social dominante e estabelece os momentos cruciais para a tomada de poder dessa classe social no Brasil.

Com esses autores e organizações de esquerda, acredito poder abarcar a evolução dos principais debates sobre a *revolução brasileira*, com o propósito de encontrar em cada um deles o *caráter da revolução* que compreendem ou que propõem.

---

<sup>54</sup> FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora Globo S.A., 2006.

A escolha desses autores pode ser justificada por três argumentos: primeiro, situar o leitor na evolução do debate sobre a *revolução brasileira* e demonstrar a relevância desta questão nos meios intelectuais da esquerda, de acordo com o desenvolvimento social brasileiro. Segundo, como se trata de um estudo sobre intelectuais, penso que a escolha revela uma parcela representativa daqueles que podem ser considerados, segundo a minha visão, os mais importantes intelectuais de esquerda, em seus respectivos períodos no Brasil. E terceiro, por uma questão pessoal, sempre tive grande curiosidade por ler o que considero como “clássicos” da literatura política brasileira, curiosidade saciada aqui.

### 1.1.1 Nelson W. Sodré

Nelson W. Sodré, dono de uma vasta produ o intelectual, nasceu no Rio de Janeiro, em 1911. Após ter estudado em escolas públicas, ingressou no Colégio Militar daquela cidade, em 1924. Como militar, acompanhou de perto a vida política brasileira como intelectual marxista e militante do PCB. Em 1954, foi convidado a participar do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP, que em 1955 tornou-se Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. Sua participa o no ISEB resultou na produ o da obra **Introdu o   Revolui o Brasileira**, publicada em 1958, entre outras. Todavia, foi sua ida para a reserva, em 1961, que ampliou o seu tempo de produ o e a quantidade de publica es; entre elas, a **Forma o Histórica do Brasil**, de 1962.

Pode-se dizer que Nelson Werneck Sodré deu continuidade, erudi o e até mesmo aperfei ou as formula es acerca da *revolui o brasileira* dos pioneiros Octávio Brandão<sup>55</sup> e Astrojildo Pereira. Foi também um dos principais formuladores teóricos do PCB na década de 1950, tendo suas teses sempre bem recebidas no interior do partido.

---

<sup>55</sup> Segundo Del Roio, “pode-se dizer que o primeiro esforço sint tico de teoriza o da revolui o brasileira do ponto de vista do marxismo no Brasil foi o texto preparado por Octávio Brandão para a reunião da dire o do PCB em outubro de 1927 [...]”. DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolui o brasileira: tentativa de particulariza o de uma revolui o burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil**, Volume IV. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2000. p. 74.

Na **Formação Histórica do Brasil**, articulando passado e presente, Sodré busca no colonialismo e no imperialismo as contradições para a formulação de suas ideias sobre a *revolução brasileira*. Entretanto, cabem alguns cuidados na interpretação de sua obra, principalmente quando se atribui ao autor uma visão da realidade brasileira de evolução por etapas. Segundo a leitura de Del Roio, ao contrário da ideia de modos de produção que se sucedem evolutivamente e linearmente, Sodré sugere um conjunto de modos de produção que coexistem e que podem apresentar regressões, como o caso do Nordeste no século XVIII, em que o modo de produção escravista regride para o modo de produção feudal<sup>56</sup>. É nesse sentido que as permanências desses modos de produção pré-capitalistas remetem para a “questão agrária” a contradição fundamental da sociedade brasileira.

Dessa forma, Nelson Werneck Sodré, a partir de dados do censo de 1950, afirma que “a característica mais importante da mão-de-obra agrícola é a predominância de formas de trabalho pré-capitalistas” (p. 353). O autor afirma ainda que mesmo na lavoura do café,

[...] o colono é a um tempo assalariado e servo, porque desprovido dos meios de produção, vendendo força de trabalho e, nesse sentido, “livre”, e submetido a formas de exploração feudal, e nesse sentido “servo”, é de qualquer forma semiproletário. Se a renda capitalista tende a superar a renda pré-capitalista, os entraves feudais são ainda poderosos (SODRÉ, 1982, p. 353-354)<sup>57</sup>.

Associadas a essa questão interna, o autor trabalha as contradições externas: o imperialismo, com a entrada de capitais externos no país, a remessa de lucros, as ligações entre a estrutura agrária e a posição do Brasil no mercado internacional, formam um quadro de dependência econômica. Nesse sentido, as contradições internas e externas são articuladas para interpretar a realidade brasileira e dar sentido à sua visão de revolução. Para Sodré, a *revolução brasileira* se diferencia das revoluções clássicas europeias, porque no Brasil ela ocorre num contexto de economia colonial (ou

---

<sup>56</sup> DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil**, Volume IV. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2000. p. 88.

<sup>57</sup> SODRÉ, Nelson W. **Formação Histórica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora DIFEL, 1982.



dependente) na fase imperialista do capitalismo, portanto com objetivos estranhos ao desenvolvimento nacional. Se comparado com os modelos de revolução clássicos, o imperialismo pode ser considerado o elemento original da *revolução brasileira* em Nelson Werneck Sodré.

Segundo o referido autor, a partir da constata o dessas contradi es internas e externas, torna-se necessária uma composi o de forças interessadas no desenvolvimento aut nomo do capitalismo brasileiro, através de uma nova composi o do poder político. O campesinato, o proletariado, a pequena burguesia e a burguesia nacional seriam as forças capazes de substituir as velhas rela es de produ o por novas rela es de produ o.

A destrui o do latifúndio e o desenvolvimento de um capitalismo aut nomo seriam, portanto, as tarefas a serem realizadas sob a liderança da burguesia nacional. Seria, então, o momento da “[...] burguesia nacional, peculiar aos países de economia colonial ou dependente no processo de sua revolu o emancipadora” (SODRÉ, 1982, p. 400)<sup>58</sup>. Nesse sentido, caracteriza-se a revolu o de Sodré como nacional, democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista<sup>59</sup>. Assim, Sodré articula uma formula o de revolu o num contexto em que o Brasil vivia um período democrático e o PCB, mesmo não estando na legalidade, se articulava com o governo de João Goulart e crescia num momento de ascensão dos movimentos sociais.

Apesar disso, Sodré já via com alguma preocupa o os acontecimentos de 1961, e a questão democrática para ele aparece de forma quase profética em 1962, quando afirma: “A concentra o capitalista gera antagonismos no seio da burguesia [...]. Na medida em que isso acontece, o capitalismo se incompatibiliza com a democracia” (p. 402). O autor vai além:

A defesa do regime democrático, no processo da Revolu o Brasileira, não se prende, assim, ao supersticioso respeito a uma legalidade formal, mas na compreensão de que a democracia   o caminho apropriado ao seu desenvolvimento (SODRÉ, 1982, p. 402)<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 400.

<sup>59</sup> DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolu o brasileira: tentativa de particulariza o de uma revolu o burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**: Visões do Brasil, Volume IV. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2000. p. 92.

<sup>60</sup> SODRÉ, Nelson W. **Forma o Histórica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora DIFEL, 1982.

Outro debate importante que surge a partir daí é a questão do nacionalismo. É certo que a questão do nacionalismo para Sodré é basicamente econômica (ele estava preocupado com o capital estrangeiro que entrava em grande fluxo no Brasil na década de 50); porém, para dar consequência ao processo de oposição ao imperialismo, ele parte da ideia de “povo brasileiro”<sup>61</sup> como agente transformador da realidade, na linha proposta por José Carlos Reis: “Entre 1922 e 1964, o marxismo foi a teoria social que deu uma voz vigorosa, através do PCB, ao chamado povo brasileiro” (REIS, 2002, p. 148)<sup>62</sup>.

### 1.1.2 Caio Prado Junior

Caio Prado Junior nasceu em São Paulo, em 11 de fevereiro de 1907. Bacharelou-se em Direito em 1928 e foi professor livre-docente da cadeira de Economia Política na Faculdade do Largo de São Francisco. De família aristocrática, tornou-se um dos intelectuais marxistas mais importantes da década de 1960.

Como historiador e geógrafo, publicou inúmeras obras sobre o Brasil. Foi eleito deputado estadual em 1945 e deputado constituinte em 1947, pelo PCB. Ajudou a fundar a Editora Brasiliense e lançou a **Revista Brasiliense**, que circulou entre 1956 e 1964, aparecendo, assim, como intelectual bastante preocupado com a circulação e debate de suas ideias.

O debate acerca da *revolução brasileira* ganha novas dimensões com Caio Prado Jr. Na medida em que a discussão sobre a *revolução brasileira* parte de uma interpretação do passado, a nova dimensão de suas ideias da revolução parte, também, de uma nova visão desse passado.

Os estudos sobre a história do Brasil, como em **História econômica do Brasil**, publicado em 1945, já apontavam para o sentido da colonização brasileira como totalmente dependente do plano internacional:

---

<sup>61</sup> “Há uma contradição fundamental entre a Nação e o imperialismo; em outras palavras, entre o povo brasileiro e o imperialismo. Povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional”. SODRÉ, Nelson W. **Formação Histórica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora DIFEL, 1982. p. 401.

<sup>62</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002. .

[...] a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...]. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos (PRADO JR., 1974, p. 23)<sup>63</sup>.

Nessa perspectiva, a história do Brasil seria determinada pelas relações comerciais impostas pelos países europeus, e é nesse contexto que se deve ler a *revolução brasileira* de Caio Prado Junior.

**A Revolução Brasileira** foi publicada em 1966, num período em que o regime militar já havia derrotado todas as pretensões do PCB e de sua aliança com a burguesia nacional de implementar a sua teoria revolucionária. Nessa direção, Caio Prado Jr. busca uma interpretação a partir da crítica às elaborações correntes do Partido, com muitas objeções ao governo de João Goulart, atribuindo a derrota do PCB à sua má formulação teórica, ou seja, os erros da prática política seriam decorrentes das insuficiências teóricas do partido: “Trata-se em suma de reelaborar a teoria da nossa revolução, a fim de por ela acertadamente pautar a ação política da esquerda brasileira” (PRADO JR., 2004, p. 28)<sup>64</sup>.

Para tanto, Caio Prado revisa duas grandes questões em sua obra: o feudalismo e a questão da burguesia nacional. Para o autor, as questões formuladas a partir das interpretações do feudalismo brasileiro levaram o PCB a centralizar a luta pela terra como forma de combater o latifúndio e os restos feudais. Todavia, para Caio Prado, não é a luta pela posse da terra a base da luta dos trabalhadores do campo, mas sim, as reivindicações de melhoria salarial e condições de trabalho. Portanto, na medida em que o PCB privilegiava a luta pela posse de terra, deixava de organizar uma massa de “trabalhadores empregados” com grande potencialidade revolucionária porque, segundo o autor, a base da produção agrícola do Brasil se situa num contexto de trabalho predominantemente assalariado, e não são os restos feudais que determinam as relações no campo, mas as próprias relações capitalistas nas quais o sistema agrário brasileiro está inserido.

---

<sup>63</sup> PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

<sup>64</sup> Idem. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

Para demonstrar a fragilidade dos argumentos sobre o feudalismo, o citado autor procura tipificar a figura do camponês e defende que no Brasil não há o camponês correspondente ao sistema feudal europeu, ou seja, “[...] da exploração parcelária da terra pela massa trabalhadora rural.” (PRADO JR., 2004, p. 43)<sup>65</sup>. Para ele, não se encontra em momento algum na história do Brasil feudalismo, semifeudalismo ou restos feudais; portanto, a luta para acabar com o feudalismo, travada pelo PCB, era absolutamente inócua. É por isso que Caio Prado não busca no trabalhador sem terra a potencialidade revolucionária, mas sim, nos trabalhadores empregados e assalariados nas grandes lavouras e usinas.

O único consenso do autor com as posições do PCB parece ser com relação ao imperialismo. O autor trabalha o imperialismo como atual fase do capitalismo e como evolução do capitalismo mercantil. Entretanto, faz uma ressalva: no Brasil não há uma “burguesia compradora”, como defendia o PCB. O autor aponta aqui um elemento de identificação do PCB com a Revolução Chinesa, pois a ideia de “burguesia compradora” foi pinçada da história das relações comerciais da China com Portugal e forçosamente adaptada ao contexto brasileiro para caracterizar uma burguesia associada ao imperialismo e, como oposição, uma outra burguesia de caráter nacional<sup>66</sup>.

Para Caio Prado Jr., a burguesia nacional não teria a potencialidade revolucionária pretendida pelo PCB:

[...] os interesses da burguesia brasileira, em conjunto, se podem perfeitamente ajustar dentro do sistema do imperialismo. Não há, pois, que esperar, como afirmam as teses clássicas e consagradas da revolução brasileira, a configuração de um setor burguês anti-imperialista capaz, em conjunto e como categoria social caracterizada, de fazer frente ao imperialismo e constituir uma força revolucionária (PRADO JR., 2004, p. 43)<sup>67</sup>.

Essa concepção parece muito marcada pela posição que a chamada burguesia nacional assumiu frente ao golpe de 1964, tendo sido absolutamente amorfa diante da ação dos militares. Talvez tenha assumido tal posição porque a submissão aos militares fosse muito mais segura do que qualquer aliança

---

<sup>65</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 121.

com o comunismo, uma vez que, num contexto de Guerra Fria e Revolução Cubana, qualquer burguesia ficaria, pelo menos, receosa frente aos movimentos de massa que se desencadeavam no Brasil.

Nesse sentido, diante de qualquer risco, as burguesias (de todo tipo) preferiram uma “modernização conservadora”<sup>68</sup>. Portanto, a desconfiança da esquerda sobre a burguesia nacional se aprofunda nesse momento. É por isso que em **A Revolução Brasileira**, Caio Prado prefere não ver nenhuma burguesia nacional autêntica, e busca nas classes sociais mais “abaixo” (os trabalhadores assalariados da cidade, com sua organização e seus sindicatos, associados aos trabalhadores assalariados rurais, pelo seu número e força revolucionária) a potencialidade revolucionária. Caio Prado Jr, portanto, acreditava, como poucos esquerdistas até então, na potência transformadora dos trabalhadores.

Torna-se muito difícil uma caracterização da revolução caiopradiana; o próprio autor faz várias restrições a esse tipo de tentativa. Todavia, nota-se uma importância significativa dada aos trabalhadores assalariados rurais como potência revolucionária, associados ao proletariado urbano, que pelo seu nível cultural e político mais elevado, teriam uma tarefa de direção. O autor também dá um papel proeminente para o Estado como dirigente do processo:

O poder público, [...] pressionado pelo novo equilíbrio de forças resultante da ascensão política do trabalhador rural, se orientará então no sentido de promover e dirigir as atividades produtivas [...] e mais precisamente, objetivar-se-á a organização das atividades produtivas de maneira que a produção para o mercado interno, [...] passe em primeiro lugar e seja prioritariamente de bens e serviços essenciais, assim como acessíveis à massa da população (PRADO JR., 2004, p. 169)<sup>69</sup>.

Outro aspecto importante é o fato de que a *revolução brasileira* ocorra num contexto capitalista. Dessa forma, “[...] parece claro então que para Caio

---

<sup>68</sup> Segundo Gorender, em *Combate nas Trevas*: “A luta pelas reformas de base não encerrava, por si mesma, caráter revolucionário e muito menos socialista. Enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionava num sentido progressista avançado. Continha, portanto, virtualidades que, se efetivadas, tanto podiam fazer do Brasil um país capitalista de políticas independentes e democrático-popular, como podiam criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação socialista” GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 56.

<sup>69</sup> PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

Prado Jr., se o Brasil é, desde as origens, uma grande empresa capitalista inserida no mercado mundial, não há qualquer sentido em se falar de revolução burguesa.” (DEL ROIO, 2000, p. 101)<sup>70</sup>. Portanto, é o controle sobre a iniciativa privada dada pelo planejamento e a orientação do Estado<sup>71</sup> que garantiria o desenvolvimento autônomo do país, independentemente da lógica imperialista. É por isso que a *revolução brasileira* de Caio Prado Jr. parece ser, sobretudo, uma revolução anti-imperialista<sup>72</sup> e, portanto, nacionalista. Entretanto, se a *revolução brasileira* de Caio Prado termina antes de chegar ao socialismo, o objetivo do autor é que seu desdobramento chegue até ele.

### 1.1.3 Os intelectuais da luta armada

Nota-se que desde o início dos anos sessenta, há a presença de ensaios de organizações de esquerda apontando para a questão da violência revolucionária, como nos exemplos a seguir: (a) no documento do PC do B **Manifesto-Programa**, de fevereiro de 1962: “[...] as classes dominantes tornaram inviável o caminho pacífico da revolução” (PC DO B, 2006, p. 46)<sup>73</sup>; e (b) no documento da Ação Popular – AP **Documento-Base**, de fevereiro de 1963: “Não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas [...]” (AP, 2006, p. 55)<sup>74</sup>.

Assim, algumas organizações e partidos já trabalhavam a ideia da revolução armada como forma de tomar o poder antes dos acontecimentos de 1964, rompendo com as visões do PCB. Mas é claro que a partir do golpe e

<sup>70</sup> DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil**, Volume IV. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

<sup>71</sup> PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. p.167.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 186.

<sup>73</sup> PC do B – Partido Comunista do Brasil. Manifesto - Programa (fevereiro, 1962). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

<sup>74</sup> AP – Ação Popular. Documento-Base (fevereiro, 1963). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

principalmente do AI-5, as organizações revolucionárias não só passaram a defender a luta armada teoricamente, como partiram para o uso da violência revolucionária com a luta armada.

Segundo Daniel Reis Filho<sup>75</sup>, partindo da análise dos dados oferecidos pela pesquisa **Brasil: nunca mais**, a maioria dos ativistas políticos das organizações e partidos clandestinos da época do regime militar era constituída por intelectuais. A partir de Marighella, se poderia sugerir que os intelectuais de esquerda abandonaram os debates e as formulações teóricas em benefício da ação revolucionária<sup>76</sup>. Entretanto, isso não parece verdadeiro para Marighella, e muito menos para a maioria dos intelectuais de esquerda em suas organizações clandestinas.

Se “uma das funções principais dos intelectuais, se não a principal, é a de escrever” (BOBBIO, 1997, p. 67)<sup>77</sup>, não faltam documentos políticos que apontam nesse sentido, e se esses documentos são produzidos por uma organização ou partido, devem ter sido debatidos, pelo menos, minimamente. Portanto, nesta parte da abordagem, procura-se demonstrar as formulações teóricas dos intelectuais de esquerda sobre a revolução como forma de tomar o poder, dando ênfase à questão da violência revolucionária.

Para tentar entender tamanha virada nas posições da esquerda brasileira frente àquelas anteriores do PCB, parto de dois textos de Hobsbawm encontrados na obra **Revolucionários**<sup>78</sup>: **O Vietnã e a dinâmica da guerra de guerrilhas**<sup>79</sup>, de 1965, e **Os intelectuais e a luta de classes**, de 1971.

O primeiro texto mostra a força das ideias acerca da luta armada e como essas ideias circulavam em contextos diferenciados nos anos sessenta, de acordo com Hobsbawm:

[...] eles (os Estados Unidos) ficaram gravemente abalados ao descobrirem que um novo método de ganhar guerras foi desenvolvido em nossa época, e que este método supera a

<sup>75</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 171.

<sup>76</sup> Marighella criticou o PCB, escrevendo contra a burocracia e os debates intermináveis do Partido. MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editora Livramento, 1979. p.133.

<sup>77</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

<sup>78</sup> HOBBSAWM, E. J. **Revolucionários**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

<sup>79</sup> Apesar de não aparecer na obra de Gorender **Combate nas Trevas** (2003), no texto “Idéias que fizeram a cabeça da esquerda” o autor elenca as principais obras que influenciaram a esquerda dos anos 1960.

organização e o poder industrial das operações militares convencionais. Trata-se da guerra de guerrilhas, e o número de Golias que tem sido derrubado pelos estilingues dos David, já é impressionante [...] (HOBSBAWM, 2003, p. 165)<sup>80</sup>.

O segundo texto, de certa forma complementa o primeiro, apontando porque um intelectual toma uma posição revolucionária:

Se nos deixarem fora de nossa casa com a porta fechada perceberemos que há normalmente várias maneiras de entrar nela, embora algumas impliquem uma confiante paciência. Somente quando nenhuma delas parece realista pensamos em arrombar a porta. Entretanto, vale a pena observar que mesmo assim provavelmente não arrombaremos a porta a menos que tenhamos a sensação de que vai ceder. Tornar-se um revolucionário encerra não só uma dose de desesperança, mas também de alguma esperança (HOBSBAWM, 2003, p. 165)<sup>81</sup>.

Ao que tudo indica, o regime militar no Brasil não veio apenas para implementar medidas impopulares “necessárias” para o desenvolvimento do país<sup>82</sup>. Seguindo o raciocínio de Gorender (ver nota de rodapé nº 68) acerca dos antecedentes do golpe de 1964, parece que o regime militar se instituiu de forma “preventiva”, para evitar que o nacionalismo se tornasse socialismo, como ocorrera em Cuba. O fechamento do sistema político, então, visava impedir a circulação das ideias produzidas pelos intelectuais de esquerda no Brasil. Tais ideias tinham por objetivo, em última instância, como foi visto em Nelson Werneck Sodr e e Caio Prado Júnior, a defesa de um projeto nacional e o seu futuro desencadeamento no socialismo. O que significa dizer que mesmo as formulações sobre a revolução de caráter nacional não interessavam às burguesias brasileiras.

Nesse sentido, como demonstra a pesquisa **Brasil: nunca mais**, o perfil dos atingidos pela repressão aponta que mais da metade dos réus processados pelo regime tinha formação universitária<sup>83</sup>, o que significa que as camadas mais intelectualizadas da população foram um dos principais alvos do

---

<sup>80</sup> HOBSBAWM, E. J. **Revolucionários**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 248.

<sup>82</sup> Segundo Skidmore em “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)”, essa era a justificativa do Governo Castelo Branco para o fechamento político de 1966. p. 386.

<sup>83</sup> ARNS, Paulo Evaristo & PROJETO Brasil: Nunca Mais. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 86.



regime militar<sup>84</sup>. Parece que ao fechar o sistema político, os militares objetivavam impedir os debates e a circulação das ideias tanto de intelectuais nacionalistas como socialistas. Portanto, foi negado a esses intelectuais o seu ofício, e o isolamento social aponta para o fato de que os militares colocaram os intelectuais de esquerda “do lado de fora” dos debates nacionais e da vida política no Brasil. Todavia, acompanhado disso, vinha o fato de que se esses intelectuais de esquerda “olhassem para o lado” poderiam colher uma quantidade grande de exemplos que demonstravam a possibilidade de transformação social e de vitórias de “David sobre Golias”, e o método para alcançar isso era a luta armada.

Nessa parte, com exceção de Carlos Marighella, a produção intelectual analisada não terá mais o perfil do intelectual, porque considero a produção dos documentos analisados fruto da elaboração da organização. Prefiro usar uma caracterização cujo perfil pode ser dado de forma genérica pelos dados da pesquisa **Brasil Nunca Mais**: são na maioria jovens de até 25 anos, homens com nível universitários e de classe média<sup>85</sup>.

Carlos Marighella nasceu em 5 de dezembro de 1911, em Salvador, era filho de um operário com uma negra filha de escravos. Em 1934, abandonou a escola Politécnica da Bahia e se tornou militante profissional do PCB e, em 1935, passou a integrar a Comissão Especial do Comitê Central, da qual era o responsável pelo trabalho de imprensa e propaganda do Partido.

Seus escritos tiveram muita dificuldade de circulação durante o regime militar, inclusive a maioria foi publicada inicialmente em espanhol, inglês e francês. Da publicação com a qual trabalho<sup>86</sup>, somente **Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil** foi publicado inicialmente em português, pelo Jornal do Brasil, em 5 de setembro de 1968. Todos os outros textos foram traduzidos pela Editora Livramento da edição chilena Editorial Prensa Latinoamericana, em 1971.

---

<sup>84</sup> Segundo o “Brasil: nunca mais”: “Entre 4.476 réus, cujo nível de escolaridade aparecia registrado nos processos, 2.491 possuíam grau universitário. Ou seja, mais da metade havia atingido a universidade, num contexto nacional em que pouco mais de 1% da população chega até ela. Apenas 91 desses réus declaram-se analfabetos, e sabe-se que, no Brasil, estes atingem mais de 20 milhões entre os cidadãos maiores de 18 anos.” p. 86.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 85-86.

<sup>86</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editora Livramento, 1979.

Nota-se a importância intelectual de Marighella quando seu trabalho **Alguns aspectos da renda da terra no Brasil**, publicado na revista Estudos Sociais nº 1, de maio/junho de 1958, é citado por Nelson Werneck Sodré na **Forma o histórica do Brasil**.

Apesar da grande produ o teórica do autor, na evolu o de seu pensamento acabou prevalecendo a influência da sua aço revolucionária. Em 1965, em **Porque resisti   prisão**, apontava que o despreparo da esquerda e a falta de análise teórico-ideológica compatível com a realidade brasileira levaram-na   derrota com o golpe de 1964. Entretanto, as interpreta es de Marighella partem do mesmo ponto das análises do PCB: as lutas contra o imperialismo e contra o latifúndio são o eixo de sua interven o. Ao mesmo tempo, o autor acreditava que o regime militar vinha para combater os movimentos de massa, cujos alicerces estavam nas forças populares nacionalistas lideradas pelo presidente João Goulart, eleito democraticamente e levado ao poder por uma frente única de massas após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961<sup>87</sup>. Mesmo assim, o autor afirma que a grande falha do PCB foi ter acreditado na dire o do processo pela burguesia nacional.

Já em 1965, Marighella aprofundava sua identidade com Cuba: “A revolu o cubana   um exemplo de que na América Latina ou, pelo menos, em muitos países latino-americanos nada há a esperar de uma via pacífica para a conquista da independência ou do progresso social” (MARIGHELLA, 1979, p. 39)<sup>88</sup>. A partir daí, iniciava uma interpreta o de que a violência inicia com o regime militar e já levantava a possibilidade de uma guerrilha como consequência e resposta ao golpe de 1964.

Em 1966, com **A crise brasileira**, Marighella aprofundava suas críticas ao PCB e acusava a dire o de manter um trabalho eminentemente de c pula frente ao proletariado. Com isso, o autor ainda mantinha a centralidade na liderança do partido como vanguarda e apontava para a violência das massas como única forma de combater a violência do governo. Nesse sentido, Marighella afirma:

O caminho da estratégia revolucionária   norteado por uma perspectiva básica, entendendo-se como tal a perspectiva que

---

<sup>87</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 39.

considera esgotadas ou fechadas as possibilidades de solução pacífica, e admite que não haverá outra solução senão a força para a derrubada da ditadura (MARIGHELLA, 1979, p. 65)<sup>89</sup>.

Entretanto, naquele ano (1966), o autor ainda acreditava que a guerrilha era uma forma de luta típica do campo, e não da cidade.

Ainda em 1966, Marighella pedia demissão do Partido e ia para Cuba. Lá escreveu **Críticas às teses do comitê central**, em 1967, quando aprofundava as ideias da luta armada e da negação da burguesia nacional como aliada fundamental do proletariado. Mas é com **Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil** que Marighella se apropriaria das novas ideias sobre revolução para América Latina:

A revolução cubana [...] trouxe ao marxismo-leninismo um novo conceito: o da possibilidade de conquistar o poder através da guerra de guerrilhas, e expulsar o imperialismo quando não há guerra mundial e não se pode, portanto transformá-la em guerra civil (MARIGHELLA, 1979, p. 117)<sup>90</sup>.

Nesse momento, o autor rompia com a centralidade da direção do partido e afirmava que a guerrilha inicia com combatentes imunes ao tipo de organização tradicional da esquerda. Segundo Gorender (2003), a partir da morte de Che Guevara e da derrota do foco de Caparaó, Marighella passou a formular contra o foquismo, mas ao mesmo tempo não se afastou muito dele, já que sua ação estava longe das massas. O elemento original do pensamento do autor seria a valorização da experiência da guerrilha urbana, dada principalmente com o **Minimanual do guerrilheiro urbano**, publicado em 1969<sup>91</sup>. Voltando ao Brasil e expulso do Partido, Marighella escreveu o **Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo**, em 1968. Essas formulações, juntamente com elaborações de outros militantes dissidentes do PCB, resultaram na formação da organização Ação Libertadora Nacional (ALN).

No documento **O papel da ação revolucionária na organização**<sup>92</sup>,

---

<sup>89</sup> Ibidem, p. 65

<sup>90</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>91</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 107.

<sup>92</sup> ALN – Ação Libertadora Nacional. **O Papel da Ação Revolucionária na Organização** (maio, 1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**:

publicado em maio de 1969, a ALN expôs a necessidade de parar com as discussões improdutivas e partir para a ação. A ideia de que a ação faz a vanguarda e que um pequeno grupo de homens armados pode desencadear um processo revolucionário mais amplo caracterizaria a ALN. A guerrilha urbana, com suas ações expropriatórias e sua “guerra psicológica”, era o caminho para a organização futura da guerrilha rural. Neste sentido, esse documento sugere o rompimento com o proselitismo habitual da esquerda nas discussões de documentos e programas, e indica o uso da “violência extrema”, o “radicalismo” e o “terrorismo” como únicas armas possíveis frente à violência promovida pelo regime militar.

Dessa forma, a ALN trabalhava com a perspectiva de que o único meio para tomar o poder seria a guerra revolucionária, iniciada com a guerrilha urbana formada por pequenos grupos armados descentralizados e finalizada por uma guerrilha rural de movimento, que geraria o aparecimento de um exército de libertação nacional. As forças propulsoras desse processo seriam os operários, camponeses e estudantes, cruzando o país na guerrilha rural até a formação de um exército revolucionário. Esse movimento de libertação nacional levaria a cabo o fim do regime militar, do latifúndio e do imperialismo.

No documento **Concepção da luta revolucionária**, publicado em abril de 1968 pelos Comandos de Libertação Nacional (COLINA), encontra-se já na primeira linha “a defesa da violência” contra os movimentos reformistas. Defendiam que a luta armada não fazia parte apenas da última fase da luta revolucionária, mas estava na ordem do dia. E reconheciam que o foco era apenas o início do processo de formação de um exército popular. Sobre o processo da revolução, afirmavam que

A crise só poderá ser superada pelas transformações anti-imperialistas e antilatifundiárias que a burguesia não tem condições de levar adiante. Não se trata de conduzir a revolução burguesa ao seu término histórico, mas impulsionar essas transformações já na perspectiva do socialismo (COLINA, 2006, p. 181)<sup>93</sup>.

---

documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. p. 264.

<sup>93</sup> COLINA – Comandos de Libertação Nacional. **Concepção da luta revolucionária** (abril, 1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

*A revolução brasileira* deveria tomar a forma de foco guerrilheiro como força móvel de vanguarda e como embrião do exército popular. Apesar de se manterem na guerrilha urbana, seguiam as instruções de Guevara em “Guerra de Guerrilha” e afirmavam que o guerrilheiro deveria ser um guerrilheiro agrário, isso porque era necessária a destruição do Estado burguês-latifundiário, colocando assim a reforma agrária e a luta no campo como tarefas principais. Essa formulação partiu de uma análise de documentos da China comunista, que colocava a questão da terra e a politização do trabalhador rural como questões centrais para a revolução<sup>94</sup>.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) não tinha problemas quanto a debates e produção de documentos. Ao contrário, nota-se uma certa sofisticação em seu texto, com citações, comparações e um verdadeiro estudo sobre a guerra de guerrilha. A VPR foi formada a partir de muitos intelectuais egressos da POLOP que, inclusive, mantiveram muitas de suas teses. No documento **A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução**, de 1969, a VPR se considerava uma vanguarda minúscula e não tinha maiores pretensões com as massas na fase da guerrilha urbana. Objetivava ações que causassem repercussão nacional, mas sabia que essa repercussão não refletia a dimensão de sua força político-militar real.

Nesse sentido, a VPR buscava na cidade a constituição de uma vanguarda politicamente aceita e que fosse reconhecida como tal, não imaginando nenhum tipo de vitória militar sobre o regime: “Não somos uma guerra do povo, e sim uma vanguarda que exerce uma violência didática no sentido de levar ao povo a demonstração da força da luta armada.” (VPR, 2006, p. 311)<sup>95</sup>. A partir dessa propaganda armada e da consolidação dessa vanguarda, então, a guerrilha se tornaria rural. Assim, a VPR trabalha uma ideia vanguardista e militarista do ativista político, tendo, nessa primeira fase da revolução, um objetivo político e não exatamente militar, apesar de fazer isso através das armas.

---

<sup>94</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, p. 187.

<sup>95</sup> VPR – Vanguarda Popular Revolucionária. *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução* (junho, 1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

Com a fusão da VPR e da COLINA, tornando-se Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), encontra-se, no documento **Situação nacional e análise de classe**, de setembro de 1969, um desdobramento significativo e uma análise mais completa daquela que a VPR e a COLINA, separadamente, faziam da realidade brasileira e das concepções de revolução. Parece que a produção teórica da VAR-Palmares tinha uma influência grande dos intelectuais identificados com Trotsky e com as ideias de Rosa Luxemburgo vindos da POLOP, porque colocavam uma centralidade na atuação do proletariado no processo revolucionário – nesse caso, o proletariado urbano e rural –, podendo-se perceber aqui também uma influência do pensamento de Caio Prado Junior.

A VAR-Palmares elaborou uma *revolução brasileira* através do poder do proletariado e da destruição do poder burguês e, também, a definição de uma sociedade socialista sem escalas:

Sendo uma guerra contra o sistema capitalista, a guerra revolucionária no Brasil deve ser encarada sob o prisma do socialismo [...]. Dirigida pela classe operária ela está subordinada não ao seu atual nível de consciência, mas à sua perspectiva estratégica de classe, expressa pela sua vanguarda (VAR-PALMARES, 2006, p. 341)<sup>96</sup>.

No entanto, para a VAR-Palmares, o campo se constituiria no elo fraco do capitalismo no Brasil. Portanto, seria no campo o lugar principal da guerra de guerrilha.

Segundo Daniel Reis Filho, além desses documentos que traziam as visões acerca da revolução, as organizações de esquerda fizeram muitas outras publicações que mantinham uma certa periodicidade, como por exemplo, os jornais **O Guerrilheiro**, de 1968 e **Venceremos**, de 1971-1972, ambos da ALN. Havia também o jornal **Piquete** e a revista América Latina, de 1968, do COLINA e o jornal **União Operária**, de 1971, da VAR-Palmares. Vale citar ainda os jornais publicados por outras organizações, como **Política Operária**, de 1970, da OCML-PO, **União Operária** e **Universidade Crítica**, do POC e **Revolução Proletária**, de 1969, do PRT, entre outros.

---

<sup>96</sup> VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Programa: situação nacional e análise de classe (setembro, 1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

A publicação desses jornais e documentos denota uma necessidade grande de provocar o debate no conjunto da sociedade. Tendo em vista que as teses do período anterior eram fruto do entendimento da direção do PCB, agora a maioria dessas organizações, que são dissidências do Partido, difundem com grande profusão uma variedade de interpretações acerca da revolução. Apesar da limitação imposta pela censura e do pequeno público consumidor dessas ideias no Brasil, havia o interesse em produzir. E se produzia.

Embora, em nenhum momento da história, o Brasil tenha formado um grande público consumidor de produções intelectuais, é claro que a censura limitou bastante a circulação das ideias revolucionárias na década de sessenta. No entanto, parece que quanto mais o regime usava da violência e da censura, mais as ideias da esquerda reproduziam, também, a violência. E na medida em que a abertura política se apresentava como possibilidade, os entendimentos de revolução adquiriam um contorno mais processual.

#### **1.1.4 Florestan Fernandes**

Segundo Florestan Fernandes, em **A revolução burguesa no Brasil**, a gênese do capitalismo brasileiro está na utilização do ideário liberal no processo de Independência e de formação do Estado nacional brasileiro: “o liberalismo foi a força cultural viva da revolução nacional brasileira” (FERNANDES, 2006, p. 57)<sup>97</sup>. Mas é a partir do terceiro capítulo “A revolução burguesa e o capitalismo dependente” que Fernandes trata do aparecimento da sociedade de classes e dos novos conflitos resultantes dela.

Para o autor, o processo de concretização da Revolução Burguesa se dá em duas vias, uma política e outra econômica. Na primeira, ocorre a passagem de uma “crise do poder burguês” para a dominação burguesa efetiva; e na segunda, a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Essas passagens se dão por intermédio de uma burguesia “dotada de um moderado espírito modernizador”, profundamente comprometida com a posição dependente da economia nacional ao mercado externo. Dessa

---

<sup>97</sup> FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

forma, conclui que esse processo foi liderado por uma burguesia “cautelosa”, e que as mudanças necessárias passaram por um modelo autocrático de dominação.

Assim, a economia dependente dos mercados externos fez com que a consolidação do poder burguês não se desse pela via conflitiva entre burguesia e oligarquia, mas ao contrário, o poder burguês foi liderado pela oligarquia<sup>98</sup>, que decidiu os rumos dessa revolução imprimindo, assim, o seu próprio ritmo. É por isso que na escolha dos inimigos, o alvo principal foi o proletariado, processo este que vem de longa data, da passagem do trabalho escravo para o assalariado, dentro do contexto da acumulação primitiva de capitais.

Para Florestan Fernandes, o capitalismo dependente não é fácil e a burguesia não é débil por si, mas sua força é determinada pela força e atuação das outras classes dominantes:

Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não de ‘revolução nacional e democrática’, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe (FERNANDES, 2006, p. 251)<sup>99</sup>.

Dessa forma, a burguesia brasileira foi impulsionada pelas próprias transformações capitalistas internacionais, não por uma “vontade revolucionária”, mas sim, pelo interesse ávido de inserir-se no contexto do capitalismo monopolista e desfrutar dele, aprofundando cada vez mais seus laços com o imperialismo.

No entanto, essas transformações deveriam ser feitas com segurança. Por isso, era necessário o controle do Estado e, conseqüentemente, esse processo resultaria no golpe de 1964 e no que o autor caracteriza como uma “contra-revolução preventiva”. Em nome de um desenvolvimento capitalista acelerado, se encerrava a fase da revolução democrática nacional. A burguesia

---

<sup>98</sup> Essa ideia pode ser complementada pela caracterização da oligarquia, por Claudia Wasserman, em **Palavra de presidente**: “Entendo por oligarquia aquelas frações da classe dominante latino-americana tributárias do período colonial, que embora tenham realizado a tarefa de implantar o capitalismo – cercamento dos campos e modificação das relações de produção – mantiveram traços aristocráticos de grupos pré-capitalistas, que impediram a transição da extração da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou a completa incorporação da máquina ao processo produtivo. WASSERMAN, C. **Palavra de presidente**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2002. p. 27.

<sup>99</sup> FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.



alcança sua maturidade e concretiza a Revolução Burguesa no Brasil. Nesse sentido, a burguesia evita solavancos com o capitalismo internacional, garantindo para o Brasil a posição de país da periferia do capitalismo internacional e, ao mesmo tempo, reprime qualquer avanço significativo do movimento operário nacional e de suas ideologias correspondentes.

A análise de Florestan Fernandes se diferencia de seus antecessores por compreender a burguesia como classe capaz de estabelecer estratégias de dominação, uma classe organizada<sup>100</sup> e capaz de estabelecer laços de solidariedade. Muito diferente da burguesia acéfala e manipulável que os intelectuais pecebistas concebiam, a de Florestan Fernandes se mostrava uma burguesia com método e objetivos bem definidos.

Assim, Florestan vê o jogo político com todos os seus jogadores e define a real potencialidade de cada classe nesse jogo. Portanto, compreender a verdadeira potência das classes burguesas denota quanto o projeto de aliança com a burguesia para uma revolução de caráter nacional se esgotava com o regime militar. E as ilusões de que o PCB poderia dirigir a burguesia brasileira contra o imperialismo – e, a partir daí, rumar para o socialismo – demonstraram a sua ineficiência em perceber em que direção a burguesia realmente estava apontando e como ela não estava nem um pouco disposta a correr riscos, a ponto de abrir alguma porta, mesmo uma fresta, para o socialismo no Brasil.

É por isso que a interpretação de Florestan Fernandes se torna válida, porque antes de tudo, ele procura entender as especificidades da burguesia brasileira, colocando-a dentro do processo histórico como força determinante na luta de classes.

---

<sup>100</sup> Inclusive no livro “1964: a conquista do Estado”, René Armand Dreifuss (1981) mostra ainda melhor do que Fernandes a grande organização da burguesia em torno do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES e Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD e, sem exageros, comparável às melhores organizações revolucionárias de esquerda.

## 2 DA IMPRENSA ALTERNATIVA DOS ANOS SETENTA À IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA DOS ANOS OITENTA

Este capítulo procura verificar como alguns jornais da imprensa alternativa dos anos setenta transformaram-se em jornais da imprensa revolucionária nos anos oitenta, com o propósito de demonstrar as mudanças de objetivos e métodos ocorridos nessa transição.

A imprensa alternativa marca presença desde os primórdios da palavra impressa no Brasil com os debates sobre a Independência, como por exemplo, no **Correio Braziliense**, de Hipólito da Costa, publicado em Londres<sup>101</sup>, e atravessando o século XIX, com o estilo pasquineiro, como publicações de um único homem e que não tinham periodicidade nenhuma, mas que já mantinham um caráter democrático, artesanal<sup>102</sup> e alternativo àquilo que poderia ser chamado de grande imprensa.

A continuidade histórica desse tipo de publicação é seguida, portanto, nos jornais alternativos dos anos setenta que foram caracterizados por reunirem um conjunto de indivíduos que mantinham um horizonte comum: a luta pela democracia e a oposição ao regime militar.

Dos muitos jornais da imprensa alternativa dos anos setenta, debruçei-me sobre aqueles que foram substituídos ou que se transformaram nos objetos de minha pesquisa nos anos oitenta. Como o jornal **Versus**, alternativo dos anos setenta, que se transformou no jornal revolucionário da corrente do Partido dos Trabalhadores (PT), **Convergência Socialista**, nos anos oitenta. Também o jornal **Em Tempo**, alternativo dos anos setenta, que se transforma em jornal revolucionário da corrente do mesmo partido, **Democracia Socialista**, nos anos oitenta. E, finalmente, o jornal **Movimento**, alternativo dos

---

<sup>101</sup> “Império do Brasil, sim, mas na galáxia da *Nação Portuguesa* e se possível como Sol e não mero planeta: esse era o sentido das palavras do *Correio Braziliense* entre 1808 e começos de 1822, quando finalmente aceitaria a Independência brasileira.” MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 29.

<sup>102</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. O Pasquim. In: \_\_\_\_\_. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.180.

anos setenta, substituído pela imprensa revolucionária do **PC do B**, nos anos oitenta.

Os documentos/periódicos analisados aqui – o jornal **Versus**, o jornal **Em Tempo** (dos anos setenta)<sup>103</sup> e o **Movimento** – foram encontrados no Núcleo de Pesquisas em História da UFRGS. No entanto, é importante deixar claro que usei essas fontes principalmente para avançar na direção de meus objetivos e como verificação e contraponto à bibliografia para os anos setenta, que tem como base as obras **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**, de Bernardo Kucinski (1991) e **A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**, de Maria Paula Nascimento Araújo (2000). E, ainda, os textos complementares **Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo** de Flavio Aguiar, em **História da imprensa no Brasil** (2008), organizado por Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca<sup>104</sup> e **Os trotskismos no Brasil (1966-2000)** de Dainis Karepovs e Murilo Leal em **História do Marxismo no Brasil**, organizado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis<sup>105</sup>.

Segundo Bernardo Kucinski, entre 1964 e 1980 surgiram mais de 150 jornais alternativos no Brasil, que se caracterizaram pela postura de oposição ao regime militar<sup>106</sup>. Esses jornais foram formados por jornalistas que viam seus espaços sendo fechados na imprensa oficial, tanto pela censura quanto pela demissão. No entanto, os espaços para debates e publicações críticas ao regime não estavam sendo reduzidos apenas nos grandes jornais; as instituições universitárias em geral também sofriam com o mesmo problema, o que levou uma grande quantidade de professores a se integrarem aos jornais alternativos, assim como a restrição dos espaços políticos e a derrota da luta armada nos anos setenta levaram, também, os ativistas políticos a se engajarem nesses projetos da imprensa alternativa<sup>107</sup>.

<sup>103</sup> No caso do jornal *Em Tempo*, marco a data a fim de não causar confusão, uma vez que esse periódico, ao contrário dos outros, mantém o mesmo nome nos anos oitenta.

<sup>104</sup> AGUIAR, Flavio. *Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 236-237.

<sup>105</sup> KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. *Os trotskismos no Brasil: 1966-2000*. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**, vol. 6. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007.

<sup>106</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1991. p. XIII.

<sup>107</sup> *Ibidem*.

Dessa forma, Kucinski classificou esses periódicos em dois blocos: os de cunho político, na maioria das vezes capitaneados pelo PC do B e pelo marxismo, e os de caráter cultural, inspirados pelo existencialismo de Sartre e pelos movimentos contraculturais estadunidenses. Em que pese as diferenças, tanto os jornais políticos quanto os culturais estavam na esteira da oposição ao regime militar. Portanto, essas frentes de jornalistas, intelectuais e ativistas políticos nas redações dos jornais alternativos garantiam, senão o debate e a livre circulação das ideias, pelo menos um espaço de sociabilização e reorganização desses setores marginalizados pelo regime militar brasileiro e, principalmente, pela censura.

Talvez seja interessante fazer aqui uma relação com a proliferação dos pasquins, no Período Regencial, que a partir de uma certa liberdade de imprensa (em relação ao período anterior), proporcionou o aparecimento de inúmeros desses jornais artesanais e “nanicos”. Segundo Nelson W. Sodré, numa lista incompleta encontram-se cerca de cinquenta títulos surgidos durante esse período<sup>108</sup>. A comparação pode ser feita a partir do processo de grande agitação política e ao mesmo tempo de disputa pela liberdade de imprensa que marcou os dois momentos da história do Brasil. Talvez aí esteja a pertinência do título “O Pasquim” publicado por Jaguar, Millor, Ziraldo, Henfil “e muitos outros”<sup>109</sup>, entre 1969 e 1988.

Os jornais alternativos também eram caracterizados por uma grande movimentação de seus colaboradores, tendo muitos jornalistas e intelectuais participado de vários projetos da imprensa alternativa. Ao mesmo tempo, cada publicação tinha a figura de um líder, como Raimundo Pereira no **Opinião**, Millôr Fernandes no **PIF-PAF**, Jaguar n’**O Pasquim** e Marcos Faerman no **Versus**<sup>110</sup>.

Kucinski afirma que entre 1974 e 1977, a história da esquerda brasileira se confunde com a história da imprensa alternativa. Inclusive, muitas organizações de esquerda dos anos oitenta se encontraram, se formaram ou se reorganizaram e até mesmo foram acolhidas nessas redações da imprensa

---

<sup>108</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 121-122.

<sup>109</sup> AUGUSTO, Sérgio & JAGUAR (Orgs.). **O melhor do Pasquim**. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006.

<sup>110</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, SP: Editora Página Aberta Ltda., 1991. p. XVI.

alternativa. Isso fica muito claro nos casos dos seguintes jornais: o **Opinião**, com suas relações secretas com a organização de esquerda Ação Popular (que mais tarde se integra ao PC do B); o **Movimento**, que dialogava com o PC do B; o **Em Tempo**, com a tendência trotskista Democracia Socialista; e o **Versus**, com o Partido Socialista dos Trabalhadores (que mais tarde se tornaria a organização também trotskista, Convergência Socialista).

O referido autor também demonstra como a imprensa alternativa foi beneficiada pelo método de impressão *offset*, simplificado e mais barato, usado pelas gráficas dos grandes jornais. Associado a isso, a Editora Abril garantia a distribuição nacional dessas publicações apoderando-se, é claro, de 40% da receita. Assim, os oito maiores jornais alternativos alcançaram, por exemplo, entre 1975 e 1976, a distribuição de cerca de 160 mil exemplares. O **Pasquim** chegou a distribuir 50 mil exemplares nesse período; o **Opinião**, 10 mil; o **Versus**, 20 mil; e o **Movimento**, 13 mil exemplares<sup>111</sup>.

A questão financeira nunca era bem resolvida dentro das redações. Na maioria das vezes, os jornais davam prejuízo e eram sustentados por jornalistas que trabalhavam em grandes jornais e artistas que promoviam shows para arrecadar dinheiro. As dificuldades aumentavam com a censura prévia, o “empastelamento” das redações e, entre 1977 e 1980, os ataques a bomba contra os jornais e bancas de jornais, atingindo o apogeu em agosto de 1980, quando várias bancas das capitais do país foram incendiadas. A partir daí, os jornaleiros passaram a recusar os jornais alternativos. Ainda entre 1979 e 1981, o governo começou a periciar os jornais, e alguns tiveram seus bens penhorados pela justiça.

Todavia, os problemas enfrentados pela imprensa alternativa não decorriam apenas de pressões externas. As disputas internas causavam “rachas” permanentes e se situavam sobre a linha tênue entre a teoria de Gramsci, de “jornalismo integral” e a teoria de Lênin, de jornal como “organizador coletivo”.

Segundo Kucinski, após a derrota da luta armada, nenhum intelectual influenciou tanto a esquerda dos anos setenta quanto Gramsci. Neste sentido, as perspectivas de Gramsci eram adotadas nas redações dos jornais

---

<sup>111</sup> Ibidem, p. 90.

alternativos, e o exemplo mais significativo foi o jornal **Informação** de Adelmo Genro, que tinha a colaboração de Tarso Genro. Mais tarde, ambos formariam, juntamente com José Genoíno, dentro do PT, a corrente Nova Esquerda, uma crítica aos métodos ditos tradicionais da esquerda e assumidamente influenciada pelo intelectual citado. Dessa forma, o “jornalismo integral” e a ideia de “intelectual orgânico” nas redações podiam ser caracterizados como:

Gramsci havia definido “jornalismo integral” como o que vai além da mera satisfação das necessidades aparentes de seu público ou de seus jornalistas; como o jornalismo capaz de criar e desenvolver essas necessidades e ampliar seu público. Trata-se de um corolário direto da concepção gramsciana de revolução através de uma função hegemônica de natureza essencialmente ideológico-cultural, em cuja constituição os jornais teriam um papel importante, em oposição ao modelo leninista que concentra todo o poder no partido. Embora também operasse com os conceitos de partido e vanguarda, Gramsci não subordinava jornal a partido. Considerava que esse jornalismo integral só poderia ser praticado se o jornal fosse uma entidade em si mesma, geradora do seu próprio conhecimento, e portadora de uma ética específica, embora ligado aos grandes movimentos sociais. Não poderia, portanto, ser mera correia de transmissão de um partido ou comitê central (KUCINSKI, 1991, p. 76)<sup>112</sup>.

É interessante como a perspectiva de um “jornal integral” se adequava perfeitamente dentro desses jornais de caráter cultural dos anos setenta, que abrangiam várias posições políticas diferentes. A questão é saber até que ponto realmente alguns grupos de esquerda integrados a esses jornais desejavam esse tipo de organização.

Certamente, a repressão impedia a formação de uma imprensa oficial para esses grupos e talvez sua participação nesses jornais fosse a única possibilidade de sobrevivência naquele momento. Sobretudo, não é de se desprezar o fato de que esses jornais foram um lugar de encontro e que a partir dos debates realizados ali, novos grupos e novas organizações emergiram. Isso significa que nem sempre as organizações chegavam prontas dentro dos jornais alternativos. Ao contrário, em muitos casos, tratava-se de escolhas individuais em busca de um espaço para exercitar a liberdade de expressão dentro dos limites de um Estado de exceção.

---

<sup>112</sup> Ibidem, p. 76.

Na medida em que os iguais iam se encontrando e se organizando e a repressão arrefecendo no final dos anos setenta, a tendência era que as organizações de tipo leninista fossem impondo um novo ritmo organizativo para os jornais alternativos. Não só uma perspectiva mais política para o jornal, mas uma perspectiva de um jornal como “organizador coletivo”, que deveria transmitir para os movimentos sociais as ideias e estratégias de uma única posição política, a posição de uma determinada vanguarda com sua respectiva visão de revolução. Assim, dentro das redações, o modelo gramsciano foi gradativamente sendo substituído pelo modelo leninista.

Nesse sentido, o **Movimento**, o **Versus** e o **Em Tempo** (dos anos setenta) – que fazem parte da genealogia dos periódicos dos anos oitenta aqui pesquisados – são exemplares, porque são jornais que surgiram de forma independente, com militantes oriundos da esquerda da década de sessenta, dentro das perspectivas das frentes jornalísticas e de “jornal integral”. Ao mesmo tempo, são esses jornais que acabaram sendo hegemonzados pelo PC do B, Convergência Socialista e Democracia Socialista, e se não viraram imprensa oficial dessas organizações, acabaram tendo papel importante na formação da imprensa revolucionária de esquerda no decorrer da década de oitenta.

## 2.1 JORNAL MOVIMENTO

O jornal **Movimento** foi certamente o principal jornal alternativo de política dos anos setenta. Apesar de reunir muitos grupos e ativistas políticos de vários matizes ideológicos, seu editor, Raimundo Pereira, mantinha laços profundos com o PC do B e tornou-o, assim, a principal voz do partido durante os anos setenta. Tanto, que à medida que o PC do B, no contexto da redemocratização, reorganiza sua imprensa, o **Movimento** perde muito de sua influência e acaba fechando.

Semanário e tabloide, o **Movimento** foi criado em 1975 e tinha como alvo um público popular. Surgiu como propriedade coletiva dos jornalistas (que eram mais de 50% de seus integrantes) e ativistas políticos. Continha, inicialmente, 28 páginas, logo reduzidas para 24. Possuía textos longos e por

ter sido mutilado pela censura prévia, seu projeto gráfico era desastroso. Sendo um jornal de circulação nacional, iniciou vendendo 21 mil exemplares e acabou com a vendagem média de cerca de 8 mil. No expediente, figuravam mais de 60 colaboradores<sup>113</sup> e tinha 13 sucursais nas principais capitais do Brasil. Como objetivo, mantinha um programa democrático e popular que se propunha a:

Apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana; descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira; acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros; pelas liberdades democráticas; pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país por interesses estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo; pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade (MOVIMENTO, 1978, p. 3)<sup>114</sup>.

O jornal **Movimento** se constituiu, de certa forma, numa continuidade do **Opinião**. A diferença fundamental entre ambos era que enquanto o **Opinião** possuía um projeto empresarial capitaneado por Fernando Gasparin, seu proprietário, o **Movimento** era um projeto de “frente jornalística” controlado pelos próprios jornalistas, ou seja, sem um proprietário. Depois que foi demitido do **Opinião** por Gasparin, Raimundo Pereira passou a dirigir o **Movimento**, um jornal que se pretendia menos intelectual e mais popular, porém muito prejudicado pela censura prévia e sempre com problemas financeiros, distribuindo sempre menos exemplares do que desejava. Devido aos problemas com a censura, o jornal ficou marcado pela “estética do feio”, que acabou se tornando uma espécie de manifesto político<sup>115</sup>.

Sistematicamente reduzido pela censura, comprimido em poucas páginas por causa da necessidade da diminuição dos custos, tornou-se um jornal ‘atarracado’, compacto, de textos enormes [...] publicado com tipos gráficos pequenos cheio de tarjas pretas que indicavam a intervenção da censura (AGUIAR, 2008, p. 240)<sup>116</sup>.

<sup>113</sup> MOVIMENTO, nº 289, 1981. p. 2.

<sup>114</sup> Idem, Coluna Ensaios Populares, nº 167, 1978.

<sup>115</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, SP: Editora Página Aberta Ltda., 1991. p. 298.

<sup>116</sup> AGUIAR, Flavio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.



Integravam seu conselho editorial: D. Adriano Hipólito, Aguinaldo Silva, Alencar Furtado, Ana Dias, André Foster, Audálio Dantas, Aurélio Peres, Clarice Herzog, Clovis Moura, Daniel Cabixi, David de Moraes, Fernando Morais, Francisco Pinto, Geraldo Pestana, Geraldo Siqueira Filho, Jacob Gorender, Miguel Arrais, Chico Buarque, Fernando Henrique Cardoso, Bernardo Kucinski, Maurício Azedo e o deputado federal Chico Pinto<sup>117</sup>.

O jornal abrigou grande parte dos ativistas políticos que estavam saindo da prisão e reuniu uma grande variedade de posições políticas. Havia remanescentes da POLOP, Dissidência, Ala Vermelha, Colina, ALN, AP (não integrados ao PC do B) e estudantes trotskistas de Belo Horizonte que formaram o grupo Centelha e que provocariam o “racha” de 1977, dando origem ao jornal **Em Tempo**. Entretanto, Raimundo Pereira mantinha laços profundos com o PC do B, que nesse momento passava pelo processo de fusão com a AP, fusão que certamente foi impulsionada pela derrota do partido no Araguaia, em 1973.

Os militantes do PC do B perceberam o **Movimento** como um eficaz instrumento de penetração nas massas, o que acabou sendo muito importante para o jornal, já que os próprios militantes tratavam de vendê-lo e promovê-lo. Entretanto, havia uma certa dualidade entre as concepções da AP e do PC do B, podendo ser exemplificada no caso de Duarte Pacheco, egresso da AP e que nunca se integrara definitivamente ao PC do B. Mesmo assim, foi considerado mentor intelectual do **Movimento**, tendo sido um importante articulista do jornal e autor da coluna intitulada “Ensaio Populares”, que não era assinada por ele, mas por Raimundo Pereira. Mais tarde, foram os “Ensaio Populares” o maior ponto de atrito do jornal com os trotskistas de Belo Horizonte.

Além das diretrizes dadas por Duarte Pacheco, Raimundo Pereira mantinha contatos com a direção do PC do B através de Carlos Azevedo. Entretanto, como o partido naquele momento vivia imerso nas discussões geradas pela avaliação da guerrilha do Araguaia e a direção também se via cercada pela repressão, esses contatos diminuíam e, dessa forma, as posições de Duarte Pacheco acabavam prevalecendo.

---

<sup>117</sup> MOVIMENTO, nº 334, 1981. p. 2.

A relação do jornal com o PC do B piorou ainda mais a partir do massacre da Lapa em dezembro de 1976, no qual foram mortos e presos vários dirigentes do partido. Nesse momento, Azevedo transcrevia as diretrizes do partido que vinham pela rádio Tirana da Albânia e as passava para Raimundo, que certamente as repassava para Duarte Pacheco, o que significa que nesse momento não havia direção partidária. Assim, através dos “Ensaio Populares”, o jornal **Movimento** era a única voz do PC do B no Brasil.

Com o “racha” de 1977, que afastou os trotskistas de Belo Horizonte do grupo Centelha e independentes, como Bernardo Kucinski, diminuíram drasticamente as vendas do **Movimento**, além da própria concorrência do novo jornal de esquerda, o **Em Tempo**, que surgiu a partir daí. A formação do jornal **Em Tempo**, composto por várias frentes de esquerda, deixava o **Movimento** com “cara” de jornal de partido único.

O **Movimento** começou a entrar em declínio com a formalização da imprensa oficial do PC do B, em 1979. Azevedo, ainda de forma clandestina, transcrevia os discursos proferidos pela rádio Tirana da Albânia para **A Classe Operária** e no final do ano, já circulava nas bancas a **Tribuna da Luta Operária**. O PC do B agora via no movimento operário do ABC paulista uma força propulsora no Brasil, compreendendo o capitalismo brasileiro dentro de um outro contexto – o capitalismo nacional não era tão pouco desenvolvido assim, e o proletariado brasileiro passou a integrar as forças políticas da revolução.

Entretanto, por outro lado, o **Movimento** não dava crédito nem destaque ao movimento operário e suas greves. O **Movimento** destoava da linha política do PC do B, e Raimundo Pereira se isolava; aprofundava o isolamento publicando debates internos do partido sobre as divergências do Araguaia, como foi o relato de José Genoino e de sua participação na guerrilha, que era, sobretudo, crítico à direção do partido.

Não quero crer que, como afirma Kucinski, Raimundo tenha encerrado o **Movimento** por temor que petistas controlassem o jornal<sup>118</sup>, pois nunca ninguém chegou, de fato, a ameaçar o poder de Raimundo Pereira. E como fica claro na última edição do **Movimento**, foi por motivos financeiros que ele

---

<sup>118</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991. p. 346.

fechou o jornal em 1981: “Movimento não fecha por falta de competência. Fecha por sobra de sinceridade. Se se vendesse à impostura, teria verbas oficiais.” (MOVIMENTO, 1981, p. 2)<sup>119</sup>.

## 2.2 EM TEMPO DOS ANOS SETENTA

O jornal **Em Tempo** tinha um projeto gráfico simples, mas de qualidade. Segundo Flavio Aguiar, o **Em Tempo** apresentava o formato *standard* para disputar espaço nas bancas de jornal com os grandes jornais da época que, com exceção do Rio Grande do Sul e Florianópolis – onde predominavam os tabloides –, tinham aquele formato<sup>120</sup>.

Quinzenário, o número zero do **Em Tempo**, de novembro de 1977, apresentava um expediente de cerca de sessenta colaboradores, com sucursais em Recife, Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Salvador. Apesar de ser um jornal voltado para um público mais intelectualizado, com textos de todos os tamanhos e abordando temas que iam da política à sexualidade, trazia matérias bastante populares, dando conta das demandas dos trabalhadores das fábricas e dos movimentos populares em geral.

Após a divisão no **Movimento**, o jornal **Em Tempo** foi formado a partir de uma “frente jornalística”, com preocupações muito grandes em relação ao funcionamento democrático de seu projeto. As experiências no jornal **Movimento**, de centralização das decisões por Raimundo Pereira, apresentavam-se como “traumáticas”. Assim, o **Em Tempo** não tinha um editor, mas várias editorias com relativa autonomia. Buscavam a democracia direta, “tudo precisava ser discutido por todos o tempo todo” (KUCINSKI, 1991, p. 355)<sup>121</sup>.

Desse modo, o jornal **Em Tempo** trazia o germe de uma nova forma de se fazer política no interior da esquerda brasileira. Essa nova forma resultou no

<sup>119</sup> MOVIMENTO, nº 334, última edição, 1981. p. 2.

<sup>120</sup> AGUIAR, Flavio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 241.

<sup>121</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1991.

fato de que todos os trabalhadores do jornal tinham direito a voto, eram os “acionistas tipo A” e tinham o poder de eleger 4/5 do conselho administrativo; já os “acionistas tipo B” eram os colaboradores (não trabalhadores), que elegiam os outros 1/5 do conselho de 17 integrantes<sup>122</sup>.

Assim, o **Em Tempo** foi formado a partir do chamado “grupo histórico do racha” (Bernardo Kucinski, Maria Rita e Chico de Oliveira), por ex-militantes da AP (não integrados ao PC do B), por integrantes da Libelu, do MR-8, do Centelha, da Polop, do Colina, do MEP e do Nova Proposta. Entretanto, com a união do grupo trotskista Centelha ao Nova Proposta do Rio Grande do Sul, liderado por Raul Pont, formaram a organização Democracia Socialista que, mais tarde, passou a hegemonizar o jornal.

O **Em Tempo** antecipou os grandes movimentos grevistas do ABC paulista. O número zero trazia como manchetes: “Um teste operário na luta pela reposição”; “Nasce um novo semanário de oposição”; e a “Queda de Frota”<sup>123</sup>. E nas páginas do número 17 de junho de 1978, fornecia uma lista de duzentos e trinta e três torturadores<sup>124</sup>. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o jornal passava a noticiar largamente as greves e passeatas possibilitando, assim, um espaço para o movimento operário que inexistia na “grande imprensa”, aproveitava o fato de nunca ter sofrido com a censura prévia e rompia com o silêncio vigente acerca da tortura. A publicação dos nomes dos torturadores adquire o sentido de mostrar a face oculta daqueles que se autoproclamaram “vencedores”.

O jornal **Em Tempo** teve uma distribuição regular de 8 mil exemplares quinzenalmente. Mas com a possibilidade de o mesmo se engajar na formação de um partido socialista que viria a se tornar alternativa ao MDB, o MR-8 acabou saindo do jornal e, com isso, a tiragem do jornal passou para 2,2 mil exemplares, sendo distribuído basicamente para simpatizantes da DS.

Em outubro de 1979, por questões financeiras e por não precisar mais disputar espaço com a grande imprensa, o **Em Tempo** virou tabloide, assumindo não ser mais um jornal voltado para um público amplo. Mesmo assim, ainda sobreviviam no jornal intelectuais de posições independentes,

---

<sup>122</sup> Ibidem, p. 355-356.

<sup>123</sup> Em Tempo, número zero, 1977.

<sup>124</sup> Idem, nº 17, 1978.

como Marco Aurélio Garcia e Eder Sader. Finalmente, o jornal se engajou definitivamente na campanha pró-PT e com a saída dos independentes – incluindo Marco Aurélio Garcia e Eder Sader –, o **Em Tempo** assumiria seu caráter partidário e leninista<sup>125</sup>.

### 2.3 VERSUS

O jornal **Versus** foi lançado em 1975 por Marcos Faerman, juntamente com Moacir Amâncio, Vitor Vieira e Omar de Barros.

Na capa, além de informar que era um periódico voltado para a “afro-américa-latina” anunciava-se também como “um jornal de aventuras, ideias, reportagens e cultura”<sup>126</sup>. Jornal mensal de alta qualidade gráfica e textos longos, tinha como público alvo setores mais intelectualizados da sociedade. O próprio jornal reunia em seu expediente mais de oitenta colaboradores, tendo sucursais no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Amazonas e Espírito Santo, além de manter colaboradores internacionais, como Eduardo Galeano, Eric Nepomuceno, Diana Belessi, Abrão Slavusky e Alberto Villas<sup>127</sup>.

O jornal pode ser caracterizado como um periódico de intelectuais para intelectuais tendo, inclusive, a preocupação de debater a posição dessa categoria social no contexto do regime militar<sup>128</sup>. Apesar de trabalhar com poesia, literatura, Faerman também desempenhava uma trajetória de ativismo político, e é essa trajetória que provavelmente permitiu a entrada – e até o acolhimento – do Partido Socialista dos Trabalhadores (futura Convergência Socialista) em sua redação.

Graças aos bons recursos gráficos de **Versus**, o jornal chegou a ter uma distribuição de 35 mil exemplares, tornando-se um dos jornais alternativos mais importantes do período, obtendo grande prestígio entre os intelectuais brasileiros<sup>129</sup>. Em 1977, entraram os primeiros ativistas da Liga Operária no **Versus**. A Liga Operária tinha sido fundada na Argentina, em 1974, por

---

<sup>125</sup> KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1991. p. 372.

<sup>126</sup> VERSUS, nº 14, setembro de 1977.

<sup>127</sup> Idem, p. 1.

<sup>128</sup> Idem, p. 13.

<sup>129</sup> Idem, p. 190.

ativistas brasileiros lá refugiados do MNR, entrando em contato, pela primeira vez, com Nahul Moreno, militante da fração bolchevique da Quarta Internacional<sup>130</sup>.

Segundo Dainis Karepovs e Murilo Leal, em julho de 1977 a Liga Operária fundou o Partido Socialista dos Trabalhadores, e em 1978, criou o movimento Convergência Socialista<sup>131</sup>. Na época, os militantes da organização eram deslocados do movimento estudantil para o movimento operário, principalmente em Santo André. Em 1978, os trotskistas da Convergência já dominavam o jornal e em setembro, Faerman e outros se afastam. Em outubro de 1979, foi publicado o jornal de número 34, última edição do **Versus**, e em março do mesmo ano, já havia sido lançado o número zero do jornal **Convergência Socialista**.

#### 2.4 DA LUTA PELA DEMOCRACIA À LUTA PELA REVOLUÇÃO

Como foi demonstrado na obra de Kucinski, a imprensa alternativa dos anos setenta surgiu com o propósito genérico de lutar pela democracia reunindo, assim, um grupo muito amplo de jornalistas, ativistas e intelectuais. À medida que o regime foi permitindo a redemocratização, esses agrupamentos foram sendo redefinidos em busca de novos projetos, daí se justifica a mudança do caráter dessas publicações dos anos setenta para os anos oitenta. Os jornais revolucionários dos anos oitenta continuaram sendo alternativos à grande imprensa, só que agora hegemônicos por intelectuais da esquerda revolucionária, ou seja, buscavam organizar o operariado e, ao mesmo tempo, assumiam o caráter socialista.

Tais mudanças não se tratam de nenhum “assassinato cultural” como denunciou Jorge Pinheiro em entrevista a Kucinski<sup>132</sup>, referindo-se ao fato, por exemplo, de a Convergência Socialista ter encerrado o **Versus** para iniciar a sua própria publicação. Naquele momento, todos os integrantes de jornais

---

<sup>130</sup> KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**, vol. 6. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 158.

<sup>131</sup> Idem, p. 158.

<sup>132</sup> Idem, p. 206.

estavam se reorganizando, as disputas internas refletiam programas diferentes, horizontes diferentes. Na realidade, as ideias não foram assassinadas, mas foram se realinhando e os intelectuais buscando outros espaços em outros lugares, de acordo com suas identidades. Nesse sentido, os jornais alternativos dos anos setenta influenciaram muito o surgimento de uma esquerda disposta a reunir uma grande quantidade de posições diferentes, sendo que parte delas veio a formar o Partido dos Trabalhadores.

Dessa forma, a imprensa alternativa ajudou a criar novos modelos de democracia para a esquerda, que foram utilizadas alhures. No entanto, como imprensa, acabou tornando-se imprensa oficial das organizações revolucionárias dos anos oitenta, caracterizadas por reunirem intelectuais marxistas com objetivos definitivamente anticapitalistas.

### 3 OS INTELECTUAIS DE ESQUERDA E A IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA DOS ANOS OITENTA

Este capítulo discute as questões acerca dos intelectuais de esquerda e da imprensa revolucionária dos anos oitenta. Para tanto, irei analisar os objetivos e métodos dos intelectuais de esquerda nos seguintes periódicos: **Tribuna da Luta Operária** e **A Classe Operária**, do PC do B; **Em Tempo**, da Democracia Socialista; e **Convergência Socialista**, da organização homônima. Ao mesmo tempo, procuro interpretar essas visões de revolução a partir do processo histórico vivido nos anos oitenta objetivando, assim, encontrar a continuidade e/ou ruptura dos debates sobre o tema das discussões dos anos sessenta e setenta. Por isso, retomo aqui a leitura de Florestan Fernandes para essa década, dando desdobramento às percepções desse intelectual e continuidade aos debates que o antecederam.

Como foi visto, Florestan Fernandes compreende os anos setenta como o momento histórico em que a burguesia brasileira assume o papel decisivo no controle da economia e do Estado brasileiro. Entretanto, a partir da análise documental desta pesquisa, é nos anos oitenta, com a expansão e consolidação do capital monopolista, que a burguesia brasileira se afirma<sup>133</sup>, adquirindo um status socialmente reconhecido e até enaltecido na esteira dos Yuppies estadunidenses<sup>134</sup>.

Por outro lado, Florestan coloca o proletariado em um patamar que os intelectuais de esquerda ainda não haviam colocado<sup>135</sup>. Agora, esses trabalhadores passaram a ter uma nova relação com os meios de produção, tendo em vista que as novas tecnologias introduzidas não só no setor automobilístico, mas também nas indústrias pesadas (na maioria, estatais) se

---

<sup>133</sup> Cazusa expressa bem esse processo histórico com a canção "Burguesia" (1989).

<sup>134</sup> Derivação da sigla "YUP", expressão inglesa que significa "Young Urban Professional", ou seja, Jovem Profissional Urbano.

<sup>135</sup> Inclusive, defendo que o conceito de "proletariado" usado por Florestan se aproxime muito do conceito de "classe trabalhadora" adotado aqui. Embora na conjuntura brasileira dos anos oitenta esse último se torne mais usual do que o primeiro, penso que este dá conta do mesmo princípio de pertencimento, já que tanto um quanto o outro denotam uma diferenciação significativa dos conceitos de "classe operária", que definia os trabalhadores manuais dos anos trinta no Brasil.



consolidavam nesses anos. Um dos elementos característicos desse período também é a massificação do trabalho.

[...] A grande expansão do complexo automobilístico na região do ABC, com suas imensas fábricas, atraiu de todas as partes do Brasil uma mão-de-obra constituída predominantemente de jovens do sexo masculino. O processo de massificação dessa força de trabalho acelerou-se por causa do alto nível de rotatividade de empregados resultante da política geral dos patrões de usar as demissões de trabalhadores para diminuir os custos de salário (ROXBOROUGH, 2009, p. 335)<sup>136</sup>.

Portanto, a massificação do trabalho e a alta rotatividade dos trabalhadores dessas fábricas do ABC são, sob meu ponto de vista, as consequências de um novo padrão de exploração, a mais valia relativa<sup>137</sup>. Apesar de ser gradual e ainda localizado em algumas fábricas e regiões no início dos anos oitenta, ele se expande durante a década e passa a ser determinante nas análises intelectuais e práticas políticas, tanto que o resultado não é apenas a intensificação de greves por melhorias salariais, mas também a culminância do principal “remédio” a esse tipo de exploração, com a redução da jornada de trabalho na Constituição de 1988<sup>138</sup>.

Outro elemento bastante revelador trazido por Roxborough é uma diferenciação do trabalhador da cidade de São Paulo para o trabalhador do ABC paulista. Segundo esse autor, os trabalhadores da cidade de São Paulo eram mais velhos e tinham empregos mais fixos que os do ABC, e seria esse elemento que teria proporcionado com que esses últimos tivessem promovido movimentos mais radicais do que os primeiros. Desse modo, a ideia de “novo sindicalismo” não está apenas inserida num contexto de reivindicações

---

<sup>136</sup> ROXBOROUGH, Ian. A Classe Trabalhadora Urbana e o Movimento Trabalhista na América Latina Após 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina** (vol. 7) - A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 335.

<sup>137</sup> “A máquina produz mais valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força, e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor diário da força de trabalho com menor porção de valor do produto diário. Nesse período de transição em que a produção mecanizada assume o aspecto de monopólio, os lucros são extraordinariamente altos, e o capitalista procura explorar ao máximo essa lua-de-mel, prolongando ao máximo possível o dia de trabalho. Quanto mais lucra, mais quer lucrar.” MARX, Karl. **O Capital: O processo de produção do capital** (vol. 1) São Paulo: Difel, 1982. p. 465.

<sup>138</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, 1988. Art. 7º.

deslocadas do “velho sindicalismo pelego”, mas o sentido de “novo” remete também a uma nova geração de ativistas<sup>139</sup>.

De forma geral, para os intelectuais da esquerda revolucionária, a terminologia “classe trabalhadora” passa a ocupar um espaço sem precedentes em suas elaborações teóricas. Provavelmente, Florestan tenha se apropriado do conceito de “proletariado”, e não de “classe trabalhadora”, justamente por estar analisando o Manifesto Comunista.

Em 1981, Florestan Fernandes escreve um artigo intitulado **O que é revolução**, no qual trabalha basicamente com uma interpretação acerca do **Manifesto do partido comunista** de Marx e Engels. Dentre os subtítulos do texto encontra-se **Como lutar pela revolução proletária no Brasil?**. Nesse sentido, a interpretação do autor se torna sintomática de um período em que o capital monopolista introduz novas formas de acumulação no Brasil que, embora não tenham se expandido imediatamente para o resto das indústrias nacionais, influenciaram sobremaneira o pensamento da esquerda brasileira.

Nenhum outro autor de esquerda, até então, pôde trabalhar com a categoria do proletariado como classe, como o fez Florestan Fernandes. Todos os outros marxistas tiveram de buscar no homem pobre do campo, na burguesia, em alianças de classe ou no “povo”, a força propulsora da revolução. Florestan Fernandes, que observou nos anos setenta a força da burguesia, agora colocava o proletariado no centro de suas análises. Com Florestan Fernandes, enfim, o proletariado entra na cena política como força determinante na história do Brasil.

O referido autor não acreditava numa Revolução imediata do proletariado, mas previa que em determinadas condições, ela pudesse ocorrer (em uns 20 anos no Brasil), colocando a organização sindical e a constituição de um partido proletário como forças propulsoras de um processo revolucionário. Sua origem de garoto pobre do Brás permeou sua produção intelectual, e o caminho por ele trilhado desembocou em seu interesse analítico pelo proletariado. Mas esse interesse só pôde ser vivido porque o proletariado brasileiro começava a dar passos largos em termos de greves, organização

---

<sup>139</sup> ROXBOROUGH, Ian. A Classe Trabalhadora Urbana e o Movimento Trabalhista na América Latina Após 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina** (vol. 7) - A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 336.

sindical e na formação de um partido de trabalhadores. Portanto, como intelectual, Florestan fez jus ao nome; entretanto, foi um intelectual que deu a devida importância aos “Vicentes”<sup>140</sup> do Brasil.

Os intelectuais de esquerda, ao longo da história do marxismo no Brasil, tiveram como tarefa a interpretação da realidade brasileira e enfrentaram a dificuldade de encontrar no Brasil condições muito adversas daquelas encontradas na literatura clássica do marxismo: uma população basicamente rural e uma economia baseada na exportação de produtos primários. Provavelmente por isso, buscaram sempre forças políticas alternativas.

Nelson W. Sodré, no final dos anos cinquenta e sessenta, encontra na burguesia brasileira e no povo brasileiro essa potência revolucionária. Caio Prado Jr, na última metade dos anos sessenta, vê nos empregados do campo associados aos da cidade os elementos propulsores da *revolu o brasileira*. Já as organiza es armadas, ou melhor, os intelectuais armados, que tiveram as portas fechadas pelo regime militar, buscaram primeiro neles mesmos essa força e, posteriormente, no homem do campo. Por fim, Florestan Fernandes, nos anos setenta, afirmava que o regime militar tinha consolidado no Brasil uma nova ordem capitalista, liderada pela burguesia e pelo capital monopolista e no início dos anos oitenta, esse processo resultaria na forma o e amadurecimento da classe antagonica   burguesia. Assim, o proletariado aparece pela primeira vez na história do Brasil como uma força política determinante.

No entanto, Florestan Fernandes trata a economia industrial brasileira de forma homogênea, sem diferenciar os padrões de explora o capitalista que ocorrem nas indústrias estrangeiras, indústrias pesadas e nas indústrias nacionais.

---

<sup>140</sup> Florestan Fernandes   caracterizado como intelectual orgânico. Nasceu em 22 de julho de 1920 em São Paulo, teve uma origem humilde, filho de uma lavadeira, cuja patroa de sua mãe costumava chama-lo de Vicente, porque não achava que Florestan fosse nome de um menino pobre. Começou a trabalhar aos seis anos de idade, foi engraxate e precisou, em determinado momento, abandonar os estudos para trabalhar, mas retornou no curso de madureza (espécie de supletivo). Aos dezoito anos, ingressou na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1947 conclui o mestrado e em 1951 o doutorado, com teses sobre os  ndios Tupinambás, tornando-se professor titular da USP. Com o regime militar, foi cassado da universidade em 1969 e pediu exílio para o Canadá, onde ministrou aulas de sociologia na Universidade de Toronto. Florestan Fernandes também foi duas vezes deputado pelo Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.meuartigo.brasilecola.com/biografia/florestan-fernandes-1.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

Defendo que o padrão de extração da mais valia aparece de forma diferenciada no Brasil dos anos oitenta: para as indústrias do capital monopolista e indústrias de base, a implantação de alta tecnologia garantia demandas específicas de uma nova forma de acumulação, ao passo que para as indústrias de bens de consumo nacionais, o que predominava ainda era a preocupação com a exploração máxima do tempo de trabalho. Assim, a exploração da mais valia relativa pelas primeiras, acabava dominando as pautas políticas nacionais, e as demandas dos trabalhadores das indústrias automobilísticas, muitas vezes, acabavam sendo lançadas a todos os trabalhadores brasileiros.

Isso pode ser transposto para a imprensa revolucionária dos anos oitenta, o que significa dizer que muitas vezes esses jornais, produzidos em São Paulo, pouco dialogavam com trabalhadores inseridos na dinâmica da produção das indústrias brasileiras, ainda pouco tecnológicas e mergulhadas na exploração da mais-valia absoluta. As ações do proletariado do ABC paulista acabavam sendo maximizadas por muitos intelectuais de esquerda, levando, obviamente, a conclusões precipitadas. No entanto, é nesse contexto histórico, de expansão da indústria do capital monopolista, que os intelectuais trotskistas e stalinistas se movimentaram. São essas condições que estabelecem o horizonte da produção textual dos intelectuais de esquerda no Brasil.

Como já foi visto anteriormente, Hobsbawm (1995) indicava o processo de globalização, a partir dos anos setenta, pelo grande deslocamento de empresas do Primeiro Mundo para o Terceiro Mundo, acelerando a industrialização nessas áreas<sup>141</sup>. Indo além, seguindo os dados de Boris Fausto, se em 1950 o setor primário era responsável por 28% do PIB nacional, em 1985 era apenas 9,81%, com o respectivo crescimento dos setores secundário e terciário<sup>142</sup>. Ao mesmo tempo em que o capital estrangeiro e monopolista dominava o Brasil – das 15 maiores empresas do Brasil, somente duas eram nacionais –, 10% do PIB vinham da indústria automobilística<sup>143</sup>. Mesmo assim, o Brasil dos anos oitenta foi caracterizado pela recessão,

---

<sup>141</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 403.

<sup>142</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 541.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 541.

inflação crescente e o problema da dívida externa. Nesse sentido, o processo de reabertura política se deu num momento de expansão capitalista e num contexto de crise econômica, o que proporcionou uma grande movimentação popular em torno de reivindicações econômicas e políticas.

Com a reabertura política, as frentes jornalísticas características dos anos setenta, que eram formadas por intelectuais dos mais variados matizes, se reorganizavam e se reformulavam a partir de projetos de redação mais ousados, que apontavam para um tipo de imprensa aos moldes do **Que fazer?**<sup>144</sup> de Lênin, ou seja, o jornal assumia um papel de “organizador coletivo”. O jornal de uma organização revolucionária passava a “dar a linha” política, e se tornava a expressão das resoluções das direções das próprias organizações de esquerda. Assim, o texto assumia uma importância crucial no processo de circulação das ideias dessas organizações, tanto para dentro da organização como para fora dela.

Os jornais revolucionários dos anos oitenta propiciaram um espaço de sociabilização do intelectual de esquerda, um lugar de debate entre iguais, ou mais iguais, configurando um ambiente muito menos heterogêneo do que as frentes jornalísticas dos anos setenta, propiciando a troca de ideias que expressavam uma visão de mundo específica, de uma organização leninista e centralizada.

Dessa forma, todos os intelectuais que foram analisados até aqui tentaram interpretar o Brasil buscando as forças possíveis da transformação social, talvez com a exceção dos intelectuais armados do regime militar (que viveram uma situação peculiar). Assim, década a década, esses intelectuais de esquerda foram interpretando e reinterpretando a realidade brasileira a partir de sua composição social e da luta de classes. Essa afirmação parece banal, mas é necessária para que ao longo deste trabalho não se caia em anacronismos.

Os periódicos estudados aqui, guardadas as devidas proporções, estão muito mais próximos dos jornais operários do final do século XIX e início do século XX do que os chamados alternativos dos anos setenta, já que muitos deles se autoafirmavam como “imprensa operária”.

---

<sup>144</sup> LENIN, Vladimir. **Que fazer?** Estugarda: Editorial Dietz, 1902. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2002.

Essa “imprensa operária” mantém algumas peculiaridades e distinções, com um conteúdo mais específico, mais direcionado e menos amplo do que a imprensa alternativa. Como por exemplo: os jornais anarquistas do fim do século XIX – **O Protesto**, **O Golpe**, **A Asgarda** – e as publicações, também anarquistas, do início do século XX, como **O Amigo do Povo**, **Avanti** e **A Greve**<sup>145</sup>, e tantas outras que marcaram o processo de crescimento e aparecimento do operariado brasileiro. Além desses, as primeiras publicações comunistas também estão nessa linha de continuidade, como o **Movimento Comunista**, mensário, que circulou no Rio em 1922 e convocou em suas páginas o I Congresso do PCB, e depois, **A Classe Operária**, que iniciou em 1925, como órgão do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>146</sup>.

Pode-se afirmar que o que diferenciava a “imprensa operária” dos jornais alternativos (“imprensa alternativa”) era o seu público alvo. E no que a primeira (“imprensa operária”) se distancia dos jornais que são objetos desta pesquisa (“imprensa revolucionária”), é justamente o fato de aquela ter sido voltada predominantemente para operários manuais.

Nesse sentido, a imprensa dos anos oitenta é direcionada para uma classe trabalhadora massificada e, ao mesmo tempo, para um tipo de trabalhador inserido em novas relações de produção, num ambiente de trabalho dado por grandes fábricas e tecnologias avançadas, com grande rotatividade de trabalhadores. O “novo sindicalismo” que nasce nesse ABC paulista e passa a dominar as perspectivas nacionais de organização sindical, também se expressa nessa imprensa que chamo de revolucionária, ou seja, a demanda dessa classe trabalhadora do ABC se torna, de certa forma, nacional, e isso se expressa nesses periódicos.

Também não se deve deixar de levar em conta o fato de que essas novas relações de produção acabaram conquistando gradativamente as estruturas industriais brasileiras no decorrer da década. Dessa maneira, o objetivo dos intelectuais que produziram esses periódicos partia de uma tentativa de diálogo que remetia a debates que atravessavam as reivindicações próprias e mais imediatas da classe trabalhadora, até as intenções de

---

<sup>145</sup> SODRÉ, Nelson W. Imprensa Proletária. In: **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 310.

<sup>146</sup> Idem. p. 322.

disseminar suas próprias ideias anticapitalistas, marcadas pelas estratégias específicas de cada organização.

A metodologia usada aqui parte de uma análise sobre as publicações da esquerda revolucionária brasileira nos anos oitenta. Busca-se tanto percorrer os principais debates realizados nesses periódicos como os objetivos dos intelectuais redatores em sua atividade. Ao mesmo tempo, procura-se menos percorrer uma cronologia, ano a ano, e pinçar mais os debates que revelem intenções e que, sobretudo, sejam importantes para se entender as formulações, os objetivos, os métodos, as continuidades e rupturas de determinados discursos, para depois contextualizar e analisar suas consequências.

Os temas principais variam muito de organização para organização. A escolha desses temas, portanto, está imbricada nas estratégias gerais de cada organização revolucionária, e muitas vezes, como será visto, sequer discutem pontualmente a questão da *revolução brasileira*, mas podem constituir um quadro mais amplo para se perceber como essas especificidades formam a totalidade de um discurso: o discurso da *revolução brasileira*. Não se pode deixar de fora, também, os cortes e opções de temas do pesquisador, que tentou ao máximo buscar questões que revelassem, de alguma forma, o sentido geral das percepções de revolução.

### 3.1 O JORNAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA: A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA E OS INTELECTUAIS INVISÍVEIS

- Falo com o senhor, ei, paladino! – insistiu Carlos Magno. – Como é que não mostra o rosto para o seu rei?  
A voz saiu límpida da barbela.
- Porque não existo, sire.

(ITALO CALVINO. O cavaleiro inexistente)

Esta parte do capítulo trata das leituras sobre a revolução e os objetivos dos intelectuais/redatores do jornal **Convergência Socialista (JCS)**, organização trotskista que contribuiu para a fundação do Partido dos Trabalhadores e que permaneceu nele até sua expulsão, em 1991, quando

acabou formando o PSTU. Entretanto, uma parte dos militantes da CS permaneceu no PT até 2002, quando então saiu para formar o PSOL.

O jornal **Convergência Socialista** rompeu brutalmente com o caráter intelectual do **Versus**, tendo agora como perspectiva a busca por um público de ativistas políticos ligados principalmente à classe trabalhadora. Inclusive, o jornal passou a tratar a atividade intelectual com um certo desprezo e desmerecimento. Em formato tabloide, com um projeto gráfico simples e matérias relativamente curtas, chegou a vender cinco mil exemplares em 1983. Com doze páginas, o jornal não tinha espaços significativos para temas não relacionados à política e à economia. O primeiro número do jornal **Convergência Socialista** fez parte daquele processo já descrito aqui de controle dos trotskistas da CS sobre o jornal alternativo **Versus**. No entanto, nesse primeiro número, seus editores procuravam uma definição que parecia ainda ligada a uma concepção mais aberta de jornal:

Não queremos um jornal militante monótono. Pensamos num jornal vivo, que discuta e analise os mais variados problemas, mesmo aqueles que não estão ligados diretamente às questões operárias e sindicais. Um jornal militante, que reflita algo da vida. Queremos um jornal dinâmico e agressivo, que expresse toda a potencialidade do movimento socialista que se organiza hoje em torno da Convergência Socialista. Este é o caminho que escolhemos. Um jornal de partido, um grande partido e não um boletim sindical. Estamos começando, o futuro é nosso (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, 1979, p. 10)<sup>147</sup>.

Esse começo se deu com a direção de Jorge Pinheiro e a participação de cerca de dez colaboradores; entre eles, Cristina Ribeiro, Antônio Luiz Cunha, Roberval Goulart, Jorge Miguel de Souza, Julio Tavares, Arnaldo Schreiner, Mario Rego, Suzete Lima e Malú Maranhão<sup>148</sup> (esta última encontrase no expediente do jornal **Versus** em 1977)<sup>149</sup>. Com sucursais em Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre, o jornal **Convergência Socialista** tinha circulação nacional.

Dentro da nova linha editorial, de jornal de partido, portanto muito diferente das perspectivas do **Versus** – de um “jornal de aventuras, ideias,

---

<sup>147</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, primeiro número, 1979.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>149</sup> VERSUS, número 14, setembro de 1977, p. 1.



reportagens e cultura” –, o **Convergência Socialista** possibilitava ainda artigos que “refletiam algo sobre a vida”, como os de Cristina Ribeiro, tomando-se como exemplo o texto “Pour Elise: um dia de supermercado”<sup>150</sup>, que expunha literariamente as angústias de uma mulher que tinha como pesadelo o próprio cotidiano.

Entretanto, no decorrer de 1980, o diretor responsável passaria a ser Arnaldo Schreiner, e a partir daí nota-se algumas mudanças significativas. Os textos vão deixando gradativamente de ser assinados e os resquícios de artigos literários desaparecem. Assim, iniciava-se a eliminação de textos mais subjetivos e uma espécie de diluição da figura dos intelectuais na redação do jornal, o que acabou culminando num expediente que relacionava um único nome – o do editor responsável. Esse novo formato substituiu aquelas longas listas de editores, redatores e colaboradores, tão características dos jornais alternativos dos anos setenta, como por exemplo, os cerca de 80 nomes que apareciam no expediente do jornal **Versus**, em 1977. Schreiner, que tinha iniciado como colaborador do jornal, permaneceu como seu diretor responsável até o início de 1989.

Para alcançar uma compreensão efetiva da história e dos caminhos do jornal **Convergência Socialista**, a partir do momento em que este deixa de ser o **Versus** e adota esse nome, se faz necessário o resgate da história da organização Convergência Socialista, pois logo que essa organização assume o jornal, este passa a ser a voz oficial da CS, de forma que a história de um e da outra se fundem, tornando impossível pensá-los em separado.

A Convergência Socialista surgiu com esse nome no primeiro semestre de 1978. No entanto, sua história remonta ao asilo político de Mario Pedrosa, pioneiro do trotskismo no país, na embaixada do Chile no Brasil, em 1970. Depois, passa pelo seu encontro com nove exilados brasileiros, no Chile, até a formação do grupo Ponto de Partida<sup>151</sup> que, por sua vez, inicia os primeiros contatos com o Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Esse grupo foi liderado pelo argentino Nahuel Moreno e se integrou à fração Tendência Leninista Trotskista.

---

<sup>150</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, primeiro número, 1979. p. 4.

<sup>151</sup> AZEVEDO, Ricardo de. Entrevista: Valério Arcary – Qual é a tua, Convergência? **Revista Trimestral do Partido dos Trabalhadores Teoria e Debate**, nº 10, São Paulo, abr/mai/jun de 1990. p. 54.

Com o golpe de Pinochet, em 1973, Maria José e Jorge Pinheiro (futuro editor do jornal **Convergência Socialista**) foram para a Argentina, e lá estreitaram seus laços políticos com Moreno. Na Argentina publicaram o jornal **Independência Operária**, que chegou a circular no Brasil quando o grupo formou aqui a Liga Operária, em 1974. Esse grupo passou a manter ligações estreitas com o movimento operário no ABC paulista, inclusive deslocando ativistas com um perfil mais intelectualizado para o ativismo sindical e operário. No entanto, uma das principais figuras da CS, José Maria, não fez parte desse processo. Esse líder, ao contrário do que deixa entendido Karepovs<sup>152</sup>, desde muito cedo trabalhou em fábricas.

O rompimento do grupo com o Secretariado Unificado da Quarta Internacional se deu com a expulsão, em 1979, da Brigada Simon Bolívar (Fração Bolchevique) da Nicarágua pelo governo de Reconstrução Nacional, formado pela Frente Sandinista e com apoio de setores da burguesia. O não apoio da Quarta à Brigada gerou o rompimento tanto da Fração Bolchevique quanto da Tendência Leninista Trotskista, formando um novo agrupamento que criou a Quarta Internacional - Comitê Internacional (QI-CI), para a reconstrução da Quarta Internacional. Entretanto, em 1981, ocorreu nova divisão frente à divergência acerca do posicionamento em relação ao governo de Mitterrand, dando origem à Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), com a qual a CS se identifica<sup>153</sup>.

#### ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

Convergência Socialista  
Em Tempo (DS)  
O Trabalho

#### ORGANIZAÇÕES ÀS QUAIS ADEREM

LIT  
Secretariado Unificado  
QI-CIR<sup>154</sup> (pró-Mitterrand)

A CS aparece como uma organização revolucionária constituída por ativistas de matiz intelectual, como a maioria da esquerda que fora perseguida durante o regime militar. Contudo, esse perfil intelectualizado, constituído

<sup>152</sup> KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**, vol. 6. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 157.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 198-199.

<sup>154</sup> SILVA, Antônio Ozai da. **História das Tendências no Brasil: Origens, cisões e propostas**. 2. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

principalmente pela categoria dos estudantes, compreendia a necessidade de que o “caminho do socialismo” deveria ser trilhado através das lutas populares e enxergava na classe trabalhadora do ABC paulista a força propulsora da transformação social, colocando, portanto, essa classe no eixo de sua ação política.

No número 14, o jornal **Convergência Socialista** afirma que:

O atual ascenso do conjunto dos trabalhadores e estudantes tem o marco decisivo a partir de maio de 1977 com a prisão de Celso Brambilla, Márcia e Zé Maria, e outros companheiros. Foram as prisões, que pela primeira vez em muitos anos de ditadura, provocaram as grandes manifestações e passeatas de nível nacional. De 1977 para cá, quase não teve nenhuma semana de trégua. A luta de classes começou a mostrar nesses poucos anos tudo aquilo que estava amordaçado desde o golpe de 1964. Começou a mostrar também o vigor da juventude estudantil, primeiramente, depois da juventude operária. Nós somos parte disso, esse é o ventre que nos gerou (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 14, p. 14)<sup>155</sup>.

Nessa citação, pode-se ver como o jornal **Convergência Socialista** colocava os seus próprios ativistas como as principais lideranças dos movimentos populares. Todavia, fica bastante clara a importância do movimento estudantil no processo de luta contra o regime militar e como esses estudantes se tornaram importantes para a Convergência constituindo, por assim dizer, a principal base social dos integrantes da CS. Entretanto, o alvo a ser atingido, ou melhor, a classe social a que a CS queria atingir com os seus programas, era a classe trabalhadora.

Desse processo surgiu o deslocamento de estudantes para as fábricas e para os sindicatos. Mesmo com a inserção sindical da CS, que não pode ser desprezada, era no meio estudantil que a mesma mais obtinha recrutamentos de ativistas. Esse processo fica estampado no jornal **Convergência Socialista** quando este tenta ser um jornal de caráter popular, capaz de ser vendido nas portas das fábricas, muito diferente, portanto, dos jornais alternativos dos anos setenta, que eram jornais produzidos predominantemente para setores intelectualizados. No entanto, à medida que setores do movimento estudantil se identificavam com a CS, eles passam a adquirir cada vez mais importância,

---

<sup>155</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 14, p. 14.

a ponto de ofuscar os próprios objetivos da organização, como foi o caso da mudança de nome que o jornal **Convergência Socialista** fez, com a ascensão do movimento estudantil capitaneado pelo grupo estudantil Alicerce, segmento do movimento estudantil integrado à CS em 1983.

Em janeiro de 1984 o jornal passou, também, a ser chamado pelo nome de **Alicerce da Juventude Socialista**; porém, logo em seguida, em abril de 1984, voltou a seu nome original, **Convergência Socialista**. Essas idas e vindas denotam o quanto o debate interno era marcado por “desvios” decorrentes da origem real dos ativistas, intelectuais de esquerda, e a classe que queriam seduzir com suas propostas – a classe trabalhadora.

A ideia de revolução da CS, portanto do jornal **Convergência Socialista**, pode ser vista nas análises publicadas no jornal a respeito da Segunda Conferência da CS, na qual são avaliados os processos de transformação ocorridos na América Latina. Como pode ser visto, procura compreender os processos políticos da América Central e do que chamaram de Cone Sul. A América Central, com El Salvador e Nicarágua, desenvolvia um processo de guerrilha, tendo como base social o elemento camponês e índio, ao passo que no Cone Sul, o processo de industrialização garantia mobilizações a partir de estratos sociais operários e urbanos. Como internacionalistas, buscaram uma leitura homogênea para a compreensão da conjuntura da região. Nesse sentido, a partir de 1980, os movimentos de massa foram

Caracterizados pela tendência a que se deem situações pré-revolucionárias e crises revolucionárias com lutas diretas dos trabalhadores e a ação insurrecional urbana. Dentro desse fenômeno do ascenso, que é geral na América Latina, se apresentam situações desiguais quanto ao ritmo e à etapa, mas está aberta a possibilidade de que se sincronizem crises revolucionárias e situações que impliquem numa situação pré-revolucionária de conjunto (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 14, p. 14)<sup>156</sup>.

Assim, a CS passa a formular uma ideia de revolução que ultrapassa as fronteiras brasileiras, por isso não é possível pensar em termos de *revolução brasileira* propriamente, dentro dos marcos do PCB ou do nacionalismo

---

<sup>156</sup> Ibidem, p.14

corrente. A diferença era que o Brasil parecia assumir uma posição diferenciada no contexto das lutas políticas da América Latina. Segundo a CS, por exemplo, o movimento sandinista, na Nicarágua, estava impregnado por um nacionalismo pequeno-burguês, e isso era característico de países que não tinham partidos operários<sup>157</sup>. A expulsão do grupo armado Brigada Simon Bolívar indica que esses trotskistas entraram em grande desacordo com os sandinistas, tornando os programas revolucionários contraditórios. Dessa forma, o movimento guerrilheiro na América Central cumpre apenas um papel anti-imperialista e serve como termômetro conjuntural, para mostrar como a revolução está caminhando. Isso porque

A classe operária se converteu no eixo da mobilização, na força política e social mais importante das confrontações. Estes fatos da luta de classe se apoiam nas profundas transformações sociais e estruturais que acompanharam o desenvolvimento da região. A cidade deslocou o campo como centro social e econômico. As cidades passaram a ser o cenário chave da luta de classes (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 14, p. 15)<sup>158</sup>.

A revolução, portanto, não seria “brasileira”, mas proletária, e por isso, o Brasil assumia um papel decisivo para os trotskistas da CS. O ativismo desses intelectuais revolucionários no movimento sindical moldou toda a prática política dessa organização, incluindo aí o jornal **Convergência Socialista**, a inserção no PT e a sua própria afirmação como organização marxista. Portanto, a *revolução brasileira* não era o objetivo final da Convergência Socialista, mas o início do que entendiam como revolução internacional.

A questão da revolução terá ainda muitos desdobramentos, principalmente no que se relaciona às questões que estarão sendo postas a partir do Leste europeu. Nesse momento, na Segunda Conferência da CS, torna-se importante, apenas, demarcar o ponto de partida dessas interpretações. A visão de revolução da organização remete sempre à construção de um partido socialista, estando assim, inicialmente, entre a formação de seu próprio partido e a constituição de um partido mais amplo que aglutinasse outras frentes de esquerda.

---

<sup>157</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>158</sup> Ibidem, p. 15.

Na segunda quinzena de junho de 1980, o jornal **Convergência Socialista** ainda falava em constituir um partido próprio e lutava por sua legalidade<sup>159</sup>, mas mesmo dizendo que pretendia formar um partido com todas as suas implicações, pode-se interpretar essa postura como uma luta pela existência e pela liberdade de organização do próprio grupo. Ao mesmo tempo, questionava, em “Que PT é Esse”, sobre o PT estar abrindo mão (no que o referido jornal chamou de Primeiro Encontro Nacional<sup>160</sup>) de alguns princípios classistas, como a proposta explicitada no texto “Por um PT sem patrões”. Questionou ainda o fato de que naquele momento os dirigentes do partido estavam deixando as portas abertas para o líder trabalhista Leonel Brizola. No entanto, pode ser verificado que a CS participou do encontro e defendeu que o PT deveria lutar por um governo dos trabalhadores, afirmando que o PT era fruto da conquista das lutas dos operários e da classe média<sup>161</sup>. Essa contradição – lutar pela legalidade de um partido da CS e ao mesmo tempo participar dos encontros do PT – parece confirmar a ideia de que a CS ainda não tinha se definido realmente acerca da possibilidade de construir um partido de massas.

Apesar da contradição, a CS sempre esteve em todos os processos de formação do PT desde 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, na cidade de Lins, “chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1998, p. 40)<sup>162</sup>. Portanto, seu engajamento nele já era um caminho sem volta naquele momento.

No decorrer de 1981, alguns debates foram intensificados, como a legalização do PT, e alguns processos ou episódios ficaram evidenciados, tais

---

<sup>159</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 14. p. 4.

<sup>160</sup> Na verdade, era a Reunião Nacional de fundação do PT que aprovou o “Programa e o Plano de Ação”, o “Estatuto” do Partido dos Trabalhadores e o referendo do “Manifesto de lançamento”, além de eleger a Comissão Diretora Nacional Provisória, que tinha como objetivo conduzir o processo de legalização do PT. Essa reunião, portanto, ocorreu em 1º de Junho de 1980, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo/SP. O Primeiro Encontro Nacional do PT ocorreu somente em 1981, na Assembleia Legislativa de São Paulo. DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

<sup>161</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 14. p. 5

<sup>162</sup> DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 40.

como o desemprego, as bombas no Riocentro, e a campanha de absolvição dos 11 do ABC .

No início de 1981, o jornal **Convergência Socialista** passava a indicar na capa, junto ao nome e ao símbolo, os dizeres: “Construindo o Partido dos Trabalhadores”. Com o registro provisório conseguido em dezembro de 1980, agora “a luta pela ampla filiação é a luta pela construção do PT” (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 30, p. 8-9)<sup>163</sup>. Entretanto, o jornal **Convergência Socialista** ressaltava a necessidade de a filiação ser realizada pelos núcleos do partido. A nucleação parecia ser a forma de garantir amplo debate nas bases do Partido, garantindo formação política e, ao mesmo tempo, organização partidária nos vários setores de atuação dos ativistas do PT. Dessa forma, eram formados núcleos sindicais de estudantes, mulheres, professores etc.

Assim, o PT surgia como um partido construído de baixo para cima, o que o diferenciava não só do resto dos partidos brasileiros, mas também dos partidos comunistas. Esses núcleos garantiam também a ampla participação de todas as organizações que se reuniam no Partido e o livre debate entre elas, o que possibilitava muito a circulação das ideias. Nesse contexto, os jornais acabavam se tornando instrumentos de qualificação dessas discussões. Em termos quantitativos, os núcleos, as conferências, os congressos, as reuniões do Partido, propiciavam que as posições e ideias de cerca de três mil ativistas circulassem em meio a um público de cerca de duzentos mil filiados<sup>164</sup>. Segundo o jornal **Convergência Socialista**, essas filiações mantinham uma certa qualidade.

Nesse momento, a vendagem do jornal passava a ser destinada também aos encontros do PT, e não apenas às portas de fábricas, escolas e ativistas da própria organização. Mesmo que em termos qualitativos todos esses números possam (e devam) ser relativizados, pode-se dizer que o PT ampliou as possibilidades de circulação do jornal **Convergência Socialista**.

---

<sup>163</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 30, p. 8-9.

<sup>164</sup> Segundo o número 37 do Jornal Convergência Socialista, na primeira campanha de filiação do PT, que objetivava a legalização do partido, ocorreram 205 mil filiações em 14 estados brasileiros, sendo que 60 mil filiações ocorreram só no estado de São Paulo, região mais industrializada do país. CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 37, contracapa.

As questões relacionadas à produção intelectual e ao papel da imprensa revolucionária aparecem permeadas por essa visão de revolução e partido. Mas é nos temas abordados, nas pautas do dia-a-dia que se pode perceber como o intelectual de esquerda se via no processo de redação do jornal.

O jornal **Convergência Socialista**, em seu primeiro número<sup>165</sup>, trazia o debate sobre a anistia proposta por Figueiredo, e também denúncias relacionadas à repressão desencadeada pelo governo da “abertura”<sup>166</sup>. Além disso, desenvolveu grande campanha contra a Lei de Segurança Nacional, que estava enquadrando líderes sindicais da greve de 41 dias, de 1980, no ABC – entre eles, Lula e José Maria (integrante da CS) –, e também condenou a Lei de estrangeiros. Assim, o jornal **Convergência Socialista** fez parte dos principais debates sobre o processo de redemocratização que o país enfrentou durante a cínica e demorada transição que o governo impunha.

Sob a direção de Jorge Pinheiro, o **JCS** colocou a questão da anistia no centro de seus debates. Naquele momento, o presidente Figueiredo recém mandara um projeto de anistia para o Congresso, e o jornal **Convergência Socialista**, citando as palavras do deputado Freitas Nobre, do MDB, ironizava o fato, dizendo que aquele projeto de anistia era tão restrito que “não anistiará nem o próprio pai de Figueiredo, que tinha lutado na Revolução de 1932” (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, 1979, p. 1)<sup>167</sup>.

Mas é em um longo artigo, complementado por entrevistas com Julio Tavares e um ex-membro da **VPR**, que o jornal **Convergência Socialista** debate os principais pontos do projeto encaminhado por Figueiredo. O primeiro deles era: caso o indivíduo não tivesse sido julgado até a anistia, seria anistiado; caso contrário, não. O segundo ponto se referia à questão da violência: só seriam anistiados aqueles que não tivessem pegado em armas. E o terceiro ponto consistia na questão da reciprocidade: seriam anistiados aqueles que tivessem “combatido” a “subversão”<sup>168</sup>.

<sup>165</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, primeiro número, 1979.

<sup>166</sup> Que é um dos principais problemas enfrentados nos dois primeiros anos do periódico, desencadeados por ataques a bomba pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) nas redações do jornal, por furtos de exemplares, e pela invasão da Editora pela Polícia Federal.

<sup>167</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, primeiro número, 1979. p. 1

<sup>168</sup> O que chama a atenção aqui é a estratégia do governo, apresentando um projeto que só o nome vinha ao encontro do desejo das organizações de esquerda. Dessa forma, o governo poderia abrir mão de um ou dois pontos e estaria negociando, estaria sendo “democrático”.



Esse artigo, assinado por Antonio Augusto Geremias, com o subtítulo “um filme de bang-bang”, imaginava que o desejo do Regime Militar, ao não anistiar os adeptos da luta armada, era separar os “bandidos” dos “mocinhos”. Ao contrário, o Regime Militar queria desfigurar essa imagem, queria que as organizações de esquerda lutassem por uma anistia irrestrita, e foi isso que ela fez. O governo jogou com o senso comum, ao colocar a violência no centro dos debates da anistia. A questão que o governo passou a administrar era “qual violência?”, e a resposta, ao final, foi: “toda a violência”. Para o governo fazia-se necessário, naquele momento, diluir a resposta ética que a esquerda tinha em relação à luta armada. Entretanto, o governo não pretendia mostrar a sua resposta ética sobre a tortura, como fica claro na fala do ex-ativista da VPR:

Nunca ninguém se perguntou por que Manuel Cirilo ou Aton F. Filho pegaram em armas. Eles o fizeram porque o sistema fechou todas as portas para qualquer tipo de ação política, para qualquer tipo de luta política, reprimindo qualquer movimento com torturas, sequestros, mortes. Logo após a revolução iniciou a repressão. Qualquer tentativa de agir politicamente contra o regime imposto era reprimida. [...] A única opção que restou foi o caminho armado (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, 1979, p. 6)<sup>169</sup>.

O debate sobre as questões éticas/morais do uso da violência podem remeter sempre ao princípio da escolha em relação às mais diversas visões de mundo. O que o Regime Militar procura dissimular, é quais são os seus próprios princípios morais e éticos que movem e justificam o uso de sua própria violência. Talvez o simples fato de se pensar sobre o uso da violência remeta a um complexo desvelamento da própria ordem social, para muito além do senso comum, e que leva ao entendimento profundo da sociedade capitalista e do processo da luta de classes. Segundo Max Weber, o

Estado contemporâneo [...] reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. É, com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência. [...] o Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência (WEBER, 1993, p. 56)<sup>170</sup>.

---

Como a história demonstrou, o governo não queria deixar de anistiar os seus próprios quadros, tanto torturadores como golpistas; era a autoanistia.

<sup>169</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, primeiro número, 1979. p. 6.

<sup>170</sup> WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

Nesse sentido, o regime militar, na busca por consensos mínimos, passou a não permitir que as forças políticas se movimentassem livremente dentro do Estado, centralizando sua ação, em grande parte, no uso da violência e na negação de tudo o que remetesse a qualquer ideia que ameaçasse o regime. Dessa forma, o próprio regime militar revelaria o quanto a democracia é relativa perante o capitalismo, mostrando de fato como determinados interesses privados (o capital monopolista, por exemplo) podem se apropriar do Estado e desnudar para toda a sociedade o que realmente ele pode ser, ou o que realmente ele é; em última instância, a violência nua e crua de uma classe sobre a outra.

O regime militar conduziu os debates sobre a anistia a seu favor, determinando os limites possíveis do que poderia ser dito sobre o uso da tortura e da repressão. Passava a ideia de que todos eram culpados (governo e oposição), e todos deveriam ser perdoados, e que tudo deveria ser esquecido, livrando o Estado da responsabilidade de assumir os crimes que cometeu contra os direitos humanos e contra a legalidade. É nesse sentido que Júlio Tavares, no primeiro número do jornal **Convergência Socialista**, dava suas impressões sobre a anistia de Figueiredo:

Como posso esquecer das torturas que sofri junto com os companheiros em 1972? Como posso esquecer de 15 anos de perseguição, de clandestinidade, de cadeias e torturas, que dezenas de companheiros desapareceram em que milhares foram presos? (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, 1979, p. 6)<sup>171</sup>.

Infelizmente, a prova do êxito da montagem do discurso sobre a anistia está na não condenação de qualquer golpista e de qualquer torturador até hoje.

Assim, naquele momento, os intelectuais de esquerda permaneciam na retaguarda, sendo que as pautas políticas ainda eram determinadas por um governo e um Congresso absolutamente conservadores, e que as suas lutas políticas, por maior apoio que tivessem dos movimentos sociais, ainda sequer faziam eco nos meios institucionais.

Por outro lado, o ano de 1980, apesar de iniciar a discussão da anistia, continuava apresentando fortes tendências ao autoritarismo. A “abertura” convivia com a crise econômica e a ascensão da classe trabalhadora

---

<sup>171</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, primeiro número, 1979. p. 6.

organizada no ABC paulista, com o fortalecimento dos sindicatos dos metalúrgicos, principalmente do setor automobilístico e de suas respectivas lideranças. Nesse sentido, a “abertura” se torna confusa e ambígua no interior do regime militar. Todo processo de industrialização ocorrido até então havia gerado justamente aquilo que os militares mais temiam – a radicalização dos movimentos populares.

A greve de 41 dias no ABC paulista, no início de 1980, fizera o regime recuar e usufruir da LSN, intervindo nos sindicatos de São Bernardo e de Santo André, prendendo lideranças e reprimindo os grevistas. Desde 1979, muitos sindicatos se encontravam sob intervenção do governo, como por exemplo: o sindicato dos bancários do Rio Grande do Sul (que tinha seu presidente, Olívio Dutra, cassado); o Centro de Professores do Rio de Janeiro; e o sindicato dos bancários de São Paulo. A “abertura” se dava num contexto muito desfavorável para o regime, pois os grupos de esquerda estavam se reorganizando de uma forma bastante temerária para alguns setores do exército. Uma coisa era reprimir grupos armados e isolados na clandestinidade, outra era combater uma esquerda que se sustentava no movimento de massas.

É por isso que o governo não só atacaria os sindicatos, mas também os jornais da esquerda revolucionária. Os ataques a bomba, em maio, contra as redações do jornal **Versus** (da CS)<sup>172</sup> e do jornal **Convergência Socialista** são provas disso<sup>173</sup>. Inclusive, os ataques às redações dos jornais da Convergência, levaram Jorge Pinheiro a uma audiência com o então ministro da justiça Abi Akel. A Convergência passava a ser alvo direto do governo, e isso fica claro no relato de Pinheiro:

Neste momento sai da sala do ministro o deputado do PDS, coronel Erasmo Dias. Imediatamente a imprensa o rodeou e falou que a Convergência Socialista estava ali para reclamar dos atentados e das acusações de que era a responsável por todos os conflitos de rua que se deram no ABC, na época da greve. Erasmo Dias ficou nervoso e gritou: “a Convergência Socialista é responsável sim, digo, provo e assino embaixo.” (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 14, contracapa)<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 14, p. 1.

<sup>173</sup> Durante um período muito curto, os dois jornais coexistiram.

<sup>174</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 14, contracapa.

A própria prisão de José Maria parece ter um sentido diferenciado dos outros 17 presos, pois foi interrogado como o responsável (da CS) pelas agitações ocorridas no ABC. Curioso é que quando foi liberado, o delegado Romeu Tuma haveria dito que não sabia como aquilo tinha ocorrido e que logo o veria novamente<sup>175</sup>.

Os ataques a bomba às redações de jornais de esquerda e instituições que lutavam pela liberdade de expressão são bastante sintomáticos nesse momento. Durante 1980, foram atacadas as sedes do jornal **Convergência Socialista** em Santo André e no Rio de Janeiro, sem falar no ataque à OAB, que acabou vitimando a secretária da instituição<sup>176</sup>. Entretanto, esses ataques não eram apenas promovidos de forma não institucional com o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), mas a própria Polícia Federal, a partir de dezembro, passou a invadir redações de jornais de esquerda, prendendo e humilhando os ativistas e redatores. Tal fato ocorreu nas invasões dos dias 13 e 14, quando centenas de policiais e suas viaturas não permitiram as festas dos jornais **Voz da Unidade** (PCB) e **Tribuna da Luta Operária** (PC do B), tendo, posteriormente, invadido a sede do jornal **Convergência Socialista** em Guarulhos, prendendo 11 ativistas e material impresso, tudo isso sem mandato judicial<sup>177</sup>.

Com os atentados a bomba contra as sedes do jornal **Convergência Socialista**, iniciou-se uma campanha de arrecadação de fundos através da busca por assinantes do jornal, que alcançaria, nesse momento, 2.753 assinaturas, a maior parte delas no estado de São Paulo (1.979 assinaturas, sendo que 526 no ABC paulista). Em segundo e terceiro lugares, viriam Rio de Janeiro (com 323 assinaturas) e Rio Grande do Sul (com 235 assinaturas).

Essa campanha reflete a inserção da CS nos grandes centros urbanos e, ao mesmo tempo, reflete a quantidade de ativistas, ou simpatizantes, da organização, tendo em vista que uma assinatura nesse tipo de jornal denota algum tipo de compromisso. Ou seja, esse número de assinantes indica, de forma quantitativa, o campo de influência da organização, campo este que deveria ser um pouco maior, tendo em vista que alguns ativistas e

---

<sup>175</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, primeiro número, 1979. p. 9.

<sup>176</sup> Idem, nº 24, p. 2.

<sup>177</sup> Idem, nº 27, p. 4.

simpatizantes provavelmente não tinham condições financeiras para adquirir uma assinatura.

Outro processo interessante denunciado pelo jornal **Convergência Socialista** foi a expulsão do Brasil do padre Vito Miracapillo, através da Lei dos Estrangeiros. Segundo a denúncia, o padre teria se negado a rezar uma missa em decorrência das comemorações da Independência e, segundo a Lei dos Estrangeiros, esses padres não poderiam exercer atividades políticas. Dessa forma, o Superior Tribunal Federal, por unanimidade, expulsara o padre do país. Por conseguinte, o artigo aponta para aquela reunião ocorrida em 1975, entre os comandos das ditaduras do Cone Sul:

Que decidiu um acordo de unificação das políticas de repressão permitindo a colaboração dos governos contra os movimentos de massa de cada um deles. Acordo que possibilitou o assassinato de mais de uma centena de exilados uruguaios, argentinos e chilenos, assim como o sequestro de Lílian Celiberte e Universindo Dias e seus filhos em plena luz do dia no Brasil (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 24, p. 5)<sup>178</sup>.

Esse fato gerou outro, digno do “FEBEAPA: festival de besteiras que assolam o país” de Stanislaw Ponte Preta: a condenação do padre Reginaldo Cardoso (a dois anos de cadeia), por ter composto um hino em homenagem ao padre Vito<sup>179</sup>.

A legalização e a consolidação do PT como partido, em 1981, possibilitaram que toda uma gama de ativistas desligados dos PCs e dos sindicatos tradicionais pudessem se organizar efetivamente e, a partir daí, fossem capazes de criar demandas próprias em relação a seus interesses específicos, como por exemplo, a campanha para a não condenação dos 11 sindicalistas do ABC que estavam sendo julgados pela LSN.

Tendo em vista que nem sempre as ditas forças democráticas estavam dispostas a intervir efetivamente contra as arbitrariedades do governo, o PT passou a defender os seus próprios integrantes<sup>180</sup>. A importância do partido na defesa de seus ativistas e de seu próprio círculo de influência garantia sempre a divulgação nacional das denúncias, e isso, de uma forma ou de outra,

---

<sup>178</sup> Idem, nº 24, p. 5.

<sup>179</sup> Idem, nº 38, p. 3.

<sup>180</sup> Idem, nº 30, contracapa.

acabava impedindo o controle a que o governo submetia, velada ou abertamente, a informação no país. Nesse caso, a própria circulação do jornal **Convergência Socialista**, com essas denúncias, contribuía para o crescimento significativo de informações paralelas e dissonantes da grande imprensa e do governo.

Ainda com relação à repressão promovida pelo governo da “abertura”, pode-se notar que em 1981 os serviços secretos de espionagem ainda mantinham controle sobre os jornais de esquerda, como ficou claro na denúncia do jornal **Convergência Socialista** acerca de um microfone embutido na parede da redação do jornal **O Trabalho**, em Porto Alegre, descoberto no momento em que os redatores faziam a mudança para um outro prédio<sup>181</sup>.

A perseguição sobre a imprensa também passa pela condenação dos jornalistas do **Hora do Povo**, Cláudio Campos, Ricardo Lessa e Pedro Camargo, por terem criticado ministros militares. O **HP** também foi proibido de circular por 30 dias. Além disso, quando foi aberta a CPI no Congresso Nacional sobre os atentados que estavam sendo feitos sobre os jornais de esquerda, e o coronel Moacir Coelho, chefe da Polícia Federal, foi chamado para depor, este apresentou um documento com informações sobre toda a imprensa alternativa e revolucionária. Portanto, ao invés de mostrar documentos sobre os agressores, apresentou sobre as vítimas, legitimando, assim, os ataques sobre as redações dos periódicos de oposição. Segundo esse relatório, o **JCS** teria como objetivo:

Promover entidades ilegais, acusar o governo e órgãos de segurança de envolvidos em atos de terrorismo, estimular a animosidade do povo para com as Forças Armadas, enaltecer subversivos, divulgar propaganda comunista e incitar a luta de classes e a subversão da ordem político-social (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 37, p. 2)<sup>182</sup>.

Todavia, o episódio mais traumático do ano de 1981 foi, sem sombra de dúvida, a tentativa de atentado promovida provavelmente pelo exército no dia 1º de maio, no show que reunira 15 mil pessoas no Riocentro. É interessante a denúncia do **JCS**, que afirmava que não havia nenhum tipo de policiamento no momento do ato, o que indicaria uma preparação que envolveu um grande

---

<sup>181</sup> Idem, nº 36, p. 2.

<sup>182</sup> Idem, nº 37, p. 2.

número de instituições repressivas na tentativa evidente do exército de explodir bombas naquele momento. Mesmo com todas as evidências, o exército afirmara que os soldados, cuja bomba explodiu nas mãos de um deles, eram vítimas<sup>183</sup>.

Com a formação de sua organização internacionalista em 1981, liderada por Moreno – a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) –, a CS apontaria para uma postura de organização que não aceitava nenhum tipo de negociação com os governos tidos como burgueses, como o caso de Mitterrand na França (como foi visto, este debate impulsionou a criação da LIT, que não aceitava o apoio de trotskistas do QI-CI a ele), nem com aqueles que mantinham alianças com a burguesia, como era o caso da Nicarágua. Assim, a CS buscava uma espécie de purismo proletário calcado no movimento de massas.

Expressão disso no Brasil é o apoio incondicional da CS aos candidatos de perfil operário. Para a organização, não interessa o nível de aproximação do candidato em relação à CS, mas sua origem operária. Em 1982, a CS defendia a candidatura de Lula ao governo de São Paulo, sob o *slogan*: “trabalhador vota em trabalhador”<sup>184</sup>. Mais tarde, como será visto, em 1986, esse debate será aprofundado e o aparecimento de candidatos com um perfil intelectual será combatido pelo jornal **Convergência Socialista**.

Entretanto, como foi visto alhures, o **JCS** passaria a noticiar a ascensão do movimento estudantil, principalmente o secundarista, sob a liderança do grupo Alicerce. Em agosto de 1982, a CS passou a se chamar Alicerce, que também se tornou o título do jornal, mas, a partir de maio de 1984, voltaria a chamar-se de Convergência Socialista. A mudança de nome é sintomática do fato de que, apesar de desejar ser uma organização eminentemente operária, a base da CS era formada por estudantes<sup>185</sup>. A fusão com o Alicerce do movimento estudantil parecia ser quase como uma mudança de rumo; a CS estava se intelectualizando, e não se “proletarizando”, como era o desejado. A justificativa para a unificação das organizações foi assim explicitada: “Nos

---

<sup>183</sup> Ibidem.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>185</sup> Isso, desde as primeiras articulações do grupo no Brasil. Depois da entrada clandestina dos primeiros quatro ativistas no País, em 1974, o movimento se alastrou para cerca de mil jovens, a maioria estudantes. KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**: partidos e movimentos após os anos 1960. Volume 6, Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.

unimos pela necessidade de construir um partido socialista e revolucionário, parte do combate pela construção de uma organização revolucionária dos trabalhadores do mundo inteiro: a IV Internacional.” (ALICERCE, nº 37)<sup>186</sup>.

O Alicerce, em 1984, iniciava a campanha pelas eleições diretas para presidente, acompanhando o movimento na Argentina<sup>187</sup>. A campanha se manteria nos números seguintes do jornal. O Alicerce publicaria, também, a Resolução Política do VIII Congresso da CS, propondo como estratégia para derrubar a ditadura, a greve geral, a luta pelas diretas, o boicote ao colégio eleitoral, e o não pagamento da dívida externa, apontando para a construção de “um governo dos trabalhadores”, com Lula presidente<sup>188</sup>.

Torna-se interessante o fato de que:

Quando o ascenso dos trabalhadores se coloca no centro da situação política, o retorno da Convergência Socialista se faz necessário. Não somente uma organização para a juventude, mas a organização política vinculada às tradições da classe operária, uma ala socialista da CUT e do PT – enfim, a Convergência Socialista (ALICERCE, nº 49)<sup>189</sup>.

Assim, o periódico voltou a chamar-se de **Convergência Socialista**. Como se fosse uma correção de rumo, em função do crescimento dos movimentos operários, a CS procurava reorganizar sua identidade.

Esse debate entre intelectuais e operários dentro do PT e, logicamente, dentro do **JCS**, é bem ilustrado com a avaliação do **JCS** em relação às eleições de 1986:

Porque se bem é certo que o PT foi uma alternativa à esquerda, que cresceu muito em relação a 82, também é certo que foi uma alternativa muito menos à esquerda que em 1982, e nesse sentido se sua votação é um avanço em termos quantitativos, é um retrocesso em termos qualitativos. Sobre o caráter da campanha do PT já dissemos em várias oportunidades, que ao contrário de 82, os candidatos operários foram substituídos, nas cidades mais importantes, por intelectuais provenientes da classe média (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 69, p. 4)<sup>190</sup>.

---

<sup>186</sup> ALICERCE, nº 37.

<sup>187</sup> Idem, nº 31, capa.

<sup>188</sup> Idem, nº 49.

<sup>189</sup> Ibidem.

<sup>190</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 69, p. 4.



Nessa mesma matéria, o jornal **Convergência Socialista** levantou a discussão sobre o futuro candidato ao governo de São Paulo, quando Lula teria proposto alguns critérios, como: “ser um bom orador, bom polemizador com adversários, que saiba usar bem a televisão e que seja um bom administrador”, indicando para concorrer ao cargo a filósofa Marilena Chauí – em sua opinião, detentora daquelas características. Em contrapartida, o jornal **Convergência Socialista** lançava o nome do próprio Lula, com outros critérios: “os candidatos do PT devem ser, primeiro, trabalhadores; segundo, os trabalhadores mais combativos, e terceiro, dentre esses, os melhores oradores” (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 69, p. 5)<sup>191</sup>.

Esse debate se aprofundaria a partir do momento em que Marilena Chauí não aceitou o convite de Lula para disputar o governo, e setores do partido começaram a defender o nome de Eduardo Suplicy. O nome de Suplicy ainda tinha um agravante: além do fato de ele ser um intelectual, era proveniente da burguesia paulistana<sup>192</sup>. Provavelmente, a própria candidatura de Suplicy à prefeitura de São Paulo, em 1985, tenha gerado as críticas na edição anterior do jornal **Convergência Socialista** (nº 69), e agora a discussão retornava para as eleições de 1986. Todavia, em virtude de algumas críticas levantadas por setores do partido em relação a essa questão, o jornal **Convergência Socialista** elaboraria uma resposta bastante significativa para se pensar a questão dos intelectuais revolucionários, o jornal afirma que:

Damos muito valor aos intelectuais que se vinculam aos trabalhadores. Por isso mesmo: porque eles veem nos trabalhadores a classe que pode dar resposta aos problemas da sociedade. Veem os trabalhadores como classe dirigente, então cabe aos intelectuais, se colocarem a serviço dos trabalhadores, e não pretender tomar o lugar deles. Nunca poderíamos atacar os intelectuais em geral, entre outras coisas porque nós mesmos, os redatores deste jornal, também o somos (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 74, p. 2)<sup>193</sup>.

Aqui poder-se-ia explorar vários aspectos dessa tentativa do jornal **Convergência Socialista** de construir um partido que fosse liderado predominantemente por operários, e não por intelectuais. O primeiro aspecto

---

<sup>191</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>192</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 70. p. 4.

<sup>193</sup> Idem, nº 74. p. 2.

se refere justamente ao fato de que na história das revoluções socialistas, vários intelectuais se tornaram dirigentes, como Lênin, Trotsky, Guevara etc. Outro aspecto consiste em que o PT foi um dos poucos partidos brasileiros que possibilitou a ascensão de trabalhadores como lideranças. Nesse sentido, a iniciativa da CS era de uma ação positiva, algo parecido com o que foi feito na questão das mulheres nas direções do partido, ao garantirem a presença mínima de 30% de mulheres nas direções, ou como se tem feito hoje em relação às cotas para negros nas universidades federais – uma tentativa de abrir espaço para aqueles que sempre tiveram as portas fechadas.

Apesar de se ver resultados significativos desse tipo de política, no caso da CS, isso não pareceu verdadeiro, não se vê na própria organização uma predominância operária. Nem sempre abrir portas faz com que se eliminem as exclusões. Antes, é necessário o arrefecimento dos preconceitos e, é claro, o amadurecimento político e o desejo de ser incluído e de ser projetado.

Nesse sentido, a organização da CS procura com o seu jornal abrir um canal de diálogo entre esses intelectuais e os operários. O que é curioso é o fato de esses redatores procurarem diluir a sua própria identidade de intelectuais em busca desse diálogo.

O jornal **Convergência Socialista** se autoproclamava como sendo “imprensa operária”, portanto, um jornal de matérias menos densas, textos menores, poucas páginas, tabloide, papel jornal, mas que, sobretudo, falava para os operários e, muitas vezes, dava voz a eles. Além de apresentarem a opinião de operários acerca das greves, da inflação, do desemprego, da luta pela redução da jornada de trabalho, no jornal transitavam poucos intelectuais, às vezes Florestan Fernandes, Moreno e Trotsky. Mas as próprias matérias que no começo eram assinadas pelos redatores, aos poucos vão se tornando apócrifas. Se em 1979<sup>194</sup> é possível encontrar até quatro matérias assinadas, em 1986<sup>195</sup> não se encontra nenhuma.

Dessa forma, parece que os intelectuais redatores do jornal **Convergência Socialista** procuram apagar os rastros de sua própria identidade. O desmerecimento de seu próprio ofício é o sintoma de uma ideia de que a atividade intelectual não é capaz de transformar o mundo, mesmo que

---

<sup>194</sup> Idem, nº 1.

<sup>195</sup> Idem, nº 69.

pense permanentemente estratégias para isso. Os intelectuais pequeno-burgueses, portanto, não são capazes de romper com os limites de sua classe, mesmo que sejam providos de um arsenal moral anticapitalista e que tragam consigo todos os atributos de um intelectual revolucionário, como a “abnegação”, o “sentido de dever” e “a disposição ao sacrifício”<sup>196</sup>. Não são revolucionários de si, mas dos outros. Não enxergavam no próprio ofício um meio eficaz de transformação socialista, a ponto de procurarem uma certa invisibilidade naquilo que faziam.

O contato desses intelectuais com o movimento operário do ABC paulista deixou marcas indeléveis nas estruturas de seus pensamentos. É claro que, como trotskistas, eles trouxeram essas marcas por influência das elaborações de Leon Trotsky: a centralidade da classe trabalhadora no processo revolucionário é uma das principais características desse pensador. Mas é o processo histórico vivido nos anos oitenta em São Paulo que propicia que esse arcabouço teórico encontre materialidade.

Entretanto, o intelectual parece não ter lugar nesse processo. Ao contrário dos intelectuais armados dos anos sessenta, agora os agentes revolucionários são outros. Mesmo que esse intelectual seja um ativista, organizado, obstinado e que esteja na linha de frete das lutas sociais, não será ele o realizador. O jornal **Convergência Socialista** vê o intelectual com desconfiança, com receio de que os verdadeiros atores da revolução sejam substituídos por burocratas e intelectuais pequeno-burgueses. Como se esses redatores pudessem determinar o grau de disposição das massas e, sobretudo, do movimento operário em assumir as rédeas da revolução.

Esse desejo de colocar o intelectual numa posição subordinada na relação com os movimentos da classe trabalhadora propiciou que o jornal **Convergência Socialista** fornecesse visibilidade para aqueles que não ocupavam significativamente as páginas dos jornais da grande imprensa, a não ser como baderneiros e agitadores de toda hora. Assim, o jornal **Convergência Socialista** deu vazão a muitas das demandas dos trabalhadores de São Paulo, mas talvez tenha tido uma maior dificuldade em dialogar com trabalhadores

---

<sup>196</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Intelectuais, História e Política**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 30.

das indústrias nacionais, ainda imersos em reivindicações ligadas à exploração excessiva do tempo de trabalho. Como, por exemplo, a necessidade de bater o cartão para ir ao banheiro, ou contra as listas de assinaturas que suprimiam a hora do lanche, ou ainda, contra o prolongamento da jornada de trabalho. Provavelmente, um ativista do sindicato dos sapateiros de Novo Hamburgo-RS, por exemplo, tenha se identificado muito pouco com as demandas do jornal, mas certamente o **JCS** foi um instrumento que deu voz àqueles que pouco tiveram espaço no novo “jogo democrático” da redemocratização.

Nesse sentido, a natureza da revolução estava ligada diretamente aos movimentos da classe trabalhadora que brotava das fábricas ligadas ao capital internacional monopolista, ao passo que os outros movimentos revolucionários da América Latina, por serem camponeses, eram apenas um indício de um processo maior, que deveria tomar vulto com a organização do proletariado brasileiro a partir de um partido dos trabalhadores, liderado por trabalhadores.

### 3.2 O JORNAL EM TEMPO DOS ANOS OITENTA: A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E OS INTELECTUAIS DE ESQUERDA COMO COADJUVANTES

ESTRAGON:

O que a gente faz agora?

VLADIMIR:

Não sei.

Vamos embora.

VLADIMIR:

A gente não pode.

ESTRAGON:

Por quê?

VLADIMIR:

Estamos esperando Godot.

(SAMUEL BECKETT, Esperando Godot)

Esta parte do trabalho trata dos objetivos dos redatores do jornal **Em Tempo** dos anos oitenta, que foi gradativamente controlado pela organização trotskista **Democracia Socialista (DS)** que, por sua vez, ajudou a fundar o **Partido dos Trabalhadores (PT)** e, apesar de algumas baixas para o PSOL (em 2004), permanece nele até hoje.

Em agosto de 1979, na sua 78ª edição, o **Em Tempo**, sob a direção de Flavio Andrade, anunciava em nota a mudança do formato do jornal de *standart* para tabloide. A justificativa não era apenas de redução de custos, mas de garantia de uma melhor qualidade, já que para a impressão *standart* só era possível em linotipo, e não em off-set (método mais moderno). Desse modo, o jornal ia tomando novo formato, porém as mudanças mais significativas eram referentes à linha editorial do **Em Tempo**.

O jornal **Em Tempo** iniciou os anos oitenta priorizando os debates acerca da organização e consolidação do PT. Eram seis páginas dedicadas aos principais debates que circulavam no processo de legalização do partido. Nesse sentido, o jornal estabeleceu um diálogo extremamente comprometido com o partido. Cumpriu até o papel de imprensa alternativa, denunciando as abordagens da grande imprensa e de seu noticiário que, como documenta bem o próprio jornal **Em Tempo**, beirava a falácia e a má fé, quando tratavam da formação e da fundação do PT.

As disputas com as revistas **Veja e Isto É**, com os jornais **Folha de São Paulo, Jornal da Tarde e Jornal do Brasil**, demonstram bem o quanto a grande imprensa distorcia informações e até as inventava, no intuito claro de desarticular e desmobilizar aquilo que era, sem sombra de dúvida, uma grande ameaça aos militares e à burguesia brasileira<sup>197</sup>. A grande imprensa cumpria seu papel, historicamente parcial e comprometido com o jogo de disputas das classes dominantes.

Apesar de em março de 1980 estar publicando a edição de número 100 do **Em Tempo**, como foi demonstrado antes, a imprensa alternativa vinha arrefecendo, e essa “crise” também passava pelo jornal. Assim, já na edição 101, o jornal deixava de ser semanário para se tornar quinzenal. As justificativas apontam para problemas financeiros, e a ideia era sanear as finanças para retomar o caráter semanal. No entanto, essa mudança também pode ter sido em função da perda de apoiadores, como será visto, com a mudança de caráter do jornal.

---

<sup>197</sup> O próprio jornal **Em Tempo** encarregou-se de citar as passagens mais comprometedoras da grande imprensa em relação ao noticiário acerca da fundação do PT. Repito aqui algumas delas: “infiltração de setores radicais de esquerda no PT” (FOLHA DE SÃO PAULO, 14-2-80); ou ainda: “Lula pode deixar o PT” (FOLHA DE SÃO PAULO, 17-2-80); “desse jeito não dá, o partido não pode passar” (JORNAL DA TARDE, 12-2-80). EM TEMPO, nº 100, p. 3.

Por outro lado, essa alteração garantiu a ampliação do número de páginas e de temas abordados. Isso indica que a mudança da periodicidade não implicava na redução da atividade intelectual; ao contrário, parece que o jornal ganhava muito em qualidade como produto jornalístico. Por exemplo, a edição especial de número 107 apresentava 32 páginas, o que normalmente deveria ser em torno de 24 páginas, com sessões que discutiam política, partidos, história da esquerda, mulheres, negros, cultura e temas internacionais.

Em 1980, o jornal **Em Tempo** estava constituído através da Editora Aparte S/A, e o presidente do conselho editorial e administrativo era Eder Sader, tendo como chefe de redação Flávio Andrade. Dessa forma, Sader e Andrade, à frente do **Em Tempo**, viabilizaram um jornal de reportagens com um jornalismo político, porém de estilo literário e diferenciado de muitos jornais de esquerda, pesados e sisudos.

É claro que o **Em Tempo**, com sua estrutura fortemente democrática de funcionamento, não pode ser visto como um jornal de um ou dois homens apenas. A garantia das estruturas democráticas constituídas pela frente jornalística dos anos setenta ainda proporcionava a influência e participação de intelectuais não integrados à DS. Entretanto, a saída desses colaboradores passou a resultar em mudanças significativas na linha editorial do jornal, e mesmo que nessa altura, o jornal já fosse controlado pela organização DS, existiam ainda pessoas independentes dela na redação do jornal. Portanto, o movimento de controle da DS não estava totalmente consolidado, e esse processo não se deu apenas com a grande ausência do nome de Bernardo Kucinski do expediente<sup>198</sup>.

Dessa forma, os colaboradores do **Em Tempo** eram, em grande parte, remanescentes das experiências da imprensa alternativa dos anos setenta<sup>199</sup>, e

---

<sup>198</sup> Apesar de já ter tratado dessa questão no capítulo 2, cabe lembrar que Bernardo Kucinsky foi redator-chefe do **Em Tempo** e, como sua tese de doutorado deixa bastante claro, ele era um crítico da partidização dos jornais dos anos setenta. Portanto, sua ausência passa a se justificar quando a DS começa a dominar o jornal. Em 1981, segundo o próprio **Em Tempo**, Bernardo já estava bem longe das publicações alternativas que caracterizaram sua vida jornalística dos anos setenta, sendo correspondente do *The Guardian*, de Londres. *EM TEMPO*, nº 132, p. 13.

<sup>199</sup> Os remanescentes do **Em Tempo** dos anos setenta eram: Aloísio Marques, Raul Pont, Carlos Tiburcio, João Batista dos Mares Guia e Robison Ayres.

o expediente de 1980 era constituído por: Eder Sader, Flavio Aguiar<sup>200</sup>, Marco Aurélio Garcia, Aloísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flavio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadal, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcante, Raul Pont, Robison Ayres, Sérgio Alli e Tom Duarte, e os suplentes, Luci Ayala, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling e Valmir Menezes<sup>201</sup>.

Esse movimento de controle do jornal por uma organização específica começa a ser visto já na última edição de 1979, em uma reportagem acerca da imprensa alternativa, que F. Pereira sentenciava: “Nesse ano que passou, a imprensa de esquerda definiu-se claramente quanto aos matizes políticos de cada jornal. Novas publicações surgiram nas bancas e nas bocas, embora continuem ainda nanicas e limitadas em sua penetração” (EM TEMPO, nº 95, p. 27)<sup>202</sup>.

É interessante notar como o referido autor declara a principal mudança nas características da imprensa alternativa: a definição dos matizes significa que esses jornais agora representam forças políticas mais definidas. Inclusive, os novos jornais que surgem nesse momento já são jornais marcadamente partidários, como **Tribuna Operária**, **O Trabalho**, **Convergência Socialista**, e mais a **Voz da Unidade** (que estava para ser lançado), e refletem os novos tempos da imprensa de esquerda no Brasil, bem caracterizada nesse mesmo artigo:

Hoje, praticamente já existe um jornal para cada paladar ideológico [...]. Por bem ou por mal, o que se verificou foi um esgotamento não da imprensa nanica, mas das frentes políticas que vários títulos representavam.

[...] Mais que lamentar essas cisões da imprensa nanica, é preciso compreender que elas são uma condição necessária para o que, na falta de outra expressão, poderia ser qualificado de fortalecimento da sociedade civil. Cada corrente política, particularmente nesta análise as de esquerda, devem ter o direito reconhecido e assegurado de dizer o que pensa, através de um jornal (EM TEMPO, nº 95, p. 27)<sup>203</sup>.

<sup>200</sup> Flavio Aguiar, já citado aqui, é autor de “Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo” In: “História da imprensa no Brasil” organizado pelas professoras Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins. Segundo uma nota do autor, depois de ter participado do jornal Movimento, passou para a seção de cultura do **Em Tempo**, saindo em 1980 para ir ao Canadá, por dois anos e meio. p. 247.

<sup>201</sup> EM TEMPO, nº 101, p. 23.

<sup>202</sup> Idem, nº 95, p. 27.

<sup>203</sup> Ibidem.

Entretanto, mesmo sendo um periódico que se via dentro de um novo contexto político, marcado por um matiz definido, o jornal ainda procurava manter o seu caráter de “frente jornalística”. E pode-se mesmo dizer que os editores, em 1980, ainda tentaram manter os traços de jornal alternativo dos anos setenta, como quando ao explicarem-se sobre a mudança de periodicidade do jornal, afirmavam:

O esforço necessário para se fazer hoje no Brasil um semanário nacional que possa ser realmente uma alternativa de informação à grande imprensa, desde o ponto de vista dos trabalhadores, está muito além daquele que, de imediato, dispõe a imprensa alternativa (EM TEMPO, nº 101, p. 2)<sup>204</sup>.

Nessa perspectiva, pode-se observar que nessa data ocorreu uma mudança transitória no caráter do jornal, já que além de alternativo – pois ainda mantinha a perspectiva de um jornal de caráter nacional para disputar a informação com a grande imprensa – pretendia ser o ponto de vista dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, um canal de construção do Partido dos Trabalhadores. Dessa forma, o **Em Tempo** mudou sua linha editorial, porém as mudanças definitivas se consolidariam apenas no final de 1980.

Isso é explicitado na última edição de 1980, com uma carta assinada por Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Roberto Rodrigues, Elisabeth Souza Lobo, José Reis e Sílvio Caccia Bava, pedindo afastamento do jornal. A justificativa é bastante elucidativa:

[...] constatamos o estreitamento e sectarização política de sua linha editorial, [...] a editoria internacional trabalhando à base de transcrições de textos da Quarta Internacional ou produzindo receitas pretensamente revolucionárias para cada canto do globo (EM TEMPO, nº 120, p. 31)<sup>205</sup>.

Além disso, os jornalistas questionavam o fato de matérias terem sido mutiladas ou não publicadas, como foi o caso de uma matéria de Marco Aurélio Garcia, que não saiu porque era incompatível com a linha editorial do jornal. A partir de então, o conselho editorial e administrativo passou a ter Raul Pont como presidente e manteve Flavio Andrade como editor-chefe<sup>206</sup>.

<sup>204</sup> EM TEMPO, ano III, nº 101, p. 2.

<sup>205</sup> Idem, nº 120, p. 31.

<sup>206</sup> Ibidem.



Esse processo desvenda os bastidores do jornal e demonstra como a mudança da linha editorial, a partir da hegemonia da DS, não foi de imediato. Parece, mesmo, é que ainda havia uma espécie de estreitamento de identidades, na forma de afunilamento ideológico. Basta olhar para a biografia de Eder Sader para perceber que suas perspectivas intelectuais até eram próximas da organização DS, principalmente pela via de identidade com Rosa Luxemburgo e do círculo de debates com trotskistas<sup>207</sup> na época da POLOP.

Eder Sader esteve na formação da POLOP em 1961<sup>208</sup> que, com o golpe de 1964, acabou se fundindo com uma das dissidências do PCB e formando o POC. Nele, Sader tornou-se um dos dirigentes, até 1970. Obrigado a sair do Brasil e ficar nove anos no exílio entre o Uruguai, Chile (onde militou no MIR) e França, adquiriu grande bagagem política<sup>209</sup>. É bom lembrar que o POC só assumiu a Quarta Internacional depois da repressão infringida pelo DOI-CODI entre 1970-1971<sup>210</sup>, ou seja, Eder Sader já não estava mais no Brasil.

Já Marco Aurélio Garcia apresentava uma formação intelectual que procurava formulações originais para as questões da democracia e da revolução, a partir da heterogeneidade da sociedade brasileira. Essa busca pelo original está baseada em uma leitura da realidade que põe as opções de esquerda de forma pessimista, ou seja, a não compreensão dessa heterogeneidade da sociedade brasileira pelo pensamento de esquerda, levaria a duas hipóteses:

Em uma delas teríamos uma ruptura violenta a partir do assalto ao poder, o que a meu juízo, e pelas características da sociedade brasileira, levaria a um regime extremamente autoritário “de esquerda”, a um curto prazo. Na outra hipótese está a ideia de um regime reformista, liberal “de esquerda” ou mesmo social-democrata (GARCIA, 1983, p. 93)<sup>211</sup>.

<sup>207</sup> Entendo que o pensamento de Trotsky e Rosa Luxemburgo sejam muito próximos, tanto pela insistência sobre a questão da democracia quanto pela centralidade dada ao proletariado.

<sup>208</sup> Segundo a pesquisa “Brasil: nunca mais”, “A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP) foi criada em fevereiro de 1961, reunindo círculos de estudantes provenientes da ‘Mocidade Trabalhista’ de Minas Gerais, da ‘Liga Socialista’ de São Paulo (simpatizantes de Rosa Luxemburgo), alguns trotskistas e dissidentes do PCB do Rio, São Paulo e Minas”. ARNS, Paulo Evaristo & PROJETO Brasil: Nunca Mais. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 102.

<sup>209</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Memória: Eder Sader - O futuro sem este homem. **Teoria e Debate**, nº 4, setembro de 1988. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-eder-sader-o-futuro-sem-este-homem>>.

<sup>210</sup> EM TEMPO, nº 106, p. 19.

<sup>211</sup> GARCIA, Marco Aurélio. **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986. p. 93.

Essa posição, evidentemente, afastava Marco Aurélio Garcia das táticas e estratégias pré-estabelecidas da DS e, agora, do jornal **Em Tempo**. No entanto, esses intelectuais mantiveram uma identidade suficiente com a DS para terem permanecido no jornal até esse momento, ao contrário de muitas frentes políticas e até mesmo de jornalistas independentes, que entraram em desacordo logo que essa organização passou a dominar o **Em Tempo**.

Nesse sentido, pode-se considerar que o jornal manteve ainda no ano de 1980 um caráter de publicação de frente jornalística e de confronto com a grande imprensa. Como frente jornalística, apresenta-se menos ampla na relação com a época da criação do jornal. Não era mais a luta pela democracia e a oposição ao regime militar o centro de unidade, mas também a construção do PT e a defesa de um jornal que funcionasse a partir de uma visão de mundo proletária. Isso significa que só a partir de 1981 é que o jornal iria ser caracterizado como um jornal marxista revolucionário, o que alteraria sobremaneira suas perspectivas.

É sintomático, ainda, que no início de 1981, ao começar uma campanha de ampliação de assinaturas do jornal, os editores tenham trocado a expressão “imprensa alternativa” por “imprensa popular”<sup>212</sup>. Também informam que o jornal tinha cerca de 2.500 assinantes e pretendia conquistar mais 1.000 colaboradores. Entretanto, aqui ainda não é possível perceber o grau de afinidade entre o assinante e a organização DS, pois as mudanças internas pelas quais o jornal passava ainda eram muito recentes.

Outro elemento que se deve levar em conta é que com os atentados a bomba às bancas distribuidoras de jornais alternativos, em 1980, a venda do **Em Tempo**, nesses veículos, caiu em 70%<sup>213</sup>. Dessa forma, tudo caminhava na direção de o jornal ser vendido corpo a corpo, evidenciando que o **Em Tempo** passaria a ser usado para atrair novos ativistas para a organização.

Portanto, é a partir de 1981 que as ideias acerca da revolução ficavam mais explícitas. E como a organização dos trabalhadores e, portanto, do Partido dos Trabalhadores era prioridade para os ativistas da DS, a organização passava a levantar questões relativas à organização desse partido, que iam apontando para uma determinada ideia de revolução. Isso fica

---

<sup>212</sup> EM TEMPO, nº 121, p. 4.

<sup>213</sup> Idem, nº 120. p. 9.

claro numa avaliação sobre o PT e o leninismo, que se afirmava:

As grandes questões levantadas pelo leninismo continuam de pé – portanto não há como abrir mão desta concepção. Mas as deformações introduzidas nos partidos de origem leninista pelo stalinismo provocaram uma repulsa, e a necessidade de que os trabalhadores façam por si próprios uma série de experiências de luta para verem confirmada a concepção leninista. Fazem com que não seja possível, hoje, reduzir o problema a “construir um partido leninista” (EM TEMPO, nº 120, p. 4)<sup>214</sup>.

Aqui fica bastante claro como a DS abre mão de suas concepções leninistas para o PT em prol de algo que considerava mais importante dentro de sua estratégia global: construir um partido de massas. Então, à medida que as conjunturas fossem se tornando mais favoráveis, poderiam disputar suas ideias dentro de um contexto mais amplo, porém mais favorável e fértil do ponto de vista da disputa pelo poder, um partido capaz de promover grandes mobilizações e atuar como protagonista das lutas sociais e, posteriormente, da revolução:

Na medida em que o movimento de massas avançar, que a luta contra o estado dos exploradores se colocar na ordem do dia, que a revolução for uma realidade próxima para milhões de trabalhadores, então será necessário lutar para que o PT tire as consequências destas realidades, a nível do seu programa, do seu funcionamento e de sua prática. Dando este passo, o PT estará se transformado no instrumento de que as massas precisam para levar a cabo seus objetivos históricos, um partido revolucionário dos trabalhadores (EM TEMPO, nº 120, p. 4)<sup>215</sup>.

É claro que a possibilidade de um partido de massas que em 1981 comemorava os 200.000 filiados<sup>216</sup>, com uma direção composta basicamente por líderes sindicais<sup>217</sup>, era um elemento altamente sedutor para uma organização revolucionária como a DS, mas também o potencial de mobilização, como as greves, era chave para a organização constituir um

<sup>214</sup> EM TEMPO, nº 120. p. 4.

<sup>215</sup> Ibidem.

<sup>216</sup> EM TEMPO, nº 130, capa.

<sup>217</sup> Dos dezessete nomes que compuseram a Comissão Nacional Provisória, indicada em 13 de outubro de 1979 e que atuou até 1º de julho de 1980, apenas quatro não eram sindicalistas: um jornalista, um gráfico, um economiário e um não identificado. DOCUMENTOS Básicos do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, s/d. In: DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 62.

programa *sui generis*. O próprio jornal **Em Tempo**, com dados do DIEESE, demonstrava que em 1979 mais de três milhões de trabalhadores entraram em greve no Brasil, cerca de 10% de todos os trabalhadores do país<sup>218</sup>. Estar junto com um partido formado a partir dessas greves era o caminho para romper com o isolamento característico das organizações revolucionárias dos anos sessenta e setenta. Além do que, como será demonstrado a seguir, a greve era um caminho estratégico para a Organização.

É importante ressaltar, em termos de ideias formuladas pelos intelectuais redatores do **Em Tempo**, que suas perspectivas revolucionárias eram colocadas no plano futuro, ou seja, as condições adequadas para uma revolução não estavam na ordem do dia. O que significa que há uma compreensão de que a chave para o desencadeamento revolucionário estava nas mãos dos trabalhadores e de que toda a estrutura partidária e organizacional viria com um processo quase que independente desses intelectuais revolucionários. É como se o papel desses intelectuais fosse apenas ficar no fim da estrada indicando para que lado esses trabalhadores deveriam ir – no caso, para o lado de uma organização leninista. Aqui, se mistura um certo espontaneísmo das massas com uma tentativa de fazer um caminho original para a *revolução brasileira*; porém, o fim da estrada não seria tão original assim. Tal como na obra de Beckett, em que Vladimir e Estragon, à beira de uma estrada, esperam incessantemente por Godot, os intelectuais de esquerda do **Em Tempo** pareciam esperar, para um futuro próximo, a marcha dos trabalhadores rumo ao socialismo.

Para melhor entender as posições da DS e, agora, do **Em Tempo** no ano de 1981, é importante compreender suas ligações com a Quarta Internacional, o Secretariado Unificado. Antes da DS, nos anos setenta, era o POC o caudatário, no Brasil, da posição majoritária do Secretariado Unificado<sup>219</sup>. Entretanto, essa organização internacionalista defendia uma orientação “guerrilhistas” que predominou em seus congressos IX (1969) e X (1973)<sup>220</sup>. Já a DS, formada dentro do jornal **Em Tempo** (como já foi

---

<sup>218</sup> EM TEMPO, nº 120. p. 16.

<sup>219</sup> Idem, nº 106. p. 19.

<sup>220</sup> XI Congresso da IV Internacional: Resolução sobre a América Latina, 1979. In: LOWY, Michael. **Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 472.

comentado), a partir da junção do grupo Centelha de Minas Gerais e do grupo Nova Proposta do Rio Grande do Sul, estreita seus laços com a Quarta Internacional a partir das novas interpretações dadas com o XI Congresso (1979), que estabelece a organização do proletariado como forma principal de intervenção política.

Nesse sentido, a perspectiva do **Em Tempo** com relação à construção do PT parece que combinava bem com as proposições da Quarta Internacional:

A construção de uma tendência proletária conseqüente requer a direção do partido marxista revolucionário. Por sua vez, isto requer que o próprio partido esteja enraizado nos setores-chaves da classe operária, particularmente entre os operários industriais, que serão fundamentais em uma direção proletária conseqüente para a classe em seu conjunto. No decorrer da luta para forjar uma direção classista, o partido crescerá até ser um partido proletário de massas (XI CONGRESSO DA IV INTERNACIONAL, 1979 apud LÖWY, 1999, p. 476)<sup>221</sup>.

Entretanto, é só no XII Congresso (1985), que a DS, então chamada de Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS) oficializa sua filiação, tornando-se seção da Quarta Internacional no Brasil<sup>222</sup>.

Do ponto de vista internacional, o **Em Tempo** priorizava debates sobre os movimentos guerrilheiros na América Central e sobre os movimentos críticos aos regimes caracterizados como burocratizados no Leste europeu. O primeiro, tendo a revolução na ordem do dia e as massas caminhando em direção à revolução socialista. Inclusive, o **Em Tempo** noticia o surgimento da luta revolucionária em El Salvador, com a formação da **Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional**:

Há, em El Salvador, uma forma dual de organização: a esquerda, além de contar com as organizações de massa, que integram a FDR, conta também com organizações político-militares. As mais importantes dentre estas organizações formaram recentemente um exército unificado para a libertação (EM TEMPO, nº 120, p. 28-29)<sup>223</sup>.

<sup>221</sup> Ibidem, p. 476.

<sup>222</sup> EM TEMPO, nº 198. p. 8-9.

<sup>223</sup> EM TEMPO, nº 120, p. 28-29.

O segundo trata da chamada revolução política e o caminho da luta das massas pela democratização do socialismo, principalmente na Polônia, com o movimento liderado por Walesa e o sindicato Solidariedade. Segundo Ernest Mandel, um dos principais pensadores do Secretariado Unificado (SU), a proposta de autogestão e controle democrático dos operários proposto pelo sindicato vinha no mesmo sentido do programa do SU e das propostas em matéria de revolução política para “os estados operários burocratizados”<sup>224</sup>.

Apesar de diferentes, esses processos eram bastante significativos para o **Em Tempo**. A América Central aproximava e aprofundava a marcha revolucionária na América, intensificando novos debates e reafirmando a validade de perspectivas revolucionárias para a região. Ao mesmo tempo, provocava a ampliação do quadro das bases propulsoras e desencadeadoras da revolução, já que para o XI Congresso da Quarta Internacional (SU), não era possível que se descartasse a importância dos aliados dos trabalhadores: camponeses, índios e negros<sup>225</sup>. É curioso que a revolução estivesse na ordem do dia em regiões que não predominavam o proletariado, a classe fundamental da revolução para a Quarta Internacional (SU).

No caso do Leste europeu, o **Em Tempo** procurava revelar todos os indícios que colaboravam para a crítica dos modelos chamados de stalinistas, e para tudo que indicava uma transformação na direção das propostas de Trotsky para o socialismo internacional. Essas abordagens estavam também no contexto das disputas que o PT e a própria DS mantinham nacionalmente com aqueles partidos de esquerda com os quais se identificavam, ou com o socialismo da URSS (PCB), ou com o programa de Stálin (PC do B).

De forma geral, também deve ser levado em conta que as disputas internas entre as tendências do PT passavam a ocupar grande espaço na redação do **Em Tempo**. De certo modo, agora, o **Em Tempo** não estava apenas pautado pela disputa com a grande imprensa, mas pelas disputas dentro da própria esquerda brasileira, acerca de um determinado ponto de vista sobre os caminhos e descaminhos da revolução.

---

<sup>224</sup> Idem, nº 122, p. 17.

<sup>225</sup> XI Congresso da IV Internacional: Resolução sobre a América Latina, 1979. IN: LOWY, Michael. **Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 472.

É a partir de um artigo publicado no **Em Tempo** acerca do XII Congresso da **Quarta Internacional**, em 1985, que se torna possível compreender melhor as posições do Secretariado Unificado sobre o internacionalismo revolucionário. Para eles, a revolução mundial estava dividida em três setores: a revolução política na Polônia, a revolução nos países dominados ou coloniais (América Central) e a revolução dos trabalhadores nos países industrializados (Brasil?). Contudo, ao identificarem inúmeras dificuldades nesses setores, principalmente relacionados às debilidades da vanguarda, afirmavam que: “Ainda que aconteçam, e acontecerão, nos próximos anos, explosões nos três setores da revolução mundial, e particularmente nos países dominados, a dialética entre eles, **sua combinação, não atua automaticamente** [...]” (EM TEMPO, nº 198, p. 8-9)<sup>226</sup>.

É interessante observar que não fica muito clara a posição do Brasil nesse contexto “dos três setores”. Por dedução, porém, é possível entender que apesar de estar sofrendo várias pressões da classe trabalhadora, o Brasil faz parte do setor dos países dominados, ou seja, os intelectuais do **Em Tempo** não transferiam a conjuntura específica de São Paulo para o resto do país. É por isso que não entendiam o momento brasileiro como revolucionário ou pré-revolucionário. Talvez seja por isso que apesar de darem tanta ênfase ao proletariado de São Paulo, a questão da greve geral ocupasse um papel tão proeminente em suas análises, ou seja, a potência revolucionária estava naquilo que o proletariado poderia desencadear, e não no proletariado em si, como se fossem automaticamente conscientes do seu papel histórico.

O **Em Tempo** passaria, em 1981, a ser um instrumento promotor de debates e, principalmente, de referencial das posições da organização revolucionária DS no interior do PT, mas também no movimento sindical, já que o **Em Tempo** dedicava muitos espaços para noticiar acontecimentos sindicais de todo o país. Como exemplo, temos a coluna “Piquetão” e outros espaços que debatiam a necessidade de uma central única dos trabalhadores, as greves e a luta contra a Lei de Segurança Nacional, que vinha intervindo em sindicatos e prendendo e condenando lideranças sindicais. Foi esse o caso dos 13 líderes sindicais presos em 1980 nas greves do ABC, incluindo Lula, e

---

<sup>226</sup> EM TEMPO, nº 198. p. 8-9.

julgados pelo Tribunal Militar em 1981.

Uma verdadeira profusão de títulos com temas relacionados à revolução apareceram, muitas vezes temas complexos que exigiam um leitor constituído por um bom aparato intelectual. O **Em Tempo** reduz, assim, o seu público leitor a um círculo de intelectuais de esquerda, podendo-se notar o fato de que até mesmo as matérias relacionadas aos sindicatos eram uma espécie de instrumentalização para esse tipo de leitor.

Portanto, o **Em Tempo** passava a ter uma grande preocupação com as questões teóricas provenientes da própria constituição e formação do PT. Nesse sentido, o jornal fez a cobertura da primeira Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizada em Brasília, no dia 27 de setembro de 1981, encontro que marcou a última etapa da conquista do registro definitivo do PT junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Nessa 137ª edição do **Em Tempo**, era anunciado na capa, em manchete central: “O PT é socialista”<sup>227</sup>. E no editorial, destacavam os trechos do discurso de Lula, que afirmava: “Dentro do sistema capitalista nunca haverá solução para os problemas dos trabalhadores. Estes somente verão seus anseios atendidos quando forem proprietários dos meios de produção e donos dos frutos de seu trabalho” (EM TEMPO, nº 137, p. 3)<sup>228</sup>. Todavia, mesmo que o presidente nacional do PT apontasse para o aspecto mais importante do socialismo – o controle econômico dos operários –, analisando esse mesmo discurso, pode-se observar muitas idas e vindas em relação ao socialismo, como: “A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos por acaso obrigados a seguir esse ou aquele modelo [...]?”<sup>229</sup>.

Mesmo com todas essas questões levantadas, parece que o problema não era exatamente a questão de qual socialismo o PT adotaria. O próprio Lula era capaz de formular uma perspectiva de socialismo nada fluida, caracterizado como um socialismo democrático com o controle dos meios de produção pelos trabalhadores. Dessa forma, sem sombra de dúvida, o PT era socialista. A questão, isso sim, era como chegar nele, ou seja, como seria a *revolução*

<sup>227</sup> EM TEMPO, nº 137, capa.

<sup>228</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>229</sup> DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 114.



*brasileira*. Esta questão, portanto, era o verdadeiro “calcanhar de Aquiles” do programa do PT em relação ao socialismo.

É nesse sentido que à medida que o PT se legalizava e aprofundava as formulações na elaboração de um programa específico, o **Em Tempo** ia abrindo cada vez mais espaço em suas páginas para o debate teórico desse programa entre as correntes do partido. É por isso que o jornal abriria uma seção intitulada “Socialismo” com o intuito de aprofundar essas discussões numa perspectiva de formulação política. A nova seção se propunha, entre outras coisas, à “análise da formação social brasileira e dos problemas enfrentados pelos trabalhadores brasileiros, no rumo da elaboração de um programa para a revolução brasileira” (EM TEMPO, nº 159, p. 7)<sup>230</sup>.

Esse debate, já em 1982, era introduzido de uma forma não muito convencional para um jornal de esquerda como o **Em Tempo**, uma vez que apresentava três modelos de revolução: “a greve geral insurrecional”, “a guerra prolongada”, e uma terceira possibilidade, que seria uma mistura das duas. O primeiro modelo seria apresentado como a forma clássica e assim definido:

Este termo não significa que haja necessariamente greve geral e insurrecional simultaneamente. [...] Mas a ação consciente dos revolucionários deve ser consagrada a preparar as condições deste tipo de enfrentamento.

A greve geral resume a necessidade de auto-organização massiva e unitária nos lugares de trabalho, da apropriação dos instrumentos de produção e de comunicação, de sua colocação em funcionamento por conta da greve. Ela traz consigo os órgãos de luta que podem se tornar a armação de um novo poder (EM TEMPO, nº 159, p. 7)<sup>231</sup>.

Esse paradigma está de acordo com o modelo da Revolução Russa (1917), e acredito que tenha, do ponto de vista do discurso formulado, um valor cognitivo maior do que os outros paradigmas. É bastante interessante, porém, como a ideia de revolução para os intelectuais de esquerda do **Em Tempo** seja influenciada por outras revoluções “não clássicas”, e mesmo como se permitem, dentro de determinados limites, abrir outras possibilidades para chegar ao poder.

---

<sup>230</sup> EM TEMPO, nº 159, p. 7.

<sup>231</sup> Ibidem.

A guerra prolongada parece ser uma porta aberta para regiões com especificidades socioeconômicas, como um campesinato forte e revolucionário, acompanhado de uma situação de colonização. Nesse sentido, a guerra prolongada seria um momento revolucionário em que há uma situação:

De enfrentamento e coexistência em um certo período do poder operário nascente e do poder de Estado burguês em decomposição. [...] de construção prolongada de uma dualidade de poder que se encarna no estabelecimento de territórios liberados e autoadministrados, e na formação de um exército de libertação (EM TEMPO, nº 159, p. 7)<sup>232</sup>.

Esse modelo seria dado pelas revoluções chinesa, vietnamita e iugoslava, mas também indica um distanciamento significativo da interpretação que o jornal fazia da realidade brasileira.

O terceiro modelo seria uma versão de combinação da greve geral com a guerrilha rural, como os casos da Nicarágua e de Cuba. Esses modelos eram mais próximos geograficamente, mas também provavelmente inadequados para o momento histórico vivido no Brasil.

Tudo isso pode ser dito porque se pode verificar, na prática, que os intelectuais do **Em Tempo** davam muito mais espaço em suas páginas à classe trabalhadora, e priorizavam esse tipo de organização popular. Isso, porque viam uma maior potencialidade revolucionária no proletariado, o que indica um caminho específico para a *revolução brasileira*.

Provavelmente, a situação vivida pela classe trabalhadora de São Paulo, de grande capacidade de mobilização e de organização de greves, tenha sido determinante nas análises e proposições da ideia de revolução dos intelectuais de esquerda do jornal **Em Tempo**. A questão principal é se a qualidade desse processo de mobilização seria capaz de se expandir, através da greve geral, para outras regiões do país, economicamente diferentes.

Pensando ainda na questão da *revolução brasileira*, um outro debate se faz necessário, principalmente para se entender algumas questões mais táticas e processuais em termos de linha de ação. Esse debate se dá com a proximidade das eleições de 1982 – é a discussão sobre a necessidade de representação no parlamento numa situação não revolucionária. Como já foi

---

<sup>232</sup> Ibidem.

visto, os intelectuais do **Em Tempo** colocavam a revolução num plano futuro, compreendendo que não se estava vivendo um momento revolucionário nem pré-revolucionário no Brasil. Na seção “Socialismo”, sob o título de “A independência política dos trabalhadores frente às eleições burguesas: ensinamentos da tradição revolucionária”, fizeram um paralelo entre os acontecimentos da Revolução Russa e os desafios enfrentados pelo PT para as eleições de 1982.

Através da postura dos bolcheviques em relação à Assembleia Constituinte, esses intelectuais apontaram para o caráter da participação do partido no parlamento, afirmando: “Lênin estabelecia que a ação no parlamento só deve ser abandonada quando as massas na sua experiência revolucionária tiverem visto a limitação do parlamento e a superioridade de sua forma clássica de representação” (EM TEMPO, nº 139, p. 18)<sup>233</sup>. Essa forma seria o crescimento rápido do movimento grevista. Caso contrário: “Fora destes momentos revolucionários, a participação no parlamento se torna uma obrigação [...]” (EM TEMPO, nº 139, p. 18)<sup>234</sup>. E seguindo as teses de Lênin, afirmavam que a participação no parlamento deveria ser secundária à organização do proletariado; porém, o parlamento era palco da luta de classes.

Aqui, mais uma vez, chama a atenção o peso dado ao movimento grevista dentro do processo revolucionário, mas também o uso do parlamento como forma de luta e embate político. Entretanto, é importante ressaltar que, caso as condições revolucionárias se implantassem, abria-se a possibilidade do abandono ou até mesmo do fechamento do parlamento, tal como fizeram os bolcheviques, que antes do desencadeamento revolucionário defendiam encarniçadamente a Assembleia Constituinte, e após o golpe de Estado, a dissolveram<sup>235</sup>.

---

<sup>233</sup> EM TEMPO, nº 139, p. 18.

<sup>234</sup> Ibidem.

<sup>235</sup> Aqui, talvez seja interessante lembrar o debate que Rosa Luxemburgo estabeleceu com Trotsky e Lênin, em seu texto “A Revolução Russa”, em que a autora questiona a dissolução da Assembleia Constituinte pelos bolcheviques: “A revolução cria, justamente, pela flama que a anima, essa atmosfera política vibrante, impressionante, na qual as vagas da opinião pública, pulso da vida popular, agem instantaneamente e do modo mais admirável sobre os corpos representativos. É isso o que explica as cenas comoventes, bem conhecidas, do começo de todas as revoluções, em que se veem os parlamentos reacionários ou bastante moderados, eleitos sob o velho regime por um sufrágio restrito, transformarem-se de súbito em porta-vozes heroicos da revolução, em órgãos da insurreição”. LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução**

No entanto, no início de 1983, com uma interpretação de derrota nas eleições de 1982, o **Em Tempo** iniciou um novo debate sobre a questão da construção partidária, buscando nos processos históricos as experiências necessárias para a construção do partido no presente. Na série “A questão do partido na história do movimento operário”<sup>236</sup> procurou demonstrar, através do movimento cartista inglês, a ineficácia dos movimentos estritamente reivindicatórios<sup>237</sup>. Assim, na avaliação que fizeram acerca das eleições de 1982, procuraram estreitar o partido na direção da organização das massas como forma de construção partidária. Entretanto, passaram a enfatizar a importância de um partido dirigente, que não fosse apenas a “expressão do movimento” ou “a representação das lutas dos trabalhadores”, mas sim, um partido de vanguarda<sup>238</sup>.

O **Em Tempo** entrou o ano de 1983 com uma profunda dificuldade financeira, atribuída aos preços do papel, aos custos da composição e impressão do jornal, à inflação, aos gastos com pagamento de aluguel, tanto para a sede em São Paulo como para as sucursais<sup>239</sup>, e do pagamento de uma equipe de funcionários e jornalistas. Além de não terem anunciantes regulares e as vendas em bancas não terem se recuperado dos atentados a bomba do ano de oitenta, informaram que um terço do preço da capa ficava com os bancos e a distribuidora<sup>240</sup>. Ainda nessa campanha para a ampliação de assinantes, afirmaram que apesar da escassez de recursos e da inflação, não podiam aumentar o preço de capa (Cr\$100,00), porque isso inviabilizaria a compra do jornal por trabalhadores e, segundo o jornal: “onde é maior o desafio para o crescimento e influência” (EM TEMPO, nº 166, p. 4)<sup>241</sup>.

Outro elemento importante levantado diz respeito aos gastos médios mensais para a manutenção do jornal, que eram de Cr\$ 2.000.000,00<sup>242</sup>, o que

---

**Russa.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1991. Disponível em: <[http://www.socialismo.org.br/portal/images/stories/documentos/revista2/A\\_Revolution\\_Russa.pdf](http://www.socialismo.org.br/portal/images/stories/documentos/revista2/A_Revolution_Russa.pdf)>.

<sup>236</sup> EM TEMPO, nº 165. p. 7.

<sup>237</sup> Ibidem.

<sup>238</sup> Ibidem. p. 5.

<sup>239</sup> É interessante notar que as sucursais, agora, eram apenas em Porto Alegre e Belo Horizonte, as mesmas cidades que deram origem à organização DS.

<sup>240</sup> EM TEMPO, nº 166. p. 4.

<sup>241</sup> Ibidem.

<sup>242</sup> Como não informam a tiragem, pode-se imaginar pelo menos um teto: sem levar em conta a porcentagem destinada à distribuidora e aos bancos, para cobrir todos esses gastos apenas com a distribuição era necessária a venda de cerca de 20.000 exemplares por mês, e como era

necessitava de um número relativamente significativo de leitores. Mesmo com todas as dificuldades financeiras reclamadas, o jornal não diminuiu a periodicidade, o que leva à conclusão de que o **Em Tempo**, de uma forma ou de outra, conseguia se viabilizar.

Algumas modificações, porém, podem ser notadas. O jornal passava a ser basicamente político e, ao mesmo tempo em que perdia uma linha editorial de reportagens mais literárias, também suprimia a diversidade de temas da época de alternativo. O maior exemplo disso é a extinção da seção de cultura. Muitos temas, além dos debates teóricos e internos do PT, atravessaram o **Em Tempo** em 1983: as preocupações com a LSN; a crise econômica e as revoltas populares em São Paulo e Rio de Janeiro; e, é claro, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

As campanhas contra a repressão e pelo fim da LSN eram certamente uma prioridade para os intelectuais do **Em Tempo**, tendo em vista que ainda eram frequentes em 1983 as perseguições promovidas pelo regime militar. Esse foi o caso dos jornalistas do Coojornal<sup>243</sup>, que tinham sido presos por terem publicado documentos do Exército acerca das guerrilhas no Vale do Ribeiro e em Brotas de Macaúbas, onde Lamarca fora assassinado<sup>244</sup>. Ainda, apresentam uma lista de aproximadamente 160 indiciados e condenados pela LSN<sup>245</sup> cujos principais atingidos eram jornalistas (dos jornais: Nosso Tempo, Hora do Povo, Coojornal, Resistência, Voz da Unidade, Alicerce, e Folha de São Paulo), religiosos, sindicalistas e políticos.

Ao mesmo tempo, o ano de 1983 foi marcado por várias revoltas urbanas ocorridas por conta da crise econômica que assolava o país. No dia 4 de abril, na região sul de São Paulo conhecida como Santo Amaro, uma das regiões mais proletárias do país (segundo o jornal, 3 milhões de trabalhadores), cerca de mil desempregados atacaram supermercados promovendo, durante dois dias, a chamada “revolta da fome”<sup>246</sup>. Em novembro do mesmo ano também noticiaram conflitos de populares com a polícia, ocupações de terrenos

---

um quinzenário, e dada a queixa da campanha financeira, certamente não vendiam 10.000 exemplares por tiragem. E se, por outro lado, se faz o cálculo a partir das assinaturas anuais de Cr\$2.000,00 precisariam de 12.000 assinantes para cobrir o gasto anual de Cr\$24.000.000,00.

<sup>243</sup> Elmar Bonés da Costa, Rosvita Saueressig e Osmar Trindade.

<sup>244</sup> EM TEMPO, nº 167. p. 5.

<sup>245</sup> Pesquisa realizada pelo jornal Resistência de 01-04-83. In: EM TEMPO, nº 171, p. 2.

<sup>246</sup> EM TEMPO, nº 169. p. 2.

e trens incendiados em São Paulo, sob o título de “O Brasil é um mar de revoltas”<sup>247</sup>. No entanto, esses movimentos formados espontaneamente eram vistos com ironia pelo jornal, que disse terem sido convocados “pelo próprio estômago” – ao contrário do ato pró-CUT na mesma Santo Amaro, dias antes (22/03). Ou seja,

[...] o movimento não criou formas organizativas e lideranças suficientemente implantadas para um salto de qualidade. Essa diferença entre combatividade, radicalização, de um lado, e consciência, organização, politização, de outro, é importante para que não se subestime e deixe em segundo plano a importância do papel do elemento consciente, organizado (EM TEMPO, nº 169, p. 3)<sup>248</sup>.

O que vinha sendo colocado, ainda que de forma indireta, seria o PT como sendo a concepção de partido da organização DS, através dos vários debates propostos por textos teóricos das experiências da história dos partidos revolucionários. Isso fica claro na já citada seção “A questão do partido na história do movimento operário”, quando afirmam:

A partir da experiência dos bolcheviques russos, Lênin introduziu um novo conceito de partido revolucionário: um partido formado por uma vanguarda de revolucionários profissionais, distinta do conjunto da classe operária, que prepara conscientemente o enfrentamento com o Estado burguês e a tomada do poder pelos trabalhadores sob sua direção (EM TEMPO, nº 172, p. 5)<sup>249</sup>.

Esse debate, como será demonstrado a seguir, terá um outro desdobramento, já que, como será visto, o **Em Tempo** não propõe ainda esse modelo nas instâncias do partido.

Outra questão de extrema importância para o **Em Tempo** foi a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que além de ser uma tentativa de reunir todas as tendências, ou pelo menos as mais combativas do movimento sindical brasileiro, também visava ampliar a influência sobre outros setores de trabalhadores – somando aos trabalhadores das fábricas, os trabalhadores dos setores de serviço, funcionários públicos, assalariados rurais e os posseiros –

---

<sup>247</sup> Idem, nº 181, p. 4.

<sup>248</sup> Idem, nº 169, p. 3.

<sup>249</sup> Idem, nº 172, p. 15.

formando uma verdadeira frente única de combate ao regime militar e à burguesia<sup>250</sup>.

Na capa, o **Em Tempo** anunciava a criação da CUT, com: “Reunindo 5.059 delegados representando mais de doze milhões de trabalhadores brasileiros, o I Conclat fundou a CUT e marcou uma greve geral contra o decreto-lei 2.045. Um fato histórico [...]” (EM TEMPO, nº 177, capa)<sup>251</sup>. É interessante notar que a CUT passava a ser considerada pelo jornal como um instrumento de organização da greve geral e, portanto, a forma nacional mais organizada de pressão contra o regime. O PT e a CUT, agora, eram os principais instrumentos para a construção da transformação social brasileira. A CUT poderia potencializar aquilo que o **Em Tempo** vinha construindo teoricamente em suas páginas, como sendo um dos principais caminhos para a *revolução brasileira*: “Na greve geral aprende-se como funcionam as fábricas, como se move a cidade, como se move a repressão, a imprensa. A classe operária se vê ante a fúria do estado burguês. Novidades imensas para enormes massas humanas” (EM TEMPO, nº 175, p. 3)<sup>252</sup>.

Em 1984, o movimento de massas tomava um rumo um pouco diferenciado. Era o ano das grandes mobilizações populares pelas eleições diretas. Com o governo do PMDB de Montoro no estado de São Paulo, e com o uso dessa estrutura, no dia 25 de janeiro reuniram-se 300.000 pessoas na Praça da Sé, e ao som de Chico Buarque com “Apesar de Você” e um mar de bandeiras e faixas, uniram-se as forças de oposição contra o regime militar<sup>253</sup>.

Com comícios marcados para a maioria das grandes cidades brasileiras<sup>254</sup>, o movimento tomava um caráter nacional e se estendia fortemente por todo o mês de fevereiro, ao passo que mesmo com o amplo domínio do PMDB nesses comícios, as brechas ocupadas pelo PT proporcionaram uma consolidação da liderança nacional de Lula<sup>255</sup>.

No entanto, com a proposta de greve geral pelas diretas tirado pela CUT, o **Em Tempo** dava mais um sinal na direção de sua perspectiva

---

<sup>250</sup> EM TEMPO, nº 177, p. 2.

<sup>251</sup> Ibidem, capa.

<sup>252</sup> EM TEMPO, nº 175, p. 3.

<sup>253</sup> Idem, nº 183, p. 8.

<sup>254</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>255</sup> EM TEMPO, sem número, de 9 a 22 de fevereiro, p. 5.

revolucionária, quando entendiam a importância do movimento pelas diretas, mas:

Sem negar ou subestimar, portanto, a enorme atualidade destas manifestações, é importante assinalar que elas não são a forma mais forte de fazer a pressão sobre a ditadura, de tocar mais fundo os nervos do regime e obrigá-lo a ceder. Historicamente tem sido demonstrado – e a luta contra as ditaduras na América Latina no período recente tem confirmado essa afirmativa – que o recurso à greve geral dos trabalhadores é a forma mais decisiva de luta (EM TEMPO, nº 184, p. 3)<sup>256</sup>.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, o **Em Tempo** jogou todas as suas forças na greve geral, produzindo um longo artigo demonstrando como o movimento grevista vinha ascendendo no país, afirmando que, segundo dados do DIEESE, cerca de 700.000 trabalhadores tinham entrado em greve em apenas dois meses<sup>257</sup>. É dessa maneira que o **Em Tempo** rejeitou a ideia de candidato único das oposições proposta por Montoro, e propôs o boicote ao Colégio Eleitoral, além de uma greve geral política pelas diretas e o rompimento com o PMDB e o PDT no Comitê Nacional pró-Diretas<sup>258</sup>. Era o caminho da “alternativa operária-popular para a luta contra a ditadura”<sup>259</sup>.

O ano de 1984 também foi o do 3º Encontro Nacional do PT. Entre 6 e 8 de abril no Pampas Palace Hotel, em São Bernardo do Campo/SP<sup>260</sup>, ocorreu algo bastante significativo para o partido: as organizações mais alinhadas com o marxismo e o leninismo<sup>261</sup> uniram suas teses contra a tese defendida pelo grupo de Lula e José Dirceu e obtiveram 34% dos votos<sup>262</sup>. É como se tivesse criado ali uma dicotomia de fundo, que ultrapassaria ainda por muitos anos as muitas tendências do partido, uma espécie de marcação ideológica, como se de um lado estivesse as organizações revolucionárias clássicas, minoritárias e, de outro, uma maioria crítica aos modelos tradicionais de organização da esquerda. No entanto, como ainda será visto, os intelectuais do **Em Tempo**

<sup>256</sup> Idem, nº 184, p. 3.

<sup>257</sup> Idem, nº 190, p. 8-9.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>259</sup> Ibidem.

<sup>260</sup> DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 138.

<sup>261</sup> EM TEMPO, nº 188, p. 10.

<sup>262</sup> DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 114.



nem sempre perceberam a corrente majoritária dessa forma.

Entretanto, é salutar observar também que ao mesmo tempo em que havia muitas organizações dentro do partido que tinham o leninismo para si e isso bastava (pois acreditavam ser elas a vanguarda revolucionária), de outro lado havia a DS do **Em Tempo**, que pretendia tornar o PT um partido leninista; basta olhar para o nome da tese apresentada, para perceber essa intenção: “O PT na direção da luta” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1998, p 114)<sup>263</sup>. É claro que esse objetivo ainda era apresentado de forma vaga e genérica, mas a tendência em influenciar o partido nessa direção seria crescente no decorrer da análise das fontes.

A partir de 1985, o jornal **Em Tempo** passou por algumas alterações. Desde algum tempo, já era possível notar em seu expediente que o jornal tinha ganhado novas sucursais. Portanto, além de Belo Horizonte e Porto Alegre, passou a aparecer também Rio de Janeiro, Vitória e Natal. Mas agora, além de indicarem a tiragem da edição, de 9.000 exemplares, o jornal apresentava na capa a informação “periódico nacional”, o que significava que o **Em Tempo** passava a ser um jornal mensal. No entanto, a justificativa só viria na edição de junho: a mudança era atribuída aos gastos com papel e impressão, que subiam sempre acima da inflação. A intenção era que assim que se normalizassem os problemas financeiros, que já vinham de longa data, retornariam à periodicidade anterior<sup>264</sup>.

Todas essas dificuldades financeiras e as campanhas para a expansão do número de assinantes acabavam revelando algum objetivo de fundo do jornal e, conseqüentemente, a evolução das posições do periódico frente às novas questões que iam sendo postas, tanto pelo PT quanto pela conjuntura nacional e internacional. A partir de 1985, o debate em relação às tendências internas fazia o **Em Tempo** se definir cada vez mais como “jornal de uma corrente do movimento operário independente”<sup>265</sup>.

É importante que se tenha claro que desde o 3º Encontro Nacional, como foi visto, o debate entre a “direita” e a “esquerda” dentro do PT estava bastante acirrado. Segundo o referido jornal, existiam posições favoráveis ao

---

<sup>263</sup> Ibidem.

<sup>264</sup> EM TEMPO, sem número, junho de 1985. p. 8.

<sup>265</sup> EM TEMPO, nº 212, p. central.

afastamento de algumas organizações revolucionárias do partido. Inclusive, chegou a reproduzir um texto da chamada “articulação dos 113” de São Paulo, que definia essas organizações como tendo “outro programa e estão sujeitas a outras disciplinas que não apenas a do PT”, e também diferenciava a relação dessas organizações com o partido:

[...] algumas veem o partido apenas como uma legenda eventual e de ‘aluguel’; outras investem na construção do PT, esperando impor ao conjunto sua hegemonia e seu modelo de partido revolucionário; finalmente, há as que recrutam militantes no PT, cumprem tarefas no partido. E aguardam o melhor momento para assumir-se com face própria (EM TEMPO, nº 203, p. 2)<sup>266</sup>.

Esse debate se intensificou com o fato de partidos como o PCB e PC do B estarem saindo do PMDB e se legalizando. Então, esse deveria ser o mesmo caminho para esses “partidos” que integravam o PT.

É claro que o PT tinha muito a oferecer a essas organizações, pois era um partido de massas com uma grande base e um líder proletário. E essas organizações, que eram constituídas principalmente por intelectuais – que não estavam dispostos a fazer acordos com as burguesias de qualquer naipe, e ao mesmo tempo, viam o proletariado como os únicos capazes de promoverem a revolução – não queriam retornar às experiências de isolamento da esquerda dos anos sessenta e setenta.

Entretanto, deve-se tomar o devido cuidado de perceber o jornal **Em Tempo** como uma fonte pública, e que nem sempre, como será visto, essas posições de disputa dentro do PT publicadas nele davam a real dimensão daquilo que a organização DS pensava realmente sobre seus adversários. Como, por exemplo, caracterizavam o setor majoritário do PT.

Em 1987, com a comemoração dos dez anos do **Em Tempo**, foi produzido um texto que esclareceria muitas coisas em relação ao jornal, desde questões financeiras, que acabavam influenciando na qualidade do jornal, até questões de fundo, como a função do jornal.

Em relação aos problemas financeiros, apesar de ser o único remanescente dos anos setenta, afirmavam:

---

<sup>266</sup> Idem, nº 203, p. 2.

Desde então, o jornal reduziu a sua tiragem para um terço, de cerca de 16 mil para os atuais seis mil; de tamanho *standart* para a forma tabloide; de semanal para mensal e às vezes até sem conseguir manter esta periodicidade; reduziu drasticamente a sua equipe administrativa e redacional (EM TEMPO, nº 216, contracapa)<sup>267</sup>.

No entanto, afirmavam que naquela data, mantinham cerca de 2.000 assinaturas anuais. O que denota, agora, um campo mais ou menos real de influência e de pessoas verdadeiramente identificadas com as posições do **Em Tempo**.

É claro que é sempre muito difícil precisar o grau de identidade de um leitor com a linha editorial de um jornal. Imaginando-se, porém, uma maior proximidade ideológica desses 2.000 assinantes, seria razoável pensar que os outros 4 mil exemplares destinavam-se a pessoas próximas à DS, mas também a intelectuais próximos ao PT.

Outro aspecto interessante é que o **Em Tempo** vai cada vez mais se tornando um jornal de debates internos do PT. Nesse momento, chegou a ter uma seção intitulada “preto-no-branco”, que era um registro desses debates entre as correntes de esquerda expressas nos seus respectivos jornais.

À medida que o PT ia acomodando as tendências em seu interior, o jornal ia, também, clarificando sua função. Assim, o **Em Tempo**:

[...] não se propõe a substituir, em qualquer nível, a imprensa do partido. Não pretende ser nem um jornal de agitação, voltado para o consumo das amplas massas nem um “boletim interno” do partido.

A função do jornal Em Tempo como expressão de uma corrente marxista revolucionária do interior do partido, deve ser de analisar, propor e debater diretrizes de atuação, contribuir para a formação política e para o entendimento dos grandes fatos da luta de classes, nacionais e internacionais. A sua atenção permanente é de travar um diálogo político, aberto e não sectário, com toda a vanguarda ampla de militantes e ativistas que participam da construção do PT e da CUT (EM TEMPO, nº 216, contracapa)<sup>268</sup>.

Essa função declarada vem de encontro ao que agora passava a ficar explícito em relação à posição do jornal e de sua respectiva organização, DS. A luta interna para disputar suas posições no PT tomaria um novo sentido. Um

<sup>267</sup> EM TEMPO, nº 216, contracapa.

<sup>268</sup> Ibidem.

documento de circulação interna da DS, encontrado na sede do **Em Tempo** em Porto Alegre, intitulado “O passo necessário hoje: a construção do PT como partido revolucionário” e que provavelmente tenha sido escrito em 1987, informava que até agora a organização DS não tinha colocado suas posições por inteiro para a discussão no partido, pois acreditava que a vanguarda que compunha o PT não estava suficientemente amadurecida para esse debate, o que levaria ao estreitamento das discussões<sup>269</sup>. No entanto, a partir daquele momento, entendiam a importância de fazê-lo. Esse amadurecimento se dá a partir de uma análise de que:

[...] o setor majoritário da direção partidária começa a adotar elementos de um projeto de construção do PT como partido revolucionário, como ficou demonstrado na resolução sobre construção partidária aprovada no V Encontro Nacional, que assimilou muitas das concepções defendidas no partido pela DS. Vem ficando claro que a maioria das correntes internas do PT tem um caráter revolucionário, inclusive a maioria dos setores da própria corrente majoritária (DS – DEMOCRACIA SOCIALISTA [1987])<sup>270</sup>.

Nesse sentido, a organização DS via que a partir do V Encontro Nacional do PT ocorrera um deslocamento das discussões de caráter tático para uma mudança de qualidade na discussão para questões estratégicas, ou seja, o PT passava a dar um peso maior aos debates, tais como: que tipo de partido revolucionário queriam construir; qual a estratégia para a *revolução brasileira*; e qual a concepção de socialismo que defendiam<sup>271</sup>.

A organização anunciava, então, que o seu papel no interior do partido deveria sofrer mudanças. Que apesar da conjuntura ser, ainda, contraditória e transitória, o seu papel não era mais o de pura e simplesmente construir o PT, no sentido de “[...] criar as condições para a sua evolução futura rumo a um partido revolucionário”, mas sim, a partir daquele momento: “deve ser de contribuir para criar a direção capaz de efetivar a passagem do PT a um partido revolucionário e de nos colocarmos em condições de contribuir decisivamente para a resolução dos grandes problemas de uma nova etapa do partido” (DS –

<sup>269</sup> DS – Democracia Socialista. **O passo necessário hoje:** a construção do PT como partido revolucionário. Documento de circulação interna encontrado na Sede do jornal Em Tempo, Porto Alegre. [1987].

<sup>270</sup> Ibidem.

<sup>271</sup> Ibidem.

DEMOCRACIA SOCIALISTA [1987])<sup>272</sup>.

Essa direção não seria hegemônica necessariamente pela organização DS. Seria uma direção que unificaria o conjunto dos setores revolucionários do partido para que, então, o partido conduzisse as massas num caráter subversivo e com objetivos políticos e não institucionais, para a ruptura revolucionária e a destruição do Estado burguês<sup>273</sup>.

Esse processo se consolidaria tanto com a regulamentação das tendências no interior do partido, quanto pela proporcionalidade<sup>274</sup>, que garantia a participação das tendências minoritárias no Diretório Nacional, fazendo cada vez mais a organização DS ser uma corrente organizada no interior do partido e integrante de sua direção. E dentro de uma perspectiva teórica própria, viam o PT como o caminho para a *revolução brasileira*, ou seja, entendiam o partido como sendo estratégico.

Fica claro, porém, como esses intelectuais se colocavam de forma coadjuvante, sem reivindicar a direção direta do processo, e nem muito menos sua liderança. Tinham plena consciência de que não eram a maioria, e talvez até que nunca fossem ser, tendo em vista que não possuíam uma liderança expressiva de caráter nacional e muito menos uma base política em potencial<sup>275</sup>, mas acreditavam que de algum modo poderiam influenciar decisivamente no processo, estando e participando da direção do partido.

Nesse sentido, a função do jornal **Em Tempo** se relacionou com esse projeto político. Abandonando seu caráter de jornal de reportagens, tornou-se um jornal teórico de debate, de artigos e, sobretudo, de disputa interna das visões de construção partidária. Como produto jornalístico, era o resultado de uma articulação de ideias centralizadas, expressão de uma direção política, de uma vanguarda revolucionária nos moldes de uma organização leninista. É claro que o jornal também mantinha funções bastante práticas, desde ser um instrumento de aproximação de novos ativistas, quando o jornal era vendido

---

<sup>272</sup> Ibidem.

<sup>273</sup> Ibidem.

<sup>274</sup> O V Encontro Nacional do PT, realizado entre os dias 4 e 5 de dezembro de 1987 no Senado Federal, em Brasília, aprovou as seguintes questões: Resoluções políticas, Resolução sobre tendências e Resolução sobre proporcionalidade. In: DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 302.

<sup>275</sup> Nota-se, pela análise das fontes, que a organização DS nunca desenvolveu políticas específicas no sentido de construir uma base e uma liderança expressivas.

corpo a corpo, até se tornar um “organizador coletivo”, quando proporcionava uma estrutura profissional para aqueles intelectuais revolucionários que ainda não tinham representantes no parlamento que lhes garantisse a sobrevivência. Sem falar que a sede do **Em Tempo** e todas as suas sucursais espalhadas pelo país eram estruturas que proporcionavam a reunião e organização de seus militantes.

Assim, os intelectuais do **Em Tempo** construíram uma perspectiva sobre a *revolução brasileira* que pode ser caracterizada como uma revolução desencadeada pelas massas, principalmente proletárias, que através da greve geral e da direção do partido, realizariam as tarefas de implantação de um socialismo politicamente democrático e com controle dos meios de produção pelos trabalhadores. No entanto, esse processo estava em construção, não existiam condições revolucionárias ou pré-revolucionárias estabelecidas. Essa construção passava pela formação de um partido revolucionário nos moldes bolcheviques, cuja direção aglutinaria outras frentes leninistas existentes, sendo que não reivindicavam para si um protagonismo político. Esperavam, talvez como Vladimir e Estragon esperam Godot, que o partido revolucionário se estabelecesse, que o proletariado amadurecesse com as greves a ponto de desencadear a dualidade de poder e, então, que a situação revolucionária deixasse de fazer parte do plano futuro.

### 3.3 A TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA: OS INTELECTUAIS TRIBUNEIROS E A ESTRATÉGIA FLUTUANTE

Há não se sabe que doce mistério nesse mar, cujas as agitações suavemente terríveis parecem falar de alguma alma oculta lá embaixo, [...] as vagas devam subir e descer, fluir sem cessar; pois aqui milhões de penumbras e sombras misturadas, sonhos afogados, sonambulismos, devaneios, tudo o que chamamos vidas e almas jaz sonhado, sonhando sempre, revolvendo-se como pessoas adormecidas em seus leitos, que fazem, com suas inquietações, as vagas rolares para sempre.

(HERMAN MELVILLE, *Moby Dick*)

Esta parte do capítulo trata dos objetivos dos redatores do jornal **Tribuna da Luta Operária**, publicado durante os anos oitenta pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). O Partido Comunista do Brasil se originou de uma dissidência com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ocorrida em 1962. Com a nova sigla, o grupo dissidente que formou aquele partido o fez a partir da ruptura com a “Resolução de 1958 do PCB”<sup>276</sup>, que vinha na esteira do XX Congresso do PCUS (1956), tidos pelo PC do B como “revisionistas”.

Apesar de o PC do B sofrer duas cisões significativas em 1966 originando o PC do B-Ala Vermelha (PC do B-AV) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR)<sup>277</sup>, sua reorganização se deu principalmente com a incorporação, entre 1972 e 1974, de vários militantes da Ação Popular (AP)<sup>278</sup>. Além das divisões internas, também sofreu baixas promovidas pela repressão do regime militar no Araguaia, em 1972-74, e com o assassinato de alguns de seus líderes na Lapa em dezembro de 1976. Pode-se dizer que certamente todas as suas publicações, que não foram poucas, eram formas de organizar e planejar suas lutas em torno daquilo que tanto desejava: a *revolução brasileira*. Hoje, o PC do B integra o governo de Dilma Rousseff e mantém boas estruturas partidárias em grande parte do país, sendo que chegou a ter com Aldo Rebelo, a presidência da Câmara dos Deputados, entre 2005 e 2007.

A **Tribuna da Luta Operária** foi um jornal que nasceu e morreu no contexto dos anos oitenta. Com a perseguição infringida pelo regime militar sobre o PC do B, o jornal **A Classe Operária** – que era o órgão de imprensa oficial do PC do B e também o veículo de comunicação entre a direção e a base do partido – passava pela clandestinidade e circulava precariamente entre seus militantes. É por isso que, como já foi visto, durante os anos setenta, o

<sup>276</sup> PCB – Partido Comunista Brasileiro. Resolução de 1958. In: PC do B – Partido Comunista do Brasil. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000. p. 515.

<sup>277</sup> REIS FILHO, Daniel Ararão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.34.

<sup>278</sup> Segundo o documento “Análise crítica do processo de incorporação de segmentos que se desligaram de outras organizações e da Ação Popular”, embora a incorporação de ex-militantes das ligas camponesas, do comitê marítimo da Guanabara, dos militantes do PCBR, tenha sido significativa, foi o reforço do grande número de quadros da AP – no momento em que a repressão do regime militar tinha atingido profundamente o partido – que principalmente contribuiu para a reestruturação de 1975. In: PC do B – Partido Comunista do Brasil. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000. p. 349.

único canal de comunicação que ia além de seus próprios militantes era o jornal **Movimento**.

Nos anos oitenta, o PC do B iniciou a publicação da **Tribuna da Luta Operária**, que abria um novo caminho de comunicação entre o partido e a sociedade. Entretanto, na medida em que a democracia se consolidava no Brasil, no final dos anos oitenta, a **Tribuna** – apesar de estar em seu auge editorial, com periodicidade assegurada e uma boa qualidade gráfica – foi encerrada e substituída pelo **A Classe Operária**. Por esse motivo, é que parte desta pesquisa se voltou para esse último, já que a recepção dos acontecimentos da crise do socialismo internacional, iniciada em 1989, ocorreu através dele. No entanto, aqui neste capítulo, a investigação se debruçará prioritariamente na **Tribuna da Luta Operária**, e usará **A Classe** e outras fontes de forma complementar, para melhor compreender os debates acerca da *revolução brasileira*.

Dessa forma, durante os anos oitenta, o PC do B manteve os dois jornais em circulação. Até 1984, **A Classe Operária** era um jornal interno, sem nenhuma preocupação editorial, em folhas de ofício grampeadas ou dobradas ao meio, xerocado, com longos textos, e que costumava divulgar a hora e as frequências das transmissões da rádio de Tirana, da Albânia, para o Brasil<sup>279</sup>. A **Tribuna da Luta Operária** sempre foi caracterizada por uma boa qualidade gráfica e editorial e era totalmente voltada para um público de fora do partido, principalmente para a porta de fábrica.

Com o passar do tempo, a **Tribuna da Luta Operária** foi aumentando sua periodicidade e espalhando sucursais pelo país. Concomitantemente, melhorava sua qualidade editorial, permanecendo com o formato *standart* durante toda sua existência. Com reportagens curtas, muitas fotos, acompanhou em seus primeiros anos o processo de organização da classe trabalhadora e seus movimentos, abarcando predominantemente temas operários. Em 1980, inclusive, tinha um espaço intitulado “Fala Povo”. Além de

---

<sup>279</sup>A Albânia era o país que tinha o modelo de socialismo pretendido pelo partido, e com a repressão, muitos militantes do PC do B lá se exilaram. Dessa forma, criou-se, através da rádio de Tirana, um canal de comunicação do partido com os militantes aqui no Brasil. Por isso, anunciavam: “Ouça diariamente rádio de Tirana, ondas de 25 e 31 M das 7,00 às 7,30 HS, ondas de 31 e 42 M das 20 às 21 HS, 22 às 23 HS, ondas de 31 M das 23 às 23,30 HS”. In: A CLASSE OPERÁRIA: órgão central do Partido Comunista do Brasil, nº 147, maio-junho de 1981, ano XVII. p.39.



afirmar que 38% das cartas enviadas para o jornal eram de operários, chegou a sugerir a figura do operário-repórter, relatando que um jovem metalúrgico teria feito a cobertura completa do quebra-quebra de trens em Vila Matilde<sup>280</sup>.

Essa coluna expressava o desejo desses intelectuais em tornar o jornal a voz da classe trabalhadora, inclusive fazendo com que o próprio operário falasse através dele. Um jornal operário com a participação dos próprios operários. Se para esse tipo de redator não era possível imaginar-se como um “intelectual proletário”, talvez fosse possível a ideia de um “proletário intelectual”<sup>281</sup>. Essa perspectiva, porém, não foi duradoura, ela era mais conjuntural do que um projeto de fundo do jornal.

Com a redação instalada em São Paulo e sucursais em Contagem (MG), Lapa, (RJ), Salvador (BA) e em Porto Alegre (RS), a **Tribuna** era uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda., que tinha em 1980, no Conselho de Redação: Rogério Lustosa (diretor), Bernardo Joffily, Olívia Rangel<sup>282</sup>, Dilamar Aguiar, e o jornalista responsável era Pedro de Oliveira<sup>283</sup>. Segundo o relato de Carlos Pompe, colaborador do periódico que entrou no jornal em 1981, a **Tribuna** era dirigida pelo partido e não pela redação, que era tida apenas como um órgão auxiliar da direção, sendo que ora a redação se reunia com o presidente João Amazonas, ora ele a visitava<sup>284</sup>.

Dois anos depois de seu nascimento, a **Tribuna** comemorava seu aniversário triplicando sua tiragem inicial e prometendo passar, em 1982, de quinzenário para semanário<sup>285</sup>, promessa que realmente se concretizou. A divulgação da tiragem de 60.000 exemplares<sup>286</sup> refletia sua penetração nas fábricas e nos movimentos populares em geral, afirmando que existiam

<sup>280</sup> TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 51.

<sup>281</sup> Segundo Nelson Werneck Sodré, o socialista Gustavo de Lacerda caracterizava os jornalistas do final do século XIX como “proletários intelectuais”. Ainda segundo o autor, Lacerda já percebia a empresa jornalística como empresa capitalista e, portanto, os interesses contraditórios entre proprietários de jornais e jornalistas. Entretanto, “estes de forma alguma tinham condições proletárias, embora participassem dela sob alguns aspectos”. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 308.

<sup>282</sup> Segundo Carlos Pompe, o casal Bernardo Joffily e Olívia Rangel tinha trabalhado recentemente na rádio de Tirana, na Albânia. In: POMPE, Carlos. **Nós que nos amávamos tanto**. Portal da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTB, 03 de janeiro de 2009. Disponível em: <[http://portalctb.org.br/site/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=3467](http://portalctb.org.br/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3467)>. Acesso em: 2 fev. 2011.

<sup>283</sup> TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 22. p. 2.

<sup>284</sup> Ibidem.

<sup>285</sup> TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 51.

<sup>286</sup> Idem, nº 48, p. 8.

“tribuneiros”<sup>287</sup> que chegavam a vender 40, 50 e até 70 exemplares<sup>288</sup> de uma única edição em seu local de trabalho. Além disso, informava em uma campanha financeira a origem dos recursos que garantiam a sobrevivência do jornal, como: horas-extras de um metalúrgico de Minas Gerais, rifas, vendas de livros, coleta entre amigos, campanhas de arrecadação nos estados, doação do deputado Eduardo Pandolfi do PMDB-PE e mais 706 assinaturas<sup>289</sup>. No entanto, a venda propriamente dita, com os seus Cr\$ 30,00 de capa (para bancas) não era registrada. O que pode indicar que o preço deveria ser flutuante, e acredito que muitas vezes, provavelmente, a distribuição deveria ser gratuita, já que pelas informações contidas nessas prestações de contas, que eram publicadas com certa regularidade, as arrecadações eram mais relevantes que as vendas propriamente ditas.

A partir de 1982, portanto, a **Tribuna** não só se tornava semanal, mas ganhava mais uma cor além do preto e branco. Assim, em cada nova edição, o jornal trazia títulos ou em vermelho, ou amarelo, ou azul.

Apesar de ser um jornal predominantemente de reportagens curtas, existiam algumas colunas com um caráter mais teórico, como “Lições da luta operária”, que debatia questões de fundo para o partido, e que além dos editoriais, serviu de base para a interpretação acerca das visões sobre a *revolução brasileira*. Inclusive, em 1982 trouxe um debate sobre “A imprensa da classe operária”, situando os objetivos do jornal dentro das perspectivas conjunturais e revolucionárias segundo a compreensão do partido:

A aspiração espontânea dos trabalhadores em cada empresa e em cada bairro é a criação de um jornal local, que oriente as suas lutas imediatas, políticas e econômicas. Mas para forjar a consciência revolucionária da classe operária, para esclarecer os interesses comuns dos trabalhadores em todo o país, para unir o proletariado e todas as demais correntes populares e democráticas na luta pela liberdade rumo ao socialismo, é indispensável um jornal político nacional orientado pela teoria científica marxista-leninista (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 99, p. 7)<sup>290</sup>.

<sup>287</sup> Segundo Pompe, “tribuneiro” era um eufemismo para “comunista”. POMPE, Carlos. **Nós que nos amávamos tanto**. Portal da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTB, 03 de janeiro de 2009. Disponível em: <[http://portalctb.org.br/site/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=3467](http://portalctb.org.br/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3467)>. Acesso em: 2 fev. 2011.

<sup>288</sup> TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 51.

<sup>289</sup> Idem, nº 48. p. 8.

<sup>290</sup> Idem, nº 99. p. 7.

A primeira questão relevante e que chama a atenção, é a de o jornal ser voltado para o trabalhador da fábrica, mas que acabou indo além das suas demandas cotidianas, canalizando suas lutas na direção da liberdade, que provavelmente significava a oposição ao regime militar. A perspectiva era que numa primeira etapa, os setores “populares e democráticos” dariam cabo do regime militar-burguês, para numa segunda etapa criar as condições necessárias para o futuro socialismo.

Nesse contexto, o jornal adquiria a dimensão leninista-marxista como prática e teoria revolucionária. Contudo, buscava dialogar com a classe trabalhadora numa linguagem acessível, que tinha o papel de disputar a informação com a “grande imprensa”.

Assim como o jornal **Em Tempo**, em suas primeiras edições mantinha o formato *standart*, como a maioria dos jornais do centro do país, indicando a intenção clara de concorrer com os grandes jornais. Nesse sentido, a diferença em relação ao **Em Tempo** foi que enquanto no desenrolar dos anos oitenta, o **Em Tempo** era enxugado em sua periodicidade e logo deixaria de ser *standart* para se tornar tabloide, a **Tribuna** aumentou sua periodicidade e manteve seu formato inicial até o fim.

A **Tribuna** refletiu uma inflexão muito significativa nas perspectivas de *revolução brasileira* dos intelectuais comunistas, apontando para mudanças importantes em suas ações e que acabaram influenciando suas elaborações teóricas. Como por exemplo, a questão das classes sociais potencialmente revolucionárias.

Do caminho trilhado pela guerrilha do Araguaia (1972-1974) no sul do Pará, e que tinha uma natureza de classe a partir de: “[...] uma frente em expansão, procurada por camponeses sem terra e por gente que se dedica ao extrativismo e ao comércio, notadamente maranhenses, piauienses, cearenses, goianos, capixabas e mineiros” (MOURA, 1979, p. 18)<sup>291</sup>, para uma inserção, nos anos oitenta, basicamente urbana e proletária:

Atuando no movimento de massas, e em particular nas lutas do proletariado, o Partido tem crescido com o recrutamento de

---

<sup>291</sup> MOURA, Clovis (apresentação). **Diário da Guerrilha do Araguaia**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. p. 18.

novos militantes, ativistas desse movimento. Esse crescimento, ainda aquém das necessidades e possibilidades, vai tornando cada vez mais complexa a estrutura orgânica do Partido (A CLASSE OPERÁRIA, 1981, p. 16)<sup>292</sup>.

Essa nova conjuntura pressionava as visões de revolução do PC do B, e apesar de nesse momento ainda existir uma indefinição sobre a natureza de classe da *revolução brasileira*, é possível verificar que a classe trabalhadora ganhava importância crescente nas elaborações da **Tribuna**, em 1980:

A missão histórica da classe operária é atuar como força de vanguarda, dirigir esse movimento no rumo da libertação dos trabalhadores e de toda a sociedade. [...] Para efetivar seu papel de vanguarda, a classe operária precisa convencer disso os seus aliados, em primeiro lugar os mais firmes – os demais trabalhadores das cidades e do campo. Precisa também impor-se aos aliados vacilantes ou mesmo momentâneos. [...] contra o inimigo comum (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 23, p. 3)<sup>293</sup>.

Esse momento, que segundo a **Tribuna**, era de crise política, marcava o crescimento da organização dos trabalhadores urbanos e também mostrava uma abertura do discurso na direção de uma vanguarda que não era referida como sendo eles mesmos, como era comum, ou seja, o partido costumava afirmar ser ele o legítimo representante da vanguarda operária, mesmo quando acreditavam que a revolução iniciaria pelo campo. Portanto, a vanguarda poderia vir a ser a classe trabalhadora. Essa tendência é importante, porque coloca o movimento social no eixo da luta política e não apenas seus “representantes”. Mesmo assim, a **Tribuna** sempre apontava para a necessidade de uma aliança, agora liderada pelo movimento operário, na busca permanente de unidade contra o regime militar.

É por isso que a linha editorial da **Tribuna**, entre 1980 e 1983, costumava enfatizar a unidade do campo democrático, tanto dentro do movimento sindical quanto no parlamento. No movimento sindical, estiveram presentes tanto na organização de entidades nacionais como o Conclat, quanto dos movimentos pró-CUT. E no âmbito eleitoral, durante a fase de ilegalidade do PC do B, até 1985, atuaram dentro do PMDB. No entanto, o discurso de

<sup>292</sup> A CLASSE OPERÁRIA: órgão central do Partido Comunista do Brasil. Nº 147, maio-junho, 1981, ano XVII. p.16.

<sup>293</sup> TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 23, p. 3.

unidade era sempre posto à prova nas disputas com o PT, já que mantiveram um embate direto com esse partido no campo sindical, pela liderança do movimento, e também no campo eleitoral, já que o PT mantinha um atrito permanente com o PMDB. Na realidade, a convergência desses dois partidos só ocorreria em 1989, com a campanha presidencial.

A **Tribuna** debateu vários temas. A edição de setembro de 1980, além de cobrir o cortejo de Lydia Monteiro da OAB, morta em função do atentado a bomba contra a entidade, denunciava também com a manchete “Bombas não calam o povo” um ataque contra sua sucursal carioca, dentro da onda de ataques aos jornais alternativos e populares que foram característicos desse momento<sup>294</sup>. A **Tribuna** também trazia as versões do partido sobre a guerrilha do Araguaia, o chamado Massacre da Lapa, e por vezes, das posições do PC do B em relação a determinados acontecimentos.

No entanto, atravessou o jornal, durante esses seus primeiros anos, a campanha pela Constituinte, que seria (segundo o próprio jornal) o único meio de colocar o povo no debate para acabar com a crise econômica, sendo este movimento decisivo “na luta por um novo regime, democrático e popular, em marcha para o socialismo” (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 23, capa)<sup>295</sup>. A perspectiva do partido era garantir uma ampla unificação dos setores populares em direção a um grande movimento que garantisse a substituição do regime militar e a instalação de um governo provisório que convocaria uma Assembleia Constituinte<sup>296</sup>. No ano de 1981 em, “Liberdade para fazer a Revolução”, os redatores deixam claro quais os objetivos em tal movimento. Noticiando e denunciando a prisão dos líderes sindicais do ABC paulista, naquele ano, apontavam para a necessidade de a classe trabalhadora conquistar a liberdade através da ampliação dos espaços democráticos.

[...] os operários querem a liberdade precisamente para levar adiante e até o fim a luta pela sua emancipação social. Precisam dela para se organizar melhor, não só nos sindicatos, mas também no seu partido de vanguarda, comunista, marxista-leninista, para desenvolver a sua unidade de classe; para congregar em torno de si as amplas massas do povo

<sup>294</sup> TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 22, capa.

<sup>295</sup> Idem, nº 23, capa.

<sup>296</sup> Idem, nº18.

trabalhador [...] (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 33, p. 3)<sup>297</sup>.

Esse debate abriu uma linha bastante específica da atuação do partido no movimento operário, já que perdia espaços significativos para o PT que começava a liderar os grandes movimentos grevistas do ABC paulista, ao passo que a inserção do PC do B, via PMDB, durante sua clandestinidade, garantia-lhe uma via diferenciada em relação àquele partido que concorria diretamente com ele pela liderança do movimento operário. Assim, o partido fazia do parlamento um caminho que poderia propiciar a liderança do processo revolucionário, liderança que ele não tinha no movimento sindical, apesar de todos os seus esforços e iniciativas serem voltados para a classe trabalhadora, como a publicação da **Tribuna da Classe Operária**, por exemplo.

No texto “Os operários e as eleições” encontram-se algumas perguntas bastante reveladoras que apontam nesse sentido: “Na crise brasileira, por exemplo, qual pode ser o estopim? A luta grevista e sindical? A luta pela terra? As relações cada vez mais pesadas do domínio imperialista? E por que não uma crise no nível parlamentar?” (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 33, p. 3)<sup>298</sup>. Se se levar em conta o fato de que as possibilidades eleitorais para uma grande vitória de candidatos comunistas em 1982 que pudessem desestabilizar realmente o regime militar era bastante reduzida, e que ao contrário, o movimento grevista e sindical vinha em grande ascenso, indica bem a fragilidade de liderança do partido nesses movimentos, e uma certa prioridade na luta pela ampliação dos espaços democráticos como sendo o caminho mais adequado para o partido liderar um amplo movimento de ruptura. É, provavelmente por isso, que o caminho indicado para desestabilizar o governo era o movimento em prol de uma Assembleia Constituinte, sempre dentro da perspectiva de aglutinar o maior número possível de forças contra o regime militar.

A visão dos intelectuais tribuneiros no início da década de oitenta acerca da *revolução brasileira*, na prática, passava pela dificuldade de não terem construído grandes lideranças no seio da classe trabalhadora. Mesmo assim, o partido adquirira uma inserção proletária significativa, ou seja, teoricamente

---

<sup>297</sup> Idem, nº 33, p. 3.

<sup>298</sup> Idem, nº 34.

pareciam flutuar entre concepções dos anos setenta, e a força cada vez maior do movimento da classe trabalhadora dos anos oitenta, pois, em 1982, existia uma compreensão de que “A base principal da frente única na atual etapa da revolução é a aliança da classe operária com o campesinato” (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 90, p. 7)<sup>299</sup>. Isso porque: “Nesta etapa o alvo central do ataque da revolução é o latifúndio”. E “Com a vitória da revolução, para passar da democracia popular para o socialismo, haverá uma nova correlação de classes onde os camponeses ricos e a grande burguesia rural lutarão para manter o capitalismo no campo” (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 90, p. 7)<sup>300</sup>.

Apesar da necessidade dessa ampla aliança entre proletários, camponeses, camponeses ricos e burguesia rural, nesse dado momento da revolução democrática e popular, é interessante observar como o partido estava imerso na organização da classe trabalhadora, e muito pouco engajado na real formação de tal aliança. Apesar de os documentos demonstrarem sua prioridade, na prática, isso até poderia acontecer num movimento pró-Constituinte, mas o partido era basicamente um partido urbano. É como se o surpreendente crescimento do movimento dos trabalhadores do ABC paulista no início dos anos oitenta estivesse conduzindo o partido a uma nova rota para a *revolução brasileira*, ainda não muito bem definida, para um caminho novo que parecia estar desconectado com os antigos entendimentos do partido acerca das classes potencialmente revolucionárias no Brasil.

Se se analisa documentos como “O Golpe de 1964 e seus Ensinamentos”, de 1964, pode-se observar que o partido colocava o movimento camponês como chave para a revolução, atribuindo o Golpe de 1964 ao menosprezo que a esquerda teve com o movimento camponês, já que as ações políticas eram basicamente urbanas. “A frente única era vista mais em função da aliança do proletariado com a pequena burguesia e com a burguesia nacional do que com os trabalhadores do campo” (PC DO B, 2000, p. 70)<sup>301</sup>. Esse processo parece sofrer um deslocamento significativo nos anos oitenta. No informe político para o VI Congresso do PC do B, a partir de uma

---

<sup>299</sup> TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 90, p. 7.

<sup>300</sup> Ibidem.

<sup>301</sup> PC DO B – Partido Comunista do Brasil. O Golpe de 1964 e seus Ensinamentos (1964). In: \_\_\_\_\_. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000. p. 70.

análise das mudanças estruturais e conjunturais ocorridas no Brasil, como:

Houve relativo desenvolvimento do capitalismo. Instalaram-se novos ramos industriais, progrediu a indústria de base levando à formação de modernos parques industriais, surgiram poderosas centrais de energia elétrica. Alargou-se o sistema de transportes. Expandiu-se o comércio exterior. Multiplicou-se e diversificou-se a produção agrária. Esse fenômeno foi desigual para as diferentes regiões do país e provocou deslocamentos entre os vários setores industriais, declinando a participação relativa de alguns e aumentando a de outros (PC DO B, 2000, p. 279)<sup>302</sup>.

Essas alterações, tão bem percebidas pelos dirigentes do PC do B, provocaram, também, alterações nas forças de classe, altamente relevantes do ponto de vista revolucionário. Entretanto, mesmo entendendo que a influência da classe trabalhadora aumentava e que suas aspirações eram fundamentais para o processo político<sup>303</sup>, seguiam retomando a “justeza” do programa aprovado em 1962, para o que entendiam como sendo a realização da primeira etapa revolucionária, tendo como agentes:

Os operários e os camponeses, núcleo fundamental da unidade do povo, junto com estudantes, os intelectuais progressistas, soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas e outros patriotas (PC DO B, 2000, p. 299)<sup>304</sup>.

No entanto, para uma maior compreensão da *revolução brasileira* na posição dos intelectuais tribuneiros nesses três primeiros anos dos anos oitenta, é imprescindível a análise do documento aprovado no VI Congresso do partido em 1983: **Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária**. Nesse documento, se percebe a transição das posições defendidas para a guerrilha do Araguaia e as novas formas de atuação na conjuntura dos anos oitenta.

Inicialmente, o documento demarca os vínculos teóricos das formulações contidas no documento **Guerra popular – caminho da luta**

<sup>302</sup> Idem. Informe político ao VI Congresso do PC do B (1983). In: \_\_\_\_\_. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos de PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000. p. 279.

<sup>303</sup> Id., ibidem. p. 299.

<sup>304</sup> Ibidem.



**armada no Brasil**, que levou o partido à guerrilha no Pará, com as obras de Mao Tsé-Tung e a experiência chinesa. No entanto, o texto dos anos oitenta procura ressaltar a originalidade de seu programa na negação da sistematização do *cercos das cidades a partir do campo* – segundo o partido, um dos principais elementos da teoria maoísta. Para o partido, era necessária a coordenação das atividades revolucionárias entre o campo e a cidade<sup>305</sup>. É nesse sentido que o partido não aceitava a passividade da cidade em relação ao campo, segundo o documento:

O abandono das cidades para realizar o trabalho no campo nunca foi realizado pelo Partido. Se um ano e meio após o início da Guerrilha, as forças de repressão conseguiram golpear os comunistas em diversas das grandes cidades brasileiras, foi porque o Partido aí estava, realizando seu trabalho revolucionário junto à classe operária, às massas populares urbanas e as camadas democráticas. Mais de 80% das forças partidárias no período da resistência do Araguaia permaneceram nas cidades (PC DO B, 2000, p. 327)<sup>306</sup>.

É claro que o tom que procurava o distanciamento com o maoísmo se justificava pelo deslocamento das identidades internacionais do partido, da China para a Albânia. No entanto, o argumento central parece proceder. Porém, o que mais chama a atenção é como o documento se articula com a nova conjuntura dos anos oitenta. Para o partido, a “conquista de um regime democrático popular, rumo ao socialismo” era o centro de sua estratégia, e via a elaboração contínua de uma crise revolucionária, tanto em função do imperialismo quanto da própria exploração capitalista<sup>307</sup>.

Entretanto, passaram a negar a perspectiva da *guerra popular prolongada* do período anterior, sem nunca negar, é claro, a importância do papel dos camponeses no processo revolucionário. Propunham uma articulação entre a cidade e o campo, porém sem definir qual cenário teria primazia<sup>308</sup>. Essa dúvida certamente comprova o impasse entre antigos referenciais e a nova conjuntura brasileira vivida pelo partido.

---

<sup>305</sup> PC DO B – Partido Comunista do Brasil. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos de PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000. p. 314.

<sup>306</sup> Ibidem. p. 327.

<sup>307</sup> Ibidem. p. 335.

<sup>308</sup> Ibidem. p. 336.

Esse processo é bastante revelador, uma vez que a introdução do campesinato como força revolucionária sempre foi uma regularidade contida em países pouco industrializados. No entanto, à medida que o Brasil diversificava sua base produtiva, a classe trabalhadora urbana ia ocupando, lenta e cautelosamente, um lugar cada vez mais importante na teoria da *revolução brasileira* desses intelectuais comunistas.

O objetivo principal dos intelectuais tribuneiros e do próprio partido, em curto prazo, era a oposição ao regime militar. Tal objetivo ficava explicitado, inclusive, como tática dentro desse contexto de construção de unidade e de alianças.

Nesse sentido, reconhecendo as debilidades da chamada burguesia nacional, o partido a introduzia com certa cautela em seu programa, apontando para que a direção do movimento de massas nunca ficasse em suas mãos. Sobre a burguesia, em 1982, afirmavam: “É preciso saber combater as suas posições contra a revolução, mas ao mesmo tempo saber fazer os acordos táticos quando se manifestam a favor da democracia” (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 89, p. 7)<sup>309</sup>.

É interessante como esse texto, intitulado “Burguesia e Revolução”, trata dos limites da burguesia no que tange à primeira etapa da *revolução brasileira*, afirmando que até certo ponto a burguesia poderia apoiar a revolução em função das contradições que tem com relação ao imperialismo. Entretanto, demonstra que essa burguesia nacional seria historicamente oriunda do latifúndio; portanto, sua genealogia a colocaria numa posição “vacilante”. Inclusive segundo o artigo, durante o regime militar, parte dessa mesma burguesia nacional teria se associado ao capital monopolista.

A busca por setores da burguesia que lutassem pela democracia (o PMDB, por exemplo) parece revelar que aquele momento da luta se constituiria nos passos iniciais para abrir a primeira etapa da revolução, ou seja, pode-se concluir que a participação efetiva de uma parcela da burguesia na luta pela redemocratização fazia com que essa primeira etapa estivesse na ordem do dia. Logicamente, que associada ao crescimento do movimento operário, da crise econômica e da crise política instaurada no país.

---

<sup>309</sup> TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 89, p. 7.

Para uma melhor compreensão do entendimento e evolução da noção de *revolução brasileira* do partido e de seus intelectuais, encontram-se nas elaborações do jornal **A Classe Operária** elementos mais explícitos do discurso e dos objetivos desses sujeitos. Isto porque **A Classe**, como já foi dito, era um jornal voltado para os ativistas do partido; portanto, ele acabava revelando mais claramente as estratégias partidárias, assim como as identidades teóricas e internacionais. Na primeira metade da década de oitenta, o jornal mantinha todos os traços editoriais e gráficos da clandestinidade, com sua precariedade característica, sem identificar nunca nenhum militante ou responsável técnico. Tudo leva a crer que o caráter apócrifo era uma questão de segurança para seus editores.

Dentre as identidades teóricas encontram-se Marx, Lênin, Stálin e Hênver Hoxha. Chama a atenção especificamente um texto de Stálin, publicado no jornal que trata da questão do partido de vanguarda, e como a nota introdutória caracteriza o pensamento desse líder político:

A 5 de março Stálin faz trinta anos de morto. Neste período tumultuado da história do movimento comunista internacional, comprovou-se ainda mais a justeza de suas posições e da orientação marxista-leninista que defendeu e sustentou com sua firmeza revolucionária e seu talento de lutador da grande causa do comunismo (A CLASSE OPERÁRIA, nº 153, p. 18)<sup>310</sup>.

O texto de Stálin, apresentado no jornal e extraído de “Os Fundamentos do Leninismo” trata basicamente da questão da relação do partido com o movimento operário, apontando a necessidade de o partido estar à frente do movimento operário, rompendo com o espontaneísmo e levando o proletariado a enxergar os seus próprios interesses<sup>311</sup>. Essa mesma posição é novamente enfatizada quando afirmam que a classe trabalhadora deveria se organizar nos locais de trabalho e garantir o fortalecimento do partido de vanguarda, orientada pelas doutrinas de Marx, Engels, Lênin e Stálin<sup>312</sup>.

**A Classe** trazia muitos debates sobre a organização interna, o que certamente remetia a uma preocupação de alta relevância para a direção do PC do B. Um dos textos, inclusive, revelava as relações entre o Comitê Central

<sup>310</sup> A CLASSE OPERÁRIA. Órgão Central do Partido Comunista do Brasil, nº 153, p. 18.

<sup>311</sup> Ibidem.

<sup>312</sup> Ibidem, p. 10.

(nacional) e os comitês regionais, propiciando o entendimento das relações que se estabeleciam da direção com sua base. Segundo esse texto, no Pará, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro surgiam grupos dissidentes que faziam a exigência de que ocorressem maiores debates e que visivelmente estavam questionando as posições vindas da direção nacional.

**A Classe** informava que esses grupos tinham iniciado

[...] uma verdadeira campanha de descrédito e desconfiança no Comitê Central como forma de atingir a linha do Partido, sua história de 59 anos de lutas, e sua estrutura orgânica, baseada no centralismo-democrático, difundindo-se todo tipo de documentos e propostas claramente fracionista e liquidacionista [...] (A CLASSE OPERÁRIA, nº 149, p. 24)<sup>313</sup>.

Aqui, percebe-se um formato de partido tensionado por debates regionais e nacionais, e por uma estrutura de direção no modelo clandestino, que repassava tarefas e produzia um jornal de nível nacional que correspondia à “linha do partido” e da própria direção partidária, e por outro lado, grupos partidários regionais que procuravam ampliar os debates em busca de uma maior participação nas decisões do partido.

O centralismo-democrático, que nada mais era do que a centralização da base partidária com as decisões da direção, remetia ao texto de Lênin “Que Fazer”, que externa a preocupação de manter uma direção capaz de garantir a clandestinidade das decisões e assegurar, assim, que a estratégia revolucionária desenvolvida por ela não caísse nas mãos da polícia política<sup>314</sup>. Esse era, certamente, o modelo adotado pelo PC do B, e que de certa forma era compatível, naquele momento, com a conjuntura nacional dada pela repressão do regime militar – que ainda era vigente naqueles primeiros anos da década oitenta – e com todas as desconfianças, que não deveriam ser poucas, que o regime tinha com o partido. O que fazia da estrutura partidária do PC do B uma estrutura bastante vertical, sem permitir frações ou tendências. O jornal **A Classe** fazia parte dessa estrutura e cumpria essa função.

Em termos de identidade internacional, reafirmavam a Albânia de Hoxha como sendo o lugar do verdadeiro socialismo, sem crises, sem

<sup>313</sup> A CLASSE OPERÁRIA. Órgão Central do Partido Comunista do Brasil, nº 149, p. 24.

<sup>314</sup> LENIN, Vladimir. **Que fazer?** Estugarda: Editorial Dietz, 1902. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

desemprego, ou seja, a única zona realmente livre das influências capitalistas e revisionistas. O jornal **A Classe** também passou por muitas transformações e em sua capa, em 1985, era possível encontrar a identificação de cinco fases da publicação, que não serão abordadas aqui, mas vale o registro de que a partir dessa data, se iniciaria uma nova fase, em que o jornal ganhava novamente uma qualidade gráfica e editorial, também em formato *standart*, sendo que era uma publicação na qual aparecia, em seu expediente, apenas o nome de João Amazonas como jornalista e diretor responsável.

Pode-se, portanto, caracterizar a *revolução brasileira* na visão dos intelectuais tribuneiros, nessa primeira metade dos anos oitenta, como sendo uma revolução em duas etapas; a primeira, no contexto de uma grande aliança liderada pelo proletariado e camponeses, articulada com setores do exército (tal como a Revolução Russa de 1917), da classe média, pequena e média burguesia, numa perspectiva de construção de um poder popular e democrático, no contexto da crise política do regime militar e crise econômica geradas pelo capital monopolista, imperialista e pelo latifúndio; e, a segunda, através da revolução efetivamente socialista, liderada pelo proletariado e sua vanguarda.

Com esses objetivos que vão sendo alterados, colocam em xeque qualquer visão que aponte para uma espécie de “dureza” do pensamento desses comunistas, já que é possível perceber um processo de transição no discurso formulado que apontam como o partido ia se adaptando às novas circunstâncias do processo histórico do país. Contudo, é possível notar uma tentativa de sempre reafirmar os princípios originais que deram início ao partido e ao rompimento de 1962. Entre os anos setenta e oitenta, é possível observar um deslocamento discursivo, ora em prol dos camponeses, ora em prol da classe trabalhadora, embora essas duas classes sempre estivessem no centro da teoria revolucionária do PC do B. Todavia, é interessante notar como a teoria nos anos oitenta tendeu a adaptar-se melhor do que a prática, principalmente quando se percebe que as forças do partido estavam jogadas principalmente no movimento operário e muito pouco no movimento camponês que, segundo o entendimento do partido, era uma das forças propulsoras da primeira etapa da *revolução brasileira*.

Defendo aqui a ideia de que na medida em que não conseguiam construir uma liderança significativa no movimento sindical, foram, a partir de 1984, direcionando cada vez mais o foco na construção da aliança com a burguesia democrática.

A **Tribuna da Luta Operária** foi, assim, um dos principais instrumentos de organização e atração de ativistas, e ao mesmo tempo, a garantia de que as ideias e posições do partido circulassem minimamente na sociedade brasileira durante este período de clandestinidade partidária. É inegável que os modelos de jornais alternativos dos anos setenta acabaram influenciando muito esse periódico. Apesar de ter nascido nos anos oitenta, ele carregava ainda a perspectiva de oposição ao regime militar como uma prioridade e garantia um modo de esses intelectuais comunistas produzirem e publicarem textos que não seriam publicados em nenhum outro lugar.

É interessante observar também o vigor intelectual desses ativistas revolucionários, que produziram nos anos oitenta dois jornais e uma revista teórica, a **Princípios**. Esse vigor produtivo crescente denota o quanto a participação dos intelectuais foi importante para o crescimento e manutenção do Partido Comunista do Brasil. Um ativista vendendo um periódico era a garantia de um pretexto para abordar outras pessoas, mas sobretudo, uma forma de proporcionar a formação política desse ativista.

A **Tribuna**, a **Classe** e a **Princípios** eram, por assim dizer, um processo gradativo de informação e formação política, do popular ao teórico. Essas redações eram provavelmente a base da organização partidária do PC do B. Mais especificamente, a sede e as sucursais da **Tribuna** eram, também, de forma semiclandestina, a sede do partido. Era aplicada aí, a perspectiva leninista da imprensa como organizador coletivo.<sup>315</sup>

É interessante como a análise sobre o periódico permite que se tenha uma compreensão maior da aplicação da teoria revolucionária desses intelectuais de acordo com as mudanças conjunturais. O ano de 1984 é bastante representativo nesse sentido, já que o partido se engajaria, com todas as suas energias, na construção da aliança com a chamada burguesia, encarnada politicamente no PMDB, em prol do movimento das Diretas já e da

---

<sup>315</sup> Ibidem.

campanha pró Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. A estratégia visava reunir todas as forças democráticas contra o regime militar. O movimento de massas era a garantia do rumo para a primeira etapa da *revolução brasileira*. Os grandes comícios, infestados de bandeiras vermelhas e com milhares de cidadãos, assinalavam para essa possibilidade real.

Foi essa mesma perspectiva que levou os intelectuais tribuneiros a transferirem suas energias para o movimento pró Tancredo depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, que também era caracterizada por grandes comícios. Entretanto, na última metade da década de oitenta, tentaram essa mesma polarização sobre a Assembleia Constituinte, e nela encontraram imensas dificuldades para mobilizar as mesmas multidões em benefício de uma radicalização maior.

De qualquer forma, essa via mostra a especificidade da teoria aplicada à realidade, e como as caracterizações generalizantes às vezes se tornam pequenas perto da complexidade do processo histórico. Isto significa dizer que para o historiador, interessa mesmo é como esses intelectuais vão desdobrar sua teoria revolucionária de acordo com o desenrolar dos fatos, ou melhor, de determinada conjuntura. Neste sentido, o estudo do periódico permite uma visão praticamente total desse processo, nada estático e cheio de mudanças.

Em julho de 1984, o expediente da **Tribuna** apresentava no Conselho de Redação Rogério Lustosa, Bernardo Jofilly, Olívia Rangel, e o jornalista responsável continuava sendo Pedro de Oliveira. Não havia muitas mudanças, portanto, com relação às primeiras publicações do jornal, o que não significa que o periódico não tivesse outros colaboradores que não apareciam no expediente (como pode ser visto nas reportagens assinadas por intelectuais que não aparecem nele), sem falar no fato de que a linha do jornal era determinada pela direção do partido, representada com as visitas de João Amazonas à redação.

O que é realmente bastante expressivo é o crescimento das sucursais, que das cinco de 1980, agora agregava, além daquelas iniciais, mais duas em Alagoas; uma no Amazonas; além de Salvador, mais seis no interior da Bahia; uma em Brasília; duas no Ceará; duas no Espírito Santo; três em Goiás; uma no Maranhão; uma no Mato Grosso e outra no Mato Grosso do Sul; uma no Pará; duas na Paraíba; duas no Paraná; uma no Piauí; três em Pernambuco;

uma no Rio Grande do Norte; no Rio Grande do Sul, mais três além de Porto Alegre; no Rio de Janeiro, além das duas na capital, mais três no interior; uma em Roraima; sete em São Paulo; e mais uma no Sergipe<sup>316</sup>.

Como pode ser visto, o partido se consolidava nacionalmente e a expansão das sucursais da **Tribuna** garantia a instalação das estruturas físicas de um partido que lutava ainda pela legalização, e que num processo de abertura lenta conseguia estabelecer sedes com o nome do periódico.

Chama a atenção ainda o grande número de sucursais nas cidades baianas, paulistas e cariocas, para além de sua inserção na classe trabalhadora. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, que tentava restabelecer as eleições diretas para presidente, em 25 de abril de 1984, tornava-se bastante reveladora a campanha iniciada pela **Tribuna** em prol de um candidato único das oposições. No artigo “PT Insiste na Tese da Divisão” de Luís Fernandes, é relatado o debate dentro do PT que se colocava contra a participação do partido no Colégio Eleitoral e, ao mesmo tempo, que era contra a ideia do candidato único das oposições.

Nesse sentido, Fernandes demonstrava que ao ser contra a candidatura única das oposições e também apontar para o boicote do Colégio Eleitoral, o PT acabaria fortalecendo o governo e seus aliados<sup>317</sup>. A unidade das oposições e a ideia de reunir os setores democráticos perpassava a perspectiva da primeira etapa da *revolução brasileira* nas linhas da **Tribuna da Luta Operária**. A segunda edição de julho de 1984 trazia a manchete: “Amadurece o confronto Tancredo X Maluf”. A **Tribuna**, desse modo, seguia sua linha discursava de proximidade com o PMDB, marcada pela atuação do PC do B dentro do PMDB. Inclusive, articulavam uma frente parlamentar de caráter “progressista” de quarenta deputados dentro desse partido, chamada de “Tendência Popular”; dentre eles, estavam Miguel Arraes, Alencar Furtado, Francisco Pinto, Dante de Oliveira, João Herman, Haroldo Lima e Aldo Arantes (os dois últimos, ligados ao PC do B).

Nesse mesmo número, segundo a reportagem de Moacir Oliveira Filho “PMDB decide levar as ruas candidato único”, esse grupo articulou junto a Tancredo alguns compromissos em relação à Constituinte: soberania no trato

---

<sup>316</sup> TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 174.

<sup>317</sup> Idem, nº 178.



com a dívida externa e com a liberdade de organização partidária<sup>318</sup>. A perspectiva de promover amplos movimentos de massa, dando continuidade aos das Diretas já, agora em prol de Tancredo Neves, tinha provavelmente o objetivo de aprofundar essas mobilizações na direção revolucionária. Porém, tinham claro que se o processo de redemocratização fosse conduzido pela burguesia, mesmo que as vitórias democráticas fossem significativas, poderia ocorrer certo acomodamento da classe trabalhadora, o que por sua vez resultaria em desilusão frente à proporção da crise brasileira.

Dessa maneira, em dezembro de 1984, Rogério Lustosa, no texto “Independência Proletária” apontava a preocupação para que os movimentos da classe trabalhadora não se diluíssem dentro da democracia burguesa. Para tanto, era necessário que se discutisse e agitasse suas perspectivas,

Usando para isto todos os instrumentos – inclusive esta nossa **Tribuna Operária**. E, com base neles, colaborar para elevar o nível de organização das massas. Dar uma atenção particular às entidades e sobretudo aos sindicatos. Com base nesta atuação para dar consistência à ampla mobilização popular que se verificou durante este ano – é que se tornará realidade a presença do povo unido nos rumos do país (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 197, p. 5)<sup>319</sup>.

Dessa forma, as conquistas democráticas poderiam aguçar a luta de classes e garantir o processo de aprofundamento de mudanças radicais, ou seja, quanto mais se ampliassem as liberdades democráticas, maiores seriam as condições para se estabelecer uma nova etapa para a conquista do socialismo.

Na capa de janeiro de 1985, estampavam: “Últimos dias da ditadura militar – Nova Etapa na Luta do Povo”, e informavam que mais de 7,8 milhões de brasileiros tinham participado de comícios no ano anterior, e que a vitória de Tancredo Neves abria uma nova fase na luta da classe trabalhadora. O êxito desse movimento de massas, de certa forma, apontava para os acertos da linha política adotada pelo partido. Davam provas disso quando comentavam que as posições “divisionistas” do PT e da CUT, que não viam a mesma importância nesses movimentos que o partido, explicitam bem as diferenças

---

<sup>318</sup> Idem, nº 177, p. 3.

<sup>319</sup> Idem, nº 197, p. 5.

entre os caminhos acerca da *revolução brasileira* entre o PC do B e o PT.

É interessante a comparação: o PT (via CUT) chamara uma greve geral em 1984 que, segundo a **Tribuna** teria fracassado<sup>320</sup>. É bom também lembrar que o caminho do socialismo, para boa parte do PT, estava muito mais nas greves do que nas lutas políticas em torno das questões institucionais, pois ao contrário do PC do B, queimavam essa etapa da luta revolucionária. Naquele momento, portanto, dada a vitalidade do movimento de massa das Diretas já e pró Tancredo, e a “inoperância” do caminho petista, o PC do B parecia confirmar ainda mais sua perspectiva de *revolução brasileira*.

No final de 1985 e início de 1986, essa avaliação tornara-se menos positiva. A **Tribuna** informava que o que mudara, mesmo, era o regime político, sendo que os problemas econômicos permaneciam, e o chamado “entulho” autoritário também. É nesse sentido que o periódico reafirmava a necessidade de um amplo movimento pela Constituinte.

Entretanto, apesar desse relativo refluxo no eixo de sua estratégia, comemoravam a legalização do PC do B: “Pela primeira vez em 38 anos, os comunistas podem ter suas sedes, fazer suas reuniões à luz do dia, possuir suas bancadas e lançar candidatos, abertamente, democraticamente.” (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 247, p. 7)<sup>321</sup>. E procuravam, também, demarcar uma posição diferenciada do PT no movimento sindical, apoiando a criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) para o mês de março<sup>322</sup>. O PC do B sentia a necessidade de intervir fortemente no movimento sindical, e tinha de garantir um caminho próprio que pudesse ter maiores chances de liderança, já que a CUT era controlada pelo PT e naquele momento, suas estratégias seguiam direções distintas<sup>323</sup>.

Na edição de novembro de 1986, na comemoração de seu sétimo aniversário, a redação da **Tribuna** fazia um balanço bastante significativo de seu papel e de seus objetivos, procurando reafirmar a necessidade de sua própria existência. Tendo o número I sido lançado no dia 7 de novembro de

---

<sup>320</sup> Idem, nº 198. p. 6.

<sup>321</sup> Idem, nº 247. p. 7.

<sup>322</sup> Idem, nº 250. p. 3.

<sup>323</sup> É interessante que até hoje, apesar de terem uma maior proximidade com o PT em função das alianças com os governos Lula e Dilma, o partido mantenha esse tipo de política, tendo criado sua própria central sindical, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

1979<sup>324</sup>, reafirmavam seu caráter leninista com a perspectiva de que não poderia existir movimento de massas sem uma imprensa de massas. Afirmavam ainda que a **Tribuna** tinha o papel de municiar a classe trabalhadora e seus aliados na disputa com a grande imprensa, mas ao contrário desta, que se dizia neutra e no fundo defendia a classe burguesa, a **Tribuna** se assumia abertamente como jornal dos trabalhadores. Além disso, afirmavam a necessidade de ampliar e melhorar o jornal. Inclusive, isso já era uma tendência, indicando que as ideias de sua posição política estavam circulando com mais facilidade na comparação com o período anterior, e o público leitor também estava aumentando<sup>325</sup>.

Um ano depois, na edição de outubro/novembro, Lustosa recolocava a necessidade da imprensa revolucionária como uma exigência da revolução. Referia que no quadro da Nova República, aquele movimento que aglutinava setores da burguesia e camadas populares contra o regime militar teria se dispersado, e a classe trabalhadora ainda não conseguira construir sua unificação, marcada ainda por movimentos espontâneos. No intuito de seguir o projeto de reformulação do periódico, afirmava: “A construção desta imprensa não é fruto do capricho de algumas pessoas, e sim uma imposição da luta revolucionária.” (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 335, p. 5)<sup>326</sup>. Nesta afirmação, pode-se detectar sinais de uma provável tensão interna entre a possibilidade de se encerrar o jornal, para retomar **A Classe Operária** como um jornal de maior circulação, absorvendo os objetivos da **Tribuna**, o que realmente ocorreu em 1988.

O desencadeamento de um amplo movimento de massas que criasse condições revolucionárias e que fosse a continuidade dos movimentos das Diretas já acabou perdendo força. Ao mesmo tempo em que a burguesia brasileira conseguia evitar um processo de radicalização em torno dos debates envolvendo a Constituinte, o PC do B percebia que o bloco que tinha construído estava se dissolvendo e que o PT assumia cada vez mais o papel que anteriormente lhe pertencia (como PC). A falta de unidade era provavelmente dada por um processo de isolamento do partido como liderança

---

<sup>324</sup> Coincidindo com o aniversário da Revolução Russa de 1917.

<sup>325</sup> TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 289, p. 6.

<sup>326</sup> Idem, nº 335, p. 5.

da esquerda; a unidade reivindicada estava, na realidade, se consolidando dentro do Partido dos Trabalhadores, como partido de massas.

A busca de alianças com a burguesia na tentativa de provocar a abertura da primeira etapa revolucionária estava se esgotando na consolidação de uma Constituinte sem maiores mobilizações e radicalizações. Segundo Lustosa, em dezembro de 1987, acerca de um debate sobre a votação do regimento interno da Assembleia Constituinte: “Incorre em erro grave quem menospreza a atividade parlamentar. Mas sai igualmente dos trilhos da revolução quem imagina solucionar os graves problemas sociais por este caminho unicamente.” (TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, nº 341, p. 5)<sup>327</sup>. Apesar da desconfiança, projetavam aprofundar no plenário a ampliação de direitos e da própria democracia, em busca de obterem o apoio das massas e a resistência dos setores conservadores, na tentativa de uma polarização para que, no caso de uma tentativa de golpe, as massas voltassem às ruas<sup>328</sup>.

Na publicação de novembro de 1987, se encontra uma reportagem com João Amazonas, presidente nacional do PC do B. Em “A Revolução: uma tarefa da atualidade”, o resumo de uma intervenção em um ato público realizado em São Paulo, no sindicato dos aeroviários, em virtude das comemorações dos setenta anos da Revolução Russa. Ao rememorar alguns dos principais episódios da Revolução de 1917, Amazonas afirmava que apesar da grande vitória que essa revolução significou, ocorreram, também, retrocessos a partir do momento em que Kruschov tomou o poder na URSS, associado a setores do Exército Vermelho e da pequena burguesia. E que a *glasnost* teria sido uma continuidade do processo de retorno ao capitalismo iniciado por aquele governo. Entretanto, a revolução seria inevitável, e o capitalismo estaria no fim. Para tanto, era necessário unir e fortalecer o partido, que seria necessariamente o dirigente da revolução; que a investida dos setores conservadores da sociedade brasileira contra a Constituinte estaria criando as condições necessárias para a revolução. “O que é preciso é a conjugação entre o desenvolvimento dessa crise e a organização das massas e do partido, para resolvê-la favoravelmente ao povo.” (TRIBUNA DA LUTA

---

<sup>327</sup> Idem, nº 341. p. 5.

<sup>328</sup> Ibidem.

OPERÁRIA, nº 338, p. 3)<sup>329</sup>.

A **Tribuna** de janeiro de 1988 trouxe algumas reflexões sobre a *perestroika* e sobre o movimento comunista internacional. Em “Gorbachev pode tirar a URSS da crise?”, o jornal tece a continuidade de seu discurso em relação à URSS da época do rompimento com o PCB. Ou seja, segundo o jornal, a crise econômica e a estagnação tecnológica diagnosticadas por Gorbachev, na URSS teriam sido frutos das reformas capitalistas iniciadas por Kruschov, e que a *perestroika* apenas seria a continuidade dessa traição, uma vez que a Albânia, que nunca teria capitulado frente a esse tipo de reformas, nunca havia entrado em crise, ou seja, vivia um crescimento contínuo. Portanto, a crise não seria uma crise gerada pelo socialismo, mas pelas próprias reformas capitalistas introduzidas na URSS depois de Stálin<sup>330</sup>.

Todavia, chama a atenção o tom um tanto defensivo de Rogério Lustosa em “O esforço de reorganização do movimento revolucionário”. Segundo o autor, partidos comunistas estavam surgindo em meio a muitas dificuldades, numa “conjuntura de desesperança e desânimo”, sendo que no Brasil isso não seria muito diferente. A reconstrução sob o regime militar e o revisionismo teria causado grandes danos ao partido<sup>331</sup>.

Pode-se dizer que a ideia da *revolução brasileira* assumiu uma projeção muito clara no que os intelectuais tribuneiros entendiam como sendo a primeira fase da revolução, que se caracterizaria pela formação de uma aliança da classe trabalhadora com setores da burguesia democrática, interessada em acabar com o regime militar. Essas alianças foram, na prática, uma aproximação com o PMDB e todos os setores que se engajaram efetivamente nas mobilizações dos movimentos das Diretas já e pró Tancredo no Colégio Eleitoral. Depois, na Nova República, o eixo dessa mesma face da intervenção do Partido foi jogado para as disputas na Assembleia Constituinte. No entanto, dois elementos foram decisivos para uma certa guinada tática que se daria no ano de 1989: a liderança do PT nos movimentos sindicais e sociais e a baixa tensão em termos de luta de classes no interior da Constituinte, já que as massas foram muito menos para as ruas em torno das pautas da Constituinte

---

<sup>329</sup> Idem, nº 338. p. 3.

<sup>330</sup> Idem, nº 343. p. 2.

<sup>331</sup> Ibidem. p. 5.

do que o partido desejava.

Nesse sentido, nos anos oitenta, o intelectual tribuneiro flutuou – em busca de uma classe capaz de gerar a abertura de uma brecha para desencadear o início da primeira etapa da *revolução brasileira* – do trabalhador rural dos anos setenta ao operário do início dos anos oitenta, chegando, por último, à burguesia democrática representada pelo PMDB e suas demandas, a partir das Diretas já. Fica marcado, nessa estratégia flutuante, não só suas adaptações conjunturais, mas a própria visão de partido de vanguarda que seria capaz de interpretar a realidade brasileira e desdobrar políticas “corretas” na tentativa de criar condições revolucionárias, condições essas sempre baseadas na perspectiva de provocar movimentos de massa.

Apesar de nunca terem produzido um líder ou um grupo de líderes do partido que conduzissem, eles mesmos, esses movimentos de massa, entendiam-se como vanguarda, admitindo até uma posição momentânea de coadjuvante no processo político. Entretanto, sempre projetaram a ideia de que o PC do B seria o único partido realmente capaz de dirigir a revolução. É por isso que no centro de sua estratégia estava sempre o desencadeamento dos movimentos de massas, pois viam nas multidões em comícios um potencial efetivamente revolucionário e o caminho para encontrar a *revolução brasileira*. Os intelectuais tribuneiros navegaram, por assim dizer, por muitas águas, por muitos oceanos, tal como o capitão Acab em seu navio *Pequod*, em busca de Moby Dick.

Esses intelectuais estiveram imbuídos no trabalho árduo de levar à classe trabalhadora as principais teorias comunistas de forma sintética e didática, sempre adaptando a teoria aos acontecimentos presentes. Analisaram a realidade brasileira, denunciaram o regime militar, a crise econômica e as “vacilações” dos outros partidos políticos. Mas sobretudo, esses intelectuais não mediram esforços para seduzir a classe trabalhadora com o programa do PC do B.

A estrutura de partido leninista e a forma como aplicaram o centralismo democrático não permitia que as discussões internas saíssem do controle, e excluía os militantes que apontassem caminhos distintos daquele indicado pela direção, não permitindo tendências internas. Produziram um discurso que refletia o da direção partidária, e as mudanças internas que ocorreram partiam,

assim, da correção de rumos dada pela própria direção.

Sem nunca menosprezar o ofício do intelectual revolucionário, na medida em que depositavam grande prioridade no partido de vanguarda, colocavam-se sempre como agentes do processo, entendendo-se num contexto de divulgadores e disseminadores de ideias marxistas, leninistas e estalinistas e, é claro, de suas próprias ideias.

#### 4 OS INTELLECTUAIS REVOLUCIONÁRIOS E A CRISE DO SOCIALISMO INTERNACIONAL

Neste último capítulo, pretendo compreender os processos de transformação ocorridos nas organizações revolucionárias pesquisadas. Procuo perceber como os intelectuais revolucionários dos jornais **Em Tempo**, **Convergência Socialista** e **Classe Operária**<sup>332</sup> foram influenciados pelas mudanças trazidas pela crise internacional do socialismo, iniciada a partir dos acontecimentos de 1989: o massacre dos estudantes chineses em Pequim e a queda do muro de Berlim. Tais acontecimentos culminaram na dissolução da União Soviética e no fim do socialismo na Europa, assim como no início do gradativo processo de transição do socialismo para o capitalismo na China. Por fim, pretendo também analisar as mudanças ocorridas nas perspectivas sobre a *revolução brasileira* nesses intelectuais revolucionários.

Esse processo abriu fissuras sem precedentes na esquerda brasileira, não tanto do ponto de vista eleitoral. Nesse aspecto, o pesquisador atento logo observará um crescimento. Falo aqui do ponto de vista ideológico e, mais precisamente, do ponto de vista da *revolução brasileira*. Tendo em vista que a *revolução brasileira* não era apenas uma construção teórica, mas sim, uma forma de apontar caminhos para a revolução, a crise internacional do socialismo significou o fim de uma época e o início de outra. Do ponto de vista teórico, agora, isso significou o arrefecimento das discussões acerca da *revolução brasileira*, e do ponto de vista prático, a mudança das ações para se chegar ao socialismo. Diria até que essa fase, que foi aberta em 1989, poderia ser comparada àquela do socialismo utópico, na qual a esquerda sabia aonde queria chegar, mas não sabia como.

Todavia, do ponto de vista pedagógico, talvez a esquerda nunca tenha acumulado tanto. Das experiências do século XIX à Revolução Russa, e dessa até Allende, muito se aprendeu sobre revoluções socialistas. O objetivo deste capítulo é justamente compreender como se dá a recepção dos

---

<sup>332</sup> Substituo aqui A Tribuna Operária pela Luta da Classe Operária, tendo em vista que o primeiro foi encerrado pelos motivos já explicitados anteriormente.



acontecimentos de 1989 e as mudanças que esses causaram nos intelectuais redatores dos jornais revolucionários da década de oitenta, nas suas percepções acerca da revolução.

Metodologicamente falando, apesar de os periódicos fazerem parte do objeto de pesquisa como resultado da produção dos intelectuais revolucionários, este capítulo se atém aos temas mais relacionados à questão da compreensão das visões sobre a *revolução brasileira*.

A desintegração da URSS e o colapso do socialismo no Leste europeu causaram transformações sem precedentes na história das organizações revolucionárias no Brasil. **Democracia Socialista, Convergência Socialista** e o **Partido Comunista do Brasil** tiveram uma receptividade diferente em relação aos acontecimentos no leste europeu, porém todos tiveram de reformular grande parte de sua teoria e prática revolucionária para se adequarem à nova realidade.

Como já demonstrei em estudo anterior, na dissertação de mestrado “A esquerda brasileira no contexto do Fim da Guerra Fria”, a esquerda brasileira, de modo geral (excetuando o PCB), a longa data, já tinham rompido grande parte de seus laços e identidades com a União Soviética. Esse processo pode ser historicizado a partir de dois acontecimentos:

1. O primeiro foi após a morte de Lênin, com a vitória de Stálin sobre Trotsky no governo da Rússia. Com isso, ocorrera a formação da Oposição de Esquerda liderada por Trotsky, que acabou gerando o seu posterior exílio no México. Tal fato proporcionou a primeira grande cisão do comunismo internacional e, no Brasil, propiciou a formação das primeiras organizações trotskistas na década de 1930, que deram início aos movimentos dessa tradição na esquerda brasileira<sup>333</sup>. Assim, os trotskistas negaram todo o modelo político

---

<sup>333</sup> “Com a volta de Pedrosa ao Brasil, em fins de julho de 1929, irá ocorrer um processo de homogeneização desse pequeno, mas seletivo, grupo em torno das teses de Trotski. O ambiente do grupo era de dispersão, sem nenhuma vinculação prática ao movimento dos trabalhadores, acarretando uma ação necessariamente teórica neste primeiro momento. Encerrada esta fase, os meses iniciais de 1930 viram nascer a primeira tentativa de organização política dos dissidentes: o Grupo Comunista Lênin (GCL), que agrupava parte da Oposição Sindical, parte dos signatários da carta de 2 de maio de 1928, os militantes da célula 4-R e elementos esparsos. Seus principais dirigentes, além de Pedrosa, eram Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, João Dalla Déa e Wenceslau Escobar Azambuja.”. KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO,

soviético após o domínio de Stálin. Em termos de URSS se identificaram, apenas, com o modelo de revolução e de partido revolucionário (leninista), e a partir dos escritos de Trotsky, com a defesa do chamado Estado operário soviético. O que significa dizer, em última instância, que os trotskistas defendiam a estrutura econômica da URSS, mas não o seu modelo político.

2. O segundo acontecimento foi o XX Congresso do PCUS (1956), que deu início às críticas ao modelo stalinista e gerou no Brasil uma importante secessão no PCB. O grupo majoritário do Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922, aderiu às críticas a Stálin e mudou o nome do partido para “Partido Comunista Brasileiro”, mas manteve a sigla “PCB”<sup>334</sup>. Por outro lado, o grupo minoritário, em 1962, continuou se identificando com o governo de Stálin; apropriou-se do nome original do partido, “Partido Comunista do Brasil”, mas criou uma nova sigla, o “PC do B”<sup>335</sup>. O novo partido caracterizou-se por uma crítica sistemática a política soviética, que segundo o PC do B, desde o Congresso de 1956, passou a apresentar traços capitalistas. Como será visto, depois desses acontecimentos, o PC do B identificou-se, primeiro, com o socialismo chinês, e depois, com o socialismo albanês.

Mesmo tendo em vista que esses acontecimentos causaram rompimentos com a URSS, é possível afirmar, por outro lado, que a Guerra Fria gerou uma condição de disputa pela hegemonia que acabou simplificando,

---

José Castilhos. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60** (vol. V). Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 120.

<sup>334</sup> “Ao substituir ‘do Brasil’ por ‘Brasileiro’, pretendia-se obviar uma das alegações da cassação judicial de 47, a de que o PCB não era um partido *brasileiro*, mas a Seção do Brasil da Internacional Comunista. A substituição se mostrou inútil, uma vez que o TSE não se impressionou com a alteração nominal e negou o registro”. GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Editora Ática, 2003.p. 37-38.

<sup>335</sup> “[...] os stalinistas argumentaram que o Comitê Central incorrera em infração de princípios, que o Programa e os Estatutos encaminhados ao TSE se afastavam no marxismo. [...]”. Articulado por Amazonas, Gabrois e Pomar, um protesto subscrito por uma centena de militantes encampou a argumentação e declarou assumir a defesa do verdadeiro partido comunista. Em fevereiro de 1962, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo conhecida pela sigla “PC do B”. Ibidem, p. 38.

grosso modo, todos os socialismos em torno do socialismo soviético. O socialismo soviético, portanto, tornou-se uma espécie de referência contra-hegemônica para a maioria dos socialistas do mundo, já que representava a maior força de polarização e tensão com o capitalismo dominado pelos Estados Unidos da América.

Além desse elemento conjuntural, um outro aspecto era determinante na formação teórica das organizações revolucionárias no Brasil: a Revolução Russa como modelo influenciava nos movimentos de esquerda brasileiros de várias formas. A mais importante funcionava como forma de ruptura com o capitalismo, além de ter contribuído com as práticas partidárias que se apresentavam como caminho para se alcançar o socialista.

Apesar de tudo isso, não significa que muitos partidos de esquerda no Brasil desenvolvessem outros tipos de identidades internacionais como alternativas ao socialismo soviético, como os referenciais de Cuba e da Nicarágua, ou mais distantes, como o caso do maoísmo chinês ou a Albânia. Levando em conta, porém, os acontecimentos posteriores, fica evidente que a ausência do Estado soviético enfraqueceu sobremaneira os socialismos dessas regiões, que se sobreviveram, como o caso cubano, estão absolutamente isolados, e representam muito pouca ameaça ao capitalismo internacional. O que significa dizer: por mais que as organizações revolucionárias estudadas mantivessem críticas ao modelo soviético, esse modelo era ainda o centro do poder socialista internacional, mesmo que essas organizações não admitissem isso conscientemente.

A crise internacional do socialismo se reflete nas organizações estudadas de dois modos: para o PC do B, era sinal do avanço do capitalismo; já para as correntes trotskistas, o socialismo avançaria com uma revolução política. Todavia, isto era apenas um discurso de superfície, permeado por inúmeras contradições que na maioria das vezes não eram explicitadas.

Nesse sentido, é necessária uma breve narrativa dos acontecimentos que levaram ao fim da Guerra Fria, e ao fim do socialismo no Leste europeu.

As críticas que começaram a abalar os regimes socialistas de forma mais incisiva foram na própria URSS, com as políticas de Gorbachev de reestruturação econômica e política (*perestroika*) e de transparência (*glasnost*), desde a última metade da década dos anos oitenta. Todavia, inicialmente, a

*glasnost* foi mais relevante que a *perestroika*, já que a criação de instituições do tipo ocidental de democracia teve um impacto maior nas transformações do que as mudanças econômicas vinculadas muito mais ao comércio exterior. Só depois é que essas instituições propiciaram a restauração capitalista no governo de Boris Yeltsin, na Rússia já desmembrada.

As fontes demonstram que o processo de *crise internacional do socialismo*, para os partidos de esquerda no Brasil, aprofundou-se com dois acontecimentos no ano de 1989: (1) A manifestação dos estudantes em Pequim, na China, em 3 de junho, com a intervenção militar das tropas chinesas na Praça Tiananmen (Paz Celestial); (2) O processo que iniciou em 4 de novembro na Alemanha Oriental, com uma manifestação convocada por grupos sociais com interesses particulares (intelectualidade) e que culminou com a derrubada do muro, cinco dias depois. Entretanto, estes fatos não representam a totalidade dos acontecimentos que levaram ao fim do socialismo, mas foram apenas a ponta do iceberg, tendo em vista que o processo de crise foi muito mais complexo e de muito maior alcance.

A *Perestroika* e a *Glasnost* foram de fundamental importância para recolocar a URSS no contexto do capitalismo, mesmo que se queira argumentar que estas não eram as intenções iniciais. Esses dois processos representavam, no fundo, um conjunto de críticas – decorrentes do esgotamento de um modelo – que se aprofundaram com problemas econômicos, sociais e políticos vividos na URSS desde a década de setenta. E ainda que fosse perceptível a estagnação na URSS nos anos oitenta, essas críticas só passaram a transformar efetivamente os paradigmas dos partidos de esquerda no Brasil, a partir dos acontecimentos de 1989. Essa crise do socialismo internacional é refletida no Brasil pelas profundas mudanças ocorridas na vida teórica e prática nas organizações revolucionárias no Brasil.

As mudanças promovidas por Gorbachev no intuito de criar uma estrutura política inspirada na democracia ocidental foram a base de uma transformação por cima, e foram as lideranças comunistas – e não as massas – as principais responsáveis pelo fim do comunismo soviético. Como demonstra Halliday (1999), a estagnação vivida na URSS não ameaçava as massas, que se não tinham um padrão elevado de vida, pelo menos não eram ameaçadas pelo caos econômico. Essa argumentação é bastante contundente

na medida em que demonstra ter sido a liderança soviética que, em termos comparativos, percebeu que a URSS não chegaria nunca a superar o desenvolvimento capitalista a partir do seu próprio modelo econômico. E uma vez que não existia possibilidade de superação e/ou extermínio do seu adversário histórico, a Guerra Fria passou a perder o sentido para essas lideranças.

Se as mudanças por cima geraram as condições para a eleição de candidatos críticos ao regime para o parlamento, por outro lado, não é totalmente correto afirmar que não houve manifestações populares, como a greve dos mineiros (na Sibéria e Ucrânia) e manifestações de caráter nacionalista (como na Lituânia). No entanto, seus efeitos foram insignificantes perto do desgaste do regime dado pela eleição de candidatos como Boris Yeltsin, este sim, um dos principais responsáveis para que o socialismo soviético fosse à bancarrota.

Os acontecimentos da China foram particularmente importantes na medida em que serviram como instrumento de propaganda do capitalismo para reafirmar à comunidade internacional que o socialismo estava sendo fortemente rejeitado pelo povo. Já o caso da Alemanha Oriental era muito mais problemático para a esquerda mundial, pois os movimentos expressavam o desejo pelo fim do regime socialista e a volta do capitalismo. É de se destacar que ainda assim, o governo na Alemanha Oriental não foi derrubado na relação direta com aqueles acontecimentos, mas a partir da ideia da reunificação, já em 1990.

O caminho para o fim da Alemanha Oriental começou a ser pavimentado em 1988, quando a URSS fechou um acordo que prometia não intervir mais para manter os regimes comunistas na Europa, dentro do mesmo quadro de percepção da necessidade soviética de pôr fim à guerra fria. As pressões do capitalismo sobre os alemães orientais foram tremendas, com um discurso calcado na ideia de que, finalmente, o capitalismo tinha ultrapassado o modelo econômico socialista do ponto de vista das conquistas tecnológicas. Os vetores dessa propaganda foram principalmente a música pop, que atingia diretamente a juventude, e a TV: para os alemães orientais, o mundo capitalista se apresentava muito mais sedutor que o comunista; e, se na República Democrática Alemã (RDA), os movimentos anticomunistas tiveram um caráter

popular, este foi influenciado pela possibilidade de consumir mercadorias inexistentes ou sem acesso no mundo comunista. A pressão exercida pela Alemanha Ocidental também foi determinante no desfecho dos acontecimentos, destacando-se a importante atuação de Helmut Kohl nas eleições da RDA e na campanha a favor da unificação.

Uma análise de profundidade sobre a crise do socialismo e o fim da guerra fria no contexto de uma revolução conservadora é necessária: além dos já citados acontecimentos, o fim do socialismo no leste europeu no último semestre de 1989, como na Hungria, na Tchecoslováquia, na Bulgária, na Romênia e na Polônia, e no outro ano na Albânia e Iugoslávia<sup>336</sup>, demonstrava que as expectativas da esquerda brasileira em relação ao futuro do socialismo, com raras exceções, estavam totalmente equivocadas. É interessante notar que aquela avaliação positiva (a conquista da democracia nos países socialistas) feita pela maioria da esquerda brasileira refletia a sua relutância em admitir que o socialismo estivesse à beira da falência e, por ironia, provavelmente este último aspecto levantado seja uma das maiores expressões dessa crise.

Entretanto, quando os partidos de esquerda no Brasil tomaram consciência, em 1991, que o socialismo na URSS estava terminando, acabaram tomando diversas iniciativas no sentido de reorganizarem e redefinirem vários elementos de suas práticas e paradigmas.

Talvez o exemplo mais revelador desta discussão seja o caso da Polônia, onde o sindicato Solidariedade foi responsável pelo fim do socialismo. A profundidade disso é que o Partido dos Trabalhadores apoiava o movimento Solidariedade, o que o forçou a buscar os motivos da crise em outros acontecimentos mais “visíveis” e menos comprometedores. Assim, cada partido de esquerda no Brasil modulou o seu discurso segundo a necessidade de justificar velhas posições.

Na Polônia, ao contrário da maioria dos países socialistas que entraram em crise, existia uma oposição organizada, mas a transição para o capitalismo também foi negociada e gradativa. Nas eleições polonesas, os candidatos apoiados pelo sindicato Solidariedade imprimiam uma grande derrota ao

---

<sup>336</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Dez anos que abalaram o século XX**: a política internacional de 1989 a 1999. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

Partido Operário Unificado da Polônia (POUP), que acabou convidando lideranças do Solidariedade para participarem do governo. O interessante é que em agosto de 1989, o Solidariedade havia tomado o poder na Polônia, mas este fato não causou grande impacto na esquerda brasileira. O PT, que apoiara o Solidariedade, sequer teve tempo de comemorar tal vitória. Ao contrário, os acontecimentos apontavam para outra direção, e contraditoriamente, grande parte da esquerda seguia imaginando que 1989 era um ano de vitórias para o “socialismo democrático”. Entretanto, como será demonstrado, esse discurso não correspondia aos fatos. E só em 1991 é que a maioria dos partidos de esquerda brasileiros enxergou esse processo com mais clareza.

Ao longo da história das organizações de esquerda no Brasil e da América Latina, a solidariedade internacional aos países socialistas foi uma das suas principais características; ao mesmo tempo, a influência do socialismo soviético sobre as políticas dessas organizações é expressa de várias formas no decorrer de suas histórias. É por isso que a crise do leste europeu representou um dos acontecimentos mais dramáticos da história das organizações revolucionárias no Brasil.

Por mais que alguns setores da esquerda tenham criticado os modelos de socialismo no leste europeu (como no caso do Partido dos Trabalhadores), encontram-se referências importantes, como visitas de seus militantes em cursos realizados na Alemanha Oriental ou, ainda, como exemplo mais forte, o Partido Comunista Brasileiro, que refletiu todas as principais crises do PC soviético em sua estrutura interna, chegando até a aceitação de políticas liberais, como foi o caso de Roberto Freire, em 1995.

O caso do Partido Comunista do Brasil se apresentou de forma mais singular, pois mantiveram uma identidade basicamente histórica com o regime soviético do período estalinista, rompendo com o movimento “revisionista” que prevaleceu após a morte de Stálin. Todavia, preferiu o golpe “revisionista” de 19 de agosto de 1991 contra o governo de Gorbachev, a apoiar a restauração do capitalismo na URSS. O que demonstra um fio de continuidade com o que chamaram de “revisionismo” pós Stálin.

Para o enfrentamento da dificuldade de um estudo que pretende revelar a crise das organizações revolucionárias no contexto da crise internacional do socialismo, bem como verificar como esses fatos externos contribuíram para

uma mudança da perspectiva da *revolução brasileira*, torna-se necessário verificar o grau de relevância do interesse dessas organizações revolucionárias pelos fatos que levaram a essas transformações internacionais.

Ou seja, é necessário verificar até que ponto essas organizações foram absorvidas por uma autoanálise capaz de colocá-las num estado amorfo frente à questão da revolução. Mas também é necessário encontrar uma perspectiva histórica das posições construídas no decorrer da formação dessas organizações, que as tenham levado a tomar as posições que tomaram frente ao colapso do socialismo mundial.

#### 4.1 A CRISE DO SOCIALISMO NAS PÁGINAS DO EM TEMPO

Em 1988, o Conselho Editorial do jornal **Em Tempo** era composto por: Álvaro Melo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont e Régis Moraes. Além de agora não informarem mais quem seria o redator chefe, o periódico tornara-se mensal, e não apresentava nenhuma grande expansão em termos de sucursais.

Em mais uma campanha para aquisição de novas assinaturas, em maio de 1989, indicavam que o mensário passaria de doze para dezesseis, e de dezesseis para vinte páginas<sup>337</sup>. Isso demonstra que o jornal perdera, ao longo de sua história, muito de seu vigor desde que era um semanário no final dos anos setenta. Ou seja, de semanário passou a quinzenário, e logo para mensário, tendo sua periodicidade ameaçada e chegando a ter doze páginas.

Certamente, os problemas financeiros foram o principal determinante nos enxugamentos realizados para manterem o jornal que, de certa forma, em 1989, parecia estar adquirindo um novo fôlego com suas vinte páginas. Porém, um outro elemento pode apontar para a diminuição do vigor produtivo desses intelectuais. Era um momento em que muitos de seus ativistas e lideranças estavam assumindo lugar na chamada institucionalidade<sup>338</sup>, como foi o caso de

---

<sup>337</sup> EM TEMPO, nº 234, p. 3.

<sup>338</sup> Aqui uso esse termo para designar os poderes de Estado, especificamente o Legislativo e o Executivo.



Raul Pont, o principal líder da organização DS, e um dos principais redatores do **Em Tempo**, que inclusive chegou a ser seu diretor de redação.

Raul Pont iniciara sua vida política no movimento estudantil, tornando-se presidente do DCE da UFRGS em 1968, e a partir de 1973 participara do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), ligado ao MDB. Além de ter participado da criação do jornal **Em Tempo**, fora professor universitário. Em 1986, elegeu-se deputado estadual constituinte, e em 1990, deputado federal. Isso, entretanto, era apenas um pequeno indício de que o lugar em que esses intelectuais produziam suas ideias estava mudando, e talvez esse fato tenha contribuído para mudanças no periódico.

Tais mudanças não ocorreram tanto do ponto de vista da estrutura e da impressão, mas provavelmente em seus objetivos. Significa dizer que a partir da última metade dos anos oitenta, o jornal não era mais o principal meio de esses intelectuais fazerem circular suas ideias. O processo de redemocratização estava abrindo um campo bastante significativo para a atuação desses sujeitos, para muito além da redação do jornal **Em Tempo**.

Esse processo pode ser visto a partir de uma dupla perspectiva: uma relacionada ao processo de consolidação do processo democrático, que reabriu portas para a atuação desses intelectuais no meio social, e também, a partir das mudanças ocorridas com a crise internacional do socialismo no final da década, que fez alterar suas perspectivas de *revolução brasileira*.

Ainda em 1984, em sua primeira visita ao Brasil, o intelectual belga e principal pensador da IV Internacional (SU) Ernest Mandel<sup>339</sup> apontava várias questões sobre a conjuntura internacional e as possibilidades revolucionárias nos anos oitenta. Como já foi demonstrado alhures, a IV Internacional trabalhava com a perspectiva de um processo revolucionário dado em três circunstâncias específicas, os três setores da revolução: América Central, Leste Europeu e regiões industrializadas capitalistas. Elaborando uma perspectiva promissora para o proletariado internacional (já que, segundo

---

<sup>339</sup> Ernest Mandel nasceu em 5 de abril de 1923, em Frankfurt. Com 17 anos, em plena Segunda Guerra Mundial, aderiu à IV Internacional, em 1940, dois anos depois de sua fundação. Após a Bélgica ser invadida pelos nazistas, Mandel integrou-se à resistência. Depois de ter sido preso e ter fugido duas vezes dos nazistas, participou da conferência clandestina da IV Internacional, em 1944. Em 1946, no primeiro Congresso da Internacional no pós-guerra, Mandel foi eleito membro do Secretariado Internacional, permanecendo em sua direção após a cisão de 1953, e desde a reunificação em 1963 é membro do Secretariado Unificado. EM TEMPO, nº 224, contracapa.

Mandel, as condições para a revolução não eram tão positivas para o proletariado internacional desde a Primeira Guerra Mundial), defendia essa perspectiva porque, segundo ele, ocorrera uma recomposição do operariado internacional, em função do:

[...] crescimento numérico da classe operária internacional, aumento da qualidade e da cultura operária, crescimento da autoconsciência operária. E estes são temas que não têm nada a ver com as opiniões subjetivas dos intelectuais derrotistas da esquerda frustrada com as derrotas do estalinismo e do reformismo em retrocesso (EM TEMPO, nº 190, p. 9)<sup>340</sup>.

Pode-se observar, portanto, como era clara a ideia de acúmulo quantitativo e qualitativo para o movimento dos trabalhadores, e que essas perspectivas favoráveis só poderiam ser questionadas por intelectuais frustrados com as experiências estalinistas e social-democratas. O que, obviamente, não era o caso da IV Internacional. Ao contrário, Mandel via, por exemplo, na Revolução Nicaraguense, o processo mais próximo daquilo que sua corrente tinha pregado por décadas: pluralismo político, liberdades políticas e a democracia proletária e socialista<sup>341</sup>. Ao mesmo tempo, percebia o movimento do sindicato Solidariedade, com os seus dez milhões de operários na Polônia, como expressão da maturidade política do proletariado, e não enxergava retrocesso algum em direção ao capitalismo. Exemplificava, inclusive, que os operários poloneses mostravam seu compromisso com o movimento socialista internacional ao boicotarem o envio de carvão para a Inglaterra, para se solidarizarem com os mineiros grevistas ingleses<sup>342</sup>.

Essa questão da Polônia será analisada mais à frente; o que chama a atenção aqui nesta exposição é a reflexão sobre o caso brasileiro, quando Mandel afirma que o surgimento do Partido dos Trabalhadores era a maior prova da recomposição do proletariado, já que:

São Paulo é hoje a maior cidade proletária do mundo. São Paulo com o ABCD é a concentração de assalariados maior do mundo. E que nesta cidade tenha emergido esta nova organização operária, é um fenômeno que confirma a

---

<sup>340</sup> EM TEMPO, nº 190, p. 9.

<sup>341</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>342</sup> Ibidem, p. 9.

tendência universal (EM TEMPO, nº 190, p. 9)<sup>343</sup>.

Nesse sentido, Mandel exemplifica como os três setores da revolução mundial se fortalecem dentro das perspectivas da IV Internacional. A exposição de Mandel, um dos principais pensadores do SU, cujas interpretações sobre a *Perestroika* tiveram importância significativa no meio intelectual da esquerda, serve como pano de fundo para compreender o início das leituras que esse setor da esquerda realizou em relação à primeira metade da década de oitenta, para então cotejar com o processo que se acentua no final dessa década: a crise internacional do socialismo, que põe por terra todas essas perspectivas positivas da *revolução brasileira* e mundial.

Entretanto, os acontecimentos propriamente ditos teriam impacto diferenciado na esquerda brasileira. O suporte teórico de cada organização cria uma receptividade própria para cada uma delas. No caso da DS – **Em Tempo** –, os acontecimentos são analisados à luz do aprofundamento da revolução política prevista por Trotsky na URSS<sup>344</sup>. Trotsky defendia o Estado operário criado em 1917 com a Revolução, mas defendia a necessidade de uma revolução dentro da revolução para eliminar a burocracia que, segundo ele, apresentava traços burgueses<sup>345</sup>.

Em sua segunda visita ao Brasil, entre os dias 5 e 15 de março de 1988, Mandel percorreu as capitais mais importantes do país e debateu suas impressões sobre a *Perestroika* e a *Glasnost* de Michael Gorbachev. Segundo o **Em Tempo**:

O início de liberalização política na URSS reforça as chances da construção da democracia socialista, da revolução política e,

---

<sup>343</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>344</sup> Apesar de defender uma revolução política na URSS, Trotsky também imaginou a possibilidade da restauração do capitalismo naquele país: “Ninguém negou nunca a possibilidade – particularmente no caso de uma decadência mundial prolongada – da restauração de uma nova classe proprietária originária da burocracia. A atual posição da burocracia, de que por meio do Estado, tem ‘em certa medida’ as forças produtivas nas suas mãos, constitui um ponto de partida de extrema importância para um processo de transformação. Trata-se, no entanto, de uma possibilidade histórica e não de algo já realizado” TROTSKY, Leon. Em defesa do marxismo. Datacopy Editoração Ltda.p.144.

<sup>345</sup> “Marx escrevia que no primeiro período de sua existência, as normas burguesas de distribuição subsistem no seio do Estado operário. É preciso meditar nesta idéia, a fundo. O próprio Estado operário, enquanto Estado, é precisamente porque nele permanecem vigentes as normas burguesas de distribuição. A burocracia representa o órgão dessa distribuição. Isto significa que a burocracia, inclusive a mais revolucionária, representa, até certo ponto, um organismo burguês no Estado operário.” Idem. p.153

portanto, do avanço de toda a revolução mundial. Por isso, mais que nunca, Mandel está otimista, cheio de vibração e de esperança (EM TEMPO, número 224, p. 8)<sup>346</sup>.

As possibilidades de mudança na perspectiva da IV Internacional não eram exatamente atribuídas a Gorbachev, apesar de muitas vezes isso não ficar muito claro no discurso de Mandel. Provavelmente, as análises de Mandel e da IV Internacional enxergavam uma brecha na *Glasnost* e isso fica explicitado quanto à preocupação (bastante relevante, em relação à liberalização política) com a questão da liberdade de imprensa<sup>347</sup>, e até a reabilitação daqueles que foram perseguidos por Stálin<sup>348</sup>.

Do ponto de vista econômico, Mandel identifica esse processo vertical de mudanças – no caso da URSS, não se nota um movimento popular ativo que ameace o sistema – como inevitável, e como única forma de garantir que a economia soviética em crise, desde a estagnação iniciada com Brejnev, não explodisse. “Como a ‘perestroika’ responde, portanto, a uma necessidade imperiosa, é irreversível.” (EM TEMPO, nº 224, 1988, p. contracapa)<sup>349</sup>.

Em agosto de 1988, o **Em Tempo** anunciava em sua capa o XIX do PCUS e em suas páginas analisava os processos de mudança que ocorriam na URSS. Ao mesmo tempo em que criticava a política externa soviética – que afirmava que o Terceiro Mundo permaneceria capitalista por um bom tempo – e seus laços com os EUA, elogiava elementos como a reabilitação da “Primavera de Praga” e a readmissão de meio milhão de comunistas ao partido.<sup>350</sup>

Provavelmente, os intelectuais do **Em Tempo** viam na *Perestroika* um elemento de urgência, de salvação da economia socialista, mas é na *Glasnost* que realmente acreditavam, colocando em movimento suas interpretações no sentido de que essa abertura poderia proporcionar a organização independente do povo, do proletariado, enfim, das massas revolucionárias; e que esse seria o ponto de partida para uma revolução política<sup>351</sup>.

<sup>346</sup> EM TEMPO, número 224. p. 8.

<sup>347</sup> “Hoje, segundo Mandel, há uma imprensa mais diversificada, mais crítica do que nas ‘democracias capitalistas’. A censura diminuiu drasticamente.” EM TEMPO, nº 224, p. 8.

<sup>348</sup> No dia 4 de fevereiro deste ano, a corte suprema da União Soviética reabilitou oficialmente Nicolai Bkharian e seus 19 camaradas condenados pelo terceiro “Processo de Moscou” em março de 1938. EM TEMPO, nº 224, 1988, p. contra-cap

<sup>349</sup> Ibidem.

<sup>350</sup> EM TEMPO, nº 228. p. 7.

<sup>351</sup> Ibidem. p. 6.

Para o Brasil, esse processo se apresenta de modo muito parecido e dentro do mesmo contexto geral de interpretação: o momento político é caracterizado de forma positiva e de acúmulo para a *revolução brasileira*, ao mesmo tempo em que a conjuntura nacional é vista a partir da ótica da “crise nacional” e que essa poderia ser o início de uma ruptura maior.

Ao mesmo tempo, cada vez mais, um intelectual ia assumindo um papel diferenciado na DS e nas páginas do **Em Tempo**: Juarez Guimarães se tornaria o principal pensador e elaborador da *teoria da revolução brasileira* deste segmento da esquerda revolucionária.

As interpretações de Juarez Guimarães partiam de três elementos: eleições presidenciais, administrações municipais do PT e a crise econômica. Segundo Guimarães, o Brasil já passara duas vezes por uma “crise nacional” – uma em 1930 e outra em 1964. No entanto, no início de 1989 se constituía uma situação *sui generis*, já que em 1930 o proletariado teve apenas uma participação marginal e em 1964, apesar de o proletariado ter estado no centro dos embates, o projeto político em jogo não era o seu<sup>352</sup>. A nova crise, porém, trazia um elemento novo:

Diferentemente de 30 e 64, o proletariado e os setores populares disputam hoje a saída da crise e – o que é decisivo – com um projeto político e independente.

Esta presença central expressa, sem dúvida, o sentido mais profundo da crise em curso. Ela combina uma pressão **classista** sobre os lucros do capital monopolista com uma pressão **democrática** sobre o controle autoritário do Estado e tem um potencial de desenvolvimento nitidamente **anti-imperialista**. Ela é, sem dúvida, a crise nacional de resolução mais difícil e mais complexa da história do país (EM TEMPO, fevereiro de 1989, p. 4)<sup>353</sup>.

Guimarães entendia por “crise nacional” a combinação de uma “crise de governo” com uma “crise de regime”<sup>354</sup>. Isto significa que a deterioração do

<sup>352</sup> EM TEMPO, fevereiro de 1989, p. 4.

<sup>353</sup> Ibidem.

<sup>354</sup> Guimarães, ao reivindicar uma leitura marxista, define e diferencia **crise de governo**, **crise de regime** e **crise de Estado**: “Uma **crise de governo** tem o sentido preciso de ser uma crise de **direção** do Estado por uma força burguesa ou um sistema aliado de forças burguesas. Ela pode se resolver simplesmente pela substituição por outra força ou coalizão de forças burguesas. [...] Uma **crise de regime político** expressa algo mais profundo. Significa que as classes dominantes se sentem **potencialmente** ameaçadas em seus centros de poder no interior das leis e instituições vigentes. Daí que elas necessitem alterar as leis e instituições como forma de manter e desenvolver o seu domínio político e econômico. [...] Uma **crise de**

governo Sarney poderia levar a uma crise das instituições burguesas. Entretanto, quais seriam os motivos desse desencadeamento?

Segundo Guimarães, a vitória de Lula nas eleições de 1989 não levaria imediatamente a luta política para uma “crise de Estado”, mas poderia gerar uma “crise de regime”, pois a presença do PT no governo teria o potencial de desestabilizar as instituições burguesas a tal ponto que geraria o início de uma crise mais profunda e mais fértil para a esquerda brasileira, uma “crise revolucionária”<sup>355</sup>. Essa questão deve ser vista a partir da centralidade e do acúmulo qualitativo da classe trabalhadora na luta política e econômica do país, e com isso, o aprofundamento da luta de classes e de seu conflito principal, dado em última instância, a partir da luta direta entre proletários e burgueses.

A partir dessa perspectiva, Guimarães afirma que as resoluções do V Encontro Nacional do PT seriam insuficientes para dar conta desse programa revolucionário. Dessa forma, o articulista defende três eixos a serem mais bem definidos pelo partido: a “crítica sistematizada ao Estado burguês”; os “princípios de organização do poder dos trabalhadores (poder popular)”; e a “integração do avanço do movimento operário sobre as instituições do Estado burguês”<sup>356</sup>.

Com relação à proposta de sistematização da crítica ao Estado burguês, Guimarães parte dos referenciais teóricos baseados em dois livros: “A guerra civil na França”, de Marx e o “Estado e a Revolução” de Lênin. A partir dessas obras, o autor faz uma crítica à “via chilena” para o socialismo e afirma:

A construção do socialismo exige a destruição do Estado burguês e não apenas uma alteração da correlação de forças no interior de suas instituições. Se o conceito de independência de classe foi fundamental até agora no desenvolvimento do PT, a crítica radical ao Estado burguês passa a ser decisiva (EM TEMPO, fevereiro de 1989. p. 5)<sup>357</sup>.

---

**Estado ou uma crise revolucionária** é algo ainda mais decisivo: aqui estão em xeque os próprios centros de dominação econômica e política da burguesia. Em geral, estas crises revolucionárias se expressam pelo choque entre o poder burguês ameaçado [...] e o poder dos trabalhadores que está emergindo [...]. EM TEMPO, fevereiro de 1989, p. 4.

<sup>355</sup> Ibidem. p. 5.

<sup>356</sup> Ibidem.

<sup>357</sup> Ibidem.

Ao contrário da primeira proposta de aperfeiçoamento programático, os outros dois pontos são menos conclusivos. A questão dos “princípios de organização do poder popular” inclui vários pontos, como o da democracia como condição para construir o socialismo e a relação entre democracia direta e democracia representativa, e ainda, o controle social da economia e das forças armadas. E o ponto mais importante, a “integração do avanço do movimento operário sobre as instituições do Estado burguês”, que trata da perspectiva de como colocar em marcha o movimento operário na desestruturação das instituições burguesas (governos estaduais, federal, prefeituras e parlamento)<sup>358</sup>.

Pode-se notar que essa visão acerca da *revolução brasileira* e das táticas para alcançá-la ainda está totalmente imune a qualquer crise do movimento socialista internacional. Esse setor da esquerda não parece estar ainda preocupado em propor novos rumos ou interpretações a propósito da questão da revolução.

O único elemento que pode ser notado em termos de novas influências são as questões que começaram a ser levantadas com as conquistas do PT em algumas prefeituras, ganhas nas eleições de 1988, como Porto Alegre e São Paulo. Isso é bastante significativo, porque até então os militantes do PT, em sua maioria, eram ativistas dos movimentos populares. Agora, com essas administrações, tiveram de fazer um esforço para aproximar essas lutas populares das administrações petistas. A tentativa inicial se deu com os debates sobre os modos de poder popular, que é o caso da questão da democracia direta, ou dos Conselhos Populares. Esta questão tinha um peso enorme na estratégia dos redatores do jornal **Em Tempo**.

A questão é colocada justamente dessa forma, no artigo “Conselhos Populares e Luta pelo Socialismo”, o qual defende que esse ponto é o de maior alcance estratégico posto pelas vitórias eleitorais do partido<sup>359</sup>. Os Conselhos Populares poderiam dar início a um elemento central da luta pelo poder:

Estas organizações, apesar de serem criadas agora com objetivo de serem instrumentos de luta por reivindicações imediatas, à medida que a luta social e política se acirra, desenvolve este caráter de órgão de poder que lhe é característico, caráter que só se manifestará plenamente em

---

<sup>358</sup> Ibidem.

<sup>359</sup> EM TEMPO, fevereiro de 1989. p. 8.

outra situação política e correlação de forças (criando, neste momento, uma dualidade de poderes com as instituições de dominação de classe burguesa) (EM TEMPO, fevereiro de 1989. p. 8)<sup>360</sup>.

Aqui está sendo agregado um elemento importante da estratégia da *revolução brasileira* nessa organização de esquerda. A questão dos Conselhos Populares esteve presente nas experiências históricas da revolução que fizeram parte de seu espectro identitário. O caminho realizado, porém, é bastante diferente daquele que garantiu a dualidade de poder na Rússia de Trotsky<sup>361</sup>.

Esse caminho, entretanto, pode ser considerado como original, tendo em vista que passa pela institucionalidade, ou seja, seria construído a partir das prefeituras petistas, e não contra elas ou paralelamente a elas, mesmo que no aspecto da busca permanente da legalidade da representação popular, tenha alguma similaridade entre os dois projetos. Inclusive, o projeto inicial de Conselhos Populares em São Paulo é bem diferente do Orçamento Participativo adotado na prefeitura de Porto Alegre, assim como a relação deles com a própria institucionalidade.

A política de montagem de Conselhos Populares em São Paulo partiu de uma resolução aprovada por consenso na executiva municipal. Inicialmente, essa resolução propunha que os Conselhos Populares fossem um órgão independente do Estado:

Afirmar que não cabe à administração criar os Conselhos Populares, não significa que sua ação não seja decisiva para impulsionar o seu desenvolvimento, que a administração petista não tenha um papel ativo a desempenhar neste processo. Um aspecto importante para estimular a formação dos Conselhos com peso político e social é considerar que a administração petista municipal recebeu um mandato popular e deve introduzir, sem prejuízo de outras formas, um mecanismo

---

<sup>360</sup> Ibidem.

<sup>361</sup> Segundo Trotsky, o Congresso dos Sovietes era o meio para criar as condições de poder paralelo ao governo de Kerenski e a forma de construir o poder operário: “Ao coordenar os esforços revolucionários dos operários e dos soldados de todo o país, ao dar-lhes unidade nos fins e ao fixar um prazo único, a palavra de ordem do Congresso dos Sovietes acobertava, concomitantemente, a preparação semiconspirante, semiaberta da insurreição, por meio de um constante apelo à representação legal dos operários, dos soldados e dos camponeses. Ao facilitar a congregação das forças para a insurreição, o Congresso dos Sovietes deveria, em seguida, sancionar os resultados obtidos e formar novo e incontestável poder para o povo”. TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa: O Triunfo dos Sovietes**. Volume III. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 778.



de prestação de contas à população organizada nos Conselhos. Além disso, os conselhos devem ser o canal para a população discutir (e se posicionar) sobre os problemas da administração petista e esta deve reconhecer nos Conselhos um instrumento superior de qualificação das demandas populares, que por outras vias continuarão chegando à administração, estimulando entidades e movimentos a neles se integrarem (EM TEMPO, fevereiro de 1989. p. 9)<sup>362</sup>.

Mesmo que exista uma ideia de separação entre a Prefeitura e os Conselhos, eles só aparecem nos discursos petistas a partir da conquista das prefeituras, e não antes disso, portanto, não são o reflexo da organização popular acumulada no período anterior e nem fruto de uma crise revolucionária.

Este estudo não pretende demonstrar o quanto a ideia de Conselhos Populares se assemelha com a experiência dos Sovietes, mas perceber os caminhos tomados na construção das teorias e práticas sobre a *revolução brasileira*. É claro que na medida em que se via a construção de um partido de massas como estratégico para a transformação socialista, se buscava formas de abrir brechas no sistema democrático para a ampliação do poder popular, e esse caminho já era conhecido por esses intelectuais.

Como a história não se repete, a esquerda tentava adaptar os seus conhecimentos às novas conjunturas que se abriam. O que pode ser interessante aqui, neste debate, é o modo como se implantaram esses projetos e qual foi a sua eficácia em relação ao que imaginavam esses intelectuais revolucionários, no que diz respeito à *revolução brasileira*. Por exemplo: como esse projeto de Conselhos Populares, que deveria funcionar de forma paralela à prefeitura na cidade de São Paulo, teve uma vida tão curta quanto a administração de Luiza Erundina (1989-1993). Como, também, o projeto de Orçamento Participativo, que trouxe para dentro da administração petista em Porto Alegre as assembleias populares – e que não tinham um caráter apenas fiscalizador ou consultivo, e sim deliberativo – foi, sob minha ótica, uma das bases do sucesso dos 16 anos de administração petista em Porto Alegre, mas que, apesar de seu êxito e de seus méritos de experiência de democracia direta, do ponto de vista da *revolução brasileira* dos intelectuais do **Em Tempo** não apresentou nunca, como a história demonstra, um caráter desestabilizador ou “revolucionário”, até porque fez parte do próprio sistema.

---

<sup>362</sup> EM TEMPO, fevereiro de 1989. p. 9.

Um dos elementos que marcam a construção do PT e as visões de revolução dos intelectuais do **Em Tempo** estão expressas nos debates internos entre as tendências do partido. Inclusive, como foi visto, o jornal **Em Tempo** passou a se caracterizar por ser um jornal teórico e de disputa interna, voltado exclusivamente para os militantes do PT. Um dos aspectos que já chamaram a atenção foi o fato de os ativistas da DS acreditarem que a corrente majoritária do PT, a Articulação, tinha um potencial revolucionário, o que poderia garantir que o PT, junto com a Articulação, viesse a se tornar um partido revolucionário. Daí a perspectiva, para a DS, de que o PT seria um partido estratégico. Tal perspectiva possibilita a projeção da ideia de que a *revolução brasileira* teria como vanguarda as lideranças do PT, e não necessariamente as lideranças do **Em Tempo – DS**.

Essa questão é retomada em alguns artigos do **Em Tempo**, no início de 1989, com os debates da elaboração do programa da campanha Lula para presidente. O **Em Tempo** recebe muito bem as teses da Articulação e a resolução “Diretrizes para um programa de governo”, aprovada pelo Diretório Nacional do PT (hegemonizado pela Articulação).

A ideia de que o partido caminha para uma consolidação e avanço das resoluções do V Encontro fica reforçada com a leitura das teses que a tendência Articulação apresenta à convenção estadual paulista, que prepara o VI Encontro Nacional a ser realizado em junho. Estas teses, em vários itens, contêm formulações mais claras ainda do que o documento “Diretrizes...”, recém-aprovado pelo Diretório Nacional (EM TEMPO, nº 234, p. 2)<sup>363</sup>.

A receptividade a essas resoluções vinha predominantemente do fato de que as teses defendidas pelo **Em Tempo** e pela Articulação tinham pouca diferenciação conceitual<sup>364</sup>. Para os intelectuais do **Em Tempo**, o partido estava avançando na elaboração de um programa que propunha a radicalização através de reformas econômicas, políticas e sociais que criariam as condições para a disputa da hegemonia pelas forças populares, e com isso,

---

<sup>363</sup> Em Tempo, nº 234, p. 2.

<sup>364</sup> “Temos apenas diferenças de ênfase. Embora concordemos que a situação atual não possa ser hoje caracterizada como revolucionária, temos usado o conceito de **crise** nacional para afirmar que o período atual coloca, em última instância, a disputa pelo poder e pela direção da sociedade em questão”. Ibidem.

se abriam as portas das transformações socialistas<sup>365</sup>. As “Diretrizes...” propõem que a mobilização popular era a única forma de garantir que as regras do jogo não fossem quebradas. Apontam também para o fato de que o PT, durante a campanha presidencial, iria defender o socialismo:

Qualquer separação nesta linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou administrá-lo. No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único (EM TEMPO, nº 234, p. 2)<sup>366</sup>.

Desse modo, é possível notar que os intelectuais do **Em Tempo**, apesar de críticos, em relação à forma como a Articulação tratava as outras tendências do partido<sup>367</sup> viam, em última instância, que a Articulação, naquele momento, apontava na mesma direção que a DS.

Entretanto, a partir de maio, apesar de ainda estarem sob controle, as notícias internacionais começavam a dar sinais de alterações significativas. Mandel analisava o processo que ocorria nos países socialistas, através de uma perspectiva marcada por crises políticas, intensificadas por crises econômicas, no contexto de adaptação das respectivas “burocracias” ao processo de alterações iniciadas pela URSS. Significa dizer que, segundo o autor, os países socialistas com maiores dificuldades financeiras tinham propensão a apresentar um maior tensionamento político, porém, com o diferencial de que a URSS não iria mais usar a força para estabilizar esses países, como fizera na Tchecoslováquia, em 1968.

Contudo, essa postura da URSS abria possibilidades fora daquilo que os intelectuais do **Em Tempo** podiam imaginar: assim como as forças armadas da URSS não iriam intervir num processo de revolução política, também não interfeririam num processo de implantação do capitalismo. O socialismo no

---

<sup>365</sup> Ibidem.

<sup>366</sup> Ibidem.

<sup>367</sup> “[...] o fato de a Articulação apresentar-se como uma tendência ao lado de outras no PT, e começar a deixar de considerar-se como ‘O PT oficial’ é muito positivo. Ficam, contudo, ainda muitas ambiguidades por resolver na maneira como a Articulação vê tanto a si mesma como às outras tendências do partido”. EM TEMPO, nº 231, contracapa.

leste europeu começava a ser posto em xeque. É claro que o **Em Tempo** sempre apostava na revolução política; porém, de alguma forma, uma vez que a intervenção militar soviética ia deixando de ser um elemento assegurador do socialismo, este deveria necessariamente ser colocado sob novas bases.

É certo que tanto Mandel quanto seus partidários brasileiros acreditavam que os operários iriam assumir esse papel, e que a própria burguesia poderia estar temerosa sobre os rumos do processo:

Contraditoriamente ao que poderia sugerir um julgamento superficial, a burguesia europeia não vê esta desestabilização com bons olhos. Ela não tem esperança de recuperar a Europa do Leste para o capitalismo. No máximo, espera uma “finlandização” militar, isto é, a retirada das tropas soviéticas de certos países, excetuada a Alemanha Oriental. De outra parte, inquieta-se profundamente com o efeito “desestabilizador” da crise da Europa Oriental sobre a situação de seus próprios países (EM TEMPO, nº 234, p. 14)<sup>368</sup>.

Essa iniciativa de prever os acontecimentos, provavelmente era mais uma tentativa de mostrar para os seus pares o “acerto” das posições que remetiam ao desejo de uma revolução política no mundo socialista. Era uma forma de externar possibilidades, que no decorrer do processo apresentaram-se exatamente ao avesso, já que a desmilitarização das áreas socialistas por parte da União Soviética foi o início da restauração capitalista no Leste europeu, a começar pela Alemanha Oriental.

As perspectivas da possibilidade de uma revolução política seguiam sendo a base das leituras dos intelectuais do **Em Tempo**, pelo menos até outubro. Essa perspectiva era embasada nos movimentos populares que seguiam abalando os regimes socialistas. O “maio vermelho em Pequim” e a greve dos mineiros na URSS engrossavam o caldo da revolução política.

Ao mesmo tempo em que as eleições na URSS e na Polônia colocavam em xeque o domínio dos governos estabelecidos e de seus burocratas, por outro lado, já se percebia com maior clareza o avanço significativo na grande parte do mundo socialista do que inicialmente chamaram de “socialismo de mercado”.

---

<sup>368</sup> EM TEMPO, nº 234. p. 14.

Em “Eleições na URSS: a derrota dos burocratas”, o **Em Tempo** informa que as eleições para o Congresso dos Deputados do Povo, em 26 de março de 1989, fora um processo que iniciava profundas transformações na URSS. O principal elemento atribuído era a derrota de 30 membros do PCUS (num contexto de 150) que, segundo o jornal, refletia que a *Glasnost* estava proporcionando às massas trabalhadoras uma forma de demonstração de suas inconformidades, tendo em vista que o processo eleitoral estava abrindo, dentro do partido, a possibilidade de setores do próprio PCUS criticar os privilégios da burocracia.

Como por exemplo, a figura de Boris Yeltsin, que o **Em Tempo** caracterizava, como: “[...] pode-se dizer que ele é ao mesmo tempo a coqueluche dos moscovitas, o herói da perestroika, o mal-amado da burocracia, o líder da ala reformadora radical, um candidato populista”; e: “Yeltsin sugere, a partir daí, suprimir o sistema de nomenclatura, as lojas especiais, os privilégios do aparelho e reduzir consideravelmente o número de burocratas”. Já Gorbachev, ocuparia uma posição centrista apoiado pela direita, sendo que caberia ao movimento das massas soviéticas garantirem a efetivação do rumo desejado pelo **Em Tempo**.

É interessante que o texto aponta para um quadro indeterminado, ou seja, dependente das forças em disputa. O que passa a remeter um cuidado maior em termos de interpretação, e já põe em suspensão a possibilidade de uma revolução política.

A recepção das eleições na Polônia também parece ter causado o mesmo impacto no periódico. As coisas não estavam mudando apenas na Polônia; estavam mudando também dentro do sindicato Solidariedade que, como já foi visto, era uma das principais referências internacionais desses intelectuais na perspectiva da revolução política, ou seja, uma das pontas dos três setores da revolução mundial.

Lech Walesa entrara num acordo eleitoral com o POUP (Partido Operário Unificado Polonês), que resultara em 38% de abstenções, mas que, segundo o jornal, teria causado uma grande derrota aos principais quadros dirigentes da velha política polonesa. Esse acordo fora feito em mesa redonda com representantes do Sindicato Solidariedade e POUP, garantindo que a presidência fosse ocupada pelo segundo (o general Czeslaw Kizczac). Em

troca, um nome da oposição (Solidariedade) seria escolhido para o cargo de primeiro-ministro. Assim, o Solidariedade entrava para o governo polonês. “As urnas, simplesmente, mandaram os burocratas embora e decretaram a morte do partido estalinista que atende pela sigla POUP [...]. Mas também mostraram que o povo se recusa a subscrever as capitulações de Walesa”. A partir desse momento, a identidade com Walesa começava a se dissipar; o Solidariedade passava a tomar um rumo inesperado para os intelectuais do **Em Tempo**.

No entanto, os movimentos de massa que surgiam como contestação aos regimes socialistas abriam uma última perspectiva positiva para o rumo da revolução política. O **Em Tempo** identificava o movimento de estudantes e operários como parte do processo da *Perestroika* e da *Glasnost* abertos na URSS. Informam que o movimento popular na China tomara força com a visita de Gorbachev ao país, e que se enquadrava nos movimentos de abertura política e crítica a “burocracia estalinista”, mas, sobretudo: “[...] a China revolucionária está vivendo uma original experiência histórica que materializa uma contribuição inédita à revolução política nos Estados operários pós-capitalistas”.

Da mesma forma, interpretavam os acontecimentos da greve dos mineiros na União Soviética: “Sobre a sólida base das reivindicações econômicas, a exigência política da democracia socialista, do controle operário na gestão das minas, uma nova constituição para a URSS. Toda uma sementeira política.” Porém, o resultado político mais significativo da greve, segundo o jornal, teria sido a capitalização do movimento por Gorbachev. Ele teria culpado os burocratas do partido e não os trabalhadores pelo prejuízo econômico gerado pela greve, exigindo a renovação imediata dos quadros do partido e a antecipação do Congresso do partido de 1991 para o início de 1990.

Um outro aspecto, entretanto, começava a “perturbar” as análises dos redatores do **Em Tempo**: o chamado “socialismo de mercado” iniciava uma expansão sem precedentes no mundo socialista. E figuras importantes da perspectiva de uma revolução política, como Lech Walesa, começavam num processo de capitulação naquela direção.

É claro que o socialismo de mercado poderia ser combatido com a expansão dos movimentos populares. Essa disputa poderia, sim, ser um divisor de águas, já que o descontentamento de conteúdo político poderia desaguar

numa reformulação também econômica do socialismo; porém, essas mudanças poderiam dar um outro rumo para essa transição.

Os acontecimentos da China poderiam até assinalar nesse sentido. A descoletivização da terra e as reformas na indústria, que passaram a substituir os quadros do partido por diretores nas fábricas e, ao mesmo tempo, dividir os lucros com esses, demonstravam como a China marchava a passos largos na direção desse socialismo de mercado. No caso chinês, os movimentos populares não eram pró-capitalistas. Ao contrário, segundo o **Em Tempo**, ao marcharem “Ao som da Internacional, milhões de chineses fazem ecoar as exigências de democracia no socialismo” o que reforçava suas teses.

Dessa forma, se viam na *glasnost* uma brecha para a organização dos movimentos populares, passaram a ter uma grande desconfiança para com a *Perestroika*, que cada vez mais se comprometia com o Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>369</sup>.

Foi Lech Walesa, porém, quem abriu uma possibilidade reveladora de suas verdadeiras intenções, dando a seguinte declaração:

Ninguém até agora tomou a via que leva do socialismo ao capitalismo. É isso que procuraremos fazer: voltar à situação de antes da guerra (quando a Polônia era um país capitalista), após ter percorrido um longo período de socialismo [...]. Tomamos por modelo econômico e político os países ocidentais que obtiveram bons resultados (EM TEMPO, 22 de agosto de 1989).

No texto intitulado “Ilusão”, percebem o avanço das ideias capitalistas no seio do Solidariedade. Parte dos representantes do sindicato, eleitos através do acordo de mesa redonda com o POUP, colocou-se favorável às privatizações. Concomitantemente, o jornal notava, também, que o movimento dos trabalhadores na Polônia perdia força. Nesse sentido, passavam a apostar em seu renascimento para conter a veia capitalista das lideranças do sindicato Solidariedade. Talvez possa ser dito que as posições da direção do Solidariedade foram a porta não para um socialismo de mercado, mas para o início da transição do socialismo para o capitalismo. Walesa e sua declaração cumpriram esse papel.

---

<sup>369</sup> EM TEMPO, nº 227, p. 10.

Aqui no Brasil, isso significava uma grande derrota nas perspectivas dos intelectuais do **Em Tempo**. Principalmente porque o sindicato Solidariedade tinha sido uma das principais referências políticas desde o início dos anos oitenta, não só para eles como para a maioria do PT. Afinal, era um movimento que questionava a chamada burocracia estalinista, e que ao mesmo tempo – diferente da *Perestroika* e da *Glasnost*, que eram reformas promovidas pelas lideranças soviéticas de cima para baixo – era um processo liderado por um movimento de trabalhadores organizados e, provavelmente, o menos espontâneo de todos os que apareceram nesse processo, ou seja, continha todos os elementos propícios para o aprofundamento da democratização do socialismo, tal como esses intelectuais revolucionários imaginavam. Ao contrário disso, o operário Lech Walesa rompia com qualquer expectativa de que ele seria o líder da revolução política tão desejada pelos intelectuais do **Em Tempo**. Na verdade, a própria revolução política que poderia ter começado na Polônia estava absolutamente ameaçada.

Entretanto, os redatores do **Em Tempo**, ainda não faziam essa leitura, já que acreditavam na possibilidade de as bases do próprio sindicato Solidariedade pressionarem suas lideranças no sentido de garantir o aprofundamento de uma revolução política, evitando assim que a Polônia andasse em direção à transição capitalista. Contudo, essas bases operárias já não eram mais mobilizadas da mesma forma como antes. Uma certa inércia já pairava nesse movimento, e isso causava preocupações nos intelectuais dessa corrente política no Brasil. Assim, não recuaram um único milímetro em suas posições. Prova disso é que, logo em seguida, em dezembro de 1989, o **Em Tempo** publicava: “Ascenso antiburocrático varre a Europa Oriental” – era a queda do muro de Berlim. Apesar dos fortes indícios contrários que a Polônia dava ao processo, o jornal enxergava, no movimento popular que punha abaixo o muro na Alemanha, ainda como sendo o alargamento das possibilidades abertas com a *Glasnost*:

As grandes transformações em curso nas sociedades de transição são apontadas pela burguesia como expressão da crise do socialismo e da superioridade do capitalismo e da democracia parlamentar. “Fim do socialismo”, “fim da revolução”, “fim do comunismo” são expressões recorrentes na grande imprensa internacional, marcando o clima ideológico da



virada da década. [...] Porque o que está morrendo não é nem o socialismo nem a revolução: é o estalinismo e as formas de domínio burocráticas por ele modeladas, que são incompatíveis com o socialismo (EM TEMPO, nº 241, p. 10)<sup>370</sup>.

Dessa maneira, tinha-se uma crença enorme de que a *Glasnost* iria deslocar do poder a chamada burocracia, mas não se tinha ainda ideia de que a abertura de mercado e os compromissos assumidos com o FMI pela via da *Perestroika* iriam ser aprofundados em direção à passagem para o capitalismo. Assim, em termos de previsões e especulações, a direita realmente estava mais próxima da realidade. Isso fica muito claro quando demonstram que a maioria dos PC europeus apoiava a *Perestroika*, mas mantinha restrições à *Glasnost*<sup>371</sup>. Ou seja, as chamadas burocracias tinham receio de serem evacuadas do poder com a democratização do regime. Talvez por isso, tenham corrido rapidamente para o capitalismo, mantendo privilégios econômicos que não teriam mais num socialismo democrático.

Mesmo assim, apesar de alguns indícios apontarem em outra direção, as elaborações baseadas ainda na sustentação dos chamados “três setores da revolução” predominava. Portanto, a revolução política aberta com a *Glasnost* ainda permanecia como possibilidade real para esses intelectuais. Por outro lado, toda a crise instituída no leste europeu e China começavam a abalar determinantemente algumas convicções na esquerda brasileira.

Dois processos são marcantes em termos de elaboração teórica sobre a *revolução brasileira* para os intelectuais do **Em Tempo**: o surgimento da “Nova Esquerda” e a formulação da “Teoria da Pinça”.

A Nova Esquerda foi uma nova tendência que surgiu a partir da elaboração de um manifesto e aqueceu de forma geral as discussões no interior do PT, abrindo novas possibilidades acerca das práticas e métodos de transformação social. Sobretudo, essas críticas, afetaram profundamente o ideário dos intelectuais do **Em Tempo – DS**.

Ao mesmo tempo, era publicada no jornal uma formulação síntese de uma nova perspectiva de *revolução brasileira* para a DS. A partir daí, tanto as formulações da Nova Esquerda quanto a nova estratégia revolucionária do **Em**

---

<sup>370</sup> EM TEMPO, nº 241, p. 10.

<sup>371</sup> Ibidem, p. 17.

**Tempo**, que surgiram paralelamente aos acontecimentos no mundo socialista, podem ser consideradas, sim, como uma resposta à crise internacional do socialismo.

Em outubro de 1989, o **Em Tempo** informava que a partir do manifesto “Por uma nova esquerda”, defendido no congresso de criação da tendência Nova Esquerda do PT, e outros artigos assinados por Marcos Rolin, Tarso Genro, Aldo Fornaziere e apoiado pelo deputado federal José Fortunati, elaboravam uma crítica às principais bases do marxismo, como a questão do proletariado, da revolução e do Estado. Segundo o jornal, a nova tendência afirmava que o marxismo teria entrado em contradição com a atual realidade do PT e que teria de ser revisto. É inegável, portanto, que essa nova tendência estivesse colocando o marxismo em xeque e que suas críticas abalavam concepções fortemente arraigadas nos intelectuais do **Em Tempo**.

Por outro lado, é interessante notar que até aquele momento, a conjuntura brasileira não correspondia ao processo de crise internacional do socialismo. Ao contrário, a esquerda e a classe trabalhadora estavam em pleno processo de acúmulo. E particularmente, os intelectuais do **Em Tempo** entendiam que o setor majoritário do PT, a Articulação, estava avançando numa direção muito parecida com a sua, ou seja, estavam mais próximos do que nunca do marxismo, leninismo e, portanto, de um projeto revolucionário.

Realmente, a Nova Esquerda não estava contabilizando as questões nacionais, até porque a esquerda brasileira (PT, PCB, PC do B) vinha em pleno ascenso político com a Frente Brasil Popular. Portanto, essas fissuras na teoria marxista brasileira podem ser a demonstração dos primeiros reflexos teóricos dos acontecimentos no leste europeu e China, tendo em vista que não se justificam através de um processo nacional.

Os intelectuais do **Em Tempo** assinalavam, em resposta, o fato de que se o marxismo estava em crise, não era pela ineficácia de suas bases teóricas, mas sim, porque o movimento operário socialista internacional estava em crise (apesar de nunca terem, até então, percebido qualquer refluxo nem internacionalmente, e muito menos no Brasil), atribuindo sempre as imperfeições do socialismo ao estalinismo, e não a Marx.

Nunca antes no jornal **Em Tempo** se viu alguma matéria que remetesse uma tendência do PT a criticar o marxismo. O que poderia ser visto era sempre

um tipo de reportagem apontando para erros de interpretação da teoria marxista, nos outros. Provavelmente, essa crítica da Nova Esquerda tenha sido inédita dentro do PT. Dessa forma, o que pode ser constatado é que o debate teórico da crise do marxismo estava aberto. E fora aberto dentro do PT, pela tendência Nova Esquerda<sup>372</sup>.

É interessante observar, antes de prosseguir com as consequências desse processo nos debates intelectuais dentro do PT, é que a crítica a Marx era realmente algo fora do comum no meio intelectual do PT. Outra coisa que chama a atenção é o fato de que essas primeiras críticas tenham vindo de ex-integrantes do Partido Revolucionário Comunista (PRC), dissidência do PC do B do início dos anos oitenta que rompeu em virtude das avaliações acerca da guerrilha do Araguaia, juntando-se com setores vindos da POLOP de Pernambuco, do MEP de Minas Gerais e independentes do Rio Grande do Sul. Fundado sob os preceitos do marxismo-leninismo<sup>373</sup>.

O primeiro congresso do PRC ocorreu em 1984. Viam o PT como um partido tático e não estratégico, o que significava que mesmo estando dentro do PT, entendiam-se como partido, e não tendência. Essa posição começou a sofrer oposições internas que levaram a uma autocrítica de seu Comitê Central em 1987, provavelmente com as críticas ao leninismo, elaboradas por Adelmo Genro Filho e Tarso Genro<sup>374</sup>. Contudo, as críticas ao marxismo efetivamente só foram definidas mais tarde, a partir do momento em que o PRC decidiu se dissolver como partido e se constituir como tendência do PT, a Nova Esquerda.

A influência de Gramsci sobre os irmãos Genro, além de provavelmente ter gerado as mudanças de rumo do PRC em 1987, já podia ser vista nos anos setenta, com o jornal alternativo **Informação**<sup>375</sup>, que tinha uma perspectiva de “jornalismo integral”, em oposição ao jornal como “organizador coletivo” de Lênin. Neste sentido, a crítica às estruturas partidárias propostas por Lênin não se relacionam diretamente com a crise do socialismo em 1989 – ela a precede.

---

<sup>372</sup> EM TEMPO, nº 239, p. 6.

<sup>373</sup> SILVA, Antônio Ozai da. Contribuição à história do marxismo no Brasil (1987-1994). A esquerda marxista e o PT (II). A Nova Esquerda (NE) e o Movimento por uma Tendência Marxista do PT (MTM-PT). **Revista Espaço Acadêmico**, nº 89, outubro de 2008. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/089/89ozai.htm#\\_ftn19](http://www.espacoacademico.com.br/089/89ozai.htm#_ftn19)>. Acesso em: 20 dez. 2010.

<sup>374</sup> GENRO, Tarso. **O leninismo como raiz da crise socialista**. Disponível em: <<http://tarsogenro.com.br/o-leninismo-como-raiz-da-crise-socialista/>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

<sup>375</sup> A coleção do jornal Informação me foi doada pelo antiquário Paulo Diniz, e a repassei para o Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS.

Em relação ao marxismo, nota-se que em 1986, Adelmo Genro Filho esboça uma crítica ao modelo de partido leninista, como:

O sujeito é vencido no meio do caminho: integrou-se organicamente para transformar o mundo e transformar-se e tornou-se um elemento fixo, pouco crítico, nada reflexivo, que não modifica sequer a si mesmo. [...] E na reprodução orgânica, ele próprio, o manipulado, se torna um manipulador: a ordem, a autoridade, a hierarquia, a disciplina e as formas tornaram-se fins ao invés de serem reduzidas aos meios que nasceram para ser. Eis aqui o que podemos chamar de círculo vicioso da mentalidade burocrática (GENRO FILHO, 1986, p. 43-44)<sup>376</sup>.

Adelmo defende que os pressupostos filosóficos marxistas foram os primeiros que se propuseram a mudar o mundo, a partir de uma abordagem materialista, ou seja, da práxis. Analisando a evolução do conceito da dialética e de sua apropriação por Marx, afirmava que o

[...] ponto de vista do indivíduo que pretende ser revolucionário passa necessariamente pela dialética: como ontologia centrada na práxis, como pressuposto da objetividade dialética no interior dessa ontologia, como método e insubmissão diante do mundo que aí está [...] (GENRO FILHO, 1986, p. 46)<sup>377</sup>.

Nesse sentido, o marxismo seguia relativamente intacto, pelo menos até os primeiros acontecimentos de 1989. A partir deles, algumas críticas vindas desse mesmo grupo começaram a colocá-lo em xeque também.

É interessante observar, nesse momento, que mesmo defendendo o modelo de organização leninista, os intelectuais do **Em Tempo** e da DS iniciaram em 1990 um processo de debate interno para reestruturar a sua própria organização abandonando, assim, aquela organização fechada, disciplinada, hierarquizada e com traços de clandestinidade, para aderir a uma organização caracterizada por eles como de “adesão aberta”.

Os militantes, desde então, não precisariam mais passar por todas as leituras de Marx, Lênin e Trotsky, nem mais reunir semanalmente nas células de base da organização. Ou seja, para ser da DS, bastava querer ser. A DS deixou de ter uma organização interna dentro do modelo leninista, e passou a

<sup>376</sup> GENRO FILHO, Adelmo. **Marxismo, Filosofia Profana**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1986. p. 43-44.

<sup>377</sup> Ibidem, p. 46.

ter Lênin apenas em seu horizonte. Isso significa que continuavam se autoproclamando leninistas, porém sem manter uma prática organizativa leninista no cotidiano.

Por outro lado, se criava entre os intelectuais do **Em Tempo** a necessidade de reforço e reformulação de suas próprias perspectivas acerca da *revolução brasileira*. Essa nova elaboração trouxe em suas bases uma postura estratégica que culminava na possibilidade de vitória da Frente Brasil Popular no segundo turno (17 de dezembro) das eleições presidenciais.

Sendo assim, o **Em Tempo** publicava, em dezembro de 1989, o artigo de Juarez Guimarães, “Uma reflexão sobre a estratégia da revolução brasileira”. Nele, o autor retomava a ideia de que o Brasil passava por uma *crise de governo* combinada com o início de uma *crise de regime*, e que a possibilidade de vitória da Frente Brasil Popular levaria ao aprofundamento da segunda. Para essa conjuntura, Guimarães propunha:

A construção do poder popular será o resultado de um ‘movimento em pinça’ dos trabalhadores sobre os centros do poder burguês, isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação de novas formas de exercício direto da democracia pelos trabalhadores (EM TEMPO, nº 241, p. 7)<sup>378</sup>.

Essa perspectiva de *revolução brasileira*, segundo Guimarães, era diferente dos métodos bolcheviques, e ao mesmo tempo corria o sério risco de cair numa via chilena, já que poderia, ao defender a legitimidade do governo, adequar as reivindicações populares a essa legitimidade. Segundo essa visão, a diferença em relação à Revolução Russa trazia um aspecto interessante da leitura que faziam da própria realidade brasileira, ou seja, enquanto o Estado czarista mantinha as portas fechadas para os bolcheviques,

Na hipótese estratégica que estamos debatendo – apropriada a uma sociedade capitalista mais desenvolvida e com uma máquina estatal mais moderna e complexa – o principal problema a ser equacionado, sem dúvida, é a dinâmica, a dialética que se necessita estabelecer entre esta conquista de posição no aparelho de Estado burguês e a construção de formas de poder popular (EM TEMPO, nº 241, p. 7).

---

<sup>378</sup> EM TEMPO, nº 241. p. 7.

Aqui fica definitivamente explícito que o Brasil estaria inserido no setor da revolução mundial referente aos países industrializados, e que a própria democracia burguesa poderia abrir as brechas para que, através do Estado e suas estruturas, e ao mesmo tempo, das pressões do movimento dos trabalhadores sobre essas estruturas, seria possível aprofundar a crise de regime e pôr em xeque a institucionalidade burguesa. Ou seja, isso seria o que a via chilena não conseguira fazer para alcançar o socialismo.

Todavia, essa estratégia abriria um caminho que alteraria sobremaneira a posição desses intelectuais na sociedade brasileira. A questão prática passava a ser a dosagem adequada entre uma atuação a partir de baixo, na organização da classe trabalhadora, e a atuação na própria institucionalidade.

A partir disso, novas questões foram postas: para eles, até que ponto a organização do movimento dos trabalhadores seria eficaz o suficiente para garantir o horizonte revolucionário do processo? E para esta pesquisa: a posição social dos intelectuais revolucionários mudaria no novo contexto dessa nova teoria revolucionária?

Portanto, cabe analisar até que ponto, realmente, a crise internacional do socialismo influenciou nessa nova elaboração estratégica dos intelectuais do **Em Tempo**, e o que ela fez mudar em termos do que esses intelectuais viam relacionado à classe trabalhadora. E ao mesmo tempo, como atuou no sentido de colocar esses intelectuais numa posição transitória com relação à posição anterior.

As principais referências internacionais dos intelectuais do **Em Tempo** estavam sendo abaladas, e se elas se expressavam nos “três setores da revolução”, esses começavam a cair por terra. O primeiro, A Nicarágua, também mudava de rumo: “Não era difícil encontrar lágrimas nos olhos dos companheiros do PT quando souberam, aturdidos e feridos em sua emoção, da derrota eleitoral da Frente Sandinista” (EM TEMPO, mar/abr de 1990, p. 9)<sup>379</sup>.

A Revolução Nicaraguense nascera praticamente junto com o PT; era uma das bases de uma perspectiva revolucionária para a América Latina contra o chamado reformismo. Além disso, mantinha traços democráticos que a afastavam de tudo aquilo que esses intelectuais de esquerda criticavam nos

---

<sup>379</sup> EM TEMPO, março/abril de 1990. p. 9.

regimes do leste europeu e China.

Entretanto, a situação de guerra civil destroçara o país, e a questão econômica frágil de hiperinflação, somada aos baixos rendimentos e o alto custo de vida da população acabaram provocando um voto da população que imaginava acabar com os conflitos internos e com aquela situação econômica precária. As medidas de austeridade do governo sandinista não eram acompanhadas pelos empréstimos do FMI, como por exemplo, foram em El Salvador. A derrota para a União Nacional de Oposição marcava mais uma vez o triunfo do capitalismo, e o título “Dias difíceis para a revolução” caracterizava um processo que ia muito além da Nicarágua.

Em março de 1990 também se consolidava o que foi chamado no **Em Tempo** de “O furacão da direita”. No dia 18, os cidadãos da Alemanha Oriental foram às urnas e decidiram, com 80% dos votos, pelo retorno ao capitalismo, e 99,7% pela reunificação com a Alemanha Ocidental. A justificativa era que o nível de vida na República Democrática Alemã (RDA) era muito baixo em comparação com sua vizinha capitalista, e a perspectiva de um socialismo reformado, assim, ia por água abaixo<sup>380</sup>.

Portanto, em março de 1990, o quadro estava mais ou menos dado. Para os intelectuais do **Em Tempo**, dois dos três setores da revolução mundial tinham capitulado: a revolução política nos países do leste europeu e a revolução socialista e democrática na Nicarágua, indígena e camponesa. Restava, ainda, a reafirmação do conteúdo socialista do PT, e a garantia desses intelectuais revolucionários de influenciarem nas decisões do partido para mantê-lo no rumo revolucionário. O PT era, naquele momento, a via que restava como grande alternativa para a transformação social, o único setor capaz de dar resposta aos desafios que o socialismo estava enfrentado.

No VI Encontro Nacional do PT, o caráter socialista foi reafirmado, e a garantia que os ativistas da DS teriam como influenciar internamente se deu com a regulamentação das tendências do partido.

Num quadro mais ou menos definido e também, é claro, do limite daquilo que pode ser pensado num determinado momento, a conjuntura internacional tornara-se absolutamente desfavorável. Aqui no Brasil, porém, apesar da

---

<sup>380</sup> Ibidem, p. 12.

derrota para Fernando Collor de Melo nas eleições presidenciais de 1989, abria-se uma porta que talvez, em termos de disputa pelo poder, naquele momento, fosse a única – a luta para abrir espaços dentro da institucionalidade. Ou seja, com todas as derrotas internacionais, abria-se uma possibilidade real de vitória de um projeto socialista através das urnas.

Em comparação com a formulação de *revolução brasileira* de 1982, que tinha como centro propulsor a classe trabalhadora e que buscava na greve geral o caminho para a transformação, em 1989, a *revolução brasileira* ganhava uma outra dimensão. Primeiro, porque rompia com a greve geral como possibilidade de derrubada do poder burguês, e também porque abria uma nova estratégia baseada em formas de poder popular a partir da classe trabalhadora. Em segundo, sugeria que a atuação no legislativo e executivo de todos os níveis, em conjunto com novas formas de poder popular, poderia ser decisiva para deslocar o poder burguês.

Como pode ser visto, a classe trabalhadora não tinha sido retirada da estratégia revolucionária dos intelectuais do **Em Tempo**. Todavia, o corpo dessa estratégia ganhava um novo braço, com peso igual. A “estratégia de pinça” colocava lado a lado as novas formas de poder para a classe trabalhadora, e a atuação de vereadores, prefeitos, deputados, com o único propósito de executar o projeto da *revolução brasileira*.

A questão das novas formas de poder para a classe trabalhadora ainda não estava muito bem definida. Não existia nenhuma articulação, sequer um embrião, de um projeto de poder da classe trabalhadora. O que se tinha era algo mais amplo, muito longe de qualquer organização democrática de trabalhadores em torno de interesses de classe, como organizações de fábrica que pretendessem entrar numa disputa política para além de seus interesses mais imediatos.

Na realidade, o que existia eram algumas formas de poder popular que estavam sendo criadas em torno, e até dentro, das prefeituras petistas. Ou seja, nesse momento, a articulação de formas de participação de democracia direta estava muito distante dos movimentos grevistas e reivindicatórios do ABC paulista, ou de qualquer outro movimento dessa classe trabalhadora. Estava, isso sim, muito mais voltado para a própria institucionalidade, como foi o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Na realidade,



provavelmente eram essas formas de poder que estavam no horizonte desses intelectuais. Isso significa que não seria uma forma de poder especificamente da classe trabalhadora, e sim, uma forma de poder popular.

Do ponto de vista teórico, eles mantinham uma linha de continuidade com a perspectiva de *revolução brasileira* do início dos anos oitenta, tendo a classe trabalhadora como força necessária para a ruptura com o chamado poder burguês. Entretanto, do ponto de vista prático, é possível perceber um deslocamento para setores sociais mais amplos. Mesmo que não seja explícito nos textos, era isso que ocorria em suas ações políticas, como foi o caso do Orçamento Participativo.

Outro elemento importante de ser analisado é a própria mudança na posição social, e até mesmo estratégica, desses intelectuais. Na medida em que alguns deles começavam a fazer parte da vida institucional nacional, eles não se encontravam mais no mesmo lugar de onde escreviam seus textos anteriormente. No início dos anos oitenta, tinham a convicção de que a revolução viria única e exclusivamente de baixo para cima, e a atuação deles seria de vanguarda, como expressão do desejo da classe trabalhadora para romper com o capitalismo.

Ainda assim, o seu papel como redatores do **Em Tempo** era compreender a realidade brasileira e apontar caminhos de organização para um desfecho bem sucedido. Mesmo que além de serem intelectuais fossem ativistas, eles não colocavam a si mesmos como principais agentes transformadores, e sim, a classe trabalhadora. Agora, passariam a ocupar uma posição mais relevante no processo de transformação social, ao lado da classe trabalhadora. O que significa dizer que para os intelectuais do **Em Tempo**, abriu-se uma perspectiva de que a *revolução brasileira* ocorreria ao mesmo tempo de baixo para cima, com a classe trabalhadora, e de cima para baixo, com a contribuição da ação de muitos desses intelectuais, através de reformas.

No entanto, não é possível afirmar que nessa passagem, mesmo que tivessem entrado no que chamavam de poder burguês, tenham abandonado uma ética anticapitalista. Tendo em vista que provavelmente – e isso está plenamente de acordo com as bases de sua nova perspectiva de *revolução brasileira* – imaginassem que por dentro das instituições do Estado, seria possível criar as condições para um futuro socialista.

A única questão que fica em suspensão diz respeito à participação efetiva da classe trabalhadora nesse processo, mas isso não é um problema novo, ele sempre esteve presente. Inclusive, em comparação com a formulação de *revolução brasileira* do início dos anos oitenta, o que havia de diferente era a posição desses intelectuais na sociedade, ao saírem do mundo das proposições revolucionárias para o mundo das ações institucionais. Dessa forma, num espaço curto de tempo, deixariam de projetar a responsabilidade revolucionária no outro e passariam a ser agentes de seus próprios projetos.

Esse processo se dá nos limites da expansão eleitoral do PT e da própria DS, e se apresenta aqui apenas como tendência, no que pese, acabe se confirmando nas décadas posteriores. No entanto, essa transição não implica numa dicotomia entre intelectuais revolucionários (*intelligenti*) e *intelectocratas*, na acepção de Daniel Reis Filho para a análise dos intelectuais russos, no final do século XIX e início do século XX<sup>381</sup>.

Segundo o referido autor, eram os *intelectocratas* que sustentavam o Estado tsarista e, portanto, o *status quo*, o que não é o caso dos intelectuais do **Em Tempo**, uma vez que, apesar de estarem ocupando lugares no Estado e, com isso, se “burocratizando”, não deixaram de manter uma visão revolucionária, ou melhor, uma ética anticapitalista – na perspectiva de Lukács, de um intelectual em busca de uma “nova cultura”. Assim, a ideia de intelectual revolucionário não se dissipa perante o novo lugar que passam a ocupar socialmente. Desse modo, a caracterização mais próxima da realidade brasileira nesse processo de transição seria o início da formação de uma categoria social de *intelectocratas revolucionários*.

Naquele momento, os espaços de circulação de ideias já eram muito diferentes daqueles do início dos anos oitenta, quando as sedes dos sindicatos, do Partido dos Trabalhadores e mesmo as sucursais do jornal, asseguravam o livre debate entre esses intelectuais. Pode-se dizer que tais espaços eram relativamente limitados na relação com o público em geral, no sentido de que esses intelectuais tinham grandes dificuldades para que suas ideias saíssem

---

<sup>381</sup> “Uns querem reformar a sociedade, mas pelo alto, pela via do Estado, apoiando-se no tsar, potencializando sua força – são os *intelectocratas*. Outros querem revolucionar a sociedade, liquidar com o tsarismo, apoiando-se na mobilização popular – são os *intelligenti*”. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 31.

daquele círculo restrito e se tornassem públicas. É certo que as assembleias dos sindicatos, o engajamento do partido nos movimentos sociais e o jornal tinham, entre outros objetivos, o de ampliar a circulação das ideias produzidas com um público mais amplo. Todavia, as possibilidades de competição, ou até mesmo de abrir espaços dentro da grande imprensa, eram muito pequenas.

Ao final dos anos oitenta, esses espaços não desapareceram; ao contrário, se estruturaram e adquiriram maior profissionalismo. Entretanto, os novos espaços que foram se abrindo nas prefeituras e no parlamento, além de proporcionarem uma estrutura com CCs, salários compensadores, telefones, correspondências e pequenas publicações, são espaços que se pode caracterizar como sendo de vocação pública, que proporcionam não só o uso da tribuna como meio de provocar o debate na sociedade, mas uma maior visibilidade nos meios de comunicação.

Parece que esse intelectual se adaptou bem ao parlamento e a essas poucas prefeituras que o PT conquistou no final daquela década. Esses espaços provavelmente propiciaram uma maior circulação de ideias, e de ideias que adquiriram muitas vezes uma dimensão pública. Esse processo foi quase uma redenção para aqueles intelectuais, que tiveram suas ideias e corpos ameaçados pelo regime militar. Contudo, essas novas estruturas que passaram a ocupar limitavam o campo de ação desses intelectuais, afastando-os cada vez mais das agitações e obrigando-os a se comportar dentro dos “protocolos” do Estado.

O avanço eleitoral percebido em 1990 com a conquista de 82 deputados estaduais no país contrastavam com a eleição de 1982, em que o partido fizera apenas 13 deputados estaduais nacionalmente, sendo que nove deles eram de São Paulo. Para deputado federal, dos oito eleitos em 1982, o PT saltava em 1990 para uma bancada de 35 representantes<sup>382</sup>. E se essa pesquisa fosse até o final dos anos noventa, provavelmente o contraste seria ainda maior.

Sem sombra de dúvida, não ocorria aí apenas um grande deslocamento de sindicalistas, lideranças dos movimentos sociais e intelectuais para as atividades parlamentares como assessores ou deputados, mas também um deslocamento – e é bom que se diga – das principais lideranças do partido

---

<sup>382</sup> EM TEMPO. **Brasil:** Eleições 90, dezembro de 1990.

para esse novo campo de atuação. No caso específico dos intelectuais revolucionários do **Em Tempo**, abria-se uma porta; ou melhor, duas: uma, com a abertura de espaços que propiciavam uma grande circulação das ideias desses intelectuais, e outra, porque se abria a possibilidade, através da intervenção desses intelectuais, de se construir um processo revolucionário.

O que pode ser bastante revelador é que os intelectuais do **Em Tempo** construíram uma teoria revolucionária que não só incluía o intelectual como participante do processo revolucionário, mas também legitimava sua participação nas instituições do Estado. A *teoria da pinça* formulada pela DS trazia como agentes revolucionários, lado a lado, a classe trabalhadora e os *intelectocratas revolucionários*, no intuito de juntos (como os braços de uma pinça) deslocarem o poder burguês.

Se a crise em geral, e aqui, a crise do socialismo internacional abre processos transitórios, as páginas do **Em Tempo** certamente não só deram conta de tentar entender e, ao mesmo tempo, de justificar o que estava ocorrendo a partir de 1989, como também revelaram o deslocamento de um tipo de intelectual que por muito tempo apostou toda sua teoria revolucionária na classe trabalhadora (e numa atividade penosa de convencimento, através do partido e do jornal) para um intelectual que manteve uma ética socialista, mas que passou a ocupar um novo lugar social dentro dos poderes Executivo e Legislativo. É claro que não é possível uma generalização a ponto de se dizer que todos os intelectuais do **Em Tempo** tomaram esse caminho, mas sim, que as estruturas da DS passaram a ser direcionadas para essas atividades.

Mesmo que a *teoria da pinça* também coloque a classe trabalhadora como agente crucial no processo revolucionário, agora, era no seu próprio trabalho, como *intelectocratas revolucionários*, que esses intelectuais podiam acreditar. No meu entendimento, o grande problema trazido pela crise internacional do socialismo aos intelectuais do **Em Tempo**, foi que eles tiveram de assumir a responsabilidade pelo processo revolucionário que propunham ou que passaram a propor; ou, ainda, que nunca chegaram a colocar em prática. Ou, mais revelador, pela responsabilidade de fazer parte do Estado burguês, e isso não era pouco para um intelectual revolucionário, trotskista, leninista e marxista politicamente formado no tempo do regime militar.

## 4.2 A CRISE DO SOCIALISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL A CLASSE OPERÁRIA

Na segunda metade de agosto de 1988, o jornal **A Classe Operária** estampava a manchete “De volta às ruas, pelo socialismo!” como número um da sexta fase vivida pelo periódico. Sua redação estava instalada na Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, mesmo endereço da **Tribuna da Luta Operária**. Em seu expediente, apresentava João Amazonas como jornalista e diretor responsável; José Reinaldo Carvalho, como editor; na redação, Antonio Martins, Carlos Pompe e Umberto Martins; na diagramação, Maria José Lopes Leite; no arquivo, Rúbia da Costa Arzani; na fotografia, Aguinaldo Zordenoni; e, por último, na administração e assinaturas, Jeosafá Gonçalves. Em termos de sucursais, apresentavam uma longa lista que abrangia grande parte dos estados brasileiros <sup>383</sup>.

Em formato tabloide, informavam que desde 1985, após o fim do regime militar, o jornal voltara a circular, porém sem periodicidade garantida. A nova fase assinalava o compromisso em garantir sua publicação quinzenal.

Na capa, ao lado do nome do jornal, estampavam a foice o martelo, no lado direito superior, com uma única manchete, e geralmente uma ou duas fotos. Apresentavam um jornal com uma diagramação simples e, ao mesmo tempo, objetiva. No seu interior, com muitas sessões e textos relativamente longos, porém com uma linguagem acessível e pouco teórica, mantinham o estilo de um jornal de reportagens, tal como a extinta **Tribuna da Luta Operária**.

As 24 páginas do **A Classe Operária** eram mais uma demonstração do vigor intelectual que marcava a produção desses redatores revolucionários dos anos oitenta. No 65º aniversário de circulação do **A Classe Operária** (no dia 1º de maio de 1989), José Reinaldo Carvalho deixava claro alguns dos objetivos do jornal:

Mantendo o caráter de órgão central do partido, a proposta aponta para a criação de um veículo ágil, dirigido não só à militância partidária, mas a faixas de leitores mais amplas, voltado não apenas para a divulgação das atividades

---

<sup>383</sup> A CLASSE OPERÁRIA, fase VI, nº I. p. 2.

comunistas, mas também propenso a estimular com outras forças o debate de questões candentes da atualidade, enfim, um jornal que seja também instrumento do ingente esforço para a união do povo brasileiro em torno de um programa democrático, anti-imperialista e progressista (A CLASSE OPERÁRIA, fase VI, nº 17. p. 3)<sup>384</sup>.

**A Classe Operária**, além de se colocar, agora, na busca por “faixas de leitores mais amplas” para além de seus próprios militantes, abria um canal de diálogo com as outras frentes de esquerda próximas de seus objetivos mais táticos. Como “Órgão central do Partido Comunista do Brasil” mantinha, ainda, a preocupação de disputar a informação com a grande imprensa, objetivo explicitado na coluna de Clóves Wonder, “Nas Entrelinhas da Notícia”, denunciando a forma como esses meios de comunicação noticiavam as greves, a constituição da Frente Brasil Popular, e como a grande imprensa buscava uma alternativa de direita para as eleições de 1989<sup>385</sup>.

Retomando a história do jornal, criado em 1º de março de 1925 pelo então PCB, relataram como o jornal fora duramente perseguido pelo governo e passara grande parte de sua existência na clandestinidade<sup>386</sup>. Muitos de seus editores foram presos e mortos, como em 1972, quando a gráfica acabou sendo localizada pelas forças repressivas do regime militar, e os trabalhadores que operavam a máquina impressora foram detidos, assim como Carlos Danielli, dirigente do PC do B e responsável pela publicação, assassinado<sup>387</sup>.

Agora, no novo formato, as campanhas de arrecadação financeira para a sustentação do periódico não aparecem mais nas páginas do jornal, e os únicos textos que faziam uma autorreflexão dos editores sobre o jornal são os textos comemorativos, ou seja, aqueles referentes aos aniversários do jornal. Talvez isso indique que, com maior liberdade e organização, a direção do

<sup>384</sup> A CLASSE OPERÁRIA, fase VI, nº 17. p. 3.

<sup>385</sup> Esta postura de denúncia à grande imprensa apareceu também num dos episódios midiáticos mais marcantes na vida cultural e artística dos anos oitenta, quando a revista *Veja* publicou uma reportagem sobre o estado de saúde do cantor Cazuza (23 de abril). Em contrapartida, **A Classe Operária** publicou o manifesto assinado por lideranças do PC do B e mais de 500 intelectuais e artistas, caracterizando a reportagem da revista como: “Porta-voz da Síndrome da Antiética Adquirida, *Veja* nos oferece um triste espetáculo de morbidez, vulgaridade e sensacionalismo sobre Cazuza”. A CLASSE OPERÁRIA, fase VI, nº 18, contracapa.

<sup>386</sup> Relatam que após 1928, quando o jornal passara a circular clandestinamente, era composto e impresso pelo tipógrafo Antonio Pereira da Silva, que depois de pronto era encaixotado e coberto por laranjas para ser conduzido até os locais de distribuição.

<sup>387</sup> A CLASSE OPERÁRIA, fase VI, nº 1. p. 2.

partido tivesse estabelecido um diálogo mais direto com seus militantes, podendo realizar essa tarefa diretamente com eles. Mas também pode refletir uma maior organização financeira, de um partido mais estruturado e mais profissionalizado.

Para as eleições municipais de 1988, buscaram alianças com setores do PMDB, com o recém formado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e com o PCB e PT. É bastante ilustrativa a forma como caracterizaram os partidos políticos em seu VII Congresso em 1988. O Partido Democrático Trabalhista (PDT), como uma tendência populista e caudilhesca; o PT, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e setores divergentes do PMDB, como social-democratas.

No entanto, a social-democracia estaria sendo recém-implementada no Brasil, principalmente através do PT (socialmente representado por sindicalistas, lideranças operárias e estudantis, trotskistas e setores anticomunistas da Igreja Católica), que buscava na orientação social-democrata a criação de organizações de massa sob a sua tutela, como a CUT, UNE, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), e Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA).

Ao mesmo tempo, o partido não poderia deixar de criticar a social-democracia, já que essa era uma tendência tida como antirrevolucionária; porém, “Seria erro tático, no entanto, atacar em bloco o PT. Nele militam homens e mulheres progressistas, contingentes consideráveis de proletários dispostos a defender seus interesses e que se mostram subjetivamente a favor do socialismo.” (PC DO B, 2000, p. 384)<sup>388</sup>.

Compreendiam, também, que o mundo passava por um processo de acirramento da luta de classes, e que naquela conjuntura ganhava importância a disputa ideológica pela liderança do movimento operário. Por outro lado, o “revisonismo” e a social-democracia, na esteira da Perestroika de Gorbachev, ao lado da burguesia “[...] investem contra a ideia de revolução e o socialismo científico” (A CLASSE OPERÁRIA, nº I, p. 3)<sup>389</sup>.

---

<sup>388</sup> PC do B – Partido Comunista do Brasil. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000.

<sup>389</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº I, p. 3.

Esse momento marca as primeiras aproximações eleitorais do PC do B com o PT. Esse deslocamento acentua o refluxo dos movimentos de massa pretendidos pelo partido, que culminou no arrefecimento das disputas no interior da Constituinte. A disputa ideológica pela liderança do movimento operário não mudara muito na relação com o início da década. Ao contrário, o PT se consolidava nessa liderança.

Pela via contrária, o PMDB, que vinha até então em ascenso eleitoral ocupando as principais posições no governo, passava a ser associado à crise econômica. Nesse sentido, os movimentos de massa estavam direcionados contra o PMDB e não a favor dele. Isto não significa que o PC do B não tenha feito algumas alianças com os chamados setores divergentes do PMDB, mas sim, que gradativamente foi sendo criado um novo campo eleitoral de partidos de esquerda. Assim, o PC do B migra nacionalmente da base de apoio ao governo Sarney e do PMDB, para uma postura de oposição a estes.

Na capa, **A Classe Operária** estampava a foto tirada às doze horas e seis minutos do dia 29 de março de 1989 de uma reunião em Brasília, com Maurício F. Lima, Jamil Haddad (PSB), João Amazonas (PC do B), Lula (PT), Gabeira (PV) e Luis Gushiken (PT) de mãos dadas, e a manchete “União da esquerda para ganhar a presidência”. Era a formação da Frente Brasil Popular (FBP), aliança entre os principais partidos de esquerda brasileiros que se uniam para concorrerem juntos no primeiro turno das eleições presidenciais daquele ano<sup>390</sup>. E lastimavam a não-participação de setores progressistas e de esquerda que poderiam ter integrado a aliança, como o PCB, PSDB, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a esquerda do PMDB<sup>391</sup>.

Rogério Lustosa, agora na coluna Consciência Socialista, informava que em 1984, no movimento das Diretas já, setores da burguesia que se opunham ao regime militar acabaram exercendo um papel de liderança sobre os trabalhadores, que culminou nos bons resultados eleitorais (PMDB) e nos grandes comícios. No entanto, isso só era consequência da falta de liberdade política e, portanto, das limitações do “povo” de projetar suas próprias lideranças. Mas agora, depois que essa burguesia assumiu o governo e se postou do lado do latifúndio e do capital estrangeiro, na Nova República,

---

<sup>390</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 16, Fase VI. Capa.

<sup>391</sup> Ibidem, p.5.



isolara-se do povo, criando uma nova correlação política, com as massas colocadas à esquerda<sup>392</sup>.

Ao lado do PT, o PC do B abria uma porta importante para retomar pelo menos parte da liderança dos movimentos de massa que se intensificaram em 1989, não só com os comícios não eleitorais, mas também com as greves que marcaram o início daquele ano. Com a Greve Geral de 14 e 15 de março de 1989, o jornal a **Classe Operária**, apontava para o fato da grande mobilização e radicalização da classe trabalhadora na maioria das capitais brasileiras e algumas cidades do interior. Apontava também para o caráter condenatório da Greve por parte do governo Sarney e FMI, concluindo que o movimento teria garantido a unidade e conscientização política da classe trabalhadora<sup>393</sup>.

Outro elemento importante que surgiu com a nova conjuntura e tática política foi a questão da organização partidária. A necessidade de expansão do número de filiados<sup>394</sup> e a formação política permanente de seus ativistas tornavam-se elementos cruciais para o desenvolvimento de um projeto revolucionário. O combate ao espontaneísmo e a necessidade de uma direção partidária que planejasse e orientasse o próprio crescimento e qualificação dessa militância tornavam-se essenciais para o crescimento do partido. Dessa forma, além de a direção partidária ter o papel de promover debates, palestras, seminários para assegurar a formação e educação de seus militantes, a venda do próprio jornal **A Classe Operária** era um dos meios para alcançar tal objetivo<sup>395</sup>.

A nova tática política, que apontava na direção da união das esquerdas com a formação da Frente Brasil Popular para as eleições presidenciais, culminava com a plena aceitação de elementos bastante significativos do programa de governo democrático e popular propugnado pelo PC do B, por parte do candidato Luis Inácio Lula da Silva, como: o anti-imperialismo, marcado pela proposta de não-pagamento da dívida externa; a extinção do latifúndio, com a reforma agrária; e de forma mais genérica, a perspectiva da

---

<sup>392</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 18, Fase VI. p. 20.

<sup>393</sup> Idem, nº 16, Fase VI. p.15.

<sup>394</sup> Que em 1988, ultrapassava cem mil filiados. PC DO B – Partido Comunista do Brasil. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000. p. 351.

<sup>395</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 16, Fase VI, p. 18.

abertura da construção de uma sociedade socialista<sup>396</sup>.

No entanto, a Frente Brasil Popular estava inserida dentro de um contexto bem definido pelo Partido. A formação dessa aliança era vista como o principal instrumento para que o Partido estivesse presente dentro das mobilizações de massa que caracterizaram a campanha eleitoral de 1989, com seus comícios e atos, constituídos por milhares de pessoas. Porém, segundo o Partido, um virtual governo de tal Frente teria um caráter popular e democrático limitado: “O **abc** do marxismo, a experiência secular do movimento operário e popular em qualquer quadrante do mundo, demonstra que atingir o governo do Estado por uma forma ou outra não é a mesma coisa que conquistar o poder do Estado” (A CLASSE OPERÁRIA, nº 27, p. 9)<sup>397</sup>.

Dessa forma, a Frente Brasil Popular era desenhada pelo Partido a partir de sua própria visão de *revolução brasileira*. Com sua vitória eleitoral, abrir-se-ia a possibilidade de se desencadear a primeira etapa para se alcançar o socialismo. E apesar de seu programa possibilitar uma aliança muito mais ampla do que a realizada com setores da burguesia progressista, por exemplo, a Frente Brasil Popular era uma aliança marcada por setores ligados, principalmente, à classe trabalhadora, seu sindicalismo e greves (sem menosprezar aqui a importância dos movimentos de trabalhadores rurais e outros de cunho popular). Assim, o PC do B se manteve no topo da onda dos movimentos de massa no Brasil e disputou diretamente sua visão de revolução no interior da esquerda e nesses movimentos de massa.

No início de 1989, os intelectuais redatores do jornal **A Classe Operária** desfrutaram de uma maior liberdade de expressão, organização e, conseqüentemente, vislumbravam uma maior possibilidade de alcançarem seus objetivos revolucionários. Esses intelectuais, agora, passavam a ter uma ação mais direta em termos de construção partidária, e **A Classe** tornara-se um dos principais instrumentos dessa construção. Tais intelectuais, portanto, nada mais eram do que a própria direção do partido, e esse jornal era o resultado direto dos debates desses dirigentes e refletia suas ideias sobre a atual conjuntura, suas táticas e estratégias.

---

<sup>396</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 18, fase VI. p. 5.

<sup>397</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 27, fase VI. p. 9.

**A Classe Operária** de agosto de 1988 noticiava no texto de Luis Fernandes “O Capitalismo Transparente da URSS”<sup>398</sup> as mudanças que vinham ocorrendo a passos largos na União Soviética: a ainda lenta retirada das tropas soviéticas do Afeganistão; os protestos e greves dos trabalhadores; as disputas internas entre os dirigentes do Partido; as tensões entre as nacionalidades que passavam a se aguçar (conflito entre Armênia e Azerbaijão pelo controle da região de Karabash); e o constrangimento de Estados aliados com a Perestroika, como Cuba e Tchecoslováquia.

No entanto, eram as novas medidas econômicas do chamado “socialismo de mercado”, com a aprovação, na 19ª Conferência do PCUS, da necessidade de uma reforma nos preços: “[...] os revisionistas acham que os preços devem ser liberados para permitir a regulação plena da economia pela ‘lei do valor’ capitalista” (A CLASSE OPERÁRIA, nº 1, fase VI, p. 15)<sup>399</sup>.

Esses fatos, inicialmente apenas confirmavam a tendência de expansão do capitalismo na região. Tal confirmação, portanto, reforçava que a leitura e análise do partido estavam corretas.

Na primeira quinzena de abril de 1989, em “Gorbachev chamuscado nas urnas”<sup>400</sup>, apontam que o processo eleitoral proposto por Gorbachev era a continuidade do programa iniciado por Nikita Krushev após o XX Congresso do PCUS, ou seja, a retomada gradual do capitalismo. Para os intelectuais redatores do **A Classe Operária**, o líder do Kremlin estaria substituindo a representação direta dos operários e camponeses, dada pelos *soviétes* a partir da Revolução de 1917, por um sistema presidencialista e parlamentar de tipo burguês.

A citada reportagem trabalha a perspectiva de que ao dar a voz aos opositores, Gorbachev estaria, na verdade, dando voz aos opositores do socialismo e defensores da liberdade de mercado. Inclusive denunciam que após as eleições, a União Soviética teria fechado contrato com seis multinacionais, entre elas a Kodak e a Johnson & Johnson, que pela primeira vez teriam o direito de remeter seus lucros para os seus países de origem.

---

<sup>398</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 1, fase VI. p. 15.

<sup>399</sup> Ibidem.

<sup>400</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 16, fase VI. p. 19.

Nesse sentido, mesmo que a Perestroika significasse a continuidade das políticas de Nikita Krushev para os intelectuais do **A Classe Operária**, esses percebiam, com todas essas mudanças, uma transformação mais acelerada e contundente na URSS em direção ao capitalismo. Na verdade, essas mudanças eram, de certa forma, a comprovação daquilo que vinham defendendo desde a época da secessão com o PCB. Portanto, eram acontecimentos que legitimavam as posturas do PC do B, e não o contrário, pelo menos até aqui.

Na primeira metade de maio de 1989, **A Classe Operária** seguia na sua linha de críticas, ao que chamava de “revisionismo”<sup>401</sup> em relação à União Soviética e à China. Na reportagem “Tensão na União Soviética”<sup>402</sup>, apontava as dificuldades enfrentadas pela população soviética com a Perestroika de Mikhail Gorbachev (como a retomada dos cartões de racionamento para a compra de açúcar, que desde a Segunda Guerra Mundial não eram usados).

Relatavam ainda os enfrentamentos internos vividos pelo PCUS, no episódio em que o partido aposentou compulsoriamente 110 dos 310 membros de seu órgão dirigente. Apesar de esse fato ter sido uma expressão da força interna do dirigente soviético, o jornal demonstrava como Gorbachev ainda apoiava a permanência de alguns dirigentes do Comitê Central (CC), que eram deslegitimados politicamente nas urnas. Exemplo disso foi o caso de Iuri Soloviov, que, como candidato único, teria perdido para os votos brancos e nulos nas eleições parlamentares daquele ano.

Entretanto, os acontecimentos internacionais em relação aos países socialistas ganhavam, cada vez mais, grande repercussão, e sua recepção pelos intelectuais redatores da Classe Operária tornava necessária uma resposta imediata. Dentro de suas próprias perspectivas e posições, o caso da China não foi diferente.

Com a reportagem “A China contesta a ditadura de Deng e o aumento da corrupção”<sup>403</sup>, **A Classe Operária** demonstra a intensificação das manifestações promovidas pelos estudantes chineses, criticando as políticas

---

<sup>401</sup> O conceito de “revisionismo” vinha na esteira das críticas à política de “coexistência pacífica” de Krushev, e era definido como: “O revisionismo de direita, cujo substrato ideológico é a defesa do capitalismo e o abandono da ideia da revolução e da via socialista [...]” AMAZONAS, João. **Estratégia e Tática**. Editora São Paulo: Anita Garibaldi, 1988. p. 162.

<sup>402</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 18, fase VI. p. 19.

<sup>403</sup> Ibidem.

de Deng Xiaoping e Li Peng em atos públicos, com seus cartazes: “Abaixo a Ditadura”, “Abaixo a Corrupção” e “Liberdade de Imprensa”, e entoando o hino da “Internacional Comunista”. Segundo o jornal, apoiavam “os bons comunistas”.

No entanto, apesar de enxergarem elementos positivos para o seu entendimento de revolução socialista nessas grandes manifestações estudantis, que já chegavam a cerca 200 mil participantes em algumas cidades chinesas, mantinham grande cautela com relação a esses acontecimentos, pois percebiam uma “disputa pela hegemonia” no interior do movimento: “Lideranças estudantis abordaram a necessidade de o país caminhar para ‘bem além do sistema atual’. [...] universitários abertamente pró-capitalistas disputam a direção das manifestações” (A CLASSE OPERÁRIA, nº 18, fase VI, p. 19)<sup>404</sup>.

No final de maio de 1989, a **Classe Operária** publicava um dos acontecimentos mais significativos dos processos internacionais de reacomodação das relações entre China e URSS em “Relações perigosas entre China e URSS”<sup>405</sup>. Mostraram como a visita de Gorbachev à China deu ainda mais vigor às manifestações estudantis que assolavam esse país, com cerca de 400 mil chineses protestando contra o governo, apoiando 2 mil estudantes em greve de fome que exigiam democracia e liberdade de expressão. Apesar de ter sido aclamado pela população chinesa (contrária ao governo), Gorbachev tomara uma postura elogiosa e de aproximação ao governo Chinês.

Prometendo tirar grande parte de suas tropas da Mongólia, a URSS pretendia dissolver as divergências entre os dois países que surgiram a partir do XX Congresso do PCUS. Alinhavou também vários acordos comerciais com o, agora, novo parceiro. No entanto, é revelador o modo como a reportagem caracteriza o governo de Gorbachev e os governos comunistas chineses:

A URSS, desde que deixou de ser socialista – em especial após a tomada do poder por Gorbachev – vem abrindo suas portas para o capital externo e incentivando a volta da propriedade privada no campo e na cidade. A China – que nunca chegou a construir efetivamente o socialismo – ‘voltou-

---

<sup>404</sup> Ibidem.

<sup>405</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 19, fase VI, p. 20.

se para o Ocidente' [...] (A CLASSE OPERÁRIA, nº 19, fase VI, p. 20)<sup>406</sup>.

Essas caracterizações são bastante importantes para compreender o processo de evolução do pensamento dos intelectuais redatores do PC do B, uma em relação ao passado e outra em relação ao futuro. As críticas em relação à China apontam para uma espécie de autocrítica, tendo em vista que o partido manteve forte identidade com esse tipo de socialismo, após os acontecimentos protagonizados por Kruschev. Sobre o socialismo na URSS, é interessante observar a posição que o PC do B tomou na defesa do golpe sobre Gorbachev, em 1991.

O golpe de Estado contra o governo de Gorbachev, em 19 de agosto de 1991, resumiu uma tentativa mal elaborada das principais lideranças do PCUS, quando proclamaram que um Comitê de Emergência iria substituir o secretário-geral do partido, Mikhail Gorbachev. Entrando em cena como protagonista, Boris Yeltsin desafiou os golpistas e seus poucos tanques com alguns milhares de manifestantes e acabou fechando o PCUS e garantindo a dissolução definitiva da URSS, passando por cima de um plebiscito realizado em março daquele ano, que determinava a manutenção de uma federação (União dos Estados Soberanos)<sup>407</sup>.

Esse acontecimento encerrou a era de Gorbachev e da *Perestroika*, e deu início ao capitalismo na Rússia e em todos os novos Estados independentes. Yeltsin tornou-se o novo presidente da Rússia, encerrando a era da bandeira vermelha com símbolos comunistas, e recuperando a velha bandeira tsarista.

Com exceção do PC do B e alguns setores do PCB, a maioria dos partidos de esquerda no Brasil colocaram-se contra o golpe de Estado promovido pelos velhos quadros do PCUS. Esse golpe foi visto pela maioria dos partidos como um golpe sobre o avanço da democracia na URSS. Todavia, poucos viram que o ocorrido, na verdade, era um golpe sobre outro. A dissolução da URSS dada por Yeltsin não tinha legitimidade nenhuma, pois passava sobre a vontade popular estabelecida no plebiscito de março.

---

<sup>406</sup> Ibidem.

<sup>407</sup> DIAS, Rodrigo. **A Esquerda Brasileira no Contexto do Fim da Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

É curioso o fato de que mesmo que os intelectuais de **A Classe Operária** não reconhecessem a URSS de Gorbachev como socialista, eles tenham tomado partido por esse tipo de golpe. Na verdade, pela documentação pesquisada, o PC do B nunca apontara uma saída para o que vinha acontecendo na URSS. Apesar de eles demonstrarem as insatisfações populares, como greves e manifestações contrárias à Perestroika, não passava em suas formulações nenhum tipo de “revolução política” vinda de baixo, como era o caso das organizações trotskistas. É interessante o fato de que a retomada do rumo socialista (ou estancamento do desenvolvimento capitalista) tenha se apresentado para eles por uma iniciativa vinda de dentro do próprio partido comunista soviético.

Isso demonstra a importância dada ao partido como elemento chave do processo revolucionário e, quiçá, central. É claro que existem aí questões históricas que os distanciam das interpretações trotskistas; esses sempre quiseram a “revolução política” desde a época de Stálin, enquanto o PC do B se colocou como defensor do socialismo estalinista. A questão é que desde o XX Congresso do PCUS, esses intelectuais do PC do B entrincheiraram-se na crítica a tudo que vinha sendo feito na URSS, como sendo expressão da retomada do capitalismo, sem nunca apontar para um elemento interno capaz de recolocá-la no rumo desejado por eles.

Essa perspectiva colocada ressalta a importância que davam à direção partidária, única capaz de orientar o rumo daquilo que entendiam como sendo o “verdadeiro socialismo”; ou seja, para eles, eram os partidos comunistas dirigentes os únicos capazes de irradiar o processo revolucionário: primeiro, o partido comunista chinês, e depois, o albanês. Vêm daí os seus compromissos firmados, e também se entende porque apoiaram o golpe de 1991 sobre Gorbachev: a solução vinha de dentro do próprio partido. O inédito é que foi a primeira vez que assumiram isso.

Com a crise do socialismo, por mais que o PC do B se distanciasse do socialismo existente na URSS – inclusive negando a sua existência –, do ponto de vista da luta de classe, era melhor viver com ele do que sem ele. E dentre as três forças políticas em jogo, os “revisionistas” do velho PCUS eram muito mais próximos do que o reformismo democrático de Gorbachev e o reformismo

capitalista de Yeltsin. Naquele momento, tudo o que o PC do B queria era ver os velhos quadros “revisionistas” no poder da URSS.

A tentativa de golpe, em 19 de agosto, foi a expressão do inconformismo de setores do partido revisionista, do exército e do próprio governo a essa situação calamitosa. Gente que esteve envolvida com todas estas mudanças que vêm sendo realizadas desde o XX Congresso do PCUS, mas que se alarmou com o caos criado, e tentou colocar um freio na guinada de Gorbachev rumo à direita escancarada de Yeltsin (LUSTOSA, 1991-1992, p. 20)<sup>408</sup>.

Ficava muito clara a posição estratégica do PC do B quanto à disputa de interesses internacionais. O apoio ao golpe relacionava-se ao refluxo do socialismo deflagrado em 1989. Apoiar o golpe dos “revisionistas” significou tomar uma posição anti-imperialista e anticapitalista, como bem demonstrou o articulista:

[...] a pretexto de salvaguardar a democracia, tomar como questão central a condenação do golpe, inevitavelmente resultaria em ser arrastado no leito da campanha imperialista em defesa de Gorbachev. E com os acontecimentos posteriores, não restam dúvidas sobre os frutos da vitória de Gorbachev-Yeltsin (LUSTOSA, 1991-1992, p. 21)<sup>409</sup>.

Essa posição do partido indicou a necessidade de construção de um campo contra-hegemônico dentro de uma perspectiva de crise do socialismo. É interessante notar, também, que esses acontecimentos eram exatamente a confirmação de tudo o que o PC do B vinha dizendo – a Perestroika era, realmente, o avanço do mundo capitalista sobre a URSS. Entretanto, pode-se perceber que ela ia bem além do “revisionismo” denunciado por eles. A política do PC do B, de 1962 até 1991, negou toda e qualquer concessão aos princípios do modelo estalinista, até o ponto em que tiveram de reconhecer que esse “revisionismo” era ainda uma forma de resistência ao capitalismo reinante<sup>410</sup>.

---

<sup>408</sup> LUSTOSA, Rogério. Crise na URSS redefine forças políticas. In: **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, nº 23, Ed. Anita Garibaldi, 1991-1992. p. 20.

<sup>409</sup> Ibidem. p. 21.

<sup>410</sup> DIAS, Rodrigo. **A Esquerda Brasileira no Contexto do Fim da Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.



Com a “China é agitada por vendaval político”<sup>411</sup>, no início de junho de 1989, **A Classe Operária** relata que após o fim da visita de Gorbachev, o governo chinês decretou “Lei Marcial”, e no dia 25 de abril, cerca de 500 mil soldados cercaram a capital Pequim. Inicialmente, a reportagem caracteriza o movimento dos estudantes como “confuso”, pois ao mesmo tempo em que escutavam a rádio “voz da América”, cantavam o hino da Internacional socialista. Lutavam por liberdades democráticas, porém inspiradas na ideologia burguesa. Criticavam lideranças “direitistas” (como Li Peng e Deng Xiaoping) e, ao mesmo tempo, exaltavam figuras antissocialistas (como Wan Li, presidente do Parlamento, e Zhao Ziyang, secretário-geral do partido).

Apesar das restrições ao movimento dos estudantes, o fim da reportagem aponta para um elemento novo no discurso dos intelectuais redatores do **A Classe Operária**:

Quando encerrávamos esta edição, não era possível ainda captar com precisão os rumos que os acontecimentos políticos iriam tomar na China. Contudo, o movimento de massas sempre acaba por desmascarar os revisionistas. E abre perspectivas para os marxistas-leninistas ampliarem suas ligações com as massas trabalhadoras, buscando dar rumo revolucionário, socialista, para a luta popular.

É revelador que na mesma reportagem afirmem que ainda não havia aparecido uma liderança dentro do movimento capaz de sintetizar o real caráter das agitações. Todavia, é interessante como criam a possibilidade, dada apenas a partir da presença de marxistas-leninistas, de um aprofundamento na luta revolucionária. Não rompem, é claro, com a ideia de o partido ser o dirigente dessas transformações, mas abrem a possibilidade de mudanças ocorrerem a partir de baixo.

Na mesma edição, numa pequena reportagem, “Gorbachev atua como ditador no parlamento”<sup>412</sup>, relatam a instalação do início dos trabalhos do parlamento eleito em maio daquele ano. Segundo o jornal, o Congresso dos Deputados do Povo da União Soviética instituíam-se para substituir os soviets socialistas. Esse Congresso teria sido presidido pelo próprio Gorbachev.

---

<sup>411</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 20, fase VI, p. 21.

<sup>412</sup> Ibidem, p. 20.

Na edição da segunda quinzena de junho de 1989, **A Classe Operária** trazia em sua capa a manchete: “China: os motivos do massacre”<sup>413</sup>. Nesta, além de retomarem todo o processo histórico de construção do socialismo na China e suas interpretações para os acontecimentos na praça Tian An Nen, apresentam, também, algumas reportagens sobre a Albânia.

Além de repudiarem veementemente o massacre realizado pelas tropas chinesas sobre os estudantes e retomarem a perspectiva de que esse movimento apresentava características contraditórias, remontavam os “desvios” do socialismo já na época de Mao Tsé-Tung. Segundo o jornal, a primeira divergência com Mao teria se dado ainda em 1963, ou seja, num momento em que o PC do B estava alinhado com a China, tendo ela como principal referência internacional do socialismo, já que a URSS representava uma vertente “revisionista”.

O jornal afirma que esse primeiro desacordo entre o partido e Mao ocorrera numa visita de seus dirigentes a Pequim. Nesse encontro, o líder chinês teria defendido a possibilidade de frações dentro do partido, o que para os comunistas brasileiros era inaceitável do ponto de vista da organização leninista. Além disso, contestaram a “Teoria dos Três Mundos” de Mao (1973)<sup>414</sup>. Segundo essa mesma reportagem, na medida em que o Partido aumentava seu conhecimento da prática e da teoria desenvolvidas naquele país, “[...] acabou por concluir que a China nunca foi socialista”<sup>415</sup>.

Na reportagem de José Renato Rebelo, “Mais capitalismo e ditadura na China”<sup>416</sup>, a viagem de Richard Nixon a esse país (1972), teria sido o “divisor de águas” determinante na virada das políticas internacionais chinesas: quando passou a objetivar uma posição de superpotência econômica e imperialista, daí sua perspectiva de enfrentamento à URSS, que rivalizava no mesmo espaço geopolítico. Para o PC do B, isso era o que realmente justificava a “Teoria dos Três Mundos”.

---

<sup>413</sup> A CLASSE OPERÁRIA, nº 21, fase VI.

<sup>414</sup> Nessa elaboração, Mao sugere que as relações internacionais se dão a partir de três mundos: o Primeiro Mundo, as grandes potências econômicas, o Segundo Mundo, os alinhados com essas grandes potências e o Terceiro Mundo, as nações dos países não-alinhados. Incluindo os Estados Unidos e a União Soviética no grupo de países do Primeiro Mundo. *Ibidem*.

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 20

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 21.

Como forma de contraposição a tudo o que vinha ocorrendo, **A Classe Operária** publicou duas reportagens sobre a Albânia, “O povo no poder na Albânia”<sup>417</sup> e “Na Albânia me senti totalmente livre”<sup>418</sup>, de Moacyr de Oliveira Filho. Na primeira, tratam das formas democráticas de escolha dos Conselhos Populares e juízes, que ocorriam através do voto não-obrigatório (segundo o jornal, apenas 17 eleitores de um total de 1.945.618, não compareceram às urnas). Mostram também que os candidatos do PTA (Partido do Trabalho da Albânia) tiveram pouquíssimos votos contrários, apontando para a grande legitimidade desse partido entre o povo albanês. Ao mesmo tempo, essa reportagem indica bem quais modelos de democracia defendiam.

Como pode ser visto, era uma democracia com elementos de participação direta das massas e, ao mesmo tempo, de representação através do voto. Como a reportagem demonstra a partir da fala de um dos membros do Tribunal Supremo da Albânia, Fatmira Lasku:

[...] os Conselhos Populares estão estruturados em diversos níveis. Os Conselhos de Bairros, por exemplo, são compostos por um número de representantes proporcional ao número de habitantes (aproximadamente um conselheiro para cada 250 habitantes). Os Conselhos das Regiões são compostos por um representante de cada bairro ou zona que compõe a região – Tirana, por exemplo, tem 64 conselheiros no Conselho da Região (A CLASSE OPERÁRIA, nº 21, p. 19)<sup>419</sup>.

Ainda segundo o jornal, os deputados ou conselheiros não eram remunerados e os candidatos eram indicados pelas organizações de massa. Aqui, portanto, fica clara a contraposição daquilo que chamavam de “democracia burguesa”, com essas organizações de base constituída pela participação direta dos trabalhadores (inspiradas nos *soviets*) e o exclusivismo do PTA.

Na segunda e longa reportagem sobre a Albânia (duas páginas), através do depoimento do padre Kel Many, albanês residente no Brasil (Salvador) desde 1956 (que fora visitar os irmãos em 1988 em sua terra natal), procuram demonstrar os avanços ocorridos na Albânia após a Revolução de 1944. Kel

---

<sup>417</sup> Ibidem. p. 19.

<sup>418</sup> Ibidem. p. 12-13.

<sup>419</sup> Ibidem. p. 19.

Many teria entrado no país de origem prometendo não falar em religião; não levou a bíblia e, segundo ele, sequer rezou em seu quarto durante sua estadia.

Como deixou a Albânia em 1939, constatou muitas mudanças no país: plantações de trigo, soja e milho, onde antes só existiam pântanos, estradas asfaltadas, quando em sua época não havia nenhuma, luz elétrica e água, que também não tinham em sua infância e juventude. Também constatou que naquele momento não encontrava mais a pobreza característica e o analfabetismo de 90% da população. Viu abundância de alimentos e um povo feliz. Relatou que seus irmãos tinham enorme admiração pelas lideranças do PTA e todos mantinham um quadro de Enver Hoxha na casa. Comentou também que às vezes as pessoas sonhavam em adquirir algum bem, como o irmão dele que desejava ter um carro, mas que logo esquecia, por saber ser impossível.

Com isso, os intelectuais do PC do B apostavam que a Albânia estaria imune ao processo de crise do socialismo internacional, e que a fidelidade das lideranças do PTA a Marx, Lênin e Stálin garantiria a permanência da Albânia como um modelo de socialismo a ser seguido. No entanto, os acontecimentos de um futuro próximo demonstraram que o apego a esses referenciais e princípios não seriam suficientes para manter a Albânia como alternativa socialista.

No ano de 1991, com a dissolução da URSS e a derrocada do socialismo em todo o leste Europeu, a Albânia também capitulou. Os intelectuais do PC do B, portanto, viram o fim do seu principal referencial internacional cair por terra, como demonstrou João Amazonas:

Parte da população manifesta, às vezes de maneira violenta, discordâncias com o regime existente. Isso acontece quando os dirigentes do Estado albanês promovem a democratização da vida do país. Pouco a pouco, a Albânia vai mudando de rumo (AMAZONAS, 1991, p. 92)<sup>420</sup>.

O socialismo caíra na Albânia e, com ele, toda a sua simbologia: a retirada da estátua de Stálin da principal Avenida de Tirana, juntamente com as transformações de ordem política e econômica, refletiu as mudanças

---

<sup>420</sup>AMAZONAS, João. As mudanças de rumo na Albânia socialista. **Princípios**, nº 20. Ed. Anita Garibaldi, 1991, p. 92.

internacionais.

No artigo “As mudanças de rumo na Albânia socialista”<sup>421</sup>, João Amazonas cita o discurso de Ramiz Alia, na ONU, que apontava para o fim da Guerra Fria como elemento positivo para o fim dos conflitos internacionais. Desta forma, a Albânia entrou para o rol daqueles que defendiam uma nova versão da “coexistência pacífica”, política com a qual o PC do B havia rompido desde o seu surgimento como partido, em 1962<sup>422</sup>.

Aqui se pode encontrar um elemento bastante significativo para se compreender a primeira crítica que esses intelectuais fizeram ao nome de Stálin em toda a sua história partidária, no VIII Congresso do PC do B, em 1992. A postura de contraposição às teses “revisionistas” da Albânia<sup>423</sup> não foi garantia para que a crise do socialismo não afetasse esse país: a Albânia não tinha seguido a linha “revisionista” e tampouco fez reformas capitalistas gradativas tal como URSS e China. Mesmo assim, não suportou as pressões externas e internas na direção do capitalismo<sup>424</sup>. Diante disso, os intelectuais do PC do B buscaram uma justificativa inédita e que ia para muito além de uma análise específica do caso da China, URSS ou Albânia:

Stálin, como o principal dirigente do PCUS e teórico marxista-leninista, tem responsabilidade no desastre sucedido com o socialismo na URSS. [...] Stálin revelou também deficiências, cometeu erros, alguns graves, equivocou-se em questões importantes da luta de classes. Particularmente no fim da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personalidade que conduziu à subestimação do Partido enquanto organização de vanguarda.

[...] concorreu para uma superposição do Partido ao Estado e de suas instituições. [...] Conduziu a repressões continuadas e possivelmente desnecessárias, com repercussão negativa na credibilidade do regime. [...] Deu menor importância ao outro aspecto, ao essencial, que é o da argumentação, política e

---

<sup>421</sup> Ibidem.

<sup>422</sup> DIAS, Rodrigo. **A Esquerda Brasileira no Contexto do Fim da Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

<sup>423</sup> Em 1960, numa reunião em Moscou, dos 84 partidos comunistas presentes, apenas três não aceitaram as teses kruschovistas, entre eles, o PTA. AMAZONAS, João. Acontecimento Histórico: O 7º Congresso da Internacional Comunista. **Estratégia e Tática**. Editora Anita Garibaldi. São Paulo: 1989. p.165.

<sup>424</sup> DIAS, Rodrigo. **A Esquerda Brasileira no Contexto do Fim da Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

teórica<sup>425</sup>.

A crítica a Stálin talvez tenha sido a principal mudança em relação à perspectiva de revolução nos intelectuais do PC do B, partindo da ideia de que o modelo estalinista de revolução tenha sido a base de todas as suas elaborações sobre a *revolução brasileira*, ao lado e, quiçá, na frente do marxismo-leninismo.

As bases da revolução estalinista orientaram a perspectiva de *revolução brasileira* para esses intelectuais. Essas bases foram dadas com as elaborações da Terceira Internacional Comunista e da revolução por etapas, como já foi dito alhures. Segundo Luis Fernandes<sup>426</sup>, o texto que mais influenciou as formulações da Terceira Internacional Comunista foi “A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos”, de Stálin, publicado em 1923<sup>427</sup>.

A partir de Stálin<sup>428</sup>, Fernandes formula que a estratégia do partido deve levar em conta sempre a dinâmica da história, não deve ser estática, e que as formulações da estratégia devem acompanhar as reviravoltas da história. Assim, o autor aponta para uma nova perspectiva estratégica para a *revolução brasileira*, neste texto de preparação para o VIII Congresso do PC do B (1992), no “apagar das luzes” do socialismo no Leste Europeu e do avanço do liberalismo no Brasil:

Em linhas gerais, diante do agravamento da crise nacional e da nova correlação de forças no mundo, elas indicam um “plano estratégico” mais defensivo, com o reforço da importância das tarefas nacionais e democráticas (embora redefinidas) no enfrentamento da crise brasileira, e um certo distanciamento da perspectiva socialista (LUIS FERNANDES, 1992, p. 51)<sup>429</sup>.

---

<sup>425</sup> Ibidem. p. 438-439-440.

<sup>426</sup> FERNANDES, Luis. Evolução da estratégia comunista no Brasil. **Princípios**, nº 24, 1992, p. 45.

<sup>427</sup> STALIN, J. **Estratégia e Tática**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.

<sup>428</sup> “A estratégia do Partido não é algo permanente, dado uma vez por todas. Muda segundo as reviravoltas históricas, as modificações históricas. Essas mudanças exprimem-se no fato de que para toda a reviravolta histórica se elabora um plano estratégico correspondente, válido para todo o período que medeia entre uma reviravolta e outra. O plano estratégico determina a direção do golpe principal que as forças revolucionárias devem deferir [...]” STALIN, J. **Estratégia e Tática**. Editora Anita Garibaldi: São Paulo, 1989. p. 28.

<sup>429</sup> FERNANDES, Luis. Evolução da estratégia comunista no Brasil. **Princípios**, nº 24, 1992, p. 51.

É interessante observar que a virada da estratégia da *revolução brasileira* se propõe recuar com relação a questões importantes para o Partido, como a não liquidação dos latifúndios e grandes monopólios. Entretanto, como pode ser visto, o autor se utiliza das formulações de Stálin, num texto de preparação para um Congresso que responsabilizou o próprio Stálin por parte do fracasso do socialismo na URSS. A crítica a Stálin, portanto, estaria dentro do contexto das reformulações das grandes viradas da história, estalinistamente falando.

No entanto, o mais significativo para se pensar os intelectuais redatores do PC do B, é o apontamento para “o reforço das tarefas nacionais e democráticas”. Aqui, há uma reformulação direta na posição desses intelectuais na sociedade, dando prioridade a uma atuação empenhada em combater o avanço das medidas liberais em voga (reivindicando uma postura nacionalista), dentro dos parâmetros institucionais e democráticos.

Essa nova estratégia frente à *revolução brasileira* remete esses intelectuais a uma posição muito parecida com aquela adotada dentro do período de redemocratização<sup>430</sup>. Porém, ao contrário daquele momento, agora o PC do B não tinha muitas opções. Os movimentos de massa, salvo raras exceções, pelo que tudo indica, entraram num estado amorfo. É por isso que a nova formulação colocava a atuação desses intelectuais num estado de espera. Enquanto isso, o Partido se fortaleceria estruturalmente usando os recursos oferecidos pelo Estado<sup>431</sup>.

Os intelectuais de **A Classe Operária** terminam a década de oitenta com uma imprensa bastante organizada. A revista *Princípios* e o próprio jornal expressavam bem esse momento que dava continuidade à grande capacidade de produção escrita, uma das principais marcas de suas atividades. Sem sombra de dúvidas, João Amazonas<sup>432</sup> foi o intelectual mais proeminente do

---

<sup>430</sup> Posição que fora muito cara ao PC do B, como deixou claro Luis Fernandes: “O fato é que a tática democrática comunista foi vitoriosa, mas às custas da perda de referência de massas mais ampla, no âmbito da esquerda, para o PDT e PT (que foram menos conseqüentes em trazer a questão da transição democrática para o centro das suas formulações!).” FERNANDES, Luis. Evolução da estratégia comunista no Brasil. *Princípios*, nº 24, 1992, p. 50.

<sup>432</sup> João Amazonas nasceu em 12 de janeiro de 1912, em Belém do Pará. Com dez anos, filho de operário, teve que empregar-se numa fábrica de facas e, mais tarde, seguindo os passos do pai, trabalhou na Fábrica Palmeira, uma das maiores empresas de produção de massas

PC do B. Diferentemente de muitos intelectuais revolucionários que tiveram ofícios paralelos à militância partidária, Amazonas dedicou grande parte de sua vida profissional ao Partido. Esta formação era oferecida pelo próprio Partido, entretanto, os contatos internacionais que estabeleceram ao longo de sua história (URSS, China e Albânia) muitas vezes ofereciam essa possibilidade também. O próprio João Amazonas, por exemplo, participou de cursos de formação no exterior<sup>433</sup>.

É interessante que, de 1935, data de seu primeiro contato com a ALN em Belém, até o seu primeiro artigo (apesar de já ter participado da elaboração de documentos em conjunto com outros militantes), publicado em 1957<sup>434</sup>, foram vinte e dois anos de formação que transformaram o operário em intelectual. Dessa forma, sua atividade e produção intelectual foram construídas dentro do Partido e para o Partido. Foi ele um dos principais responsáveis pela organização de grande parte das publicações do PC do B, ao lado de Rogério Lustosa, Carlos Pompe, Luis Fernandes, entre outros.

Esses intelectuais tinham a revista *Princípios* como instrumento de divulgação teórica e o jornal como promotor da atividade militante. Eles são marcados por uma relação de compromisso com o Partido e a Direção partidária, colocando-se como elementos de vanguarda e divulgadores das ideias produzidas por um círculo de discussões dadas no interior da Direção partidária. Com a disciplina característica das organizações leninistas, faziam com que essas ideias circulassem entre os militantes e para além deles, e isso era um de seus principais objetivos como intelectuais. No entanto, como Direção que eram, colocavam-se a tarefa de elaboradores de táticas e estratégias que culminassem na *revolução brasileira*.

---

alimentícias de Belém. Exercendo essa função durante o dia e estudando à noite, principiou suas atividades reivindicatórias como operário. Iniciou sua atividade militante com a ANL, e a partir dela teve contato com o PCB. Organizou uma pequena célula comunista na fábrica, foi preso e acabou fugindo junto com Pedro Pomar para o Rio de Janeiro. No início dos anos quarenta, entraram em contato com Grabois e Amarílio Vasconcelos, e passaram a reorganizar o Partido, dali para frente se tornaram dirigentes nacionais do Partido Comunista do Brasil. Função que exerceu por toda a sua vida, até 2002, ano de sua morte. OLIVEIRA, Pedro de (org.). João Amazonas. Brasília: Edições Câmara, 2011. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5225/joao\\_amazonas.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5225/joao_amazonas.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 17 jul. 2011.

<sup>433</sup> Entre 1953 e 1955, João Amazonas e mais 43 militantes do Partido estiveram na URSS para fazer um curso de marxismo-leninismo na Escola Superior do Comitê Central do PCUS. *Ibidem*.

<sup>434</sup> *Ibidem*. p. 60.



Mantendo sempre a perspectiva marxista, foram capazes de avançar, recuar, mudar de tática, e, consolidar, em meio a tantas adversidades, o partido que acreditavam (e muitos acreditam até hoje) ser o partido catalisador das lutas populares e da transformação socialista. Como já foi visto, a sua imprensa teve um papel decisivo nessa organização. Dessas redações saíam as principais ideias de táticas e estratégias para a *revolução brasileira*. Ao mesmo tempo, essa imprensa refletia os debates da direção partidária, ou seja, não é possível separar as discussões que circulavam na Direção das que eram publicados. Esses redatores, portanto, ao mesmo tempo eram membros da Direção do partido e intelectuais, constituindo uma posição de *intelectual/vanguarda*.

Desta forma, nunca negaram a atividade intelectual, o parlamento e os movimentos de massa; transitavam nessas posições sempre com o objetivo de construir o Partido, a revolução e o socialismo. Sendo que a intensidade com que participavam dessas posições era determinada unicamente pela tática e estratégia, dadas em um determinado período. Entretanto, a atividade intelectual intensa, como texto, provavelmente foi um dos meios mais importantes desses ativistas na construção do partido.

#### 4.3 A CRISE DO SOCIALISMO NAS PÁGINAS DO JORNAL CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

Na segunda semana de março de 1989, os intelectuais redatores do jornal **Convergência Socialista** comemoravam a 200ª edição da nova série do periódico, iniciada em 1984. Retomavam, também, a história das publicações que serviram como meio de divulgar as ideias de sua organização revolucionária, do jornal *Independência Operária* (publicado a partir de março de 1974) ao primeiro momento que o jornal **Convergência Socialista** circulou nas greves de 1978, no ABC paulista, passando pelo nome de *Alicerce*, até retornar ao título usado nessa nova série (processo que já foi demonstrado alhures). O jornal chegara em 1989 como semanário com edições ininterruptas,

das quais cem com 12 páginas<sup>435</sup>.

Na capa, no lado direito superior, ao lado do símbolo característico do tabloide (uma mão esquerda negra fechada) aparecia, agora, a estrela do PT, e como subtítulo, “Um jornal operário e socialista a serviço da CUT e do PT”<sup>436</sup>. As reportagens do jornal continuavam sem signatários; ao mesmo tempo, o expediente passava a ser assinado pela jornalista responsável Maria Cecília Nascimento<sup>437</sup>, que inclusive tinha sido redatora de cultura do jornal Movimento<sup>438</sup>. O periódico seguia afirmando – de acordo com a resolução do Partido dos Trabalhadores do 5º Encontro Nacional (1987) – que sua circulação era exclusiva entre militantes do partido<sup>439</sup>.

De modo geral, o jornal não mudara muito suas características editoriais em comparação com as publicações iniciais. Apesar de ter assumido o seu caráter interno de jornal de tendência do PT, seguia publicando sobre greves, denunciando o governo, debatendo com as outras frentes políticas e defendendo as posições da organização.

No entanto, é possível notar, no final de 1988, um certo deslocamento dos objetivos imediatos dos intelectuais redatores em relação à questão da greve como principal meio desencadeador do processo revolucionário. Agora, para o Brasil, a possibilidade de eleger um operário para a presidência tornava-se o seu principal objetivo. Inclusive, passaram a perceber os limites dos movimentos grevistas:

[...] por mais importantes que sejam as vitórias conquistadas nestas lutas, elas são rapidamente golpeadas pela inflação, pelo quadro de crise aberrante criado pelos patrões. [...] É preciso, por isso, acabar com os governos patronais e colocar de pé um governo completamente diferente: um governo dos trabalhadores. [...] colocar Lula na presidência é, pois o objetivo principal do próximo período (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 191, p. 6)<sup>440</sup>.

Todavia, seguem investindo na ideia das mobilizações grevistas como forma de pressão e organização da classe trabalhadora, e a perspectiva da

<sup>435</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 200. p. 3.

<sup>436</sup> Ibidem. Capa.

<sup>437</sup> Ibidem. p. 2.

<sup>438</sup> MOVIMENTO, nº 167, 11 de setembro de 1978. p. 2.

<sup>439</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 196. p. 2

<sup>440</sup> Idem, nº 191. p. 6.

Greve Geral como “greve política” contra o governo passava a ser amplamente defendida a partir daquele momento<sup>441</sup>. Inclusive, justificam as conquistas das prefeituras pelo PT nas eleições de 1988<sup>442</sup> a partir da ideia de que os trabalhadores teriam votado nos candidatos do partido em função de uma conscientização dada através das mobilizações grevistas<sup>443</sup>.

Os debates em torno das administrações municipais do Partido dos Trabalhadores revelaram, nas páginas do jornal **Convergência Socialista**, as novas possibilidades abertas para a *revolução brasileira*<sup>444</sup>.

No final de 1988, a questão de administrar prefeituras numa perspectiva socialista – usando-as como um dos caminhos para abrir possibilidades revolucionárias – dentro do sistema capitalista brasileiro, foi trazida pelos intelectuais do jornal a partir de dois elementos: o não pagamento das dívidas das prefeituras e a mobilização popular.

No caso da primeira, sugeriam que se aplicasse o programa nacional do partido, de não pagamento da dívida externa, aos municípios. Assim, estariam golpeando os bancos e o sistema financeiro. O segundo, ainda de forma bastante embrionária, remetia à sustentação dessas medidas de ruptura com o capitalismo, através da mobilização popular<sup>445</sup>. Entretanto, no início de 1989, esse processo toma a forma mais elaborada dos conselhos populares, e passam a sustentar que esses são “[...] a melhor forma de organizar as mobilizações populares que vão surgindo sob a prefeitura petista” (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 194, p. 4)<sup>446</sup>. Curiosamente, a mesma reportagem revela a preocupação do jornal Estadão, de que o PT substituisse a democracia representativa pelos *soviets*<sup>447</sup>.

Outro elemento revelador das possibilidades a serem abertas com a possível vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais,

---

<sup>441</sup> Ibidem. p. 5.

<sup>442</sup> São Paulo, Porto Alegre, Vitória, São Bernardo do Campo, Santo André, Campinas, Santos, Piracicaba, Ipatinga (MG), Timóteo e Montealegre (MG). CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 193. p. 3.

<sup>443</sup> Ibidem.

<sup>444</sup> Talvez seja importante explicitar que apesar de a ideia de *revolução brasileira* não ser usada pelos redatores do jornal - certamente por terem um horizonte internacionalista - a perspectiva de construção de uma revolução no Brasil sempre esteve presente, o que justifica o uso desse conceito por mim.

<sup>445</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 193. p. 6.

<sup>446</sup> Idem, nº 194. p. 4.

<sup>447</sup> Ibidem.

proposto em março de 1989, foi a forma como transferiram a sua perspectiva revolucionária de aliança de classes ao processo eleitoral, quando defenderam a chapa majoritária para as eleições com um candidato à presidência operário e um vice camponês. Ou seja, desejavam que o critério para a escolha do vice de Lula fosse de classe, e que unisse as lutas dos trabalhadores da cidade aos do campo<sup>448</sup>.

As vitórias eleitorais do PT no Brasil são vistas pelos intelectuais redatores do jornal **Convergência Socialista** dentro de um contexto internacionalista, principalmente voltado para processos semelhantes de acirramento da luta de classes a partir das crises econômicas geradas pelo endividamento externo e inflação, como no Uruguai, Venezuela, Argentina e Peru. Todavia, era com a Argentina do partido Movimento ao Socialismo que os intelectuais do jornal Convergência Socialista mantinham laços estreitos.

Nesse sentido, pode-se notar não só um forte diálogo entre a organização Convergência Socialista e o partido Movimento ao Socialismo (MAS) da Argentina, como o entendimento de que os processos econômicos e sociais desses dois países tinham as mesmas raízes.

Inclusive, na Argentina, como no Brasil com a Frente Brasil Popular, o partido Movimento ao Socialismo (MAS) se articulava com o PC argentino para constituir uma “Esquerda Unida”, para concorrer nas eleições presidenciais<sup>449</sup> de maio de 1989<sup>450</sup>.

O MAS<sup>451</sup> argentino e os militantes da organização Convergência Socialista mantinham esses vínculos políticos a partir da LIT – QI, da qual eram filiados. Esses vínculos, somados ao fato de esses intelectuais perceberem a América Latina a partir de um mesmo contexto histórico e social, possibilitava que adotassem caminhos parecidos para o desencadeamento revolucionário.

Desse modo, percebiam que a América Latina passava por um momento favorável de crescimento dos partidos de esquerda. Entendiam que os resultados dos processos eleitorais no Brasil, em certa medida, favoráveis à

---

<sup>448</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 199. p. 5.

<sup>449</sup> Nessas eleições também despontavam como candidatos: Alfonsín, pela União Cívica Radical; Menem, pelo Partido Justicialista (peronista); e Alsogaray pela União de Centro Democrático (segundo o jornal, de ultra-direita).

<sup>450</sup> Ibidem. p.10.

<sup>451</sup> Segundo os redatores do jornal, “[...] o maior partido trotskysta do mundo”. CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 196. p.10.

esquerda, associado aos movimentos de massa (greves no Brasil, Argentina, Peru e Uruguai) que esses partidos passaram a liderar; foram impulsionados pelo que entendiam como aprofundamento da crise capitalista, e podiam ser os sinais do que chamavam de “Ascenso da revolução”, e para eles, a região era um de seus principais polos mundiais<sup>452</sup>.

Portanto, neste momento, a perspectiva revolucionária dos intelectuais redatores do jornal da Convergência Socialista, constitui-se pela formação de um partido de vanguarda com forte influência sobre as massas. Na perspectiva de construção do poder operário baseado na auto-organização dessa classe. Tinham a perspectiva de que esses últimos anos da década de oitenta eram caracterizados por grandes perspectivas revolucionárias, e que a intensificação da luta de classes ocorrida na América Latina, associada à revolução política no mundo socialista, confirmavam essa tendência.

No entanto, a organização Convergência Socialista não se constituía como partido propriamente, e procuravam dentro do Partido dos Trabalhadores construir a influência de massas necessária para alcançarem uma posição mais favorável para a formação de tal partido.

Dessa maneira, os ativistas dessa organização se apresentavam de forma muito atuante e determinada em seus objetivos revolucionários, o que levava a organização a entrar em conflito permanente com a Direção do Partido dos Trabalhadores. A própria adaptação do jornal à resolução de regulamentação das tendências do PT foi fruto de grande enfrentamento, que a organização teve de absorver.

Ao mesmo tempo, em virtude de sua radicalidade revolucionária, a organização foi alvo de inúmeros ataques promovidos por setores da grande imprensa. No mês de maio de 1989, chegaram a ser acusados de terem jogado duas bombas em Recife e usado um vidro de amônia para fechar uma agência bancária no Rio de Janeiro<sup>453</sup>.

Entretanto, os redatores do jornal **Convergência Socialista** e sua organização deixaram bem claro os métodos que não usam para alcançar o poder, em reportagem que denunciava o ataque à base militar de La Tablada,

---

<sup>452</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 195. p.10.

<sup>453</sup> Idem, nº 207, contracapa.

em 23 de janeiro de 1989, na Argentina<sup>454</sup>. Segundo o jornal, a organização:

[...] expressou sua posição afirmando que é tradição do trotsquismo ser contra os atentados terroristas que expressam a falta de confiança nos trabalhadores e nas suas lutas, que são a tentativa de substituir, por ações isoladas de grupos heróicos, a ação das massas mobilizadas. O trotsquismo, ao contrário, se apóia na mobilização dos trabalhadores, nos seus métodos de luta e na democracia operária (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 197, p. 10)<sup>455</sup>.

Seguindo a perspectiva revolucionária desses intelectuais redatores, os processos revolucionários vinham crescendo significativamente no decorrer do ano de 1988, dando resposta às políticas antioperárias do imperialismo sobre os trabalhadores das “metrópoles imperialistas”, das “semicolônias” e dos “Estados operários”. Sendo que o elemento inovador era a entrada em cena da classe trabalhadora na União Soviética (Estado operário). Com o título “O gigante desperta”, os redatores apontam para as greves, assembleias e a organização de “clubes políticos”, que reivindicavam liberdade de imprensa, sindicatos independentes e se apresentavam contrários às políticas de Gorbachev<sup>456</sup>.

Ao criticarem as eleições parlamentares na URSS, no dia 26 de março de 1989, explicitaram a sua própria visão de democracia e socialismo. Contrapunham-se ao unipartidarismo, à existência de presos políticos e à falta de liberdade de expressão, e remetiam à democracia direta dos *soviets* do início da Revolução de 1917 como exemplo de suas concepções democráticas<sup>457</sup>. Ou seja, recusaram todos os governos e modelos de socialismo posteriores à morte de Lênin. Viam, a partir de Trotsky<sup>458</sup>, a URSS

<sup>454</sup> Alan Angel (2009), em “A esquerda na América Latina após 1920”, sugere indícios de que o ataque a La Tablada tenha sido organizado por grupos trotskistas provenientes do *Partido Revolucionario de Los Trabajadores* (PRT), que teria dissolvido suas alas militares em 1977. In: BETHEL, Leslie. **História da América Latina**, Volume VII. São Paulo: EDUSP, 2009, p.514.

<sup>455</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 197. p. 10.

<sup>456</sup> Ibidem. p. 11.

<sup>457</sup> Idem, nº 203. p. 11.

<sup>458</sup> “Em 1938, diante da consolidação da burocracia na União Soviética – então o único lugar do mundo onde a burguesia tinha sido expropriada -, Leon Trotsky afirmou que os trabalhadores teriam que fazer outra revolução, uma revolução política, para recuperar seu poder usurpado pelos funcionários que controlam o aparato do estado operário. Afirmou também que a revolução política passaria pela luta contra a opressão nacional, contra a repressão política e contra os privilégios econômicos da burocracia”. CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 195. p. 10.

como um Estado Operário, mas controlado por uma burocracia que deveria ser derrotada por uma revolução política.

Todavia, a revolução política, naquele momento alcançara outras regiões socialistas, com greves e reivindicações democráticas: Polônia, Iugoslávia, Checoslováquia, Hungria, Romênia e Alemanha Oriental<sup>459</sup>. Ao contrário dos intelectuais do **Em Tempo**, não endossaram em momento algum as políticas de Gorbachev, na URSS. E logo começaram a perceber as verdadeiras intenções de Lech Walesa, na Polônia (que fizera um pacto com o governo “burocrático” de Jaruzelski). Porém, seguiam a perspectiva de que a classe trabalhadora, juntamente com setores do sindicato Solidariedade e estudantes, seguiria se organizando na luta pela revolução política<sup>460</sup>.

Com o início das manifestações dos estudantes na China, os redatores do jornal **Convergência Socialista** apontaram para a mesma direção da revolução política. Menos cautelosos do que o **Classe Operária** e o **Em Tempo**, não viram nenhum tipo de inflexão ao capitalismo. Resgatando a tradição da organização dos estudantes chineses da época dos *dazibaos*, em 1976 (grandes jornais publicados nos muros que criticavam o sistema)<sup>459</sup>, proclamaram a vitória do movimento que tinha garantido a abertura das negociações dos estudantes com o governo. Enxergavam, pois, nessas manifestações, que chamavam mais mobilizações para o dia 4 de maio, como a confirmação da expansão dos movimentos “antiburocráticos”, que se espalhavam pelo mundo socialista<sup>461</sup>.

Na última semana de maio de 1989, o jornal **Convergência Socialista** publicava matéria intitulada “Revolução política abala a China”, informando que milhares de estudantes e trabalhadores ocupavam as ruas de Pequim e que o movimento teria causado uma profunda crise de hierarquia no Exército, cujos soldados acabaram se misturando aos manifestantes. Ainda, nesses protestos os manifestantes estariam controlando as ruas com barricadas e sistema de comunicação próprio: “Nasceu um novo poder em Pequim. Não é mais o poder dos burocratas velhos e corruptos, da polícia ou das Forças Armadas. Esses estão ilhados atrás dos muros da Cidade Proibida dos imperadores da velha

---

<sup>459</sup> Ibidem.

<sup>460</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 199. p.11.

<sup>459</sup> Idem, nº 207. p.11.

<sup>461</sup> Ibidem.

China” (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 210, p. 6-7)<sup>462</sup>. Os redatores entenderam a falta de repressão ao movimento, ocorrida em algum momento, como sendo o fim do governo: “governo que não consegue reprimir, deixa de poder governar” (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 210, p. 6-7)<sup>463</sup>.

Mesmo não vendo organização efetiva dos estudantes e trabalhadores, com um projeto definido nos moldes de um partido de vanguarda, percebiam em algumas manifestações isoladas um caminho que ia em direção ao que acreditavam. Exemplos disso foram algumas considerações de um dos líderes dos estudantes chineses, Liu Wuchang, elogiando a obra de Leon Trotsky<sup>464</sup>, considerações que supostamente poderiam remeter à luta dos estudantes chineses, tanto contra reformas capitalistas quanto à crítica desejada à burocracia governamental.

No entanto, na edição 212 da segunda semana de junho, o governo chinês voltava a ser governo, e o jornal anunciava na capa “Massacre de Pequim”. Mesmo assim, o periódico demonstrava a resistência dos estudantes e trabalhadores ao Exército com os combates nas ruas e indicando que o movimento seguia até o momento do fechamento daquela edição<sup>465</sup>.

Os intelectuais redatores do jornal **Convergência Socialista** tiveram, no ano de 1989, a recepção de inúmeros acontecimentos internacionais cujos movimentos de massa eram protagonistas, o que os fazia acreditar que a revolução internacional estava em ascensão. Entretanto, nenhum outro movimento foi tão significativo para esses redatores quanto os acontecimentos na Argentina.

A Argentina fora o berço do “novo sindicalismo” na América Latina com os *cordobazos*, em 1969 e 1971, nas cidades de Córdoba e Rosario, a partir da indústria automobilística e petroquímica instaladas nessas regiões. As greves e o apoio de estudantes e da população local, “se aproximaram da insurreição urbana em larga escala”<sup>466</sup>, pressionando sobremaneira a saída dos militares do governo (culminando na eleição de Perón, em 1973). Desta forma,

---

<sup>462</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 210. p. 6-7.

<sup>463</sup> Ibidem.

<sup>464</sup> Ibidem.

<sup>465</sup> Idem, nº 212. p. 6.

<sup>466</sup> ROXBOROUGH, Ian. A classe trabalhadora urbana e o movimento trabalhista na América Latina após 1930. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina** (Vol. VII). São Paulo: EDUSP, 2009. p. 333.



constituiu-se um substrato social com grande capacidade reivindicatória e uma base política urbana muito fértil para as ações dos partidos e organizações revolucionárias<sup>467</sup>, mesmo que o peronismo ainda tenha mantido grande influência sobre a classe trabalhadora por muito tempo na Argentina.

Na segunda semana de junho de 1989, na mesma publicação que dava conta do massacre dos estudantes na China, o jornal noticiava o estado de sítio – para dar conta das ondas de saques e passeatas que assolavam o país – decretado no fim do governo de Raúl Alfonsín (1983-1989) na Argentina. Com ele, foram efetuadas inúmeras prisões de ativistas de esquerda, incluindo a vistoria e a ocupação das sedes do PC, do MAS e do Partido Obrero. Ainda, o MAS foi amplamente atacado pelo governo e responsabilizado pelas revoltas<sup>468</sup>. A crise de hiperinflação e recessão instalada no país acabou por antecipar a posse de Saul Menen, (marcada para 10 de dezembro) para o dia 8 de julho de 1989<sup>469</sup>.

Segundo o jornal, a renúncia de Alfonsín foi provocada pela grande mobilização popular que por dois dias controlou ruas e bairros na Argentina; junto com as greves se auto-organizaram, adquirindo consciência e independência, no que chamaram de “Um Ascenso Colossal”. Neste sentido, o início do governo Menen encontrava uma herança difícil de administrar e um movimento popular intenso, que fazia os redatores do jornal enxergarem grandes possibilidades:

Em pouco tempo virão os choques entre a base operária e popular e o governo. Afastando-se do peronista, a classe operária argentina já está construindo uma nova direção para as suas lutas. Uma alternativa cujo componente fundamental é cada vez mais o Movimento Ao Socialismo, o partido que esteve na vanguarda das lutas que derrubaram Alfonsín e que sempre lutou para arrancar os trabalhadores da nefasta influência da burocracia peronista (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 216, p. 11)<sup>470</sup>.

Com o título “Uma revolução contra a fome” e o subtítulo “Está nascendo um novo poder”, os articulistas do jornal **Convergência Socialista** reproduziram a situação de profunda crise econômica vivida na Argentina e

---

<sup>467</sup> Ibidem.

<sup>468</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 212. p. 11.

<sup>469</sup> Idem, nº 214. p. 11.

<sup>470</sup> Idem, nº 216. p. 11.

como a população pobre dos bairros operários se organizava na busca de alimentos. Daí o surgimento das *ollas populares*, onde a população se reunia em torno das panelas que eram usadas para pedir alimentos nas prefeituras e empresas, dando origem a organizações mais complexas, como a formação de assembleias permanentes<sup>471</sup>.

Na mesma reportagem publicavam a fala de uma das líderes do MAS, Sílvia Diaz:

[...] as lutas vão se aprofundar a ponto de colocar com toda a clareza a questão de classe e qual sistema governará a Argentina. Existe uma imensa possibilidade de que sejam os trabalhadores e o povo os que ganhem nesse confronto, e que consigam impor a saída que o MAS defende: uma Argentina socialista, sob um governo operário e popular.

É interessante observar, aqui, que se estabeleciam caminhos diferentes entre a organização Convergência Socialista e o MAS argentino, já que no início do ano a organização brasileira empenhava-se na possibilidade eleitoral do Partido dos Trabalhadores, e que na Argentina com a recente derrota da Esquerda Unida nas eleições presidenciais, com ampla votação no candidato peronista Menen, essa possibilidade inexistia naquele momento. Entretanto, os redatores do **Convergência Socialista**, a partir daí, passaram a ver elementos parecidos com a Argentina na economia brasileira, e chegaram a publicar reportagens intituladas “O Brasil a caminho da ‘Argentinização’”<sup>472</sup>, “Hiperinflação”<sup>473</sup>, dentre outras, explorando a questão das possibilidades inflacionárias e do aprofundamento da crise econômica no país.

A CS Editora também passou a publicar a revista *Correio Internacional*, que era editada na Argentina com as posições da LIT-QI, e aqui no Brasil, os textos eram traduzidos e editados para uma versão da revista em português. O *Correio Internacional*, portanto, expressava os vínculos internacionais da organização Convergência Socialista e, também, demonstrava o quanto a LIT – QI era hegemônica pelo MAS argentino. Diferente do jornal **Convergência Socialista**, o *Correio* era uma publicação densa e explicitava mais claramente os objetivos dessas organizações.

<sup>471</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 218. p. 11.

<sup>472</sup> Idem, nº 216. p. 7.

<sup>473</sup> Idem, nº 218. p. 5.

O número um dessa série brasileira do Correio Internacional, de agosto de 1989, trazia em sua capa dois títulos, “China: o poder da mobilização” e “Argentina: a resposta popular à hiperinflação agrava a crise geral do regime”. Compreendiam que o mundo vivia um processo revolucionário comparável aos períodos da Segunda Guerra Mundial e pós-guerra, com a derrota do nazismo e o surgimento de inúmeros Estados socialistas. Demonstravam que a situação chinesa e argentina expressavam um salto da situação revolucionária no mundo. No entanto, chama atenção a questão argentina:

A situação revolucionária argentina continua entre duas crises: a primeira, que deu origem a esta situação e provocou a revolução democrática e anticapitalista, e a próxima que, cedo ou tarde, colocará na ordem do dia a derrubada desse regime e a mudança do sistema, para abrir caminho à revolução operária e socialista (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 218, p. 20)<sup>474</sup>.

Seguindo as posições do III Congresso da LIT – QI, ocorrido em maio de 1990, a revista traz um panorama bastante claro das posições que formaram as ideias sobre revolução da organização Convergência Socialista. A perspectiva do chamado “Ascenso revolucionário” era explicado pelas grandes mobilizações de massas ocorridas no mundo. Suas bases se sustentavam na influência sobre a classe trabalhadora vivida pela LIT – QI, na América Latina, e principalmente pelo MAS, na Argentina; e, pela derrota do “estalinismo” no Leste europeu, com a revolução política em curso<sup>475</sup>.

Como pode ser visto, enxergaram uma possibilidade real de desencadeamento revolucionário com o processo que culminou na queda do presidente Alfonsín e na continuidade das mobilizações no governo Menen. Nota-se essa expectativa quando avaliaram, em 1990, que tinham cometido um erro de “ritmo” na Argentina, superavaliando os acontecimentos. No entanto, a presença do MAS como organização revolucionária<sup>476</sup>, que chegava a ter 25 mil militantes<sup>477</sup> bem formados e ativos, fazia com que essa perspectiva revolucionária permanecesse presente.

---

<sup>474</sup> Ibidem. p. 20.

<sup>475</sup> CORREIO INTERNACIONAL, nº 7, julho de 1990.

<sup>476</sup> Ibidem. p.11.

<sup>477</sup> Ibidem. p.40.

Esse horizonte mantinha-se vivo e justificado pela capacidade de mobilização que o MAS apresentava. Inclusive no 1º de maio daquele ano, a Esquerda Unida (MAS e PC) tinha reunido cerca de 100 mil trabalhadores na Praça de Maio.

Desse modo, combinava o fim do “estalinismo”, como tendência antirrevolucionária, com o crescimento da influência de massas dada pela conscientização dos trabalhadores e pela consolidação de uma direção de vanguarda e trotskista. O “estalinismo” morria e o trotskismo vivia. O fim das direções estalinistas abriria as portas para que a classe trabalhadora se identificasse definitivamente com uma nova referência revolucionária. “Se conseguirmos brigar e tomar o poder em algum país do Cone Sul latino-americano, vai ser um salto colossal. Como é um fenômeno regional e agora temos influência de massas, podemos conquistá-lo em mais lugares. É uma realidade que temos que assumir, com todas as suas consequências”<sup>478</sup>.

Dessa forma, viram uma situação revolucionária no Paraguai, com a criação do Partido dos Trabalhadores. A influência do trotskismo na Colômbia e na Venezuela também sinalizavam o processo de crescimento da organização. Na América Central, imaginaram a possibilidade de reorganizar os trabalhadores com a derrota sandinista para Chamorro; de ascensão dos movimentos populares no Panamá, com a invasão estadunidense; em Honduras com a liderança de trotskistas na formação de um partido de trabalhadores. No Brasil, não falaram<sup>479</sup>. Acredito que ao não terem citado o Brasil, significava que não viam a constituição de um partido de vanguarda e trotskista, capaz de liderar efetivamente o processo revolucionário.

Na Europa capitalista, apontaram para a ascensão da classe trabalhadora em greves na Espanha, na crise da Suécia e nas manifestações contra Thatcher, na Inglaterra. No mundo socialista europeu, ressaltaram as manifestações de massa que derrubaram o Muro de Berlin e nas greves na URSS<sup>480</sup>. Ou seja, independentemente de seus objetivos imediatos, as massas representavam para essas organizações a abertura de caminhos revolucionários.

---

<sup>478</sup> Ibidem. p.12.

<sup>479</sup> Ibidem.

<sup>480</sup> Ibidem.

Neste momento, o leitor deve estar achando que o subtítulo proposto aqui “A crise do socialismo internacional nas páginas do jornal *Convergência Socialista*” não reflete o pensamento dos intelectuais redatores do jornal, e isso é uma verdade. O jornal da **Convergência Socialista** não viu crise do socialismo em lugar nenhum. Mas isso não significa que ela não estava lá.

No Brasil, ainda em 1989, na terceira semana de outubro, os redatores do jornal **Convergência Socialista** mantinham sérias desconfianças com a Direção e a tendência majoritária do Partido dos Trabalhadores, Articulação, no processo eleitoral. Reivindicavam o retorno do discurso proferido em 1982 e chamavam as palavras de ordem “trabalhador vota em trabalhador”<sup>481</sup>, numa tentativa de construir a consciência de classe a partir da candidatura operária de Lula. Exigiam a presença do candidato nas greves, nas portas de fábrica e nas ocupações de terra. Apostavam, também, nos comícios como grandes manifestações de massa, na mesma perspectiva internacional da LIT – QI.

O jornal chega a sugerir que Lula não defendesse o programa da Frente Brasil Popular, e sim, o programa proposto pela CUT, tido como anticapitalista: piso salarial conforme o salário mínimo do DIEESE; congelamento de preços dos gêneros básicos; reforma agrária radical; não pagamento da dívida externa; e estatização do sistema financeiro<sup>482</sup>. Mas também chegaram a assumir que Lula estivesse muito próximo desse programa.

Com a derrota do PT para Collor de Mello, o jornal saiu imediatamente em defesa de uma oposição intransigente ao governo que caracterizava como pró-imperialista<sup>483</sup>. O que culminou, mais tarde (1991), na proposta de “fora Collor”, que acabou desencadeando a saída da organização do Partido dos Trabalhadores. Pelo que tudo indica, os debates sobre a revolução na Argentina e a “superavaliação” desses acontecimentos geraram uma profunda cisão na organização *Convergência Socialista*, e a formação de inúmeros novos grupos que fundaram, em 1994, o Partido Socialista dos Trabalhadores – Unificado (PSTU).

Com o “fora Collor”, esses intelectuais revolucionários teriam imaginado proporcionar a mesma crise política ocorrida na Argentina com Alfonsín? E a

---

<sup>481</sup> CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, nº 231. p. 7.

<sup>482</sup> Idem, nº 232. p. 5.

<sup>483</sup> Idem, nº 238. p. 9.

formação de um novo partido de vanguarda teria sido uma tentativa de seguir os passos dos trotskistas argentinos seguindo o exemplo do MAS?

Ao saírem do Partido dos Trabalhadores e criarem um novo partido, abriram mão de dialogarem com bases mais amplas ligadas aos principais movimentos sociais nacionais. Desta forma, como intelectuais, alteraram o campo do qual faziam suas ideias circulassem, campo que durante os anos oitenta entendiam como sendo o mais favorável para o desencadeamento revolucionário. No entanto, não viam mais no PT, principalmente pela atuação de seu setor majoritário, um partido que fosse capaz de iniciar um processo de ruptura significativa para o socialismo.

A revolução socialista no Brasil necessita de um partido revolucionário como uma das condições indispensáveis para chegar a vitória. Para ser ainda mais precisos, caso não tenhamos a formação de uma direção revolucionária como alternativa a Articulação, uma possível revolução no Brasil será derrotada. O reformismo da direção do PT é a válvula de segurança que a burguesia brasileira pode contar em caso de uma crise revolucionária no país (PSTU)<sup>484</sup>.

Portanto, a questão da *revolução brasileira* ficou imersa na possibilidade de construir um partido revolucionário que assumisse a liderança dos movimentos de massa em uma eventual crise revolucionária. Como pode ser visto, nem a revolução na Argentina, nem a revolução política no mundo socialista tiveram o desfecho desejado, e no Brasil, a influência de massas que era uma das prioridades da organização acabou, também, por ficar mais distante.

Desta forma, ao saírem do PT, esses intelectuais revolucionários mudaram substancialmente a posição que ocupavam anteriormente. Isto não significa que não tenham tentado ampliar sua influência nos sindicatos e no meio da classe trabalhadora como um todo, mas assim como a maioria da esquerda brasileira, os anos noventa não foram muito favoráveis para esse tipo de iniciativa. Ao não aceitarem mais a legenda do PT e as portas que foram abertas por ele na atuação institucional (tendo, assim, uma baixa representação nos parlamentos e talvez nenhuma nos executivos),

---

<sup>484</sup> PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Portal on line. Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/partido\\_historia.asp](http://www.pstu.org.br/partido_historia.asp)>. Acesso em: 29 jul. 2011.

continuaram priorizando a construção de um partido revolucionário como sempre o fizeram, porém com uma dificuldade maior de dialogar com amplas camadas da sociedade.

Os intelectuais redatores do jornal **Convergência Socialista** chegaram ao final dos anos oitenta produzindo um periódico semanal de reportagens com uma qualidade editorial cada vez melhor, voltado ainda para a propaganda política e a divulgação de suas ideias. O que significa que o jornal seguia sendo uma prioridade da organização como meio para alcançar seus objetivos, apesar de continuarem mantendo sua invisibilidade como categoria social (ao não assinarem seus textos e não colocarem seus nomes no expediente).

Na acepção de Daniel Reis Filho de *intelligenti*<sup>485</sup>, os redatores do jornal **Convergência Socialista** foram e seguiram sendo intelectuais revolucionários, querendo revolucionar a sociedade apoiados na mobilização das massas. Ao não abrirem mão de sua ética anticapitalista e de sua visão de revolução, não aceitaram, na mesma proporção que a maioria dos intelectuais revolucionários de outras organizações dos anos oitenta, a penetração nas instituições do Estado capitalista brasileiro.

---

<sup>485</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, História e Política**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p.31.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Las izquierdas son campos em ruínas. Porque, mire, son muchas las crisis en el mundo, pero hay una crisis que es la más grande de todas, que es la crisis de ideas. No hay ideas. Quiero decir, ideas hay, hay gente que las tiene, que las expresa y todo eso. Pero lo que no hay son ideas que reúnan a la gente, y no se puede hacer nada si usted no tiene una idea donde la gente se encuentre, alrededor o compartiédola.

(SARAMAGO, Soy un comunista hormonal)

A pesquisa sobre os intelectuais revolucionários e seus jornais nos anos oitenta, assim como os debates acerca da *revolução brasileira* que travaram, permeou parte de minha própria história de vida. Os jornais que analiso hoje passaram pelas minhas mãos no final daquela década e cumpriram um papel importante de minha formação.

Esses jornais podem ser comparados com os blogs e espaços de debates nas redes sociais, tão comuns nos dias de hoje, pois são espaços de informações alternativas e de ideias de intelectuais que não circulam comumente na grande imprensa. No entanto, a especificidade dos jornais que estudo é dada por serem constituídos por projetos editoriais coletivos e com o objetivo de dar andamento à *revolução brasileira*.

Dessa forma, a escolha deste tema foi profundamente influenciada por minha experiência de vida. No que pese, a leitura que faço hoje sobre os jornais e suas visões de *revolução brasileira* são muito diferentes daquelas. Dentro da perspectiva da *história do tempo presente*, percebo que ao ter participado como ator de alguns debates aqui estudados, estou pesquisando um pouco do que fui. No entanto, tenho convicção de que não estou atrás de uma história egocêntrica, e sim, em busca de demonstrar algo que ainda não tinha sido revelado, inclusive para mim mesmo.

Quando eu tinha nove anos de idade, em 1980, lembro quando o apresentador do Jornal Nacional anunciou a criação do Partido dos Trabalhadores pela televisão. Na ocasião, perguntei para o meu pai se todos os trabalhadores iriam votar no Partido dos Trabalhadores. Sabiamente, ele me respondeu que aquela era uma ótima pergunta, mas que não saberia



responder. Minha pergunta certamente fora influenciada pelas longas discussões em volta da mesa do jantar que inflamavam meus irmãos mais velhos e toda a minha família com aquele novo projeto partidário. Hoje, percebo que aquela pergunta continha, no fundo, uma das questões que mais instigaram os intelectuais revolucionários que estudo: a possibilidade de construir um partido que dialogasse amplamente com a classe trabalhadora.

Ou seja, os jornais revolucionários que tenho como fonte foram um dos meios que esses intelectuais usaram na tentativa de realizar tal diálogo. Mais tarde, quando me tornei militante do Partido dos Trabalhadores, em 1989, confesso que fiquei muito impressionado com os grandes comícios pró-Lula (no primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais), com uma multidão de pessoas de bandeiras vermelhas nas mãos, o que remetia à ideia de que realmente se estava criando um projeto partidário a partir das massas, com a classe trabalhadora. No entanto, naquele mesmo ano, grandes debates internos acerca do marxismo e leninismo, instigados pela crise internacional do socialismo e principalmente pela tendência interna do partido, Nova Esquerda, colocavam em xeque muitas das perspectivas que eu tinha sobre socialismo e revolução.

Nesse sentido, um dos aspectos que mais me chamaram atenção nesta pesquisa foi o fato de que grande parte das organizações que estudei, através de sua imprensa, não viu qualquer crise no socialismo com os acontecimentos de 1989. Ao contrário, elas imaginavam um grande salto à frente. Talvez a grande exceção tenha sido o PC do B, que desde o XX Congresso do PCUS denunciava os traços capitalistas da URSS. Mesmo assim, recebiam os acontecimentos sempre com um certo regozijo, como comprovação daquilo que vinham dizendo desde o rompimento com o PCB.

É certo que o discurso conservador e liberal se apropriou da ideia da “crise internacional do socialismo” para proclamar o fim do marxismo/leninismo. No entanto, a crise da qual falo apenas encerra uma fase, que foi um ciclo ascendente das ideias sobre a *revolução brasileira*, culminando nas perspectivas de uma revolução que teria a classe trabalhadora como principal força revolucionária. Hobsbawm, quando analisa os acontecimentos do Leste europeu de forma mais abrangente, vai nessa mesma direção:

[...] Muito pouca gente negaria que, com o colapso do bloco soviético e da União Soviética, encerrou-se uma época na história do mundo, qualquer que seja a interpretação que dermos aos acontecimentos de 1989 a 1991. Foi virada uma página na história (HOBSBAWM, 1998, p. 250)<sup>486</sup>.

A partir desta pesquisa, portanto, é possível afirmar que os acontecimentos iniciados em 1989 fizeram com que uma linha de continuidade acerca dos projetos de *revolução brasileira* fosse interrompida e que os atores tiveram de tomar outras direções.

Nelson W. Sodré, com as formas pré-capitalistas de exploração do trabalhador rural; Caio Prado Junior, com os trabalhadores assalariados do campo; e Florestan Fernandes com a classe trabalhadora, todos representam intelectualmente a evolução das ideias de *revolução brasileira* a partir da interpretação da formação sócio-histórica nacional, buscando as forças revolucionárias disponíveis em suas respectivas conjunturas. Portanto, esses autores personificaram a tradição desse debate, e suas ideias atravessaram as últimas décadas influenciando as organizações de esquerda no Brasil.

Essas leituras e projetos demarcam no País uma transição: a passagem do predomínio de uma população de trabalhadores rurais para uma população majoritariamente formada por trabalhadores urbanos<sup>487</sup>. Desta forma, considero marcadamente representativos os pensamentos de Nelson W. Sodré para os anos cinquenta, o de Caio Prado Junior para os anos sessenta e Florestan Fernandes para os anos setenta e oitenta. Portanto, percebo em suas análises um fio de continuidade que atravessou essas décadas e culmina nos anos oitenta.

Esse processo encerra a transição da dominação oligárquica para a dominação burguesa propriamente dita, a partir da concretização da Revolução Burguesa de Florestan Fernandes, com a chamada “contra-revolução preventiva” e a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo de tipo monopolista. Complementaria afirmando que também representa a passagem

---

<sup>486</sup> HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 250.

<sup>487</sup> No ano de 1950, 61% da população brasileira ocupava o setor primário, 17% o setor secundário e 22% o terciário. Em 1980, 31% o setor primário, 29% o setor secundário e 40% o terciário. RIBEIRO, Carlos Antônio Costa e SCALON, Maria Celi. Mobilidade de Classe no Brasil e Perspectiva Comparada. **Dados**: revista de Ciências Sociais. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21844104.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2011.

da exploração da mais valia absoluta para a mais valia relativa<sup>488</sup>.

No entanto, para os anos oitenta no Brasil, esse não é um processo homogêneo. Ocorre em determinadas regiões como o ABC paulista, e nos setores da indústria pesada e das multinacionais, com mais recursos para o investimento tecnológico. É observável que muitas vezes, as demandas da classe trabalhadora dessa região e desse tipo de indústria prevaleceram para todas as indústrias e regiões do país, e também, nas análises e reportagens da imprensa revolucionária aqui estudada. Este processo levou a uma superavaliação das organizações revolucionárias sob uma conjuntura muito específica e regionalizada, a partir de questões que representavam as demandas de apenas uma parte da classe trabalhadora.

Por outro lado, o novo sindicalismo – e com ele as greves e as mobilizações da classe trabalhadora dessa região – estiveram no contexto da implementação desse novo modo de acumulação capitalista, ao passo que o processo de redemocratização contribuiu para que esses movimentos adquirissem um conteúdo político de caráter nacional, projetando-o como uma referência para a organização de toda a classe trabalhadora do país.

Nesse sentido, as contradições geradas por esse novo modo de acumulação, somado às lutas pela democracia até a metade da década, e as reivindicações associadas às questões da economia nacional, possibilitaram que as organizações revolucionárias dos anos oitenta formulassem estratégias vinculadas a essas lutas e enxergassem a classe trabalhadora como uma classe potencialmente revolucionária. Talvez porque essa classe não reivindicava apenas questões corporativas, incorporando ao seu discurso elementos gerais da política nacional, como dívida externa, inflação, democracia e tantos outros temas tão caros àquela conjuntura.

Os anos oitenta podem ser caracterizados, portanto, a partir da consolidação da dominação burguesa e do próprio capitalismo brasileiro, reforçado pela retomada do ideal democrático na última metade da década e,

---

<sup>488</sup> Segundo Harvey (1989), na “denominada mais-valia relativa, a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho. Também aqui a violência proliferante dos investimentos, que cortou o emprego e os custos do trabalho em todas as indústrias – mineração de carvão, produção de aço, bancos e serviços financeiros – foi um aspecto deveras visível da acumulação do capital nos anos 80”. HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989. p.174-175.

ao final dela, pelo arrefecimento das possibilidades de uma revolução socialista. Com tudo isso, essa década (apesar da recessão e inflação), com o seu acentuado processo de urbanização e industrialização, disseminação dos meios de comunicação (principalmente a televisão), desenvolvimento tecnológico e grande participação da classe trabalhadora na vida política do país, pode ser considerada como sendo uma espécie de “Tempos Modernos”<sup>489</sup> da história brasileira.

Se se pode considerar o regime militar como uma transição burguesa “segura” para uma nova forma de acumulação capitalista, também há de se considerar que esse novo modelo também gerou um aprofundamento na luta de classes ao garantir as condições objetivas da formação e organização de uma “nova” classe trabalhadora nas regiões em que esse tipo de capitalismo foi implantado.

Politicamente, a repressão e a censura do regime militar tornaram a clandestinidade a única forma possível para a esquerda revolucionária sobreviver, impulsionando inúmeras organizações de intelectuais com disciplina leninista. Os jornais alternativos, e depois revolucionários, não só garantiram a circulação das ideias desses intelectuais, como suas redações constituíram os lugares de encontro e debates para eles. Desta forma, as sedes desses jornais foram pontos de encontro “legais” para a reunião e organização desses ativistas.

Na primeira metade dos anos oitenta, a maior expressão desse processo foi, sem sombra de dúvida, a redação e sucursais do jornal **Tribuna da Luta Operária**, tendo em vista que o PC do B não podia constituir sede partidária em função de estar na ilegalidade. Então, passaram a organizar espaços em todo o país através do jornal.

O PC do B, apesar de manter sua perspectiva de revolução por etapas, o que abria sempre a possibilidade de uma aliança com a burguesia nacional para a primeira fase da revolução, nunca esteve tão próximo e deu tanta prioridade à classe trabalhadora do que nos anos oitenta. Até os anos setenta, viam nos trabalhadores rurais a principal força revolucionária (muito próximos

---

<sup>489</sup> Inspiro-me aqui, no filme de Charles Chaplin, *Tempos Modernos* (1936), que ao retratar o processo de urbanização, industrialização e desenvolvimento tecnológico nos Estados Unidos, o fez a partir da grande depressão econômica iniciada em 1929, revelando as contradições geradas pela tecnologia na sociedade estadunidense em tempos de crise.

ao pensamento de Nelson W. Sodré), mas a nova conjuntura dos anos oitenta fez com que enxergassem nas massas urbanas, e especialmente na classe trabalhadora, um elemento de forte capacidade revolucionária.

Provavelmente, o jornal **Tribuna da Luta Operária** tenha sido uma das maiores expressões do Partido nessa guinada, pois era um jornal de reportagens totalmente voltado para a classe trabalhadora. Mesmo assim, durante boa parte dos anos oitenta, buscou nas alianças com o PMDB a realização da primeira etapa da revolução democrático-burguesa, nas lutas pela redemocratização e, principalmente, na luta por uma nova Constituição. No entanto, no final da década, viram grandes possibilidades de diálogo com a classe trabalhadora ao se alinharem com o PT, tido como social-democrata, porém com grande inserção sobre os trabalhadores.

Dessa maneira, se é possível caracterizar o PMDB como um partido burguês, pode-se concluir que ao se engajarem nacionalmente na Frente Brasil Popular<sup>490</sup>, tenham se afastado da estratégia inicial de buscarem prioritariamente alianças com a burguesia, que foi uma das características do seu programa da *revolução brasileira* durante grande parte dos anos oitenta.

No sentido de se aproximar da classe trabalhadora, o jornal **Tribuna da Luta Operária** cumpriu esse papel até o seu encerramento em 1988, quando foi definitivamente substituído pelo jornal **A Classe Operária**, que tinha um caráter muito mais interno e explicitamente comprometido com o PC do B.

De modo geral, o PC do B não chegou a fazer uma reformulação teórica profunda durante os anos oitenta. Apesar de ter avaliado as mudanças econômicas e sociais no Brasil, seguiu sua perspectiva de revolução em duas etapas. No entanto, em termos práticos, sua atuação foi direcionada à classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, em busca de uma aliança com a chamada burguesia nacional. Ao final da década, porém, acabaria se distanciando de tal aliança e se aproximando ainda mais dos setores ligados ao PT. Com a crise internacional do socialismo, jogou-se numa intervenção baseada nas instituições do Estado, o que não era novo para o PC do B, mas uma demonstração de que percebeu a ruptura do processo de ascensão que vinha

---

<sup>490</sup> Apesar de o PC do B ter seguido fazendo alianças com o PMDB em alguns municípios e estados, é possível afirmar que nacionalmente a sua política de alianças priorizava a Frente Brasil Popular.

vivendo o movimento da classe trabalhadora, o que fez com que recuassem em sua estratégia.

A Democracia Socialista (DS) é o exemplo mais nítido de uma organização que surgiu a partir dos espaços e debates gerados por um jornal alternativo, no caso o **Em Tempo** dos anos setenta, caracterizado por ser um periódico constituído por uma frente jornalística que lutava pela redemocratização. Nos anos oitenta, esse jornal foi dominado pelos ativistas da DS, tornando-se um jornal revolucionário. O **Em Tempo** se caracterizou por manter sucursais em várias capitais brasileiras, que eram locais de reunião e encontro para esses militantes. O que deu à organização um caráter nacional.

No início dos anos oitenta, o jornal **Em Tempo** buscou um diálogo direto com a classe trabalhadora, através de um jornal de reportagens. Porém, na medida em que foi assumindo a posição de tendência interna do PT e aceitando a resolução do V Encontro do partido sobre a regulamentação das tendências, foi se tornando um periódico de debates internos do PT, e assumindo progressivamente um formato de jornal de artigos.

O **Em Tempo**, como pode ser visto, vislumbrava grandes possibilidades em disputar no interior do PT uma perspectiva revolucionária para o partido, enxergando elementos revolucionários na tendência majoritária, Articulação. Dessa forma, o jornal se tornou um instrumento para tal realização, o que justifica a mudança do público alvo do jornal.

No início dos anos oitenta, a organização DS expressava em seu jornal uma visão de *revolução brasileira* calcada numa perspectiva de que o caminho para a revolução se daria através da organização da classe trabalhadora nos sindicatos, em um partido revolucionário e, principalmente, nas greves. À medida que o PT e a DS foram se institucionalizando, essa perspectiva foi sendo mudada gradativamente.

Assim, os intelectuais do **Em Tempo**, em 1989, formularam uma nova visão de *revolução brasileira*, baseada nas possibilidades de vitórias eleitorais significativas do PT. A “Teoria da Pinça” foi colocada dentro dos debates sobre a *revolução brasileira*, deu continuidade e trouxe novos elementos. Mas sobretudo, foi tributária das ideias de Caio Prado Junior. Ao propor uma ação dupla para deslocar o poder burguês, baseada na intervenção nas instituições do Estado e, ao mesmo tempo, na mobilização da classe trabalhadora,

retomava dois elementos constitutivos da teoria caiopradiana: a força de pressão mobilizadora dos trabalhadores e o uso do Estado para impulsionar as transformações necessárias para a transformação social.

Os intelectuais do **Em Tempo** prepararam-se, assim, para uma luta intensa pela conquista do Estado, através dos caminhos institucionais e legalmente constituídos. Para tanto, viam no PT, com sua grande influência sobre os sindicatos e movimentos sociais, um caminho real para a realização da *revolução brasileira*. Entendiam, portanto, que a sua própria intervenção nos debates internos seria determinante para que o grupo majoritário do partido assumisse a direção dessa revolução. Ao não negarem a perspectiva marxista, leninista e trotskysta, presume-se que ainda defendiam a ideia de uma revolução ao modo de 1917 na Rússia.

Todavia, diferentemente dos intelectuais revolucionários da Convergência Socialista, não acreditavam estar vivendo um momento revolucionário ou sequer pré-revolucionário. Assim, remetiam a *revolução brasileira* para o futuro, sempre tentando construir as condições para a sua realização. Neste sentido, a Teoria da Pinça marca a passagem da centralidade da classe trabalhadora como principal força revolucionária, para uma ação dupla: mobilização da classe trabalhadora somada à atuação no Estado.

Aqui é possível encontrar um dos principais elementos de mudança na atuação desses intelectuais marxistas no final dos anos oitenta, já que através da atuação no Estado, o intelectual revolucionário também se tornou um elemento chave para uma possível transformação social.

O **Em Tempo** pode ser caracterizado, ao final dos anos oitenta, como um jornal de uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores e, como tal, podia circular unicamente entre os militantes desse partido, o que acabou constituindo um jornal de intelectuais para intelectuais.

Quando a organização Convergência Socialista (CS) entrou no jornal alternativo **Versus** nos anos setenta, já apresentava um formato definido de organização, a partir do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST). No entanto, o acolhimento desse jornal aos ativistas da CS foi crucial para a consolidação da organização e sua expansão pelo território nacional.

O jornal **Convergência Socialista** apareceu como uma prioridade para a organização, dada a sua regularidade periódica e sua crescente qualidade editorial. Entretanto, apesar de terem tido sedes da organização em várias cidades brasileiras, não usaram o nome do jornal para constituí-las. Isso talvez já fosse um prenúncio da vontade dessa organização de instituir-se como partido.

Dessa forma, o jornal **Convergência Socialista** seguiu sendo um jornal de reportagens voltado para a classe trabalhadora durante toda a década de oitenta. Apesar de se dizer um jornal interno do PT e de afirmar que sua circulação era exclusiva para militantes, bem como de ter feito os debates internos do Partido (com menos intensidade que o **Em Tempo**), manteve sempre um horizonte bastante autônomo em relação ao PT, tendo em vista que projetava na própria organização o protagonismo e a liderança daquilo que imaginava como sendo a *revolução brasileira*.

Contudo, a Convergência Socialista mantinha uma perspectiva de *revolução brasileira* dependente do processo revolucionário internacional. Percebia um ascenso da mobilização popular mundial, com a chamada revolução política no Leste europeu e na China, e sobretudo, nas mobilizações de trabalhadores na América Latina, principalmente na Argentina, com a atuação do partido Movimento ao Socialismo (MAS) e sua grande influência de massas.

Os intelectuais desse jornal acreditavam que esse processo na Argentina poderia desencadear a revolução nos países do Cone Sul. Porém, havia aqui no Brasil um problema crucial: a falta de um partido como o partido argentino, pois não viam no PT um potencial de vanguarda que pudesse ser comparado ao MAS. Mesmo assim, em 1989, acreditavam viver um momento revolucionário, na sombra dos movimentos que ocorriam na Argentina: a revolução viria de lá. Essa perspectiva está colocada dentro do Terceiro Congresso da LIT-QI, ocorrido em 1990.

É importante ressaltar que nesse mesmo ano (1990), esse debate culminou em uma profunda crise nessa organização que acabou refletindo nas organizações e partidos nacionais filiados a essa Internacional, gerando rupturas significativas, inclusive no MAS, e na própria Convergência



Socialista<sup>491</sup>. Entretanto, essa linha de pensamento predominou de forma hegemônica durante o ano de 1989.

A Convergência Socialista manteve sua ação sempre direcionada à classe trabalhadora e à possibilidade de construir, através de sua atuação no PT, a “consciência de classe” nos trabalhadores. Viram nas greves, no orçamento participativo e até no processo eleitoral de 1989, a possibilidade de criar situações revolucionárias, mas ao não estarem à frente desses movimentos como protagonistas, tiveram dificuldades em elaborar uma ideia mais definida para a *revolução brasileira* que pretendiam. Mesmo assim, trabalhavam com a perspectiva de que a revolução estava na ordem do dia. Para eles, era importante a liderança do processo para o desencadeamento da revolução, dada através de um partido de vanguarda. Neste mesmo sentido, viam a derrota do que chamavam de “stalinismo” com os acontecimentos de 1989-90, como uma grande possibilidade de os trotskistas assumirem a liderança dos processos revolucionários mundiais<sup>492</sup>.

Dentre as organizações estudadas, a Convergência Socialista foi a única que manteve a sua perspectiva revolucionária baseada prioritariamente na classe trabalhadora. E mesmo que tenham visto um processo de ascensão dos movimentos revolucionários nos acontecimentos de 1989, e tendo investido grande parte de sua perspectiva revolucionária na Argentina, não passou ilesa da crise internacional do socialismo. As divisões internas, fruto dos debates de avaliação da questão argentina, demonstram que suas perspectivas foram postas em xeque a partir de determinantes conjunturas. Afinal, não fora apenas a revolução argentina que não chegara ao desfecho desejado; a revolução política no Leste europeu também não apontava mais no sentido que imaginavam.

Na verdade, a organização Convergência Socialista não via possibilidade alguma de o PT se tornar um partido revolucionário. Mantinham-se dentro do partido para construir um campo de diálogo com a classe trabalhadora e suas posições iam sempre em direção a garantir a formação de uma “consciência de classe”, sendo os grandes defensores dos ideais iniciais

---

<sup>491</sup> ROBAINA, Roberto. Militante e dirigente do PSOL e egresso da corrente Convergência Socialista. Depoimento dado ao autor em maio de 2011.

<sup>492</sup> Idem. p. 8.

da fundação do partido, ou seja, “trabalhador vota em trabalhador”. Portanto, ao construírem tal “consciência” pretendiam potencializá-la para a formação de um outro partido, semelhante ao MAS argentino, que veio a ser o PSTU, porém sem a mesma inserção de massas que o PT e o próprio MAS.

O jornal da **Convergência Socialista**, pelo menos, até onde esta pesquisa alcançou (1990), não passou por mudanças significativas. Ao mesmo tempo, seguiu sendo um jornal de reportagens cujos textos não eram assinados, o que demonstra um pouco como esses redatores enxergavam a si mesmos dentro do processo revolucionário que desejavam, ou seja, o intelectual não era visto como um agente determinante para a revolução, e sim, a classe trabalhadora. Os intelectuais redatores do jornal da **Convergência Socialista**, nesse sentido, continuavam sendo, por uma decisão deles mesmos, intelectuais invisíveis, porém seguiram sendo, sobretudo, intelectuais revolucionários.

No caso específico da Convergência Socialista, procuraram dar continuidade àquele discurso dos anos oitenta dentro do PSTU, um partido com baixa densidade eleitoral e pequena representação parlamentar. Todavia, seguiram na tentativa de construir uma “consciência de classe” a partir da ideia: “Contra burguês vote PSTU”.

A orientação das organizações DS e PC do B para os seus jornais, ao longo dos anos oitenta, fez com que se distanciassem sobremaneira daqueles jornais do início da década.

É possível afirmar que com a consolidação da democracia, a imprensa revolucionária foi perdendo importância e influência, na medida em que as ideias produzidas por esses intelectuais começaram a circular em outros espaços na sociedade, como o parlamento, executivos e até mesmo na grande imprensa. Pode ser dito, ainda, que as ideias que passaram a ser produzidas por esses intelectuais também se adaptaram a esses novos meios sociais em que eles começaram a fazer parte. E, notadamente, o discurso revolucionário não pertencia a esses meios.

Nesse sentido, as organizações revolucionárias dos anos oitenta foram aquelas que tiveram em seu horizonte uma ideia muito específica de revolução: *a revolução como ruptura* radical com a ordem instituída, com a perspectiva do “assalto ao poder”, através da violência revolucionária. Essas organizações

representaram um fio de continuidade com as organizações clandestinas dos anos sessenta, que por sua vez foram influenciadas pela Revolução Cubana e pela ideia de que um pequeno número de revolucionários poderia criar as condições para a revolução.

Nos anos oitenta, mesmo que essas organizações tenham sido derrotadas pelo regime militar, a perspectiva de revolução como assalto ao poder teve continuidade dentro das organizações aqui pesquisadas. A maioria dessas organizações é, portanto, oriunda de rupturas, em algum momento, com as ideias de *revolução brasileira* propugnadas pelo PCB.

A diferença entre as organizações dos anos sessenta e oitenta talvez esteja justamente na forma como projetavam a questão do uso da violência revolucionária. Para as organizações dos anos sessenta, a militância revolucionária consistia na militarização de suas próprias ações, ao passo que as organizações dos anos oitenta, projetavam uma violência revolucionária promovida a partir das massas militarizadas, portanto, muito mais próxima da Revolução Russa do que da Revolução Cubana.

É interessante que em uma de minhas incursões à sede do jornal **Em Tempo** (talvez mais da DS do que do jornal propriamente dito) em Porto Alegre, deparei-me com um organograma (produzido com técnicas de desenho de plantas arquitetônicas) que reproduzia a trajetória das “Correntes de esquerda no Brasil”<sup>493</sup> dos anos cinquenta até 1988. Notadamente, esse organograma procurava demonstrar como a maioria das organizações dos anos sessenta acabou aderindo ao Partido dos Trabalhadores nos anos oitenta. Os militantes da DS não souberam precisar a autoria do documento, tampouco como ele teria ido parar lá, mas expressões como “terroristas” para designar os grupos que caracterizavam como de “Frente Armada (FA)”, e “abatidos” para demonstrar como foi eliminado o PCBR, entre os anos 1971 e 1975, indicam um certo padrão.

Os fortes indícios (apesar da falta de procedência desse documento) de ter sido produzido com os mesmos fins dos órgãos de repressão da época do regime militar, levam a crer que esse documento expressava alguma preocupação ou interesse em vincular essas correntes de esquerda ao PT, não

---

<sup>493</sup> ANEXO A.

só apontando a continuidade dessas organizações com o partido como tipificando e identificando as siglas correspondentes de cada tendência de esquerda. Entretanto, com outros objetivos, é interessante pensar nessa trajetória percorrida por essas organizações de esquerda no sentido de perceber a evolução (continuidade/ruptura) das ideias sobre revolução que culminaram dentro do Partido dos Trabalhadores nos anos oitenta.

Como já foi dito, a imprensa alternativa dos anos setenta garantiu as condições para que os ativistas revolucionários se reorganizassem. A censura, o empastelamento de redações e os ataques a bomba a bancas de jornal indicam como o regime militar se preocupou com esses periódicos.

Apesar disso, a imprensa alternativa conseguiu se manter dentro da ordem instituída, e na medida em que abrigou essas organizações, ou representantes delas, não só contribuiu para que pudessem se manter vivas, como possibilitou que suas ideias circulassem de algum modo, senão de forma hegemônica nos textos e reportagens dos jornais, pelo menos entre os ativistas reunidos em suas redações.

Nesse sentido, é possível dizer que de alguma forma, o militante revolucionário migrou das organizações clandestinas para as redações desses jornais. Essa mudança de prática foi favorecida pelo perfil intelectual desses ativistas e pelas próprias características dessa imprensa, que reunia todos os proscritos sociais na luta pela democracia. Portanto, essa trajetória de passagem das organizações revolucionárias dos anos sessenta até o PT, é possível de ser percebida dentro desses jornais alternativos.

Ao mesmo tempo, ao reunir uma grande quantidade de representantes dessas organizações em suas redações, criou-se um espaço de aproximação e formação de uma espécie de cultura de convivência que ajudou a proporcionar a adesão e convívio de muitas dessas correntes de esquerda no PT. A imprensa alternativa dos anos setenta, portanto, não só propiciou com que esses intelectuais revolucionários pudessem fazer suas ideias circularem em meios sociais mais amplos, mas também foi determinante para que se reorganizassem e pudessem atuar novamente na disputa política nacional. Da mesma forma, o jornal **Movimento** cumpriu um papel parecido para o PC do B, fazendo com que algumas ideias do Partido circulassem e que a sua militância se identificasse de algum modo através dele.

Desta maneira, a imprensa alternativa dos anos setenta, apesar de seu objetivo último, que era a conquista dos direitos democráticos, carregou dentro de si o germe das ideias revolucionárias através dos remanescentes das organizações revolucionárias dos anos sessenta.

Portanto, no final dos anos setenta, segundo Isabel Cristina “No Brasil nascia, enfim, o partido prometido da revolução, construído e dirigido pelo proletariado e não por uma ‘vanguarda de fora da classe’”<sup>494</sup>. Nesse sentido, apesar de ter abrigado inúmeras organizações remanescentes dos anos sessenta, o PT construiu uma perspectiva de *revolução brasileira* que rompeu com uma tradição específica de ideias revolucionárias da esquerda brasileira.

Assim, os intelectuais estudados mantiveram a ideia de *revolução como ruptura*. Contudo, acredito que o conjunto do PT tensionou algumas dessas organizações para uma nova direção em termos de *revolução brasileira*, levando em conta também, é claro, os aspectos conjunturais.

Como foi visto, a própria Articulação (tendência majoritária do PT), segundo os ativistas da DS – Em Tempo, trazia elementos desse tipo de revolução em suas ideias, inclusive traçaram boa parte de sua estratégia a partir desse entendimento. Inclusive Isabel Cristina caracteriza a tendência Articulação, em sua tese, como

Corrente política do PT que aglutinava as principais lideranças do “novo sindicalismo”, liderada por Luis Ignácio da Silva, o Lula. Nasceu do “movimento dos 113” congregando intelectuais, ex-guerrilheiros e membros da Igreja Católica das Comunidades Eclesiais de Base (COSTA, 2006, p. 335)<sup>495</sup>.

Essa caracterização indica fios de continuidade com perspectivas revolucionárias dos anos sessenta, principalmente com os “ex-guerrilheiros”, que também podem ser vistos como intelectuais, ou seja, produtores de teorias e práticas no interior da tendência. Talvez tenha sido essa tradição que tenha apontado os caminhos desejados pelos intelectuais do **Em Tempo**.

No ano de 1986, foi realizado um seminário organizado pelo grupo de Pesquisa sobre Direitos Políticos do Centro de Estudos e Cultura Contemporânea, que no ano seguinte teve como resultado a publicação do

<sup>494</sup> COSTA, Isabel Cristina da. **Em Busca do Paradigma Perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense: 2006. p. 51.

<sup>495</sup> Ibidem, p. 335.

livro “As Esquerdas e a Democracia”, com a participação de vários intelectuais de esquerda, como Daniel Reis Filho, Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, Marco Aurélio Garcia, entre outros. Esse seminário tinha como objetivo incluir a questão da democracia política na agenda da esquerda brasileira.

Nesse debate, Daniel Reis Filho demonstrou como os socialistas brasileiros historicamente tinham verdadeiro desprezo pela democracia política, e a esquerda brasileira pouco debateu essa questão, isto porque o seu horizonte: “[...] era de que o enfrentamento de classes, violento e armado, resolveria as contradições da sociedade brasileira” (GARCIA, 1986, p. 18)<sup>496</sup>. No caso do PCB, por exemplo, somente a partir da Declaração de Março de 1958 é que se abriu a possibilidade estratégica para a participação política nas instituições burguesas: a construção de um governo nacionalista e democrático a partir de uma frente única seria o caminho pacífico para a *revolução brasileira*<sup>497</sup>.

Ainda segundo Daniel Reis Filho, mesmo assim, entre 1961 e 1964, tanto o PCB como o PC do B e a POLOP tendiam a desprezar a legalidade existente, expressada, por exemplo, na palavra de ordem que visava à aprovação das Reformas de Base, “na lei ou na marra”, tendo como perspectiva a agressão ao sistema<sup>498</sup>.

Dessa forma, nos anos oitenta, dentro do PT, surgiram movimentos importantes no sentido de apontar para que o partido tivesse uma intensa participação na democracia política como meio para alcançar o socialismo, rompendo com a tradição da esquerda brasileira de desprezo com a legalidade democrática, e a Resolução de 1987 do PT expressava justamente isso.

O V Encontro Nacional do PT, em 1987<sup>499</sup>, demonstra uma grande necessidade de construir uma perspectiva de consenso mínimo entre as tendências internas do partido sobre os caminhos para se chegar ao socialismo. No entanto, pode-se dizer que a ideia de *revolução brasileira* construída pelo PT nesse Encontro remete o partido à disputa do poder político

---

<sup>496</sup> GARCIA, Marco Aurélio (org.). **As Esquerdas e a Democracia**. Paz e Terra: CEDEC. Rio de Janeiro, 1986. p. 18.

<sup>497</sup> Ibidem. p. 19.

<sup>498</sup> Ibidem. p. 21.

<sup>499</sup> DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 312.

a partir da valorização da questão democrática. O que remetia para uma ideia original de *revolução brasileira* no contexto da história da esquerda brasileira.

A estratégia do PT, então, era dividida na tomada do poder político e na construção do socialismo em cima das condições deixadas pelo capitalismo. “Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 1998, p. 312)<sup>500</sup>. Ou seja, a disputa através das instituições democráticas do Estado tornava-se elemento chave na transformação da sociedade. Portanto, é dentro da questão da valorização da democracia política que se pode entender a relação entre a crise internacional do socialismo e as novas perspectivas de *revolução brasileira*.

A valorização da questão democrática fora aberta nos anos oitenta por Carlos Nelson Coutinho em seu texto de 1980, “A democracia como valor universal”<sup>501</sup>. O autor, que era do PCB e filiou-se ao PT no decorrer dos anos oitenta, promoveu intensos debates na esquerda brasileira com suas proposições.

Assim, não foram os acontecimentos da crise internacional do socialismo, em 1989, que colocou na pauta da esquerda brasileira a questão democrática. Esse debate já circulava nesse meio intelectual. Mesmo assim, a crise internacional do socialismo atuou diretamente no deslocamento da centralidade da classe trabalhadora nas perspectivas de *revolução brasileira* nas organizações revolucionárias pesquisadas e representadas pelos seus respectivos jornais.

A recepção dessa crise em 1989 ocorreu durante um processo de ascenso dos partidos de esquerda brasileiros, durante as eleições presidenciais na forma da Frente Brasil Popular, e também, de um acúmulo significativo do movimento sindical, das greves, e de uma articulação significativa desses movimentos com a campanha Lula Presidente. O que significa que nacionalmente, os movimentos de esquerda e da classe trabalhadora viviam um processo de ascensão, não justificando inflexões significativas nas perspectivas de revolução das organizações estudadas.

---

<sup>500</sup> Ibidem.

<sup>501</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como valor universal. In LÖWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Considero o surgimento da tendência interna do PT, a Nova Esquerda, como sendo um dos primeiros reflexos da recepção da crise internacional do socialismo na esquerda brasileira. O surgimento dessa nova tendência ocorria em meio aos acontecimentos na Alemanha, e as críticas ao leninismo ganharam força na medida em que entendiam que a estrutura leninista de partido era a porta para o autoritarismo. No entanto, mais tarde, em 1991, quando os rumos dos acontecimentos do Leste europeu já estavam praticamente definidos, essa crítica foi além de Lênin.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, José Genoíno<sup>502</sup> rompia com elementos bastante significativos do marxismo, como a questão da “ditadura do proletariado” e da “revolução”. A crítica em relação à “ditadura do proletariado” partia de que o Estado não era necessariamente um aparato de coerção de uma classe sobre a outra, mas um espaço possível de disputa hegemônica<sup>503</sup>.

Para Genoíno, era necessário também revisar a ideia de “revolução”, afirmando:

Esse projeto deve romper com a ideia de revolução como ato explosivo decorrente do agravamento da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. E ele deve resgatar a ideia de revolução como uma possibilidade histórica e como um processo de emancipação da humanidade (GENOÍNO, 1991, p. 28)<sup>504</sup>.

Nesse sentido, o referido autor apresentava a *revolução como processo*, através da conquista gradual do poder com a disputa permanente pela hegemonia nas instituições do Estado, muito diferente da perspectiva da revolução como ato violento de assalto ao poder. No entanto, apesar de romper com os caminhos propostos por Marx e Lênin para chegar ao socialismo, seguia se autoafirmando como anticapitalista e socialista. Desta forma, a ideia de *revolução como processo* passaria a apontar para um caminho gradual ao socialismo.

---

<sup>502</sup> Esta entrevista acabou se tornando um pequeno livro intitulado “Repensando o Socialismo”, publicado pela Editora Brasiliense, em 1991, o qual utilizo aqui.

<sup>503</sup> GENOÍNO, José. **Repensando o Socialismo**. Entrevista a Mauro Lopes. Editora Brasiliense, São Paulo: 1991. p. 25.

<sup>504</sup> Ibidem. p. 28.



Penso que as reformas de Gorbachev, a partir de 1985, e a crise internacional do socialismo apenas contribuíram para uma intensificação dessas discussões, que levaram ao entendimento de que a participação nas instituições democráticas poderia ser um caminho viável para o socialismo. No entanto, é interessante perceber que essa perspectiva atingiu organizações marcadamente revolucionárias.

Tal fato significa dizer que algumas organizações revolucionárias assimilaram uma visão de *revolução brasileira* mais gradual e processual, através de uma maior participação nas instituições do Estado e do uso da democracia política. Como foi o caso dos intelectuais do **Em Tempo** e do próprio PC do B, mesmo que não se possa dizer que tenham abandonado a ideia de *revolução como ruptura*.

No entanto, um dos melhores exemplos de passagem de uma ideia de *revolução como ruptura* para uma ideia de *revolução como processo* foi a organização PRC, que veio a formar a Nova Esquerda e, como já foi dito, teceu inúmeras críticas aos métodos da esquerda leninista e marxista, rompendo com o seu próprio passado<sup>505</sup>.

O PC do B, com sua perspectiva de revolução por etapas, já trazia consigo uma certa visão processual da revolução, principalmente na sua primeira etapa. No entanto, é bom lembrar que vieram dos anos setenta com uma visão bastante acentuada de *revolução como ruptura*, com a guerrilha do Araguaia. Com o processo de redemocratização, puderam retomar espaços no meio urbano e, principalmente, aprofundar relações com a classe trabalhadora. E com a crise internacional do socialismo, remeteram para mais longe a ideia de *revolução como ruptura*, como se tivessem emergido numa primeira etapa nacional-burguesa da *revolução brasileira*.

Dessa maneira, grande parte dos intelectuais revolucionários que estudei, com exceção dos redatores do jornal da **Convergência Socialista**,

---

<sup>505</sup> O Partido Revolucionário Comunista (PRC) foi uma dissidência do PC do B, de 1980, cujos militantes saíram em função das avaliações acerca da guerrilha do Araguaia. Juntaram-se a eles militantes oriundos da POLOP, do MEP e do Rio Grande do Sul. Dissolveram o partido em 1989, integrando-se ao PT na forma de tendência, entretanto, em 1990 dividiram-se em Nova Esquerda e Movimento por uma Tendência Marxista no PT (MTM-PT). SILVA, Antônio Ozai da. Contribuição à história do marxismo no Brasil (1987-1994). A esquerda marxista e o PT (II). A Nova Esquerda (NE) e o Movimento por uma Tendência Marxista do PT (MTM-PT). **Revista Espaço Acadêmico**, nº 89, outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/089/89ozai.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

foram lentamente adquirindo espaços cada vez maiores na institucionalidade, e os jornais voltados para a classe trabalhadora foram deixando de ser uma prioridade. Nos dias de hoje, o jornal **A Classe Operária** não passa de um panfleto informativo, e o jornal **Em Tempo** não aparece mais de forma impressa, circulando apenas em meio digital. O principal periódico impresso do PC do B continua sendo a revista de artigos Princípios, que não pode se dizer que seja voltado para a classe trabalhadora.

Com certeza, esses intelectuais revolucionários conquistaram espaços que possibilitaram com que suas ideias circulassem mais facilmente e alcançasse um público mais amplo. E talvez até, de forma mais eficiente do que a imprensa revolucionária dos anos oitenta. Assim, não abandonaram suas atividades intelectuais, mas mudaram seus espaços de intervenção significativamente.

Ao mesmo tempo, eles adquiriram um padrão econômico de vida bem mais elevado que aquele dos anos oitenta, usufruindo de todos os privilégios que a ação institucional proporciona. Ainda assim, mantiveram em seus horizontes uma perspectiva anticapitalista, voltada para a defesa dos direitos humanos, sociais e apontando para o igualitarismo. Mesmo que tenham mudado o seu modo de ação, continuaram em busca de uma nova ética e de uma nova cultura, o que possibilita que ainda sejam caracterizados como intelectuais revolucionários.

No entanto, se o deslocamento da centralidade da classe trabalhadora como principal agente revolucionária para uma atuação que buscou um diálogo mais amplo com a sociedade em geral – através da democracia política – marcou a nova estratégia de grande parte da esquerda para a *revolução brasileira*, é importante perceber que a democracia tem se caracterizado por ser refém do poder econômico e do *status quo*. Portanto, ela deve ser pensada e, quiçá, repensada.

Ao mesmo tempo, não é possível dizer que a produção intelectual sobre a *revolução brasileira* tenha desaparecido. Ela permanece presente, principalmente nas resoluções dos partidos de esquerda. Contudo, o grande avanço do capitalismo e a derrota do socialismo no contexto da Guerra Fria parecem ter diminuído o interesse pela formulação de estratégias revolucionárias, pelo menos se comparado aos anos oitenta. Outro elemento

que chama a atenção é a redução das possibilidades aglutinadoras dessas formulações. Ou seja, a capacidade de reunir pessoas em torno de um projeto que vislumbre uma profunda transformação social.

O capitalismo continua tendendo à crise, à guerra total, à degradação do meio ambiente e de seres humanos. Portanto, a produção intelectual que aponta caminhos diferentes do atual sistema – como foi o caso dos intensos debates sobre a *revolução brasileira* que dominaram toda a história da esquerda brasileira até os anos de oitenta – continua sendo premente para o futuro do planeta. Até porque a utopia, por si só, continua sendo a mesma de Thomas Morus: uma ilha perdida em algum lugar que ninguém sabe como chegar.

## REFERÊNCIAS

A CLASSE OPERÁRIA: órgão central do Partido Comunista do Brasil. Números 17 a 24, fase VI.

A CLASSE OPERÁRIA: órgão central do Partido Comunista do Brasil, nº 147, maio-junho de 1981, ano XVII.

AGUIAR, Flavio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 236-237.

ALN – Ação Libertadora Nacional. O Papel da Ação Revolucionária na Organização (maio, 1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

AMAZONAS, João. **Estratégia e Tática**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1988.

AMAZONAS, João. As mudanças de rumo na Albânia socialista. **Princípios**, nº 20, Editora Anita Garibaldi, 1991.

ANGELL, Alan. A Esquerda na América Latina após 1920. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina** (volume 7) - A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: EDUSP, 2009.

AP – Ação Popular. Documento-Base (fevereiro, 1963). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARCARY, Valério. – Qual é a tua, Convergência? **Revista Trimestral do Partido dos Trabalhadores Teoria e Debate**, nº 10, São Paulo, abr/mai/jun de 1990. Entrevista concedida a Ricardo de Azevedo. Disponível em:

<<http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/entrevista-valerio-arcary-qual-e-tua-conver>>.

ARNS, Paulo Evaristo & PROJETO Brasil: Nunca Mais. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

AUGUSTO, Sérgio & JAGUAR (Orgs.). **O melhor do Pasquim**. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006.

BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

BERNSTEIN, Serge. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina** (volume 7) - A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: EDUSP, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Direita e Esquerda**: Razões e significados de uma distinção política. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BRAGA, Ruy. **A Restauração do Capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>.

CALVINO, Ítalo. **O Cavaleiro Inexistente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. **O partido político operário**: Marx e Lênin. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

CASTAÑEDA, Jorge G. **Utopia Desarmada. Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 25-112.

CAZUZA; ISRAEL, George; ROMELO, Nilo. *Burguesia*. Intérprete: Cazuza. In: CAZUZA. **Burguesia**. Rio de Janeiro: Universal, Music, 1989. Álbum duplo. Disco 1, Lado A, faixa 1.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHÂTELET, François. **História das Idéias Políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

COLINA – Comandos de Libertação Nacional. Concepção da luta revolucionária (abril, 1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA – Um Jornal Operário e Socialista a serviço da CUT e do PT. Números 1 a 238. São Paulo: ACS Editora e Gráfica, 1979-89.

CORREIO INTERNACIONAL, nº 7. São Paulo: CS Editora e Gráfica ME, julho de 1990.

COSTA, Isabel Cristina da. **Em Busca do Paradigma Perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como valor universal. In: LÖWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

CUEVA, A. **Tempos Conservadores**. São Paulo: Hucitec, 1989.

DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil, Volume IV**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000. p. 73-134.

DEUTSCHER, Isaac. **A Rússia depois de Stalin**. 1. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

DIAS, Rodrigo. **A Esquerda Brasileira no Contexto do Fim da Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

DOCUMENTOS Básicos do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, s/d. In: DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 62.

DOSSE, François. **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

DS – Democracia Socialista. **O passo necessário hoje**: a construção do PT como partido revolucionário. Documento de circulação interna encontrado na Sede do jornal Em Tempo, Porto Alegre. 1987.

EM TEMPO. Cadernos de Documentos. Número zero a 249. Rio de Janeiro: Editora Aparte.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERNANDES, Luis. Evolução da estratégia comunista no Brasil. Princípios, nº 24, Editora Anita Garibaldi, 1992.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora Globo S.A., 2006.

\_\_\_\_\_. O que é revolução (1981). **Clássicos da revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès & TÉTARD, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

GABEIRA, Fernando. **O que é Isso, Companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

GARCIA, Marco Aurélio. Memória: Eder Sader - O futuro sem este homem. **Teoria e Debate**, nº 4, setembro de 1988. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edições-anteriores/memoria-eder-sader-o-futuro-sem-este-homem>>.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENOINO, José. **Repensando o Socialismo**. Entrevista a Mauro Lopes. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

GENRO, Tarso. **O leninismo como raiz da crise socialista**. Disponível em: <<http://tarsogenro.com.br/o-leninismo-como-raiz-da-crise-socialista/>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. **Marxismo, Filosofia Profana**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1986.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

HALLIDAY, Fredy. **Repensando as relações internacionais**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.



HERÓDOTO. **História**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson inc., 1950.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Revolucionários**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_ (org.). **História do Marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_ (org.) **História do Marxismo: o marxismo hoje (primeira parte)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **Nações e Nacionalismo: desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INFORMAÇÃO. Sociedade de Jornalismo Ltda., 1976.

JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

KAREPOVS, Dainis e LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960**, vol. 6. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007.

KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Castilhos. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60 (vol. V)**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1991.

KURTZ, Robert. **O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LENIN, Vladimir. **Que fazer?** Estugarda: Editorial Dietz, 1902. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2002.

LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários.** São Paulo: Lech Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.

\_\_\_\_\_. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento.** São Paulo: Busca Vida, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. **A teoria da revolução no jovem Marx.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

LUKÁCS, Georg. **Teoria do Partido Revolucionário.** Butantã-SP: Brasil Debates Editora LTDA. Sem o ano de publicação, texto de 1924.

LUKÁCS, György. Velha e nova cultura. **Revolución y Antiparlamentarismo.** México: Ediciones Pasado y Presente, 1978. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

LUSTOSA, Rogério. Crise na URSS redefine forças políticas. In: **Princípios: Revista teórica, política e de informação**, nº 23, Editora Anita Garibaldi, 1991-1992.

LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou Revolução?** 4. ed. Lisboa. Editorial Estampa, 1970.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução Russa.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1991. Disponível em: <[http://www.socialismo.org.br/portal/images/stories/documentos/revista2/A\\_Revolution\\_Russa.pdf](http://www.socialismo.org.br/portal/images/stories/documentos/revista2/A_Revolution_Russa.pdf)>.

MANDEL, Ernest. **Trotsky como alternativa.** 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1995.

MANDEL, Ernest. A necessidade de uma Organização Internacional

Revolucionária. **Perspectiva Internacional** (Em Tempo) – maio-junho/82.

MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editora Livramento, 1979.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: O processo de produção do capital** (vol. 1). São Paulo: Difel, 1982.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: UNESP-Marília-Publicações, 1999.

MELVILLE, Herman. **Moby Dick**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 2002.

MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil, Volume IV**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Clovis. Apresentação. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MOVIMENTO, Jornal. Números 167, 289, 294, 334. São Paulo: Editora de livros, jornais e revistas.

O SÉTIMO SELO, filme (Det Sjunde Inseplet, Suécia). Direção: Ingmar Bergman. Intérpretes: Gunnar Björnstrand; Bengt Ekerot; Nils Poppe; Max von Sydow; Bibi Andersson; Inga Gill. 1956. 1 DVD (96 min.), preto e branco.

OLIVEIRA, Pedro de (org.). João Amazonas. Brasília: Edições Câmara, 2011. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5225/joao\\_amazonas.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5225/joao_amazonas.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 17 jul. 2011.

PC DO B – Partido Comunista do Brasil. Manifesto - Programa (fevereiro, 1962). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

PC DO B – Partido Comunista do Brasil. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000.

PC DO B – Partido Comunista do Brasil. 1983. Informe político ao VI Congresso do PC do B. In: PC do B – Partido Comunista do Brasil. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000.

\_\_\_\_\_. 1983. Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária. In: \_\_\_\_\_. **Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro**: documentos do PC do B de 1960 a 2000. 1. ed. São Paulo: Garibaldi, 2000.

\_\_\_\_\_. 1983. Análise crítica do processo de incorporação de segmentos que se desligaram de outras organizações e da Ação Popular. In: \_\_\_\_\_. **Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro**. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. 1. ed. São Paulo: Garibaldi, 2000.

\_\_\_\_\_. O Golpe de 1964 e seus Ensinamentos (1964). In: \_\_\_\_\_. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: A. Garibaldi, 2000.

\_\_\_\_\_. 1988. O Brasil numa encruzilhada histórica. In: \_\_\_\_\_. **Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro**. Documentos do PC do B de 1960 a 2000. 1. ed. São Paulo: Garibaldi, 2000.

\_\_\_\_\_. 1988. A experiência dos comunistas na Constituinte de 1987/88. In: \_\_\_\_\_. **Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro**. Documentos do PC do B de 1960 a 2000. 1. ed. São Paulo: Garibaldi, 2000.

\_\_\_\_\_. Resoluções sobre o Informe do Comitê Central. In: \_\_\_\_\_. **O Socialismo Vive**: documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992.

\_\_\_\_\_. Resoluções acerca das questões de organização. In: \_\_\_\_\_. **O Socialismo Vive**: documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992.

PCB – Partido Comunista Brasileiro. Resolução de 1958. In: PC do B – Partido Comunista do Brasil. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do B de 1960 a 2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000.

POMPE, Carlos. **Nós que nos amávamos tanto**. Portal da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTB, 03 de janeiro de 2009. Disponível em: <[http://portalctb.org.br/site/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=3467](http://portalctb.org.br/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3467)>. Acesso em: 2 fev. 2011.

PRADO JR., Caio. PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

\_\_\_\_\_. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

PRIMEIRO Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (1981). In: DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Portal on line. Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/partido\\_historia.asp](http://www.pstu.org.br/partido_historia.asp)>. Acesso em: 29 jul. 2011.

QUINTO Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (1987). In: DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Intelectuais, História e Política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa e SCALON, Maria Celi. Mobilidade de Classe no Brasil e Perspectiva Comparada. **Dados**: revista de Ciências Sociais. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21844104.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2011.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**, vol. 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. **História do Marxismo no Brasil**, vol. 5: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

ROBAINA, Roberto. Militante e dirigente do PSOL e egresso da corrente Convergência Socialista. Depoimento dado ao autor em maio de 2011.

ROOS, John. Partido ou Fração/Seita. Perspectiva Internacional (Em Tempo) Março-abril-82. **Revista da Quarta Internacional**, n. 1: jul/ago/set de 1980.

ROUQUIÉ, Alain. Os Militares na América Latina Após 1930. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina** (volume 7) - A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: EDUSP, 2009.

ROXBOROUGH, Ian. A Classe Trabalhadora Urbana e o Movimento Trabalhista na América Latina Após 1930. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina** (volume 7) - A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: EDUSP, 2009.

SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

\_\_\_\_\_. **Século XX: uma biografia não-autorizada**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**, vol. 6: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SARAMAGO, José. **Soy un comunista hormonal**. Conversaciones com Jorge Halperín. Buenos Aires, Argentina: Capital Intelectual S.A., 2002.

SEGUNDO Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (1982). In: DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SERGE, Victor. **O ano I da Revolução Russa**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Antônio Ozai da. **História das Tendências no Brasil**: Origens, cisões e propostas. 2. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

SILVA, Antônio Ozai da. Contribuição à história do marxismo no Brasil (1987-1994). A esquerda marxista e o PT (II). A Nova Esquerda (NE) e o Movimento por uma Tendência Marxista do PT (MTM-PT). **Revista Espaço Acadêmico**, nº 89, outubro de 2008. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/089/89ozai.htm#\\_ftn19](http://www.espacoacademico.com.br/089/89ozai.htm#_ftn19)>. Acesso em: 20 dez. 2010.

SKIDMORE. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.

\_\_\_\_\_. **Formação Histórica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora DIFEL, 1982.

STÁLIN, J. **A Questão da Estratégia e da Tática dos Comunistas Russos**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.

TEMPOS MODERNOS, filme (Modern Times, EUA 1936). Direção: Charles Chaplin. Intérpretes: Charles Chaplin, Paulette Goddard. Continental, 1936. 1 DVD (87 min.), preto e branco.

TERCEIRO Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (1984). In: DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**: Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Números 22 a 343. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1979-88.

TROTSKI, Leon. **História da Revolução Russa**: Terceiro Volume – Triunfo dos Sovietes. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. **Programa de Transição**. São Paulo: Em Tempo.

\_\_\_\_\_. **Em defesa do marxismo**. Publicações Liga Bolchevique Internacional.

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Programa: situação nacional e análise de classe (setembro, 1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

VERSUS: um jornal de aventuras, idéias, reportagens e cultura. Números 4, 8, 14. São Paulo: Editora Versus.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Dez anos que abalaram o século XX**: a política internacional de 1989 a 1999. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

VILLAMÉA, Luiza. Revolução tecnológica e reviravolta política. IN: LUCA, Tânia Regina de & MARTINS, Ana Luiza (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária. A vanguarda armada e as massas



na primeira fase da revolução (junho, 1969). In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

WASSERMAN, C. **Palavra de presidente**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2002.

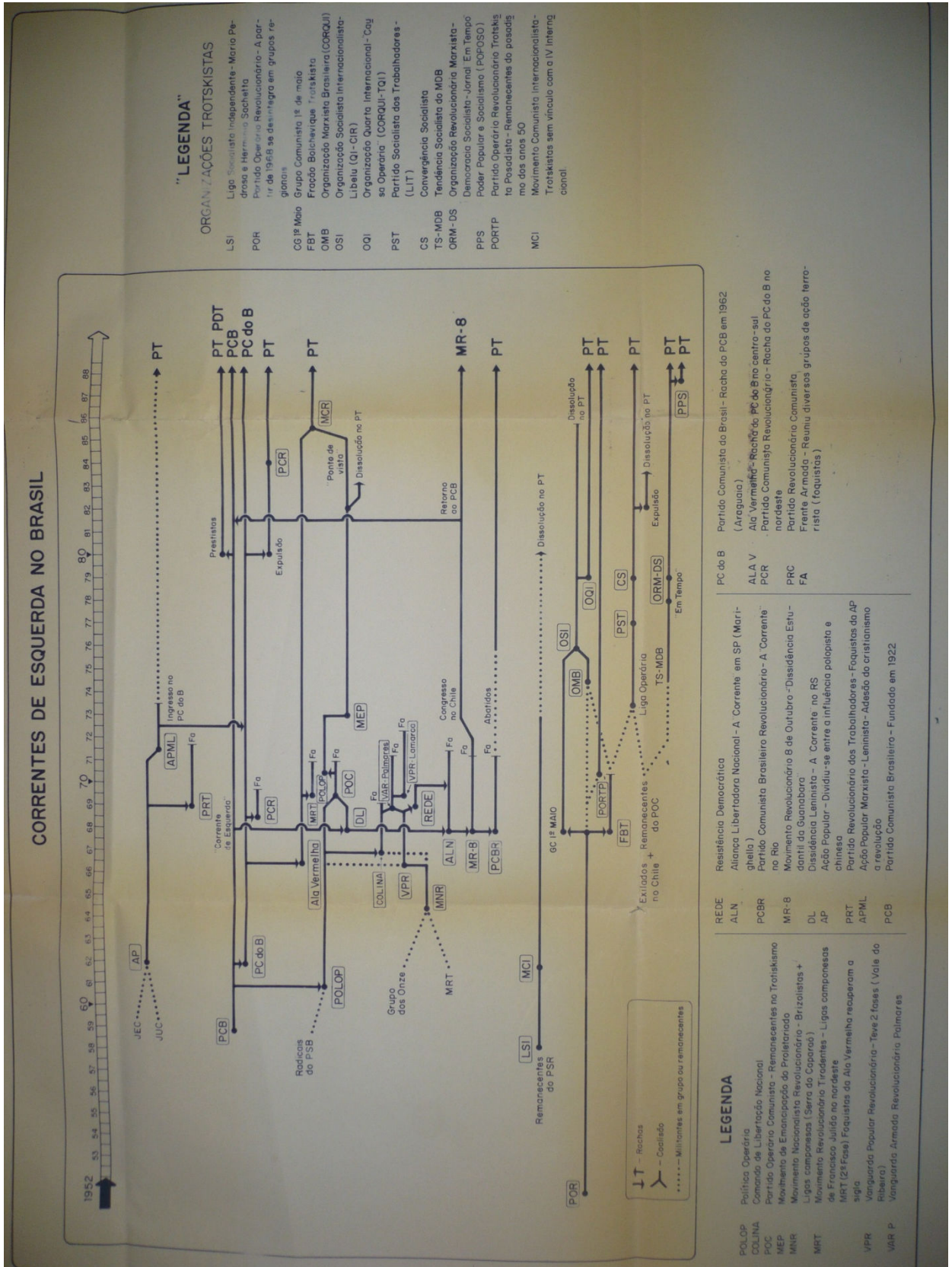
WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

WILD, Bianca. **Florestan Fernandes**. Brasil Escola on line. Biografias. Disponível em: <<http://www.meuartigo.brasilescola.com/biografia/florestan-fernandes-1.htm>>.

XI CONGRESSO da IV Internacional: Resolução sobre a América Latina, 1979. In: LOWY, Michael. **Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

**ANEXOS**

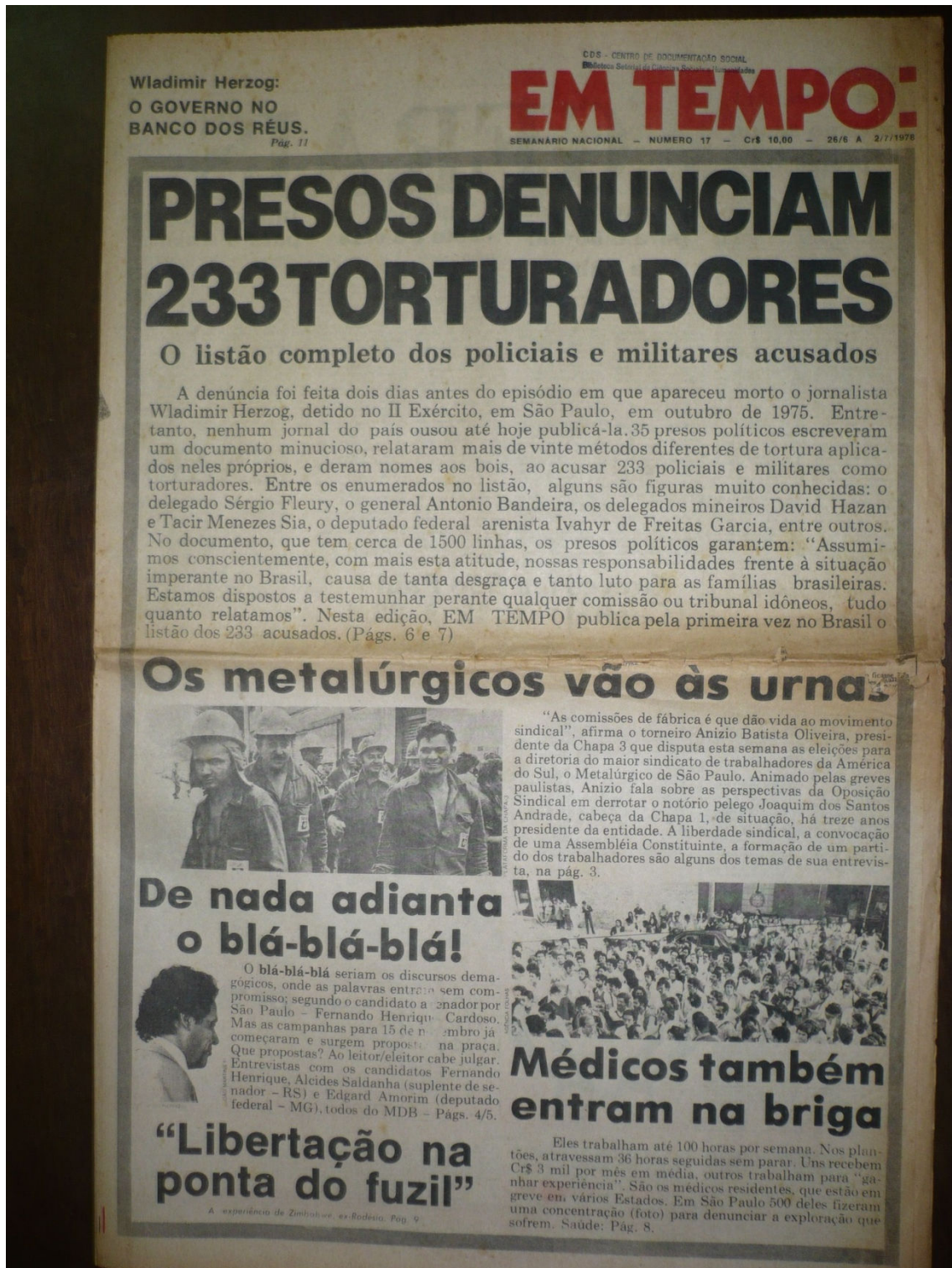
ANEXO A – Correntes de Esquerda no Brasil



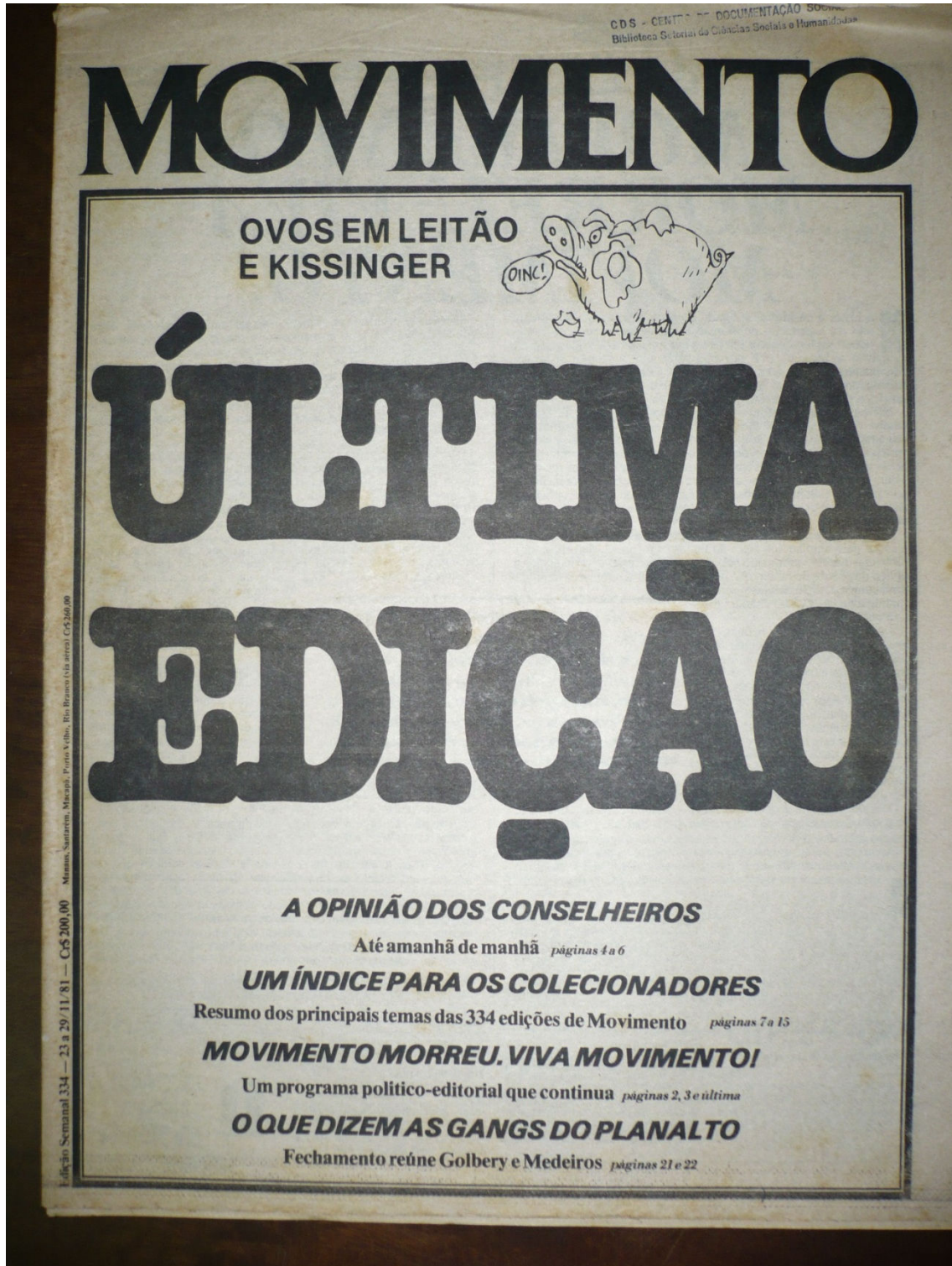
## ANEXO B – Versus



## ANEXO C – Em Tempo



## ANEXO D – Movimento



## ANEXO E – A Classe Operária

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

**\* R A CLASSE OPERÁRIA**  
 ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ME 153      FEVEREIRO/MARÇO DE 1983      KVM

NESTE NÚMERO	
EXITOSO CONGRESSO DO PC DO BRASIL	pag. 1
COMUNICADO DO CONGRESSO DO PARTIDO	pag. 3
RESOLUÇÕES DO CONGRESSO	pag. 4
MEMORIZAÇÃO DO CONGRESSO	pag. 5
MENSAGEM DO CONGRESSO À CLASSE OPERÁRIA	pag. 8
MENSAGEM AO PTA E A ENVER HOXHA	pag. 11
OS COMUNISTAS ALBANESES SAÚDAM O CONGRESSO DO PC DO B.	pag. 12
MENSAGEM AOS PARTIDOS IRMÃOS ( M-L )	pag. 13
DO PCP (R) AO CONGRESSO DO PARTIDO	pag. 15
SAUDAÇÃO DO PC DA ESPANHA ( M-L )	pag. 17

## EXITOSO CONGRESSO DO PC DO BRASIL

O Congresso do Partido Comunista do Brasil, que vem de encerrar vitoriosamente seus trabalhos, é acontecimento de significação histórica no movimento operário e na vida do Partido. Não se trata simplesmente de ato formal para cumprir exigências estatutárias. Ele encerra um elo importante no processo sempre renovado de construção partidária, representa incontestável amadurecimento político-ideológico da vanguarda do proletariado brasileiro. Pelas questões que debateu, pelas soluções apresentadas, pelos métodos aplicados refletiu um partido experimentado e comprovado na luta de classes.

Este foi o Congresso mais representativo e mais revolucionário de todos os já realizados. Com exceção do 1º e do 4º, aquele relacionado com a fundação do Partido e este com a aprovação de um programa marxista-leninista, os demais pouco realce tiveram. O 5º, efetuado em 1960, e manipulado por uma direção oportunista, ratificou o abandono do caminho revolucionário adotando as teses do revisionismo soviético.

Naturalmente, o Congresso é um retrato do Partido em dado momento de sua existência. Aí aparecem as virtudes e também os defeitos. No atual, pode-se observar o avanço partidário em todos os terrenos, um salto considerável na construção do PC do Brasil. Ao mesmo tempo constataram-se deficiências que precisam ser vencidas. Bem que se poderia chamá-lo - o Congresso da vitória das idéias do marxismo-leninismo no Brasil.

Com efeito, evidenciou-se a completa justeza da posição assumida quando do rompimento categórico com os revisionistas e da reorganização e defesa do Partido fundado em 1922. Não fosse esse ato de coragem e de convicção, e ainda hoje o proletariado brasileiro careceria de uma vanguarda marxista-leninista; o verdadeiro movimento operário teria retrocedido e, com ele, as esperanças de chegar ao socialismo. Uma idéia correta acaba vingando se se luta decididamente por sua afirmação. Foi o que aconteceu em fevereiro de 1962. No início, poucos confiavam na viabilidade da reestruturação partidária à base do marxismo-leninismo; no decorrer destas duas últimas décadas, entretanto, o Partido firmou-se de maneira definitiva. O PC do Brasil é hoje o partido de es

## ANEXO F – A Classe Operária II

**AVANÇA A  
LEGALIZAÇÃO  
DO PARTIDO**

Veja na página 10 um balanço da campanha de filiação e das convenções realizadas em 31 de janeiro e 7 de fevereiro.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS



# A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

---

Nº 16      ANO IV      V FASE      FEVEREIRO 1988      Cr\$ 30,00

## CONVOCADO O CONGRESSO DO PARTIDO

Leia nesta edição todos os materiais preparatórios elaborados pela Direção Nacional. Está aberta a discussão e um processo de mobilização intensa de toda a militância partidária.



# CONGRESSO PC do B

**EDITORIAL**

### Governo Sarney: impossível continuar

A proporção que se aproxima a votação, pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte, do período do mandato presidencial, vai ganhando força a idéia dos 4 anos, entre os constituintes e em toda a sociedade.

Quanto mais perdura e agoniza lenha deste incurável enfermo em que se transformou o governo do sr. José Sarney, mais vai ficando para agora um novo acordo com os banqueiros internacionais e a volta do país à tutela do Fundo Monetário Internacional.

A corrupção campala desbragada, desenfreada e a podridão transbordada das repartições públicas a começar pelo topo das pirâmides — os Ministérios e órgãos da administração direta. Denúncias recentemente vindas à tona mos-

so direito de crítica, à liberdade de manifestação. Negar-se à opinião pública e elevar prerrogativa de condenar aqueles que voltam as costas ao povo e à nação e usam até os violentos para impingir ao país uma constituição retrograda.

A reação do Centro e dos sr. José Sarney e Ulysses Guimarães

### Convocação do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil

A Direção Nacional do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B), em reunião plenária, decidiu convocar o 7º Congresso do Partido a realizar-se de 11 a 14 de maio do corrente ano, em São Paulo. Este é o primeiro congresso do Partido, em sua longa história, e será realizado em sua sede provisória na Justiça Eleitoral.

A discussão se inicia a partir da data de convocação do 7º Congresso e será realizada fundamentalmente nos organismos do Partido e, facultativamente, no Boletim Interno do Congresso a ser elaborado.



ANEXO G – Tribuna da Luta Operária

# Tribuna da Luta Operária

ANO IV — Nº 126 — DE 13 A 17 DE JUNHO DE 1981

Gr\$ 100,00

Trabalhar desta página  
na 1ª página da  
Campanha Anti-Mor  
e 63.000 assinaturas

## Greve contra a traição nacional

**Os primeiros a parar foram os petroleiros de Paulínia. Em São Bernardo metalúrgicos puxam piquetes-gigantes e outras categorias aderem à greve. Marcada para o dia**

**15 paralisação geral dos 850 mil metalúrgicos do Estado de São Paulo. Outros setores prometem aderir. O alvo do movimento são os acordos vende-pátria do governo com o FMI.**

Página 8




Pequena manifestação dos operários da Fiação Têxtil e de Indústrias de Tecido São Bernardo, São João, promovida pelo Comitê de Greve após a rejeição dos acordos.

**EDITORIAL**

### O papel da greve

“A greve é uma questão de soberania nacional”, afirma o ministro Murilo Macedo para justificar a intervenção no Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia. De fato, entre as reivindicações dos grevistas está o reconhecimento com o FMI, a manutenção da taxa sobrestada e revogação do decreto-lei 2.026 (que torna ilegais os trabalhadores nas empresas estatais). São demandas fundamentais para a soberania do país. Mas quem agride a soberania são não os operários em greve e sim o governo ao capturar ilustres dos expositores do capital estrangeiro.

As mais cruéis correntes de servidão pública já se pronunciaram contra a soberania do governo nos interesses do capital estrangeiro internacional e contra o massacre sobre o povo para garantir os lucros dos grandes monopolistas. Mas o regime se mostra inteiramente incapaz de qualquer decisão realista. Obcecado na via da traição nacional, agrava mais ainda seus procedimentos de sempre, o ataque salarial e a entrega desavergonhada da indústria nacional ao controle dos monopolistas. E não vacila voltar-se agora para a desorganização das empresas estatais, por orientação direta do FMI.

Dentro dessa situação, se os trabalhadores não se levantarem com energia, iniciando ações cívicas de greve de fome, de rua, de barba e de cabelo, não há como vencer. É preciso lutar. É preciso lutar para mudar a situação. É preciso lutar para mudar a situação. É preciso lutar para mudar a situação.

### Volkswagen mata mais um operário em São Bernardo

Na terça-feira um electricista morreu com o crânio esmagado. No mesmo dia um outro acidente grave. Pág. 6

### Mutuários do BNH não pagam aumento de 130%

Não pagam! Não entreguem! Não saia! Alzem os mutuários. P. 4

**Vitórias nas ocupações de casas no Belém**  
Os ocupantes anunciam: “São salmos mortos”. P. 4

**Associações de Moradores fazem congresso em SP**  
Delegações no Estado iniciam trabalhos. P. 4



Teotônio Vilela durante exercício público em São Paulo.

### Teotônio Vilela quer campanha nas ruas

Para o presidente em exercício do PMDB, o povo exige campanha pelas ruas. Pág. 3

### Inflação bate novo recorde no mês de junho

A desvalorização pública do governo, adotada pelo FMI, leva à inflação de 12,5%. Pág. 3

**General e FMI promovem ataque à família brasileira**  
O governo militar quer impedir os pobres de terem filhos. Veja na pág. 5



## ANEXO H – Convergência Socialista



## ANEXO I – Em Tempo - Edição Especial

**EM TEMPO**

Quotidiano Nacional - Ano 111 - nº 107 - 3a. Il. de Junho de 1980 - Cr\$ 30,00

**ESPECIAL**  
32 páginas  
Cr\$ 30,00

**LULA CONTRA-ATAÇA**



**AGORA, O PT**

**Exclusivo:** duas horas de entrevista com Lula sobre as greves e o PT.  
*(Págs. 16 a 19)*

**Em primeira mão:** a cobertura completa do Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores.  
*(Págs. 2 a 7)*

---

**O que está por trás do caso João Cunha**  
*(Págs. 10 e 11)*